"Enquanto pesquisava estes dados, calado de terror, nas bibliotecas solitárias de três continentes, compreendi que a rapina, no entanto, não foi exclusivamente econômica; tampouco o genocídio se restringiu ao massacre puro e simples. Além do roubo de matérias-primas, descobri que mais enfurecida e descarada foi a destruição cultural, ou etnocídio; cada assassínio proporcionava desculpas para aniquilar com mais força os símbolos das vítimas; cada novo tormento exigia uma transculturação mais acelerada. Desde o primeiro instante, na etapa de exploração, a desnaturalização da memória histórica da América Latina significou manipulação, queima, desarticulação ou censura, e isto foi uma infâmia constante que prevaleceu em todas as nações que contribuíram para crimes tão indignos. Não houve exceção: o monopólio comercial e delituoso foi cultural."

ISBN 978.85.209.2437-2

EDITORA
NOVA
FRONTEIRA

A História da Destruição Cultural da América Latina — Fernando Báez

Do mesmo autor de
História universal da destruição dos livros

A história da destruição cultural da América Latina

Da conquista à globalização

Fernando Báez

A HISTÓRIA DA DESTRUIÇÃO CULTURAL DA AMÉRICA LATINA

Da conquista à globalização

Fernando Báez

Tradução de
Léo Schlafman

Título original: *El saqueo cultural de América Latina — De la Conquista a la Globalización*
© by Fernando Báez, 2007, México
© 2010 desta edição by Editora Nova Fronteira Participações S.A.

Todos os direitos reservados inclusive os direitos de reprodução por completo ou em partes. Direitos de edição da obra em língua portuguesa no Brasil adquiridos pela EDITORA NOVA FRONTEIRA PARTICIPAÇÕES S.A. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem a permissão do detentor do copirraite.

Editora Nova Fronteira
Rua Nova Jerusalém, 345 – Bonsucesso
Rio de Janeiro – RJ – CEP 21042-235
Tel.: (21) 3882-8200 – Fax: (21) 3882-8212/8313

Texto revisto pelo novo Acordo Ortográfico.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ
B132h

Báez, Fernando
A história da destruição cultural da América Latina : da conquista à globalização / Fernando Báez ; Léo Schlafman. - Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2010.
Tradução de: El saqueo cultural de América Latina
Apêndice
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-2092-437-2

1. Patrimônio cultural - América Latina. 2. Roubo de objetos arqueológicos - América Latina. 3. Roubo de objetos de arte - América Latina. 4. Memória coletiva - América Latina. 5. Índios - Trato - América Latina. I. Título.

10-2001. CDD: 363.69
CDU: 351.853

04.05.10 14.05.10 019023

Sumário

Agradecimentos 11
Notas especiais 15
Introdução 19

PRIMEIRA PARTE
O SAQUE CULTURAL
DA AMÉRICA LATINA

Capítulo I
O primeiro etnocídio

O assassinato da memória 55
Antecedentes 57
Os taínos e a primeira experiência de destruição 59
Hernán Cortés destrói Tenochtitlan 61
A eliminação da memória asteca 64
O lamento maia 71
O extermínio cultural dos incas 76
A conquista dos símbolos pré-hispânicos 79
Evangelização e Inquisição 85
As guerras contra a idolatria 89
A inquisição de ideias revolucionárias 94
A luta pela diversidade da língua e dos costumes 96
As *encomiendas*, doações do papa e missões 103

Capítulo II
A grande catástrofe

A transição colonial 107
A música censurada 114
O programa de transculturação definitiva 118
Livros e arquivos perdidos do século XIX 122
Acidentes e desastres naturais 127
Culturas em vias de extinção 131
A cultura africana perdida 141

Capítulo III
A repressão cultural no século XX

Sem direitos humanos 145
Repressão e petróleo na Venezuela 145
Batista e os monopólios 146
O genocídio da Guatemala 147
As famílias que destruíram El Salvador 150
A era de Sandino 150
Brasil: a aniquilação da dissidência 151
A ocupação do Haiti 153
A penúltima tragédia do Peru 154
Bolívia sem memória 155
O blecaute cultural chileno 156
A era Stroessner 161
A perseguição no Uruguai 162
A guerra cultural na Argentina 163

Capítulo IV
O grande saque do século XX e início do XXI

O tráfico ilegal de bens culturais latino-americanos 173
Huaqueo no Peru 176
A memória extraviada da Guatemala 180
A lista vermelha do México 181
Do Brasil à Venezuela 186
Países da América Central em risco 189
A interminável espoliação da Argentina 190
O roubo de restos subaquáticos 191

SEGUNDA PARTE
O SAQUE CULTURAL NA HISTÓRIA:
GUERRA, COMÉRCIO E IMPÉRIO

Capítulo I
Guerra

Os estragos premeditados 199
Os primeiros butins 200
Do Renascimento à Guerra dos Trinta Anos 204
Das revoluções à Conferência de Bruxelas 206

O saque nazista 208
Os chineses também saqueiam 216
Da Palestina a Sarajevo 219
De Bamiyan a Bagdá 222

Capítulo II
Comércio

O favorável mercado da identidade 227

Capítulo III
Império

A definição de um império 235
Império e cultura 236
Império e língua 244
A guerra contra a diversidade cultural 247
Guerra cultural 250

TERCEIRA PARTE
TRANSCULTURAÇÃO E ETNOCÍDIO
NA AMÉRICA LATINA

Capítulo I
A fatalidade da memória
Prefácio 259
Memória e ser 260
As deusas da memória 261
O esquecimento do esquecimento 264
Patrimônio e memória 268
Memória individual e social 273

Capítulo II
A identidade cultural

Os filósofos e a identidade 281
Identidade psicológica e social 284
Identidade latino-americana 288
Os vínculos da cultura 291

Capítulo III
Transculturação, etnocídio e memoricídio

Damnatio memoriae 297
Memoricídio e hegemonia 300
Aculturação ou transculturação 302
Etnocídio e memoricídio 305
Conclusão 309
Notas 313
Fontes 345

APÊNDICE
LEGISLAÇÕES SOBRE A DESTRUIÇÃO CULTURAL

Pacto Roerich
Proteção de instituições artísticas e científicas e de monumentos históricos (1933) 373
Convenção sobre defesa de patrimônio arqueológico, histórico e artístico dos países americanos
Convenção de San Salvador (16 de junho de 1976) 375
Convenção centro-americana para a restituição e o retorno de objetos arqueológicos, históricos e artísticos (1995) 382
Declaração de San José sobre o etnocídio (1981) 387

Dedicado a Diana Marcela
e Diego Fernando, com profundo amor

Agradecimentos

Passei quatro longos anos de escrita ininterrupta, vulcânica, e aprendi — se tal coisa é possível — que uma investigação dessa natureza é impossível, talvez inimaginável, sem o apoio irrestrito de dezenas de instituições, fundações, amigos e estranhos. Declaro minha primeira gratidão, que nunca será a última, a quem devo minha principal concepção sobre a América Latina: ao meu mestre José Manuel Briceño Guerrero, autor da obra magna que é *El laberinto de los tres minotauros*.

Agradeço a Aristides Medina, diretor da Biblioteca Nacional da Venezuela; a Rosa Regás, ex-diretora da Biblioteca Nacional da Espanha; ao pessoal da Biblioteca do Museu Britânico que compartilhou suas inquietações comigo; a Horacio González, diretor da Biblioteca Nacional da Argentina; aos arquivistas da Biblioteca Nacional da Colômbia; a Alfonso Quintero, secretário-executivo da Associação de Bibliotecas Ibero-americana; a Delmiro Gritti; a Eliades Acosta, estudioso do neoimperialismo; ao general Rafael Arreaza Castillo, comandante das Escolas Superiores do Exército da Venezuela; ao general José Arévalo, diretor do Instituto de Altos Estudos para a Defesa Nacional da Venezuela; a Ramón Rivas, historiador erudito que dedicou longas horas a conversar sobre as origens da pirataria nas ilhas do Caribe, sobre o mito do Eldorado e a vida intensa e misteriosa de Walter Raleigh; a Hebert López, coordenador do doutorado em Segurança e Defesa Integral da Venezuela, e a toda a coorte de doutorandos; a Karín Ballesteros, a Daniel Canosa, a Florencia

Bossie, a Samir Yusef, a Luis Carneiro; a Gustavo Merino, que foi o esteio da criação do primeiro doutorado de Patrimônio Cultural da América Latina; a Olga Durán, reitora da Universidade Latino-americana e do Caribe, e a Milena Araujo, suporte moral; a Manuel Zamora, a Ramón Alberch e M. Carme Martínez, membros dos Arquivistas sem Fronteiras; a Tomás Solari e Hugo García, membros do Comitê de Bibliotecários Desaparecidos da Argentina; ao pessoal da Biblioteca Nacional, Arquivo Geral da Nação e Museu Nacional de Antropologia do México; a todos que me tornaram possível consultar fac-símiles do *Códice Florentino* na Biblioteca Laurenziana de Florença. Menção especial e agradecimento aos arqueólogos Haroldo Rodas, pioneiro desse tema e autor do melhor estudo existente sobre o saque cultural da Guatemala; e a Daniel Schavelzon, que escreveu os mais completos estudos sobre espoliação cultural na Argentina.

Além dos já mencionados, quero agradecer a muita gente: ao meu irmão da vida Giovanny Márquez; a Martín Almada, que descobriu os Arquivos do Terror no Paraguai; a Luis Oporto, cujo estudo sobre a destruição da memória da Bolívia já é um clássico; a Manuel Vélez; a Anisio Pires, a Deyvis Denis, a Alonso Pérez; a Rigoberto C. Bonet; a Douglas Passaratti; a Aída Mendoza Navarro, autora de extraordinários estudos sobre destruição de arquivos no Peru; a Carlos Duarte; a Felipe Suárez; a Daniel J. Carlston; a John Caldwell; a Marvin Brent; a Luz Marina Silva; a Sylvia Hughett; a Hernán Invernizzi e Judith Gociol, cujo volume *Un golpe a los libros* me permitiu percorrer com mais profundidade o tema da destruição cultural na Argentina; a Ramón Salaberría, a Blanca Calvo, a María Isabel Vega, a Rigoberto Pereira, a César F. Masperet, a Balthasar Cordero, a Susana Molina, a Héctor L. Borderec, a Jesús Lestat, a Darío Vega, a Jaime Varela, a Luis M. Leyden, a Hermann Ramírez, a Luigi Bacciarini, a Vicente Gregorovich, a Estela Barradas, a Juan F. Díaz, a Juan M. Almeida, a Jordi Miró, a Rafael Hurtado, digno pesquisador espanhol, a Marina Saita, a Félix Duque Carmona, a Luis Alfonso Colmenares, a Ismael Zabaleta, a Marisela Vega, a Ernesto Vidal, a Enrique Volcanes, a Gregorio Piñero, a Eleazar D. Vega, a Santiago Piñero, a Jorge Pastor, a Luis E. Moreno, a Sergio Vargas, a meu querido amigo Mario Pinto, a Néstor Berríos, a Waldo Ramírez, a J. M. Pantoja, a Carol Field, a María T. Annesigi, a Osman Gómez, que me honrou com uma amizade à prova de todo percalço na vida; a Braulio Vitali, a Martín Ortiz, a Carlos Salcedo, a Alejandro Pardo, a German Sterling, a Carlos Danez, a Rodolfo Quintero Noguera, a Rodrigo Benítez, a Orlando Bustamante, a Susana Reinoso, valente jornalista de *La Nación* de Buenos Aires; a Leonor Aguilera e Ignacio Muñoz Herrera, a Benito Destoux, a Jaime Ponce, a Alejandro Zerpa, cujo *blog* sobre minha obra me estimulou a prosseguir sem trégua; ao mexicano e aristotélico Enrique García; ao professor e artista Luis Moros, que me proporcionou um valioso texto sobre o esquecimento; a Jorge Muñoz e ao meu bom amigo Zbigniew Hraiulk.

Notas especiais

1. Durante a pesquisa sobre o tráfico ilícito de arte passei por situações desagradáveis cuja memória gostaria de omitir neste livro; nesse sentido, modifiquei os nomes de alguns nobres amigos que me proporcionaram informações sobre a transferência de obras da América Latina para os Estados Unidos e para a Europa. No périplo no Iraque em 2003 não corri os riscos que vivi em lugares como México, Colômbia ou Bolívia, onde existem máfias de pressão que se encarregam de ameaçar com força suficiente todos os que se atrevem a denunciar a espoliação de sítios arqueológicos.

2. Obedeci ao costume geral na toponímia e na onomástica da América Latina.

3. Escolhi utilizar a palavra *quipus* e não *khipus* para me referir às cordas usadas pelos incas no Peru.

4. Utilizo indistintamente as palavras *mexica* e *asteca*.

5. Alguns termos usados na primeira parte estão definidos na terceira parte: *etnomemória*, *etnocídio*, *memoricídio*, *transculturação* e *genocídio*.

Os predadores do mundo, quando já
devastaram tudo e lhes falta terra, olham para o mar:
se o inimigo é rico, são mesquinhos, e se é pobre, ambiciosos,
e nem Oriente nem Ocidente serão suficientes para saciá-los:
desejam para si toda a riqueza, e a miséria
para os outros. Para saquear, matar e espoliar
assumem o mau nome de império,
e lá onde criam um deserto dizem que
há paz.

Tácito, *Discursos de vita Iulii Agricolae*

INTRODUÇÃO

I
O SEGREDO DE TENOCHTITLAN

Todos os dias encontrava em meu caminho campos abandonados, vilarejos desertos e cidades em ruínas. Com muita frequência encontrava também monumentos antiquíssimos e relíquias de templos, de palácios e de fortalezas, de colunas, de aquedutos e de mausoléus; e este espetáculo instigou meu espírito a meditar sobre os tempos passados, e trouxe à minha mente pensamentos graves e profundos.

Constantin François de Chasseboef, conde de Volney,
Las Ruinas de Palmira

Na austera e lânguida noite de 11 de setembro de 2004, as amplas ruas que circundam a Praça de Constituição, melhor conhecida como o Zócalo, transbordavam com a aparição precipitada e exótica de turistas que interrompiam o tenaz silêncio com seus gritos mais envolventes. Enfim me encontrava no núcleo histórico da capital mexicana, no centro mesmo de um dos eixos da resistência cultural no planeta, sede de polêmicas internacionais constantes, porém uma sutil ironia fez com que minha chegada, sob o signo de um chuvisco pertinaz, fosse marcada por um inquieto desassossego e então tive a sensação invencível de que acontecia algo estranho, implacável e enigmático porque a cidade parecia detida num tempo remoto e também inesgotável. Um automóvel de 1948 ou 1950 me convenceu de que viajara ao passado de forma fatal. Creio que foi o momento em que senti com maior peso a solidão, o cansaço e a confusão.

Às onze me atrevi a desafiar minha reduzida condição física e caminhei sem titubear diante do Palácio Nacional, que abriga os exuberantes murais do pintor revolucionário Diego Rivera, o amplo e depauperado prédio do governo do Distrito Federal, e comprovei que as noites mexicanas têm uma fama merecida. Descobri, enquanto fazia meu percurso desordenado pelas luzes de néon, que um ruído versátil e alegre brotava nesse mesmo dia depois das nove, e a cidade inteira despertou como um único grito prolongado e suficiente. Sem medo da intempérie, notei que numerosos estudantes se divertiam sem descanso. Havia *mariachis* noturnos, velhos furtivos adormecidos pelo vento e vozes próximas. Alguns casais simplesmente caminhavam, de mãos dadas, ou se detinham, e se beijavam, nervosos, enquanto lhes fotografavam ou lhes admiravam em mutismo genuíno a elegância nos gestos ou o ritmo entrecortado dos risos inocentes.

O Zócalo, na fraqueza da meia-noite, mostrou-se sem vacilar. "Você não encontrará lugar mais extravagante", disse o escritor Rafael Toriz, num tom seco. E continuou: "Aqui tudo está escondido e o evidente é falso." Eu estava a ponto de perguntar-lhe algo quando olhei para a robusta, antiga e barroca fachada da Catedral Metropolitana, primeiro monumento religioso da região. Mal a vi, pude constatar, boquiaberto, que o prédio inteiro parecia se inclinar levemente como a torre de Pisa e, com certo alarme e ao mesmo tempo curiosidade, a jornalista Raquel Peguero se antecipou à minha perplexidade e comentou que a igreja fora construída com materiais procedentes do templo de uma cidade que existira abaixo de nós em séculos anteriores, chamada Tenochtitlan, que dominou a Mesoamérica e teve mais habitantes do que Paris no século XIV. Diante de minha incredulidade momentânea, fui convidado a olhar os lados da catedral e encontrei os restos fechados com taipas do Templo Maior, dedicados pelos mexicas fervorosos ao deus da chuva e da água, Tlaloc, e ao deus da guerra e do Sol, Huitzilopochtli, e apenas em 1978 foram desenterrados pela metade por uma equipe céptica de arqueólogos.

Ainda me lembro — e aqui escrevo com a imagem capturada em meus olhos — de meus passos cautelosos pelos arredores e minha surpresa diante das ruínas, de meu assombro quando ouvi que a capital asteca ou mexica foi fundada inicialmente em 1325, sobre a ilha de um lago, a que se teve de ganhar terreno com pedra vulcânica e estacas de árvores típicas da região. Da mesma forma que Veneza, Tenochtitlan venceu parcialmente as águas e em suas margens se estabeleceram dezenas de

povoados, e, na época em que chegaram os espanhóis, abrigava cerca de 250 mil pessoas, dispunha de trinta palácios enormes, com um Templo Maior que cresceu até conter 78 prédios, possuía um gigantesco mercado em Tlatelolco e se dividia em quatro bairros importantes: a oeste o Zoquiapa, a sudeste o Mayotlan, a noroeste o Cuepopan e a nordeste o Atzacoalco. De alguma forma, além disso, Tenochtitlan era uma capital comercial, cultural e política que teve influência sobre uma área de 50,5 mil hectares que podia se sustentar mediante alianças com Tacuba, Texcoco e as comunidades circunvizinhas.

Não imagino uma catedral cristã construída sobre as pirâmides do Egito ou sobre a Esfinge, não acho crível que se possa edificar uma igreja anglicana sobre Stonehenge, não concebo que se construa uma capela sobre o Partenon ou sobre Angkor Vat, mas foi isso justamente o que aconteceu no México no século XVI. Os espanhóis, ofuscados pelo esplendor pré-hispânico, tentaram anular a cultura subjugada mediante o uso de uma arquitetura superposta. Os conquistadores arrasaram centenas de prédios em todo o país, e as ordens religiosas católicas trataram de eliminar milhares de objetos da arte religiosa dos nativos, com a desculpa da evangelização, e aniquilaram 80% dos livros antigos em que os maias e astecas armazenavam conhecimentos sobre sua própria história, astronomia e medicina.

Destruição, pilhagem e genocídio: basta dizer que os 25 milhões de habitantes do México em 1500 se reduziram a um milhão de 1519 a 1605. Uma redução demográfica de 96%. O México sofreu durante a conquista e a colonização uma tragédia humana sem precedente que se refletiu em seu âmbito cultural. No século XIX, enquanto o país perdia metade de seu território para os Estados Unidos, dezenas de bibliotecas, arquivos, edições únicas, peças de arte pré-hispânica ou colonial, eram arrasadas, esquecidas ou vendidas a colecionadores particulares no mundo. Mas o desastre continuou. Do século XVI ao XX, a introdução e supremacia do idioma espanhol provocou o desaparecimento de centenas de idiomas dos povos subjugados. Dispersaram-se quinhentas mil peças de museus ou igrejas e se consolidou a cumplicidade e o silêncio com a ordem unilateral e a depredação.

No século XXI há sintomas de que nada mudou: quatro em cada cinco obras de arte espoliadas nunca foram recuperadas. Tem-se certeza de que 80% dos sítios arqueológicos da península de Yucatán foram assaltados, e o Instituto Nacional de Antropologia e História divulgou que de 1999 a 2005 mais de 900 peças de arte foram roubadas

em regiões como Puebla, Tlaxcala, Cidade do México, San Luis Potosí, Hidalgo, Guanajuato, Jalisco, Morelos e Zacatecas. A prestigiada revista *Antropología Mexicana* destacou que 10.485 sítios arqueológicos foram espoliados, de um total de 35 mil. As quatro milhões de peças de arte sacra, entre as quais estão registradas 1,5%, correm grave perigo. É possível que nos próximos 100 anos o México tenha perdido mais de 50% de seus bens culturais por falta de manutenção, acidentes, desastres naturais e, sobretudo, pelo desavergonhado tráfico ilícito de bens culturais que cresce dia após dia.

II
Quando apagaram Cusco do mapa

A sinistra experiência de Tenochtitlan se repetiu com pouquíssimas variações em Cusco, mítica localidade conhecida como "umbigo do mundo" e também como a antiga capital do reino dos incas, a 3.400 metros acima do nível do mar. Numa terrível tarde de outubro de 2004 — enquanto pensava que nunca vira em tão pouco tempo tão grande número de agências de turismo, esgotado pela altura e as ruas ascendentes, labirínticas, com muito calor e com uma pressa escandalosa, preso de ímpeto de nostalgia —, a caminho do bairro de artesãos de San Blas, encontrei (se uso o verbo correto) a chamada pedra dos doze ângulos, fascinante espécime construído com diorito, que pertencia ao palácio do soberano Roca. Uma velha que portava um amuleto de madeira me explicou que eu estava na ambígua rua Hatunrumiyoc, cujo nome se traduz do quíchua como "pedra grande", e assinalou que o prédio deixara de ser um alto templo inca para se converter em parte do Palácio Arquiepiscopal. Por algum sinal de meu destino desmedido cheguei quando haviam sido pintados uns grafites e esta inesperada — e inóspita — ação aumentou o horror que significou ver como se operara, em lugares tão diferentes, a atividade de uma tramada destruição desde o século XVI.

Não sei (ou sei mas não quero transmitir) meu desânimo — minha vacilação — desse dia quando fui para meu hotel e me dediquei a ler num folheto que toda a cidade colonial de Cusco fora construída sobre

a antiga cidade inca desenhada pelo soberano Pachacutec para servir de sede aos sacerdotes e regentes do império inca. Cusco foi o polo do maior estado pré-hispânico da América do Sul, que se estendeu para a Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Chile e Argentina. Tawantinsuyu, nome recebido por esta organização administrativa, religiosa, cultural e política, regeu os destinos de milhões de seres humanos e ergueu construções monumentais como a de Sacsayhuaman, Ollantaytambo, Machu Picchu ou a própria Cusco, cidade sagrada com forma de puma que servia de ligação, segundo seus admiradores, entre o mundo de baixo e o mundo superior, hoje declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco.

O pânico é o resultado de supor que a adversidade é inviolável. No dia de minha chegada quis ir embora, terrificado pelo que não sabia, mais do que pelo que já sabia. Essa tarde quis escapar tomando um avião para qualquer lugar. Mas me pareceu muito simples e não escapei. Não sei se me arrependo. Algo ao meu redor me oprimia. Não posso dizer o que foi, nem agora nem nunca, porque não desejo me salvar com esta história. Simplesmente senti que se tratava de algo fundamental; decidi continuar, como sempre fiz, minha delicada expedição com todas as consequências irregulares do caso. Em Huaytará, departamento de Huancavelica, deparei com a igreja de San Juan Bautista, que domina toda a povoação para a qual foi construída (obrigaram os índios a erigir o novo templo), sobre uma plataforma de seis metros de altura. O antigo Intiwasi incaico mal ficou dissimulado e hoje conforma a parte inferior da igreja cristã. Quando perguntei, desanimado, o que acontecia, pediram-me que fosse ao Convento de Santo Domingo, construído pela Ordem dos Pregadores, e constatei que se repetia a prática infame de utilizar as bases de um templo indígena para suportar uma igreja. Neste caso o templo destruído foi o Coricancha ou Inti Qancha, que incluía uma larga parede ornada por uma bela cantaria a que se acrescentou uma estampa de ouro. Servia para os rituais presididos pelo Willac Umu ou sacerdote sagrado.

As extirpações de idolatria condenaram, além disso, milhares de obras de arte e templos a desaparecer sem remédio. Pablo Joseph Arriaga, cínico sem saber, em seu livro *La extirpación de la idolatria en el Perú* (1621), esclareceu: "Daqui por diante, em qualquer caso, nem por ocasião de casamento, festa do povoado, nem por outra qualquer maneira, os índios e índias deste povoado tocarão tamborins nem dançarão, nem cantarão à moda antiga, nem os bailes nem os cânticos que até aqui cantaram em idioma materno, porque a experiência ensinou que nos ditos cantares invocavam os nomes de suas divindades, de suas imprecações ou do raio."[1]

A perseguição militar e espiritual não impediu, de qualquer maneira, que os nativos mantivessem na clandestinidade seus cultos sagrados, mas sofreram calamidades inumeráveis, como ocorreu quando Francisco de Ávila descobriu em Lima, em 1608, a existência de ídolos, ritos e crenças que passaram despercebidos pelos sacerdotes. A repressão se desencadeou então contra as povoações de San Damián, San Lorenzo de Quinti, Santa María de Jesús, Chome, Sisicaya e, segundo os números que seriam levantados durante os processos da província de Huarochirí, mais de 18 mil ídolos móveis e dois mil ídolos fixos foram destruídos e os responsáveis torturados. A título de curiosidade, chama a atenção o caso da província de Cajatambo onde, após as crueldades do censor Fernando de Avendaño, um sacerdote se rebelou, aludindo ao seu deus Guari como "Senhor pai queimado" e recusou o silêncio. Entre os anos de 1722, 1755 e 1777, os missionários jesuítas e franciscanos se dedicaram, no Nayar, a queimar as imagens funerárias dos coras para extirpar a idolatria.

A imposição da língua espanhola devastou nada menos do que duzentos idiomas e partiu em pedaços o passado da riqueza linguística. Ao mesmo tempo, seis milhões de indígenas peruanos foram reduzidos a um milhão de 1532 a 1628. E tudo piorou: no século XIX, o vandalismo e os terremotos arruinaram povoados inteiros que se transformaram em sombras. No século XX, apenas na região andina e amazônica, foram fechados com taipas centenas de templos e, sobre quarenta mil sítios arqueológicos, construíram-se autoestradas, estacionamentos e novas cidades. Para aumentar esta catástrofe, os tristemente célebres *huaqueros*, os saqueadores, em seu afã de conseguir cerâmicas do período Moche, *Keros* incas ou remos lavrados Chimú e Chincha, contribuíram para a destruição de seu país ao diminuir em 50% o patrimônio cultural peruano.

Os xamãs acreditam que o assombro é um tímido parente do medo. Adquiri logo consciência imprevista do problema em que estava metido. Alguém, cujo nome não entendi ou não quis entender, chamou-me ao celular enquanto eu estava no Peru, e solicitou um encontro noturno na igreja reconstruída de Pampa Libre, na província de Chancay. Com a segurança que provém da desmedida ou do receio, a voz — ou o homem — afirmou que tinha em seu poder provas do tráfico ilegal de obras de arte pré-históricas peruanas. Descreveu suas fotos como impecáveis e

afirmou que a polícia não lhe dera atenção. Disse também que denunciar o roubo de arte em seu país era tão inútil como denunciar a máfia em Palermo.

Marcamos um encontro no mesmo dia, às quatro da tarde, e comentou que eu o reconheceria com facilidade pelo cabelo avermelhado. Desliguei o aparelho inocente de ter caído numa armadilha.

Devo admitir: o homem do telefone nunca se apresentou. Continuei esperando-o de pé, ou agachado, distraído com a leitura de um volume cheirando a tabaco de Rodolfo Kush sobre as concepções do mundo indígena, e às cinco olhei o relógio em meu pulso. Então me dei conta de um detalhe, ao mesmo tempo simples e misterioso: o plano consistia em me atrair ao povoado dos *huaqueros*, os exploradores das *huacas* indígenas, que comercializavam o patrimônio das culturas pré-hispânicas em quase total impunidade. O certo é que, ao deixar o povoado, restavam-me poucas palavras para tanto estrago.

A noite seguinte girou sobre mim como um passo de dança, mas fiz o desjejum com a notícia de que os geoglifos de Nasca estavam sendo destruídos por estradas ilegais construídas pelos contrabandistas, e outra fonte comentava o fato de que os turistas se convertiam em vorazes inimigos retardatários do país ao arrancar, com chaves de fenda, pinças ou martelos, fragmentos persistentes das ruínas incas ou mochicas. Ondas de centenas de curiosos levam, certamente e sem piedade, estatuetas, fragmentos, ossos que apenas servirão para adornar uma mesa remota em Genebra, em Oslo ou em Nova Jersey.

O certo é que, sem previsão possível, o celular voltou a tocar e o mesmo homem — ou a voz — se desculpou pelo tempo perdido e, sobretudo, pediu que eu fosse embora depressa porque minha franqueza me delatara no hotel e alguns homens já sabiam que eu era a mesma pessoa que denunciara o governo dos Estados Unidos pela destruição cultural do Iraque em 2003, e receavam pelo meu possível interesse no saque de bens patrimoniais, de modo que poderia sair ferido. Não tinha motivo para acreditar nele e por isso acreditei. Um táxi que não pedi me levou ao aeroporto e um voo sem número já estava reservado para que eu não voltasse. Cumpria-se meu destino irreversível de estar por perto e em lugar nenhum.

III
saque econômico

Não voltei a saber, ou não pude, se eram certas as denúncias do desconcertante homem anônimo. Isso não impediu que me dedicasse, mais por insegurança do que por curiosidade, a revisar desde 2004 a história de saques culturais no Peru e logo entendi que era primordial mergulhar na história da América Latina,[2] a *Abya-Ayala* dos aborígines, e percebi que existia também uma certa tendência à crônica justaposta, à defesa preventiva, ao adjetivo negativo inconcluso, ao parágrafo oblíquo para ocultar a magnitude do desastre cultural sofrido por milhões e milhões de latino-americanos durante séculos, simultaneamente ao saque econômico.

"É preciso não esquecer que alguém se esqueceu", dizia meu pai, que foi colaborador do romancista Rómulo Gallegos, que teve de passar em silêncio anos da vida pública que quase não teve, para ser outra das vítimas do ditador Marcos Pérez Jiménez, um assassino que passou seus últimos dias protegido em Madri. Conservo certamente essa frase e agora percebo o sentido dela quando penso que, em minha busca de informação para este livro, tive primeiro — e em última instância — de saber que, há 515 anos, a América Latina é submetida à pilhagem mais impiedosa: seus 22 milhões de quilômetros quadrados[3] suportaram espoliação e destruição crescentes da maior parte de seus recursos naturais. Em turnos, com métodos diferentes e ao mesmo tempo vertiginosos, foram e continuam sendo levados o ouro, a prata, o cobre, o carvão, o alumínio, e também o ferro, o gás e o petróleo.

A catástrofe talvez tenha começado no exato momento em que Cristóvão Colombo, não sem emoção, entregou aos reis da Espanha as terras que descobrira em 12 de outubro de 1492: "Vossas Altezas são tão donas disto como de Xerez ou Toledo. Seus navios que chegarem ali estarão em casa. Dali tirarão ouro; em outras terras, para ter o que há nelas, convém levar, ou voltarão vazios (...) o ouro é excelente, do ouro se faz tesouro e, com ele, quem o tem faz o que deseja no mundo, e basta para lançar as almas ao Paraíso."[4] Colombo foi sem dúvida um dos instigadores mais perseverantes do mito que mais estrago causou nas terras que ele acreditava serem parte do Oriente e que um cartógrafo distraído batizou de América por engano: o mito aurífero. No *Códice Florentino*, a propósito da devastação da capital asteca de Tenochtitlan pelas mãos do ambicioso Hernán Cortés, o censurado historiador Bernardino de Sahagún comentou sobre os espanhóis do século XVI: "Anseiam pelo ouro como porcos famintos." Dizia-se que não abriam mão, em sua avidez, dos anéis de nariz e lábios, pingentes, pulseiras e broches das roupas dos indígenas.

O cacique Hatuey, que morreu não sem pedir que o impedissem de ir para o céu prometido dos cristãos, para não se encontrar com os frades ortodoxos que o torturaram, um belo dia mostrou aos seus patrícios uma canastra de ouro e os advertiu sobre a voracidade dos invasores que os sujeitavam: "Vocês estão vendo aqui o senhor deles, a quem servem e querem muito e por quem procuram; para se apossar deste senhor nos angustiam; por ele nos perseguem; por ele mataram pais e irmãos de nossa gente e de nossos vizinhos, e nos privaram de todos os nossos bens, e por ele nos perseguem e maltratam; e para isso, como vocês já ouviram, querem chegar até nós e não pretendem outra coisa senão buscá-lo, e para buscá-lo e se apoderar dele tratarão de nos perseguir e fatigar, como já fizeram em nossa terra antes."[5]

A Espanha, na época da chegada de Colombo, era antes de tudo uma criação intelectual do império romano. Quando iniciou a conquista do Novo Mundo, a antiga Hispânia acabara de conseguir a unidade como nação depois do genocídio, expulsão e apropriação dos bens de milhares de árabes e judeus. Na celebração da reconquista, Colombo defendeu seu achado e chamou a atenção sobre a grande riqueza que punha à disposição dos reis católicos Fernando e Isabel, mas não imaginou que até 1660, isto é, 168 anos depois de sua viagem fatídica, a Espanha obteria da América Latina mais de 185 mil quilos de ouro e cerca de 16 milhões de quilos de prata, sem contar o que entrou como contrabando.[6] Outros autores falam de 300 mil quilos de ouro. De 1661 a 1811, foram extraídas 700 toneladas de ouro. Em 1785, diante de uma crise econômica que ninguém podia ou desejava explicar, o gentil conde de Aranda explicou ao conde de Floridablanca que espremera tudo o que fora possível das colônias do chamado Novo Mundo,[7] e isto se complicara em parte porque do assalto comercial já participavam ingleses, italianos, franceses, alemães, portugueses e holandeses.

Do incerto território do Brasil saíram 980 toneladas de ouro, de 1691 a 1850,[8] que não foram suficientes para saciar Portugal. Dizia o perseguido dramaturgo Bertolt Brecht que fundar um banco ou roubá-lo era a mesma coisa; os primeiros bancos europeus se consolidaram pelos resultados cômodos dos desmandos coloniais: "Conquista, pilhagem, extermínio, são a realidade de onde brota a afluência de metais para a Europa do século XVI."[9] O alto rendimento proporcionado pela escravidão predatória, por exemplo, foi considerável dados o baixo investimento e a taxa desafiadora de lucros que representava.

Desde 1600, ano em que a rainha Elizabeth I fundou a Companhia Inglesa das Índias Orientais, a Inglaterra, que submeteu a ferro e fogo os irlandeses e os escoceses, decidiu não recuar em sua proverbial conquista do Novo Mundo. Em 1595, o pirata Walter Raleigh tentou fundar uma cidade na Guiana e retornou fascinado pelo mito aurífero. Em 1625, seus compatriotas estavam em Barbados; em 1629 já tomavam Quebec; em 1655, a Jamaica. A expansão se tornou inevitável e caíram uma atrás da outra Dominica, San Vicente, Anguila, Bermudas, Antigua, Nevis, Tortuga, Tobago, Monserrate, e estimularam as expedições para capturar parte da Mesoamérica em Belize, as ilhas da Bahía, Mosquitos e San Andrés, e especialmente a Guiana. Com a derrota da Invencível Armada espanhola, arrasada a canhonaços em 1558, e a formação de uma frota de piratas, foi possível incorporar-se à pilhagem de ouro e prata cujo monopólio era da Espanha.

As plantações, desde a época colonial, converteram-se em instrumento de submissão das economias locais e obtenção de lucros devido ao uso crescente de escravos. Para dar uma ideia dos dividendos, vale a pena comentar que a Inglaterra financiou suas guerras contra Napoleão Bonaparte apenas com 10% dos altos rendimentos obtidos por suas plantações de açúcar. Em 1747, o pragmático analista Malachy Postlethwayt escreveu: "As colônias jamais devem esquecer que são devedoras à pátria mãe pela propriedade de que gozam. A gratidão devida obriga-as a permanecer sob sua dependência imediata e subordinar seus interesses aos da metrópole. Em consequência devem: 1) dar à metrópole maior saída para seus produtos; 2) dar ocupação a um maior número de manufatureiros, artesãos, marinheiros; 3) proporcionar a ela maior quantidade dos objetos de que necessita."[10]

Na sofreguidão pelo saque da América Latina, a Holanda esteve na vanguarda desde a criação em 1621 da Companhia das Índias Ocidentais, isto é: a desejada metade dos ganhos espanhóis chegava sem problemas a Amsterdã, mas os holandeses confirmaram sua reforçada presença direta em lugares como Suriname, Curaçao, Bonaire, Aruba e a costa brasileira. Na França, houve um plano de ocupação da América a partir do Canadá, mas também se impuseram a cidades ao longo do vale do rio Mississipi; em 1625, o Caribe também era francês: conquistava-se o Haiti; em 1635, Martinica e o conjunto de Guadalupe com Saint-Barthélemy, Saint-Martin, Les Saintes, La Désirade e Marie-Galante; em 1650, Santa Lucía; e só com a guerra foram entregues Dominica, Granada, Tobago; em 1650, colonizou -se Saint-Croix. Em 1604, começou a colonização da já explorada Guiana. Por ironia, enquanto se proclamavam os direitos do homem em Paris e se aboliam os privilégios do antigo regime, de 1789 a 1796, a brutalidade dos franceses foi devastadora entre os povos indígenas e africanos.

O certo, o que importa, é que durante séculos a política frenética exercida em terras latino-americanas teve seu custo, porque, além da atividade de mineração, destruiu sem remédio a biodiversidade da região em 47%. No Brasil, a exploração do açúcar e da borracha arruinou milhares de hectares; na Argentina e no Paraguai, os bosques de maçãs silvestres foram devastados; na Venezuela, as plantações de cacau só deixaram ruínas em sua passagem; na Colômbia, o café foi a principal causa da extinção de terras cultiváveis e esta tragédia se repetiu na América Central com as frutas. Nenhum dos ganhos destas plantações contribuiu para o desenvolvimento dos países onde se encontravam, mas em troca enriqueceu uma dezena de potências.[11] Em 2005, a selva da região amazônica sofreu a destruição de 18 mil quilômetros; de 2003 a 2004, foram arrasados 26 mil quilômetros. Mas nada pior do que os anos 1994-1995, quando as políticas de neoliberalismo a todo transe provocaram sem vertigem a aniquilação de 29 mil quilômetros quadrados.

O incongruente é que em 2007, depois da extorsão e do roubo de seus recursos desde o século XVI, a América Latina estava inadimplente: ainda devia aos bancos, à Europa, aos Estados Unidos e a instituições financeiras multinacionais como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial, um quantia estimada em 808 bilhões de dólares, que se concentram em quase 65% entre Brasil, México e Argentina. De 1980 a 2006, a dívida cresceu em 261%. Cada criança latino-americana que consegue chegar aos dez anos deve a metade do resto de sua vida. Segundo Jacobo Schatan, "o volume de exportações da América Latina aumentou de 1980 até 1995 em 245%. De 1985 a 1996, extraíram-se e enviaram-se para o exterior 2,7 bilhões de toneladas de produtos básicos, a maioria deles não renováveis. Oitenta e oito por cento correspondem a minerais e petróleo. Fazendo uma projeção até 2016, calcula-se que o total de exportações de bens materiais da América Latina para o Norte seria de 11 bilhões de toneladas. De 1982 até 1996, em 14 anos, a América Latina pagou 739,9 bilhões de dólares, isto é, mais do dobro do que devia em 1982 — cerca de 300 bilhões de dólares — e, no entanto, continuava devendo 607,2 bilhões de dólares". [12]

Os fraudulentos consórcios petrolíferos dos Estados Unidos e da Europa impuseram suas regras de extração no século XX, destruíram comunidades inteiras, ecossistemas maravilhosos e, em pouco tempo, conceberam uma espoliação precipitada. Mais de três quartos dos golpes militares ou civis — incivis — na América Latina foram fomentados para defender interesses externos. Qualquer estudo sério sobre os países com maiores recursos naturais da região revelaria que foram os mais empobrecidos. As minas do Peru, Bolívia e México enriqueceram os prestamistas alemães no século XVI. A Venezuela era em 1928 o primeiro exportador de petróleo do mundo[13] e, passados sete decênios de exploração indiscriminada que aniquilaram o resto das indústrias nacionais e arruinaram os agricultores do país, em 1992 só restavam, como resultado de políticas erradas, 80% da população empobrecida.

Desde o início, a América Latina, que subsidiou o comércio das grandes potências com a cumplicidade de elites dirigentes dóceis e corruptas, foi uma vasta fábrica de pobreza e de fome: no século XVI, só 2% da população possuíam a riqueza. Em 2007, o continente já contava com 570 milhões de habitantes, mas 230 milhões eram pobres. O mais despropositado é que esta penúria só conheceu os extremos: 81 milhões são indigentes e nove milhões vivem com 1 dólar por dia. Ano após ano, morrem duzentas mil crianças de fome. Dos 37 milhões de pobres que havia nos Estados Unidos em 2004, os emigrantes hispânicos constituíam 21% dessa população.

Na América Latina, há 671 povoações indígenas, mas este é um setor tão abandonado que representa 80% da pobreza mais ultrajante, apesar de que, em seus espaços, em muitos casos, convivem com transnacionais petrolíferas e de mineração. Os indígenas sofreram execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, torturas, detenções arbitrárias, ameaças e eliminação de suas aldeias. Seu protesto social é criminalizado em países como o México. Rodolfo Stavenhagen, relator especial sobre os povos indígenas, apresentou um informe exaustivo ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em 20 de março de 2007 e suas conclusões foram aterradoras: os massacres continuam porque as companhias

transnacionais descobriram minerais, água ou petróleo e atacam os povoados que se negam a abandonar o território,[14] como acontece com as tribos akawaios, macusis, wapichan e waiwais que foram vítimas dos exploradores de ouro na Guiana. Os garimpeiros do Brasil violam e sequestram as filhas dos indígenas, e contam com o silêncio das autoridades.

Mas, enquanto eu indagava, soube não apenas do saque comercial mas também do genocídio. Durante a funesta época da conquista, uma minoria de soldados famélicos exterminou quase totalmente uma população de setenta milhões a cem milhões de índios.[15] Atualmente restam apenas 26 milhões. Em Santo Domingo, a população nativa que inicialmente contava com quase quatro milhões de pessoas em 1496, em 1950 era apenas de 125 mil seres humanos. O melancólico cronista Gonzalo Fernández de Oviedo dizia sobre Cuba: "(...) encontrou o almirante, quando descobriu estas ilhas, um milhão de índios e índias, ou mais, de todas as idades, ou entre pequenos e grandes, dos quais todos, e dos que depois nasceram, não se acredita que há agora, neste ano de 1548, quinhentas pessoas, entre pequenas e grandes, que sejam naturais e de progênie e estirpe daqueles primeiros. Porque o que há mais agora são trazidos pelos cristãos de outras ilhas, ou da Terra Firme, para trabalhar para eles. Pois como as minas eram muito ricas, e a cobiça dos homens insaciável, alguns índios trabalharam excessivamente; outros não receberam comida como convinha; junte-se a isto que esta gente é de natural ociosa e viciosa, e de pouco trabalho, e melancólica e covarde, vil e mal propensa, mentirosa e de pouca memória e de nenhuma constância. Muitos deles, por passatempo, matam-se com veneno para não trabalhar, e outros se enforcam com suas próprias mãos."16

Milhares e milhares de mulheres foram assassinadas por cães atiçados para despedaçá-las.[17] E como se isto não bastasse, os conquistadores criaram haréns onde subjugavam meninas de 12 a 14 anos; algum tempo depois, pululavam às margens das cidades principais centenas de órfãos que morriam de fome, sede e doenças pavorosas. Houve casos de suicídios individuais e coletivos causados pelo desespero: os índios optavam por suprimir a vida diante da possibilidade da escravidão, tortura e injustiça. Os habitantes rebeldes da ilha de Cubagua, espoliados pelos exploradores de pérolas, mantinham-se debaixo da água até perder a consciência e amarravam pedras no corpo para nunca mais voltar à superfície. Numa queixa furibunda ao Conselho das Índias, o cacique rebatizado como Diego de Torres, vacilante, advertiu que os muíscas não suportavam os castigos cruéis e preferiam morrer a se resignar a uma vida indigna.[18] No assentamento de Naco, que tinha dez mil habitantes na chegada dos espanhóis, a cifra

se reduziu a dez, devido à crueldade. No Concílio de Lima de 1583, que ordenou a destruição da memória escrita dos incas, dizia-se que os índios eram "bárbaros e pouco acessíveis à razão, e que por isto necessitam, mais do que os outros, de correção corporal". Com isto se aludia aos açoites: milhares de índios se suicidaram por causa das dores causadas pelos ferimentos dos castigos. Os índios afogavam os filhos nos rios para que não sofressem o mesmo destino dos pais, ou cortavam-lhes os braços para que os espanhóis os considerassem inúteis e os deixassem em paz.

Se algo me impressiona é como se desmentiu que a mentalidade dos espanhóis era insensível aos massacres. Sabiam o que faziam; eram fanáticos. No furibundo sermão *Una voz que clama en el desierto*, o dominicano Antonio de Montesinos se atreveu a deslegitimar a conquista, no domingo anterior ao Natal de 1511: "Digam: com que direito e com que justiça mantêm os índios em tão cruel e horrível escravidão? Com que autoridade fizeram guerras tão detestáveis a estas pessoas que estavam em suas terras mansas e pacíficas?" Frei Bartolomé de Las Casas, em sua *Brevísima relación de la destrucción de las Índias* — título bastante sugestivo —, queixava-se na ocasião: "Porque são tantos e tamanhos os estragos e crueldades, matanças e destruições, despovoamentos, roubos, violências e tiranias."[19]

Numa carta destinada a refutar um editorial da *Royal Gazette*, em 1815, Simón Bolívar escreveu: "Seria inútil chamar sua atenção para os inumeráveis e incomparáveis assassinatos e atrocidades cometidos pelos espanhóis para destruir os habitantes da América depois da conquista, para conseguir a posse tranquila de um chão nativo. A História relata amplamente aqueles acontecimentos espantosos tão profundamente deplorados pelo ilustre historiador Dr. Robertson, com apoio na autoridade do grande filósofo e filantropo Las Casas, que viu, com seus próprios olhos, a nova e formosa porção do globo povoada por seus índios nativos ser regada depois com o sangue de mais de vinte milhões de vítimas."[20]

Ao contrário do que se argumenta, Steven Katz acrescentou que se trata da maior catástrofe demográfica do mundo.[21] Tzvetan Todorov foi o mais contundente ao repudiar os historiadores que tentaram negar este acontecimento:

> Se alguma vez se aplicou com precisão a um caso a palavra genocídio é este. Parece-me que é um recorde, não só em termos relativos (uma destruição de 90% ou mais) mas também absolutos, já que falamos de uma diminuição (*sic*) da população estimada em setenta milhões de seres humanos. Nenhuma

das grandes matanças do século XX pode ser comparada a esta hecatombe. Compreende-se até que ponto são vãos os esforços de certos autores para desacreditar a chamada "lenda negra", que estabelece a responsabilidade da Espanha neste genocídio e mancha assim sua reputação. O negro está aí, embora não haja lenda. Não é que os espanhóis sejam piores do que outros colonizadores: acontece simplesmente que foram eles quem então ocuparam a América, e que nenhum outro colonizador teve a oportunidade, nem antes nem depois, de provocar a morte de tanta gente ao mesmo tempo.[22]

Nem Gengis Khan, nem Hitler, nem Slobodan Milosevic, nem os verdugos que obedeciam com prazer ao tirano Josef Stalin, puderam matar tantos homens, mulheres e crianças como os europeus na América; o revisionismo acadêmico não impedirá que este horror possa ser esquecido. As doenças epidêmicas transmitidas pelos soldados provocaram, além disso, milhões de mortes; os guerreiros procediam de uma Espanha assolada pelas pestes: a epidemia do norte da Espanha deixou, por exemplo, quinhentos mil mortos desde 1599.[23] Para Henry F. Dobyns, 95% da população da América Latina morreram nos 130 anos seguintes à chegada de Colombo, e 90% dos nativos incas morreram pelas epidemias de varíola, tifo, difteria e sarampo que se sucederam desde 1529.[24] O mais incrível é que a América Latina tinha dez vezes o número de habitantes da Espanha e de Portugal.[25] A responsabilidade pelas epidemias se insere dentro dos crimes voluntários e não acidentais, pois os conquistadores causaram este dano com premeditação. Usaram os doentes trazidos para dizimar os indígenas e desmoralizá-los. Não evitaram.

Para compensar este insólito genocídio, desculpado e inumerável, concebeu-se uma solução mais atroz. Devido aos protestos pelo abuso contra os nativos, alguns membros sentimentais da Igreja católica, como Las Casas, pediram piedade aos reis e os aconselharam a buscar negros que fizessem os trabalhos difíceis, e logo se pôs em prática uma bestial caçada humana no território da África: Senegal, Guiné, Gâmbia, Cabo Verde, Serra Leoa, Congo, Angola, Benin e Moçambique.

Traficantes portugueses e ingleses, com participação de franceses, suecos e dinamarqueses, transportaram quase 15 milhões de seres humanos, e causaram de cinco milhões a seis milhões de mortes nas viagens marítimas ou pela fome, e um número maior ainda de pessoas morreu de fadiga nos portos e nas minas, sob a crueldade mais indizível. Outros se suicidaram, aterrorizados ou ultrajados.[26] Os guerreiros *bidyogos* preferiam morrer a se submeter; dobravam a ponta da língua para trás, empurravam a glote sobre a traqueia, impedindo a entrada e a saída de ar dos pulmões, e se asfixiavam.

IV
Etnocídio, transculturação e memoricídio

Enquanto pesquisava estes dados, calado de terror, nas bibliotecas solitárias de três continentes, compreendi que a rapina, no entanto, não foi exclusivamente econômica; tampouco o genocídio se restringiu ao massacre puro e simples. Além do roubo de matérias-primas, descobri que mais enfurecida e descarada foi a destruição cultural, ou etnocídio; cada assassínio proporcionava desculpas para aniquilar com mais força os símbolos das vítimas; cada novo tormento exigia uma transculturação mais acelerada. Desde o primeiro instante, na etapa de exploração, a desnaturalização da memória histórica da América Latina significou manipulação, queima, desarticulação ou censura e isto foi uma infâmia constante que prevaleceu em todas as nações que contribuíram para crimes tão indignos. Não houve exceção: o monopólio comercial e delituoso foi cultural.

O saque e o usufruto não foram suficientes, mas aplicou-se um processo de exclusão por meios menos sutis de discriminação, desprezo e retrocesso cultural. A transculturação ou substituição da memória da América Latina foi executada com perfídia em três etapas: 1) estilhaçamento da memória subjugada, evidente nas perdas e nostalgias; 2) incorporação forçada da cultura dominante; 3) elaboração, por parte da sobrevivência, de estratégias de resistência e integração assinaladas pelo grau do contato.

Até o nome do continente foi arrebatado como direito e se impôs à imaginação europeia, que se referia às Índias, ao Novo Mundo, a Vera

Cruz e que consagrou o termo *América* em vez de *Colombeia* (como quiseram muitos); ninguém pensou em recuperar os nomes das civilizações mexicas, maias, caraíbas, andinas. Hoje os latino-americanos encaram outro estigma porque não são considerados "americanos", honra reservada aos habitantes dos Estados Unidos. Se um mexicano, de origem maia, se autodenominar "norte-americano", será ridicularizado.

De qualquer maneira, o processo de apropriação e assimilação cultural foi lento, sistemático, feroz e implacável: 60% de toda a memória coletiva da América Latina foram roubados ou devastados com mesquinhez. Nada se salvou da depredação. Quando se pergunta quem são os latino-americanos, questão alvo das mais ecléticas propostas, antecipa-se o esquecimento deliberado da amputação sofrida, por milhões de indivíduos, de parte essencial de sua memória, configurando a dilaceração que vai da ambivalência à ilusão dolorosa. Esqueceu-se até que este esquecimento está consagrado.

No inventário de ausências notáveis estão amostras de escrita como a elaborada pelos astecas e maias, além de modelos de todas as etnias afetadas: pinturas, esculturas, tecidos, dança, canções, composições musicais, fórmulas médicas, instrumentos, ferramentas, centenas de patrimônios naturais e patrimônios culturais intocáveis determinantes do fazer simbólico e da necessidade de compreensão da realidade.

Extirpação ou etnocídio: o trabalho de evangelização ou hispanização — antes uma cruzada do que uma conquista — [27] foi uma implantação radical que provocou a destruição de milhares de objetos das religiões e culturas autóctones. Os frades consideravam como objetos demoníacos e malignos quase toda a arte religiosa nativa. Frei Diego Durán, que pedia com sinceridade que se vigiasse aquilo que os índios sonhavam,[28] advertiu com desconfiança que havia a possibilidade de que eles frequentassem as igrejas somente porque os prédios foram construídos com pedaços de seus velhos templos. A incompreensão era tanta que confundiam as obras de arte com as religiosas: no trecho de seu diário correspondente a 29 de outubro de 1492, Colombo comentou que encontrara "muitas estátuas com forma de mulheres e muitas cabeças à maneira de carranca muito bem-lavradas. Não sei se gostam delas pela beleza ou para adorá-las".[29] Ele não sabia e poucos souberam.

Em sua *Historia natural y moral de las Indias*, impressa em Sevilha, em 1590, Joseph de Acosta afirmou que não bastaria eliminar os ídolos "demoníacos" dos índios para vencer a idolatria: seria preciso desenraizar suas ideias sobre religião. No México, os ídolos da destruída

cidade de Tenochtitlan foram escondidos em lugares desconhecidos, e, em sua busca, os sacerdotes ordenaram o assassínio e tortura de dezenas de nativos.

Houve certamente destruição premeditada e negligência, saque direto, devastação permanente e uma miscigenação desigual que encobriu as origens: segundo um especialista, havia 1.750 línguas antes da chegada à América dos europeus[30] e a introdução obrigatória de seis idiomas importados provocou a extinção de mil línguas; ainda assim, enquanto escrevo, podem ser perdidas outras 375.

O idioma taíno, família do aruaque, primeiro escutado pelos espanhóis no Caribe, foi extinto com o extermínio de seus falantes. No Brasil, 75% das línguas indígenas foram extintas desde sua descoberta em 1500. Na Argentina, falavam-se línguas agora extintas como o chané, o vilela, o selkmam, o haush, o teushen, o gününa küne, o allentiac e o micayac. No século XVI, no México, existiam 170 línguas, mas no início do século XX havia 110 e no século XXI apenas 72. A língua kiliwa tinha em 2005 oito habitantes de 43 a 89 anos, embora reste uma centena de descendentes desta cultura de cinco milênios localizados sobretudo no município de Ensenada. Há, na Guatemala, exemplos devastadores, como o idioma aguacateco, falado agora por apenas 23 pessoas do município de Aguacatán, no departamento de Huehuetenango.

A cristianização produziu a negação temida de milhares de rituais; a importação de expressões musicais e literárias europeias desestimulou as canções populares, que em sua maioria se perderam, e composições literárias de notável originalidade foram rejeitadas. Instaurou-se um plano de ênfase psicológica de desmoralização. Bernardino de Rivera, conhecido como Bernardino de Sahagún, assinalou: "Isto é que literalmente ocorreu aos índios, com a vinda dos espanhóis. Foram pisoteados e destruídos a tal ponto que deles e de toda sua sociedade não restou já nenhuma aparência do que eram antigamente."[31] Mas não se deve falsificar a história atribuindo exclusivamente aos espanhóis esta mentalidade destrutiva: quase todos os europeus sucumbiram às suas próprias vaidades na América.

Este etnocídio foi acompanhado por um fenômeno de eliminação da memória, denominado popularmente de "memoricídio" (após a catástrofe da antiga Iugoslávia no final do século XX), e se originou na época do humanismo clássico. Salvo honrosas exceções, os melhores pensadores europeus consideraram que os indígenas eram ignorantes e bárbaros, seres sem alma, selvagens que deveriam ser submetidos a uma

nova ordem política, econômica, cultural e religiosa; e teólogos como Ginés de Sepúlveda expressaram sua convicção por meio de raciocínios aparentemente sensatos: "Sendo por natureza escravos, os homens bárbaros, incultos e desumanos se negam a admitir o domínio dos que são mais prudentes, poderosos e perfeitos do que eles; este domínio lhes traria grandes utilidades, sendo além disso coisa justa, por direito natural, que a matéria obedeça à forma, a mulher ao marido, os filhos ao pai, o imperfeito ao perfeito, o pior ao melhor, para o bem universal de todas as coisas. Esta é a ordem natural que a lei divina e eterna manda observar sempre. Tal doutrina foi confirmada não apenas com a autoridade de Aristóteles, a quem todos os filósofos e teólogos mais excelentes veneram como mestre da justiça e das demais virtudes morais e como sagacíssimo intérprete da natureza e das leis naturais, mas também com as palavras de São Tomás."[32] Não se acreditava que os indígenas tivessem cultura valiosa; quando finalmente se acreditou, já era tarde demais.

Em nome de Aristóteles ou Tomás de Aquino, o dano premeditado queria se justificar: o projeto tencionava submeter os indígenas e os africanos a uma derrota total. Em boa medida, a guerra justa foi uma das noções aplicadas para a conquista da América Latina. O erudito Francisco de Vitoria, desesperado por não encontrar sentido à sua vida, pensava que a recusa dos indígenas ao comércio e à evangelização era por si só injúria suficiente para legitimar uma ação de guerra.[33]

Em 1579, em resposta aos inumeráveis abusos fabricados pela instituição da *encomienda* (pela qual soldados e colonos ganhavam posse da terra e também dos indígenas, devendo em troca cristianizá-los), o cacique Oberá ("o que brilha"), dos guaranis, rebelou-se contra os conquistadores e missionários numa guerra de antemão perdida, que se estendeu sem trégua até Guarambaré. Entre as muitas coisas defendidas por este homem valente estava o direito de conservar sua *tekohá*, isto é, "o lugar do *tekó*", referência ao *habitat* comunal, onde se preservava a cultura. *Ñande reko* eram os vocábulos para "modo de ser" e num dos ataques mais conhecidos se diz que os guaranis enfrentaram os espanhóis com uma dança de guerra para lhes mostrar que a possibilidade de rendição não fazia parte de sua identidade. A um jesuíta que quis doutriná-lo, "um dos principais caciques disse com determinação e dureza que voltasse à sua terra porque eles não admitiriam outro ser (sua frase é esta) que não fosse o herdado dos avós".[34]

No entanto, a tradição de pilhagem e devastação cultural era incontrolável e não se restringiu aos séculos XVI e XVII: a verdade é que o descalabro jamais cessou. Nesse sentido, observei que o saque teve três etapas: conquista, colonialismo e pós-colonialismo. Entre os séculos XVIII e XXI, os sistemas culturais correram grave risco ao serem esvaziados de seus conteúdos primordiais: peças de arte pré-hispânica ou colonial e da etapa modernista e surrealista, bibliotecas, arquivos e edições únicas, expressões orais únicas, não resistiram ao embate criminal. Templos, estradas e monumentos pré-hispânicos ficaram em ruínas ou foram taipados com propostas arquitetônicas das novas culturas, com traçados quadriculados de origem helênica. Cusco é um exemplo que se repete em toda a região.

V
Estados Unidos contra a América Latina

Durante as lutas de emancipação no século XIX, as grandes potências europeias não puderam conter o repúdio popular, mas o custo da reação foi muito alto porque a guerra assolou boa parte da memória que ainda persistia e da nova memória produzida pela era colonial com seus documentos e obras artísticas. A anarquia permitiu à Inglaterra suplantar com persistência a Espanha, a França e Portugal no despojo da América Latina, embora não evitasse que os Estados Unidos assumissem o controle absoluto de seus vizinhos mais próximos. John Adams escreveu em 1804 que "o México cintila diante de nossos olhos. A única coisa que esperamos é ser donos do mundo". Esta ambição confirmou que a voraz expansão norte-americana no hemisfério seria um mal inevitável. O México perdeu a metade de seu território e começavam centenas de intervenções militares e políticas em diferentes países sob a palavra de ordem do "Destino Manifesto", e se promoveu ao mesmo tempo um domínio cultural que teve de ser assumido como inexorável. Em 1898, já haviam se apropriado de Cuba, Porto Rico e dividiram a Colômbia para assegurar o Canal do Panamá. Em 1912, William Howard Taft disse: "Não está longe o dia em que três bandeiras de estrelas e tiras assinalarão em lugares equidistantes a extensão de nosso território: uma no Polo Norte, outra no Canal do Panamá e a terceira no Polo Sul. Todo o hemisfério será nosso de fato, pois em virtude de nossa superioridade racial já é nosso moralmente."[35]

Para a consolidação desse projeto, instalou-se uma infraestrutura de substituição, com eficiência, do trabalho de pilhagem dos europeus, tornando-se imprescindível utilizar mecanismos inéditos de penetração que em dois séculos acabaram por comprometer o setor da educação ou os meios de comunicação radiofônicos, impressos e televisivos no século XX. Desde a Doutrina Monroe e o Corolário Roosevelt, ou os pactos não cumpridos como a Aliança para o Progresso, de John Kennedy, o *New Deal*, de Richard Nixon e Henry Kissinger, e a Iniciativa Empresarial para as Américas, de George W. Bush, tudo se destinava a exercer uma influência cultural baseada no temor e na incapacidade de resistência, e na abertura de mercados econômicos para as empresas vorazes. Aldeias de índios e de camponeses desapareceram em consequência da instalação de campos petrolíferos ou de minérios. No Brasil, o ecocídio contra as florestas na Amazônia não se realizou sem a ruptura cultural das comunidades nativas que foram usurpadas e ludibriadas. Povoados inteiros foram arrasados para edificar cidades que representavam o novo tempo: os tratores passaram por cima dos assentamentos como parte de um plano de construção baseado na deslegitimação do passado.

Depois de 1945, enquanto o mundo contemplava sem fôlego a Guerra Fria mais tépida da História, as agências de inteligência dos Estados Unidos financiaram e formaram dezenas de militares latino-americanos como resultado de uma estratégia para combater o marxismo ou o indigenismo; e a guerra supunha massacres e a devastação de estruturas que perderam complemente seu vigor inicial e apenas subsistiam nos escombros. Da mesma maneira, durante a obscura época do macarthismo, dezenas de pessoas se negaram a ser subjugadas e foram assassinadas, desde o México até a Terra do Fogo, e também se apagou qualquer recordação sua: hoje são os desaparecidos, os anônimos. O anúncio deste conflito destinado a apagar a memória coletiva contemporânea da região foi exposto pelo general Videla na Argentina em 8 de julho de 1976: "A luta se dará em todos os campos, além do estritamente militar. Não se permitirá qualquer ação dissolvente e antinacional na cultura."

O *front* cultural antimarxista intimidou no sul: conhecem-se agora casos de autores que queimaram os próprios manuscritos e livros no interior de suas casas para não serem torturados ou assassinados. E até agora, como prova da enorme amnésia que marca o destino destes povos, não há um único oficial detido pelo enorme memoricídio desencadeado contra qualquer indício de oposição. De lar em lar se realizaram operações de limpeza e isto se manteve em silêncio. Não há atualmente julgamentos abertos em qualquer país da América Latina pelos danos culturais causados pelas ditaduras do século XX com o apoio invariável de governos americanos.

IV
Negligência e tráfico ilícito

Na tremenda história do saque cultural da América Latina, não valem conjeturas de meio-termo. Tudo foi e é perturbador: tudo parece ter contribuído para a calamidade.

Neste momento, estão desaparecendo centenas de incunábulos e milhares de livros antigos, por falta de orçamento para sua restauração e conservação. Metade das bibliotecas da América Latina sofre abandono e negligência, e a mesma coisa se passa com os arquivos, incendiados ou descuidados, para ocultar práticas administrativas ou políticas deploráveis. Também a memória oral sofreu desfalque porque centenas de comunidades foram alteradas e suas tradições desapareceram aos poucos. O fenômeno do colonialismo se acentuou: a independência de muitos países foi política pela metade, raras vezes econômica ou cultural. O etnocídio se combinou com a etnofagia: a insistência internacional pelos direitos humanos obrigou as grandes potências a elaborarem um programa sutil para devorar os ímpetos centrais das culturas pequenas, por meio da sedução econômica global.

A América Latina foi considerada a mais confiável despensa de bens culturais. O terceiro delito mais rentável na região, segundo os dados da Interpol, é o tráfico ilícito de obras de arte, livros antigos, fotografias, peças religiosas e objetos arqueológicos: uma agressão que aproveita a falta de segurança em museus, bibliotecas e assentamentos, e satisfaz um mercado clandestino de compradores sem escrúpulos, interessados em qualquer amostra fundamental das culturas pré-hispânicas.

Em sua busca, os traficantes destruíram monumentos, túmulos e igrejas do Equador, Colômbia, Belize (antiga Honduras Britânica), Guatemala e Honduras. Os assentamentos lembram as paisagens lunares que vimos graças aos telescópios. Na Amazônia, roubam as urnas das tribos; na Costa Rica e no Panamá, traficam águias adornadas de ouro. Não há um museu arqueológico livre do roubo com sanha, sob a astuta cumplicidade dos vigilantes. No Museu Carlos Zevallos Menéndez, de Guaiaquil [principal porto do Equador], uma quadrilha disfarçou o roubo de máscaras tumaco-tolitas com um incêndio no prédio que arruinou centenas de obras. Os destroços, localizados sob as águas com os restos de barcos que transportavam ouro, prata e outros minérios para a Espanha, atraem atualmente centenas de piratas modernos que utilizam mergulhadores e submarinos especiais para saquear estes achados que, por falta de orçamento, são explorados sem descanso.

Trata-se de uma realidade apenas visível. Os historiadores destacam com vergonha a queima de livros na Alemanha em 1933; condenam a destruição da cultura muçulmana pelos sérvios; criticam a destruição das estátuas budistas no Afeganistão; mas no fundo subestimam e ignoram, por exemplo, as consequências do extermínio realizado pelos europeus e americanos de milhões de latino-americanos e seu patrimônio cultural. Por ironia, os destruidores foram beatificados pelas elites culturais: frei Juan de Zumárraga, inquisidor e destruidor dos astecas, passou para as crônicas como bibliófilo e fundador de bibliotecas. Diego de Landa, destruidor dos maias, hoje dá nome a institutos de filologia. Os traficantes foram premiados como salvadores. Os museus americanos e europeus que adquiriram por meio do roubo suas coleções receberam considerações excepcionais.

As evidências documentais de saque e destruição da América Latina foram eliminadas em grande parte, ou ficaram desaparecidas por longos períodos, como aconteceu com os manuscritos de frei Sahagún, que se perderam em duas ocasiões e obrigaram o erudito, já ancião, a reescrever sua obra, e o manuscrito final foi publicado completo em 1979, centenas de anos depois de sua composição. O manuscrito da *Historia de las Indias da Nueva España y islas de Tierra Firme*, do dominicano Diego Durán, escrito de 1576 a 1581, ficou inédito até o século XIX. O livro de Eduardo Galeano, *As veias abertas da América Latina*, foi queimado e vetado: encontraram-se corpos na Argentina assassinados por possuírem este livro. Apesar dos esforços evidentes para entender o passado de um ponto de vista mais plural, me parece que há uma vertigem internacional

na hora de examinar a história latino-americana. Há um grande temor pela magnitude dos estragos e pelo que representa este vazio. As lutas políticas propiciam um discurso exaltado, improvisado e laudatório sobre cada aspecto cultural.

Por isso e pelo resto que vai detalhado nas páginas seguintes, acreditei oportuno examinar com atenção as causas do etnocídio da América Latina. Passei minha vida investigando casos de saque cultural em diferentes épocas ou lugares e hoje posso assegurar que estou horrorizado. Compreendi — ou melhor, assumi — que o etnocídio tem sido a causa intransponível da dependência cultural e dos graves problemas de identidade que afetam os latino-americanos. Só se pode ser aquilo que se recorda do que se é; e se as recordações estão mutiladas, a identidade aparece vulnerável, confusa, intimidada.

Neste livro, quis primeiro insistir na crônica histórica do desastre contra a cultura latino-americana, da chegada de Colombo ao tráfico ilícito de bens culturais que se mantém no século XXI. A segunda parte estabelece uma reflexão sobre o papel das conquistas e guerras nos saques culturais, na história da humanidade; apresento uma discussão atual sobre a relação entre império e cultura, e império e língua; e finalizo com a exposição das marcas da guerra sobre a diversidade cultural. A terceira parte apresenta uma análise de como funciona socialmente o mecanismo de eliminação ou manipulação da memória para dar início aos processos posteriores ou simultâneos de transculturação. Os povos latino-americanos foram transculturados, mas também translinguados. Também revisei o significado essencial da memória mítica e social, e a relação indissolúvel entre memória, cultura e identidade. Como se sabe, a elite de cada império histórico (espanhol, português, holandês, francês, inglês) reconheceu que a supremacia não se sustenta pela força das armas ou de um modelo econômico, político e religioso: requer-se a imposição de formatos culturais e a prática do que os romanos chamavam de *damnatio memoriae* ou *memoria damnata* sobre os povos vencidos.[36] Considerando que a memória coletiva — o acervo de registros materiais e imateriais de uma comunidade — é o vínculo mais importante da identidade nacional, devemos notar que é a primeira a ser ameaçada ou atacada durante um processo de etnocídio. De acordo com minha proposta, a ideologia hegemônica está destinada a provocar vergonha pela singularidade passada. Os programas educacionais da América Latina só serviram, salvo exceções, para estimular a negação do grande saque sofrido.

O futuro da América Latina depende mais da justiça do que da omissão; creio que o trabalho intelectual deve salientar que a justiça sem memória é um instrumento metafísico e que o desenvolvimento sem justiça é uma cilada contra a dignidade.

PRIMEIRA PARTE

O saque cultural da América Latina

É preciso entender que a destruição do patrimônio cultural de um país, diante da indiferença da maioria dos governos da América Latina por sua conservação, não é produto de uma posição fortuita. É, pelo contrário, originada numa concepção ideológica das histórias nacionais, que nega a validez da criatividade dos povos autóctones.

Iraida Vargas e Mario Sanoja,
Historia, identidad y poder

CAPÍTULO I

O PRIMEIRO ETNOCÍDIO

Barbaridades que a atual idade contradisse, como sendo fabulosas, porque parecem superiores à perversidade humana; e jamais os críticos modernos acreditariam nelas se constantes e repetidos documentos não comprovassem estas nefastas verdades.

Simón Bolívar, *Carta da Jamaica*, 1815

O ASSASSINATO DA MEMÓRIA

Em 13 de agosto de 1790, os mexicanos assistiram estupefatos à descoberta de uma estátua de três toneladas e quase três metros de altura, que se destacava por suas garras afiadas e presas, adornada por uma saia de serpentes e um colar de corações, e se soube então que fora soterrada no século XVI da mesma forma que a cidade de Tenochtitlan, a grande capital dos astecas. Tratava-se da representação da deusa Coatlicue, dona da vida e da morte dos homens.

A peça foi transportada, com reservas, para o pátio da Universidade do México, onde uma comissão de teólogos e eruditos admirou a grande habilidade do artista, elogiou seu valor e, dias mais tarde, rejeitou-a e sugeriu que fosse sepultada de novo porque bastava sua presença para despertar a recordação agitada da religião antiga entre os índios insensíveis às bondades do cristianismo que os devastara.[1] Em 1804, o barão Alexander von Humboldt pediu para ver esta beleza de arte cuja fama chegara aos seus ouvidos, e as autoridades, desconsoladas, permitiram com resignação que o sábio alemão a examinasse, e logo a enterraram de novo, até 1982, ano em que o governo permitiu que fosse exposta ao público.

Mas história semelhante ocorrera em 17 de dezembro do mesmo ano de 1790. Uma equipe indiferente que trabalhava na construção do lado sul da Plaza Mayor descobriu a Pedra do Sol, um gigantesco e misterioso monolito com um calendário asteca solar e ritual. Desanimados, os frades não encontraram outra maneira de impedir uma revolta do que encostá-la a uma parede da Catedral Metropolitana, onde foi tiroteada por divertimento, e só a pressão pública permitiu que este monumento ainda se conservasse e fosse tirado das mãos da igreja e levado a um museu.

Encobrimento e silêncio, mas sobretudo cumplicidade ímpar para a utopia do esquecimento: a vasta operação de adesões ao saque cultural não repercutiu entre aqueles que eram chamados a denunciar o fenômeno, e a crítica se sustentou nas áreas de importância econômica e social. Raras vezes se divulgou aquilo que era relacionado ao patrimônio histórico, apenas uma vaga reminiscência de grupos acadêmicos sem poder de convocação política ou as reivindicações aflitivas das etnias. A nostalgia passiva determinou durante séculos os esforços teóricos destinados ao catálogo da escamoteação no âmbito da cultura.

É uma situação absurda ao se considerar a profunda crise psicológica provocada por esta pilhagem não só entre os descendentes dos africanos e dos índios, mas também entre todos os que perderam arte, costumes, gastronomia e até maneiras de ser, sob a pressão de um choque cultural assimétrico sem precedente na história da humanidade. O mais curioso é que o especialista que pretende romper o cerco e se aproximar, por exemplo, do passado escrito ou artístico da América Latina, deve viajar ao estrangeiro porque os objetos de estudo se encontram espalhados em centenas de museus europeus, norte-americanos e canadenses, e centenas de coleções particulares no mundo: na Fundação Carnegie, em Yale, no Museu Britânico, no Mankind, ou na Universidade de Oxford, na Bolonha, no Museu Internacional de Cerâmica de Faenza, no Vaticano, Roma, Finlândia, Israel, Rússia, Dinamarca, no Museu da América ou o Instituto Gómez Moreno da Espanha e também nos museus Braux-Arts, de L'Homme e o Ensemble National, no Rieberg Zurich, no Völkerkunde, e um longo *etcetera*.

Diante da tentativa surpreendente de restituir ou recuperar as bases para aproximar os elementos mais valiosos perdidos na voragem inédita da crônica comum, persistiu o esboço habitual, a descrição fenomenológica tatuada sobre a indiferença dos pesquisadores, o contrabando de análises e, deste modo, explica-se o que são os povos da América Latina

a partir de uma visão incompleta onde o preservado e o destruído se complementam de forma generosa e transformadora. Contudo, o flagelo a que foi submetida a região por turnos não criou uma consciência de reação ou impulso (para recuperar, por exemplo, os símbolos roubados), mas de apatia, ironia, rancor e confusão entre aqueles que poderiam ter assumido o discurso crítico sobre a cultura.

Antecedentes

Devo insistir — sem dificuldade — em que a etapa ocidental da América Latina, entre equívocos, assombros iniciais, desencantos, gestos dissolutos e atrito de frases feitas, foi inquisitorial. É importante saber que, quando a Espanha chegou à América em 1492, já havia sido criada a Inquisição em 1478; nos autos de fé de 1481 foram queimados vivos seis acusados. A incipiente nação sofrera sete séculos de guerra desde que, no ano de 718, o monarca Pelayo se rebelou contra o poder muçulmano que dominava o território da antiga Hispânia. Em 2 de janeiro de 1492, Isabel de Castela e Fernando de Aragão finalizaram os combates no assédio de Granada, o último bastião do reino Al-Andalus, e obtiveram a rendição de Abu Abd Allah, popularizado como Boabdil. O amplo triunfo implicou a expulsão e o extermínio de centenas de milhares de muçulmanos. A unidade religiosa e política conseguida pela força, no entanto, correu perigo porque o setor majoritário dos camponeses estava arruinado e as arcas do tesouro real e clerical vazias e, portanto, era necessário um milagre — embora fosse inimaginável então que a solução pudesse derivar de uma região do planeta pressentida pelos filósofos mas inexistente segundo os geógrafos e os teólogos.

Um misterioso personagem, provavelmente genovês, chamado Cristóvão Colombo, leitor assíduo de Marco Polo, surgiu quando ninguém poderia predizer o futuro, e convenceu os reis a financiar um insólito projeto que já apresentara sem sucesso em Portugal para descobrir uma nova rota para as Índias, e recebeu dinheiro e permissão para empreender a viagem a partir do porto de Palos em 3 de agosto de 1492, mesma data em que o Decreto de Alhambra estabelecia que todos os judeus deveriam abandonar a Espanha. Sem saber, ou sabendo, Colombo, um buscador obsessivo do mítico Cipango, depois de cruzar o oceano Atlântico encontrou, em 12 de outubro, um novo mundo que se converteria na salvação do projeto espanhol. Fernán Pérez de Oliva revelou a natureza

deste propósito em sua *Historia de la invención de las Indias*, cujo manuscrito esteve perdido por quase 450 anos e reapareceu em 1965. No livro, o cronista insistiu em que o plano era "dar àquelas terras estranhas o mesmo formato das nossas",[2] o que desestimulou a teoria dos modelos exportáveis.

Dos quatro mil quilômetros quadrados que a Coroa espanhola tinha em 1490, o apetite territorial passou para cinquenta mil quilômetros quadrados em 1500 e, em 1540, já contava com dois milhões de quilômetros quadrados.[3] Desde o primeiro momento, a invasão da América foi um empreendimento destinado a salvar a aristocracia nascente na Espanha da situação de caos que se avizinhava, e tudo era permitido: o genocídio de índios e negros, o tráfico de escravos e a pilhagem aberta. Colombo, temeroso de não ser acreditado em sua volta, a respeito do que viu e ouviu, sequestrou, em 14 de outubro, sete índios taínos e anunciou o que seria a mais trágica realidade dos anos vindouros: "Com cinquenta homens podemos dominar todos eles."[4]

Chama a atenção o contraste entre a visão dos espanhóis e a dos nativos. Bernal Díaz del Castillo observou sobre o México: "Ficamos admirados, e dizíamos que pareciam coisas de encantamento contadas no livro de Amadis [de Gaula].[...] e não é estranho que eu escreva aqui desta maneira, porque há tanto a dizer que não sei como contar: ver coisas nunca ouvidas, muito menos sonhadas, como víamos."[5]

Por outro lado, os indígenas denunciaram assim a conquista de Tenochtitlan em 1521: "E quando chegaram à casa do tesouro, chamada de Teucalco, logo tiraram para fora os artefatos tecidos com penas, como travessas de pena de quetzal, escudos finos, discos de ouro, colares dos deuses, lentes para serem apoiadas no nariz, tributos pagos em ouro, grevas [parte da antiga armadura que cobria a perna, do joelho ao pé] de ouro, braceletes de ouro, diademas de ouro. Imediatamente arrancaram o ouro de todos os escudos e das imagens. E logo fizeram uma grande bola de ouro, e tocaram fogo em todo o que restava, por mais valioso que fosse. E assim tudo ardeu."[6]

Como pôde a admiração se transformar de súbito em depredação semelhante? Durante a exploração das ilhas do Caribe, o assombro coincidiu com a destruição de imagens religiosas e artísticas. Enquanto se elogiava a naturalidade dos índios, arrasavam-se seus costumes. Os espanhóis estavam confusos: na guerra de reconquista, lutaram contra povos islâmicos sem imagens religiosas; os índios, em compensação, tinham milhares de obras veneradas por sua estética e sua conotação

religiosa. Há muito a dizer sobre o assunto, mas basta assinalar que no ataque a Tenochtitlan se perpetrou o primeiro grande saque cultural da América Latina. Nada se fez desde então para estancá-lo: de 1492 até 2007, são 515 anos de rapina. As obras de arte, em sua maioria, foram fundidas em ouro no século XVI e inundaram as capitais europeias como ainda se faz com os objetos colocados nas mesmas cidades pelo tráfico ilegal. Mudaram eventualmente as quantidades, não o método.

Os taínos e a primeira experiência de destruição

O que ia acontecer com o resto do Novo Mundo foi sentido inicialmente, com crueldade ilimitada e inesgotável, na pequena e retraída ilha que Cristóvão Colombo batizou como Hispaniola, moradia natural dos taínos, uma tribo tão peculiar que até o nome significa "bom" em sua língua.

Os taínos eram aruaques. Sua organização social os dividia em aldeões, xamãs ou sacerdotes, e caciques (a palavra queria dizer "que tem casa"). Eram adversários dos ferozes índios caribes, e se distinguiram como agricultores competentes que cultivavam agave; entre suas obras de arte criavam cerâmicas, tecidos, ossos e pedras talhadas, e peças feitas em ouro que serviam para homenagear seus numerosos deuses. Não tinham escrita, mas transmitiam os conhecimentos por meio da música, e utilizavam tambores. "Têm por costume imemorial, em especial nas mansões dos reis, fazer com que seus sábios instruam de memória seus filhos no conhecimento das coisas. Perseguem duas finalidades em seus ensinamentos: uma geral, relativa à origem e sucessão dos acontecimentos, e outra particular, relativa às ilustres façanhas na paz e na guerra de seus pais, avós, bisavós e demais antepassados. O conteúdo de ambos os ensinamentos vinha em versos chamados de *areítos*, e como, entre nós, os tocadores de cítara, eles cantavam com o acompanhamento de danças, ao som de tímpanos."[7]

Pedro Mártir de Anglería, designado primeiro cronista oficial das Índias, é o autor deste parágrafo e de outros em que idealizou os taínos ao comentar que viviam "nus, sem embaraços no corpo, e, sobretudo, sem o mortífero dinheiro, em uma verdadeira Idade de Ouro, sem juízes caluniosos e sem livros, satisfeitos com os bens da natureza, e sem preocupações pelo futuro".[8] Este mito do bom selvagem certamente fascinou

os europeus que o conheceram e mesmo aqueles que só o imaginavam; no entanto, isso não impediu que os primeiros homens sequestrados da América Latina fossem taínos, submetidos quase à extinção. Para subjugá-los, Colombo deixou 39 homens na ilha durante sua primeira viagem, que cometeram todo tipo de excessos e pereceram, e empreendeu sua segunda viagem crente de que conseguiria ouro com 1.200 ou 1.500 homens das mais variadas profissões, e ainda colocou seus irmãos no governo; pediu a um dos religiosos, chamado Ramón Pané, que aprendesse os costumes e a língua dos taínos, coisa que acabou fazendo, e redigiu o primeiro livro de um europeu nas terras descobertas, chamado *Relación acerca de las antigüedades de los indios*, cujo original se perdeu e foi suspeitosamente transcrito por Hernando Colón. Esse livro, em especial, revela dados chocantes da cultura posteriormente aniquilada.

Em 1500, diante de um desastre incontrolável que incluía assassinatos dos índios e violações de suas mulheres, Francisco de Bobadilla, soldado procedente do assédio feroz de Granada, aprisionou os irmãos Colombo, a quem transportou com grilhetas até a Espanha. Por ordem dos reis, Nicolás de Ovando viajou à Hispaniola com trinta barcos e 2.500 colonos, entre os quais se encontravam Francisco Pizarro e Bartolomé de Las Casas. Ovando tinha a missão de garantir os novos domínios e não vacilou em propiciar casamentos para subjugar os taínos, cuja população se reduziu por epidemias, excesso de trabalho ou massacres como o de Xaragua, até chegar à cifra de trinta mil habitantes em 1502. Ovando, além disso, importou escravos negros, introduziu novos cultivos como a cana-de-açúcar, estimulou a mineração, apagou a cultura nativa a que superpôs um urbanismo de natureza europeia, patrocinou a evangelização e conseguiu impor a figura da *encomienda*.

A "extirpação de idolatrias" dos taínos eliminou seus *cemíes* — estátuas de pedra ou de madeira. Pané contou: "As estátuas de madeira se fazem desta maneira. Quando o homem está na estrada, diz que vê uma árvore, que move a raiz. Com medo, o homem pergunta quem é. E ela responde: chame um feiticeiro e ele dirá quem sou. E o feiticeiro, ou bruxo, corre logo para ver a árvore (...) e pergunta a ela: diga-me quem você é, e o que faz aqui, o que quer de mim e por que me mandou chamar. Diga-me se quer que eu corte você ou se deseja ir comigo, ou como quer que eu leve você (...) Então aquela árvore, feita ídolo ou diabo, responde dizendo a maneira como deseja que se faça."[9] A respeito das estátuas de pedra, advertiu o cronista que serviam para "fazer parir as mulheres grávidas. Há outras que falam (...) outras têm três pontas, e acreditam que fazem nascer o agave". Tal animismo seguramente foi combatido, sendo queimados vivos todos os adoradores desta religião.

Hernán Cortés destrói Tenochtitlan

Antes de chegar a Tenochtitlan, Hernán Cortés (1485-1547) percorreu uma rota de destruição cultural extravagante. Segundo o cronista López de Gomara, Cortés confessara que seu propósito de ir à guerra com os índios era para tirar-lhes os ídolos,[10] isto é, praticar a idoloclastia.[11] No primeiro capítulo de suas ordenações, Cortés, que dissimulava o apetite de riqueza, afirmou que sua principal motivação era "afastar e extinguir das ditas idolatrias todos os naturais destas terras".[12] Visitou em 1519 todos os povoados de Cozumel e viu o templo da deusa Ixchel, que representava o arco-íris e era a protetora da fertilidade. Não pôde deixar de se espantar com a pirâmide cheia de escadarias e o fervor com que os indígenas a adoravam, porém mesmo assim interrompeu a cerimônia religiosa e pediu que retirassem as estátuas para colocar no altar uma Virgem. Ordenou que jogassem fora todos os ídolos e encarregou os indígenas de defender com a própria vida a nova imagem cristã.[13] É possível, segundo a crônica de Pedro Mártir de Anglería, que tivesse visto uma enorme coleção de textos: "Oh! Santo Pai!, livros inumeráveis."[14] Nada desta enigmática biblioteca se preservou.

Cortés arrasou também Cholula, onde se encontrava o centro religioso mais importante da região. A pirâmide, com 120 degraus, permitia contemplar uma cidade que então tinha 150 mil habitantes. Com o apoio dos índios tlaxcaltecas e os cempoaltecas (não era raro que algumas tribos se unissem aos espanhóis para enfrentar seus inimigos), Cortés permitiu que se cometesse um massacre e se sabe que o templo de Huitzilopochtli ardeu durante pelo menos dois dias. Os sacerdotes que acompanhavam o conquistador aproveitaram para caiar as paredes dos templos e colocar cruzes para purificar os magníficos prédios.

A 83 quilômetros de Cholula, o imperador dos astecas, Montezuma, receoso por causa de augúrios terríveis, quis dissuadir os conquistadores de se aproximar de Tenochtitlan, mas finalmente se rendeu à reverência e decidiu recebê-los com presentes e atenções especiais. Cortés, pasmado e ao mesmo tempo animado por uma insaciável curiosidade, não se subtraiu às honrarias e se alojou no início, com seus homens, no palácio de Axayacatl, nas proximidades da Plaza Mayor. No dia seguinte, 9 de

novembro de 1519, os espanhóis passearam pelas ruas da cidade e conheceram o mercado de Tlatelolco, subiram a pirâmide de 113 degraus, descobriram tesouros ocultos, mas logo sentiram cansaço e receio, e se apoderaram sem piedade de Montezuma, que passou, de orgulho de seu povo, a súdito vacilante de um grupo pequeno que representava os interesses preconceituosos de um império longínquo.

Cortés, indócil, aniquilou a cultura dos astecas com as próprias mãos, como contou em seu testemunho Andrés de Tapia:

> O marquês de Valle foi ao pátio dos ídolos e enviou emissários a três ou quatro lugares daquela terra, alguns deles para apaziguar certo local que, segundo Montezuma se rebelou, a 80 léguas de distância, e outros foram recolher ouro desta maneira: Montezuma enviava às suas terras mensageiros que iam com os espanhóis. Chegando aos povoados, diziam ao líder: "Montezuma e o capitão dos cristãos pedem para enviar à terra do capitão toda a quantidade de ouro armazenado"; e assim eles davam sem protestar tudo o que lhes pediam. Então o marquês estava no pátio dos ídolos, tinha consigo poucos companheiros; e andando pelo pátio me falou assim: "Suba a esta torre e olhe o que está nela"; e eu subi, e alguns daqueles administradores subiram comigo, e cheguei a uma manta de cânhamo dobrado que continha uma grande quantidade de guizos e campainhas de metal; e querendo entrar fizeram tanto barulho que pensei que a casa ia cair. O marquês subiu para dar uma olhada, e oito ou dez espanhóis estavam com ele; e por causa da manta que estava na porta de entrada a casa estava às escuras; com as espadas afastamos a manta e tudo ficou claro. Todas as paredes de dentro da casa eram feitas de imagens de pedra, e assim era feita a parede. Estas imagens eram de ídolos, e nas bocas deles e por todas as partes do corpo havia muito sangue, da largura de dois ou três dedos. Expôs à vista os ídolos de pedraria, olhou ali tudo o que se podia ver, e suspirou, tendo ficado algo triste, e disse, para que todos ouvíssemos: "Oh Deus! Por que consente que o diabo seja tão grandemente honrado nesta terra? E faça, Senhor, que possamos nela Lhe servir"; e mandou chamar os intérpretes, e ao ruído dos guizos chegou gente que obedecia aos ídolos, e lhes disse: "Deus fez o céu e a terra, e fez vocês e nós e todos, e criou o alimento com que nos mantemos, e se formos bons nos levará para o céu, caso contrário nos mandará para o inferno, como amplamente direi a vocês quando nos entendermos; e eu quero que aqui onde vocês guardam estes ídolos esteja a imagem de Deus e de sua Mãe abençoada, e tragam água para lavar estas paredes, e tiraremos daqui tudo isto." Eles riram, como se não fosse possível fazer aquilo, e disseram: "Não somente esta cidade, mas toda a terra junta têm eles por seus deuses, e aqui está Uchilobos [variante de Hutzilopochtli] de onde viemos; e toda a gente não é nada, pais e mães e filhos, em comparação com ele, e preferirão morrer; e só por ver vocês subirem aqui se puseram em armas, e querem morrer por seus deuses." O capitão ordenou que fossem buscar trinta ou quarenta pessoas e respondeu aos sacerdotes: "Terei prazer em lutar pelo meu Deus contra os deuses de vocês, que são insignificantes"; e antes que chegassem os espanhóis, irritou-se com as palavras que ouvia, e apanhou uma barra de ferro que estava ali, e começou a bater nos ídolos de pedraria; e afirmo por minha fé de gentil-homem, e juro por Deus que é verdade, que agora me parece que o marquês se tornava sobrenatural, e saltava com a barra para alcançar no alto os olhos do ídolo, e assim lhe tirou a máscara de ouro com a barra, dizendo: "De alguma maneira serviremos a Deus."[15]

Montezuma, talvez confuso, aceitou a expulsão de seus deuses e transportou com desconfiança os ídolos a lugares mais seguros; concordou em que as imagens da Virgem e de são Cristóvão fossem colocadas no Templo Maior.[16] Cortés, que já enfrentava uma rebelião entre seus próprios homens, saiu posteriormente de Tenochtitlan, sem saber que já nada voltaria a ser como antes. Ao retornar, soube que Pedro de Alvarado, responsável pela cidade durante sua ausência, não teve autoridade para manter o controle e, diante de um ataque da população, promoveu uma cruel matança entre a aristocracia asteca. Não durou muito para se desatar uma insurreição que acabou com a vida do próprio Montezuma, que quis mediar a favor dos conquistadores e recebeu em troca pedradas e uma ferida fatal que logo o matou.

O certo é que, em 30 de junho de 1520, registrou-se o fato conhecido como a Noite Triste porque a população de Tenochtitlan atacou as tropas de Cortés, obrigadas a se retirar da cidade. Segundo as crônicas, o lago se encheu de cadáveres de espanhóis que preferiram se afogar para não entregar todos os objetos que roubaram. Não é impossível que tenham se perdido neste acontecimento centenas de obras de arte, documentos como o da Villa Rica da Vera Cruz, tecidos e cocares de penas.

Cortés passou três meses obcecado pela ideia de destruir os mexicas: primeiro assediou Tenochtitlan e não cedeu até a queda da cidade, em 13 de agosto de 1521. Tudo ficou então em ruínas, incendiado, saqueado e devastado pelos canhões e arcabuzes. O historiador Hugh Thomas resumiu os efeitos deste funesto episódio: "O preço foi terrível. Tenochtitlan não ficou destruída por acaso, mas em consequência de uma tática

deliberada, aplicada cuidadosa e metodicamente, com toda a energia de uma guerra europeia e sem pensar que se arruinava uma obra-prima do desenho urbano."[17]

Um *cuicapicqui*, ou poeta nauatle, resumiu o que ocorreu em 1521:

[...] En los caminos yacen dardos rotos,
los cabellos están esparcidos.
Destechadas están las casas,
enrojecidos tienen sus muros.
Gusanos pululan por calles y plazas,
y en las paredes están los sesos.
Rojas están las aguas, están como teñidas,
y cuando las bebimos, es como si bebiéramos agua
[de salitre.
Golpeábamos, en tanto, los muros de adobe,
y era nuestra herencia una red de agujeros.
Con los escudos fue su resguardo, pero
ni con escudos puede ser sostenida su soledad.
Hemos comido palos de colorín (eritrina),
hemos masticado grama salitrosa,
piedras de adobe, lagartijas, ratones, tierra
en polvo, gusanos [...][18]

A eliminação da memória asteca

O espantoso, o inaceitável se dá quando se pensa que o ataque espanhol reduziu a cinzas uma cultura tão poderosa e de tanta importância. Segundo o idioma nauatle, a palavra *verdade* era *neltilitztli*, derivado de "cimento", e, a rigor, o que os conquistadores tentaram aniquilar foram precisamente os fundamentos históricos mexicas (astecas), como o desaparecimento dos escritos (e pinturas) preparados pelos *tlamatinimes*, os sábios das pinturas sobre astronomia, história, religião e literatura. Sabe-se que nos *Calmecacs*, ou centros superiores de formação, cantavam-se os chamados códices: "Ensinava-se com esmero a falar bem, ensinavam-se os cantares."[19] Há um antigo poema que reflete esta concepção:

Canto as pinturas do livro,
Vou folheando-o,
Sou como um papagaio colorido,
Faço falar os códices
No interior da casa das pinturas.[20]

Na literatura nauatle, encontramos referências frequentes ao exercício poético ou artístico por meio da figura da flor e do canto, símbolos da poesia. Tinham uma divisão que consistia em estabelecer que a poesia era *cuicatl*, ou seja, canto ou hino; e a prosa era conhecida como *tlahtolli*, ou seja, palavra. Existia uma tradição asteca importante, a Itoloca, cujo significado seria "o que se diz de alguém ou de algo". Segundo frei Diogo Durán, o usual era que se conservassem "seus memoráveis feitos, suas guerras e vitórias (...) tudo estava escrito (...) a contagem de anos, meses e dias em que aconteceram".[21]

A escrita mexica, cujo desenvolvimento ainda não estava completo na chegada dos conquistadores, era um sistema criado com autonomia, baseado em glifos ou pictogramas ideográficos que podiam expor ideias como a de *teotl* ou deus com a figura de um sol. Havia três grupos de escrita: numeral, calendárica e a que conformava o resto dos conceitos. O historiador Miguel León-Portilla destacou alguns princípios gerais desta escrita:

1. Sabemos com certeza que os nahuas desenvolveram um sistema de glifos para representar foneticamente numerosas sílabas e algumas letras (*a*, *e*, *o*).
2. Esses glifos fonéticos, silábicos e alfabéticos derivavam, como aconteceu com a escrita alfabética de outras culturas, da representação estilizada de diversos objetos cujo nome começava pelo som que se pretendia simbolizar.
3. A escrita fonética nauatle chegou a possuir, plenamente caracterizados, vários traços: a) glifos silábicos em geral; b) glifos monossilábicos que representavam prefixos ou sufixos, *te-* (referência a alguém ou alguns), *tlan-* (locativo), *pan-* (em cima de...), e c) glifos que representavam letras, concretamente o *a*, como resultado da estilização do glifo pictográfico de *a-tl* (água); o *e* do glifo de *e-tl* (feijão) e o *o* de *o-tli* (estrada).[22]

Em nauatle, a palavra *tlacuilolitzli* significava escrever ou pintar. Os mexicas tinham seus próprios livros, chamados *amatl*, códices ou

amaxtli feitos com fibra de cortiça do *amacuahuitl*, ou árvore de amate (figueira mexicana, *Ficus sp.*), embora tenham sido encontrados textos em couro (ou pergaminho) de veado que reproduziam desenhos. Eram preparados por escribas ou *tlacuilos* e guardados em depósitos chamados *amoxcalli*. Díaz del Castillo especificou: "Encontramos as casas de ídolos e sacrifícios (...) e muitos livros de papel, guardados em dobras."[23] Muitos destes códices desapareceram poucos anos depois de serem descobertos.

Um dos grandes inimigos da cultura asteca foi frei Juan de Zumárraga, nascido em 1468[24] no mítico povoado basco de Durango, na Espanha, filho de um fazendeiro. Entre suas primeiras tarefas como monge da Ordem de Abrojo estava a de examinar os casos de bruxaria mais conhecidos de sua região, o que o levou ao exercício platônico do exorcismo. Por recomendação de um amigo se ligou ao endividado Carlos V que admirou seu zelo, sua fidelidade e, em 20 de dezembro de 1527, assinou o decreto que o enviava ao México. Numa época de trâmites lentos, chegou depois de um ano.

Como protetor dos índios, cargo insensato que não se ajustava ao seu caráter delicado, invejoso e tenso, puniu a quem pôde sem indícios de misericórdia e conseguiu apoio para reunir materiais numa fogueira destinada a enviar uma advertência aos que ainda mantinham o culto religioso de suas tradições. Queria também apagar o passado e abrir caminho para uma nova etapa. Juan Bautista Pomar contou que, entre as grandes perdas dos indígenas, estavam as pinturas "nas quais registravam suas histórias, porque no tempo em que o marquês del Valle e os outros conquistadores entraram pela primeira vez em Tezcoco, queimaram-nas nas casas reais de Nezahualpiltzintli, num grande salão que era o arquivo geral de seus papéis".[25]

Em 1530, em Tezcoco, Zumárraga fez uma fogueira com todos os escritos e ídolos que recolheu dos mexicas. O apaixonado frei Servando Teresa de Mier escreveu: "O primeiro bispo do México se convenceu de que todos os manuscritos simbólicos dos índios eram figuras mágicas, feitiçarias e demônios e se arrogou o dever religioso de exterminá-los, por si próprio e por meio dos missionários, entregando às chamas todas as bibliotecas dos astecas, das quais só a de Tezcoco, que era a Atenas deles, era tão alta como uma montanha, quando, por ordem de Zumárraga, fizeram-na queimar."[26] Isto foi atestado pelo arqueólogo C. W. Ceram, que revelou que Zumárraga "destruiu num gigantesco auto de fé todos os documentos que pôde arrebanhar".[27]

Frei Juan de Torquemada, tio do inquisidor Tomás de Torquemada que queimou centenas de livros na Espanha, escreveu com ironia: "Porque os religiosos e o primeiro bispo, dom Juan de Zumárraga, queimaram livros importantes para saber das coisas antigas desta terra, pois entenderam que era demonstração de supersticiosa idolatria; e assim queimaram todos quantos puderam ter em suas mãos, que, se não fossem alguns índios diligentes em esconder parte destes papéis e histórias, não haveria agora deles nem a notícia que temos."[28]

Uma persistente tradição católica tentou salvar a imagem deste religioso, apresentando-o de outra maneira. Hoje é lugar comum em todas as lendas sobre a história do livro atribuir a ele a introdução da imprensa no México, pois em 1533 trouxe da Espanha os primeiros especialistas em impressão. Também, e paradoxalmente, assinala-se que foi o criador da primeira biblioteca pública. A seu pedido, Juan Cromberger criou uma sucursal de sua tipografia no México e com essa finalidade enviou Giovanni Paoli, de Brescia, Itália, que começou sua atividade ao editar, em 1539, *Breve y más compendiosa doctrina christiana en lengua mexicana y castelhana*, primeiro livro espanhol na América, do qual não se conserva ironicamente nenhum exemplar da impressão inicial.[29] A violência contra os símbolos era oficial, e a incorporação da imprensa se destinava a suplantar a técnica antiga indígena, para assegurar a difusão do evangelho com 29 doutrinas e 12 confessionários editados no século XVI. Um estudo dos impressos da época revela que a ordem mais ativa foi a dos franciscanos, com 41 textos, seguidos pelos dominicanos com 17 e os agostinianos com 16.[30] Quando morreu em 1548, Zumárraga, distante e seguro, foi chorado pelos fiéis.

Um levantamento persistente dos poucos códices astecas preservados pode dar uma vaga ideia daquilo que se perdeu. Os primeiros conservados seriam os códices mixtecos pré-hispânicos:

Códice Vindobonensis Mexicanus 1, localizado na Biblioteca Nacional de Viena, saqueado por Hernán Cortés e enviado a Carlos V. Apresenta uma crônica do povoado de Tilantongo.

Códice Nuttall ou *Zouche-Nuttall*, no Museu da Humanidade de Londres, com registro das dinastias de Teozacualco, Cuilapan e Tilantongo. Foi saqueado e levado para a Europa.

3. *Códice Becker I*, pintado no povoado de Tututepec, relacionado com o *Códice Colombino*, talvez formando um só, para se referir à vida do

Señor 8-Venado. Hoje o *Códice Becker* está em Viena, enquanto o *Códice Colombino* está no Museu Nacional de Antropologia e História.
4. Códice Bodley 2858, localizado na Biblioteca Bodleiana de Oxford, saqueado, com detalhes do personagem *8-Venado*.

Sobreviveram outros códices pré-hispânicos, como o *Códice Boturini* ou a *Tira de la peregrinación*, que narra a saída dos primeiros mexicas da mítica cidade de Aztlán, um texto que pertencia à coleção do italiano Lorenzo Boturini Benaducci (1702-1751); também se encontra a *Matrícula de Tributos*, hoje na Biblioteca Nacional de Antropologia e História do México. O *Códice Borbónico* (cujo nome se pediu que fosse mudado para *Códice Ciuacóatl*), atualmente na Biblioteca Bourbon da França, era um almanaque religioso.

Da região central do México preservou-se um conjunto de livros conhecidos como "Grupo Bórgia", datados do Pós-clássico Tardio (cerca de 1200 a 1300), transportados para a Europa:

Códice Bórgia (na Biblioteca Apostólica Vaticana, Roma), que pertenceu ao cardeal Stefano Bórgia, que o salvou de umas crianças que puseram fogo nele, e finalmente o doou. Com 39 dobras, é considerado um dos mais belos por seus pictoglifos calendáricos e rituais.
Códice Vaticano B (Biblioteca Apostólica Vaticana, Roma), com 49 dobras, era um breviário sacerdotal.
Códice Laud (Biblioteca Bodleiana, Universidade de Oxford, Oxford), pertenceu a William Laud, arcebispo de Canterbury, e seu conteúdo consiste em predições sobre o destino dos homens.
Códice Fejervary-Mayer (Merseyside County Museum, Liverpool), com 22 dobras, foi renomeado pelos especialistas como *Tenelamatl de los pochtecas*, dado que alude a predições sobre os mercadores pochtecas.
Códice Cospi (Biblioteca Universitária, Bolonha) foi presenteado ao marquês Ferdinando Cospi (1606-1685). Tem vinte dobras que foram julgadas parte de uma obra chinesa, e seu conteúdo trata dos destinos possíveis durante o calendário de 260 dias.

Existem cópias de documentos indígenas anteriores, pelo menos uns trinta, dispersos pelo mundo, elaboradas com perícia "mestiça", durante o século XVI, pelos escribas ou *tlacuilos*. O primeiro vice-rei da Nova Espanha, dom Antônio de Mendoza, encomendou aos escribas indígenas uma obra para compilar o conhecimento dos antigos mexicas,

com a finalidade de subjugá-los com mais facilidade, e o resultado foi um livro de 75 folhas. Entusiasmado, o vice-rei o enviou à Espanha em 1542, mas foi saqueado por um pirata francês, adquirido pelo humanista inglês Richard Hakluyt e acabou depositado até seu redescobrimento em 1831 na Biblioteca Bodleiana da Universidade de Oxford. Nesta mesma universidade se encontra o *Códice Mendocino*, realizado aproximadamente em 1541.

Na Biblioteca Nacional de Paris há códices obtidos em compras duvidosas e saques como o *Códice Xolotl*, *Tlotzin*, *Quinatzin*, o *Códice em Cruz*, *Códice Aubin*, *Mexicanus*, *Azcatitlán* (sobre a migração a partir de Aztlán e em suas folhas finais se refere a fatos da conquista), *Cozcatzin* (que se refere a fatos acontecidos de 1439 a 1572, nas lutas de tenochcas e tlatelolcas), *Vergara*, *História Tolteca-Chichimeca*, *Códice Ixtlilxóchitl*, *Códice Telleriano-Remense* (preparado em 1562 e adquirido pelo bispo de Reims) e vários manuscritos testerianos e do grupo Techialoyan. Os *Anales de Tlatelolco*, códice fundamental dos mexicanos composto em 1528, encontra-se em Paris, e surpreende porque é uma das primeiras tentativas dos sábios nahuas de utilizar a base da escrita alfabética latina para transmitir sua dor aos povos do mundo. No Museu da América, de Madri, encontra-se o *Códice Tudela*. A lista é extensa, e dá vertigem saber que os mais importantes se encontram na Europa, saqueados.

Como peculiaridade não menos desigual, convém rememorar que alguns sábios astecas tentaram se render quando se sentiram derrotados e, num ato alegórico, compareceram com seus livros nas mãos: "E três sábios de Ehecatl (Quetzalcoatl), de origem tetzcocano, foram mordidos pelos cães. Então vieram se entregar. Ninguém os trouxe. Vinham trazendo seus papéis com pinturas (códices). Eram quatro, um fugiu: só três foram alcançados, em Coyoacan."[31] Não sabemos o que aconteceu com seus enigmáticos escritos.

O destino da arte asteca foi e continua sendo trágico. Tudo o que era trabalhado em ouro foi fundido ou passou a ser troféu das coleções europeias. O penacho do imperador Montezuma Xocoyotzin (1466-1520), um cocar de penas de quetzal engastadas em ouro e pedras preciosas, elaborado pelos amantecas mexicas, passou por várias coleções até onde se encontra atualmente, o Museu de Etnologia de Viena, na Áustria. Sua devolução se tornou impossível apesar de vários pedidos do governo mexicano.

Os templos mexicas foram arrasados. O que ocorreu com o Templo Maior de Tenochtitlan era comum. As obras de arte foram confundidas

com ídolos e, de 1524 a 1604, desencadeou-se um processo de idoloclastia para combater com ímpeto, na própria raiz, toda a cosmovisão dos dominados, e criar uma nova forma coletiva de memória.

O sacerdote Motolinía contou fascinado:

> Em cada povoado havia um ídolo ou demônio a quem chamavam de protetor e o honravam e enfeitavam com muitas joias e roupas, e tudo de bom que possuíam ofereciam a ele, cada povoado com suas possibilidades e principalmente nas capitais das províncias. Esses ídolos principais, logo que a grande cidade do México foi tomada pelos espanhóis com suas joias e riquezas, os índios os esconderam nos lugares mais secretos que havia; muitas partes de ouro que estava com os ídolos e nos templos deram em tributo aos espanhóis, a quem estavam subjugados. (...) Estes ídolos principais, com os símbolos e ornamentos ou roupas dos demônios, foram escondidos pelos índios, uns sob a terra, outros em cavernas e outros nos montes. Depois, quando se foram os índios convertidos e batizados, descobriram muitos dos ídolos e os trouxeram para os pátios das igrejas para ali queimá-los publicamente. Outros apodreciam debaixo da terra, porque depois que os índios receberam a fé tinham vergonha de tirar o que haviam escondido, e queriam antes deixá-los apodrecer, para que ninguém soubesse que os haviam escondido; e quando os pressionavam para que dissessem onde estavam os principais ídolos e suas vestimentas, tiravam tudo apodrecido, do qual sou boa testemunha porque o vi muitas vezes. A desculpa que davam era boa, porque diziam: "Quando os escondemos não conhecíamos Deus, e pensávamos que os espanhóis voltariam logo para as suas terras, e já que sabíamos disso, nós os deixamos apodrecer, porque tínhamos temor e vergonha de tirá-los." Em outros povoados estes ídolos principais com seus enfeites estavam em poder dos senhores ou dos principais ministros dos demônios, e eles guardaram tanto segredo que apenas sabiam deles duas ou três pessoas que os guardavam, e estes também foram levados aos mosteiros para serem queimados em grandes quantidades. Em outros muitos povoados remotos e afastados do México, quando os frades iam pregar, na pregação e antes que os batizassem, diziam que a primeira coisa que deviam fazer era trazer todos os ídolos que tinham, e todas as imagens do demônio para queimar; e desta maneira também deram e trouxeram muitas quantidades para serem queimadas publicamente em vários lugares; porque aonde chegavam a doutrina e a palavra de Deus não ficou coisa que se saiba nem de que se deva dar conta; porque daqui a cem anos se cavarem nos pátios dos templos dos ídolos antigos sempre encontrarão ídolos, porque eram muitos os que eram feitos; porque acontecia que quando uma criança nascia faziam um ídolo, e no ano seguinte outro maior, e aos quatro anos faziam outro, e conforme iam crescendo faziam ídolos, e deles os cimentos e as paredes estão cheios, e nos pátios há muitos deles. No ano 39 e no ano 40 alguns espanhóis, uns com autoridade, outros sem ela, para mostrar que tinham zelo pela fé e pensando que estavam fazendo algo importante, começaram a revolver e a desenterrar os mortos, e a pressionar os índios para que lhes dessem os ídolos; e em alguns lugares a coisa chegou a tanto que os índios procuravam os ídolos apodrecidos e esquecidos debaixo da terra, e ainda alguns índios foram tão maltratados que, na realidade, fizeram ídolos de novo e os entregaram para que deixassem de maltratá-los.[32]

Para aquietar a fé dos habitantes da nova cidade, os índios foram obrigados a destruir seus *teocalli* e lavrar, segundo regras distintas, as pesadas pedras para construir igrejas, ao custo de assim apagar lentamente seu próprio passado.

O lamento maia

Em relação aos maias, outro dos mais importantes grupos pré-hispânicos mesoamericanos, sabe-se que dominaram por séculos uma área de 320 mil quilômetros quadrados que abarcava os atuais estados mexicanos de Yucatán, Quintana Roo, Campeche, Chiapas, Tabasco, além de países como a Guatemala, El Salvador, Honduras e Belize. Possuíam um sistema de escrita com glifos, um calendário solar de 365 dias e outro, ritual, de 260 dias; calcularam que o ciclo de Vênus era de 584 dias, e sua arte, no período mais clássico, atingiu a perfeição na escultura de jade.[33] Sua escrita, que em 2007 assombrou a todos quando se soube que existem vestígios de 2.300 anos, consistia em 450 sinais principais e 250 signos adicionais. Para cálculos, utilizavam as cabeças de seus 13 principais deuses, chamados *Oxlahuntiku*; acreditavam que o futuro não existia adiante e sim atrás.

Quando os espanhóis os submeteram, em 1520, já se encontravam numa estranha decadência inexplicável que começara nos séculos X e XI. Mas isto não impediu que sua arte fosse saqueada e os escritos transformados em cinzas. O que restou das glórias de Palenque, Yaxchilan, Tikal e Copan pode ser conhecido hoje porque os sábios persistiram em

seu anseio de que o conteúdo dos textos destruídos fosse preservado na memória oral e numa nova tradição escrita clandestina.

Frei Diego de Landa (1524-1579) foi um dos grandes inimigos da cultura maia. Pertencia à ordem dos franciscanos e se educara no convento de San Juan de Los Reyes, em Toledo, onde conheceu e admirou outro célebre aluno da casa, o cardeal Francisco Jiménez de Cisneros, o mesmo que queimou os manuscritos islâmicos da cultura árabe na Espanha para que os muçulmanos aceitassem a derrota final. Ao que parece, ambos aprenderam uma teologia radical, como mostraram em suas ações.

À semelhança de outros sacerdotes de seu tempo, Landa parlamentou com os indígenas, estudou durante meses a escrita maia e legou um tratado no qual descreveu sua excêntrica experiência filológica, mas não aprendeu a língua por interesse histórico e sim para conhecer melhor a personalidade dos indígenas; queria doutriná-los de maneira convincente. Não participava das barbáries excessivas dos conquistadores: "Praticaram crueldades inauditas, cortaram-lhes narizes, braços e pernas, e os peitos das mulheres, jogando-as em lagoas fundas com cabaças atadas aos pés; davam empurrões nas crianças porque não caminhavam tanto quanto as mães, e punham correntes nelas se adoeciam ou se não acompanhassem os outros, ou lhes cortavam as cabeças para não atrasar os outros ou soltá-los. (...) Os espanhóis se desculpavam dizendo que eram poucos e não podiam sujeitar tantas pessoas sem meter-lhes medo com castigos terríveis."[34] Em maio de 1562, soube que os índios de Maní, a 75 quilômetros de Mérida, persistiam na adoração dos ídolos com apoio de sacerdotes maias, e autorizou a tortura de 4,5 mil índios. Foi uma ação impiedosa que causou a morte de 158 índios. Também mandou queimar cinco mil ídolos e 27 códices maias.

Em seu cômodo relato autobiográfico, justificou seu desacreditado ataque ao advertir: "Esta gente também se utilizava de certos caracteres ou letras com as quais escreviam nos livros suas coisas antigas e sua ciência, e com estas figuras e alguns sinais, entendiam as coisas e davam a entender e as ensinavam. Encontramos grande número de livros com estas letras e porque não havia coisas em que não houvesse superstição e falsidades do demônio, foram todos queimados, o que calou fundo neles e lhes deu muita pena."[35]

O padre Acosta deu outra versão desta queima na *Historia natural y moral de las Indias*. Dado que seu texto é pouco citado, convém recordá-lo: "Na província de Yucatán (...) havia uns livros de folhas encadernadas à sua maneira ou dobradas, nos quais os sábios índios registravam

a distribuição de seu tempo, ou conhecimento de plantas e animais, e outras coisas naturais, e velhas relíquias; coisa de grande interesse e aplicação. Achou um doutrinador que tudo aquilo não passava de feitiços e arte mágica, e insistiu em que deveriam ser queimados, e aqueles livros foram queimados, o que foi sentido depois não apenas pelos índios, mas também pelos espanhóis curiosos que desejavam conhecer os segredos daquela terra. Aconteceu também com outras coisas, porque os nossos pensavam que tudo era superstição, perderam-se muitas memórias de coisas antigas e ocultas, que pouco se puderam aproveitar. Isto aconteceu por causa de um zelo insensato, pois, por não saber e nem querer saber das coisas dos índios, afirmam sem pensar que tudo é feitiçaria."[36]

Esta ação produziu um conflito que acabou em crimes inverossímeis: Landa foi responsabilizado pela tortura de 4,5 mil índios. Uma investigação realizada por ele mesmo isentou-o de toda responsabilidade e, posteriormente, foi nomeado segundo bispo de Yucatán. As crônicas o exaltaram e o reivindicaram como autor de um dos maiores estudos sobre os maias, chamado *Relación de las cosas de Yucatán* (1566). Isto, pelo menos, não é difícil de acreditar.

Nem todos os frades aprovaram seu auto de fé, sobretudo porque acreditavam que com a queima se perderam documentos valiosos para melhor conhecer a forma de pensar dos índios, com o propósito de convertê-los com mais eficiência. Um dos maiores críticos era Durán, que escreveu que "erraram muito os que, embora com zelo mas não com prudência, queimaram e destruíram no início todas as pinturas dos tempos antigos que possuíam, pois nos deixaram tão no escuro que idolatram diante de nossos olhos e não os entendemos: nas festas caseiras, nos mercados, nos banhos e nos cantos que entoam, lamentando seus deuses e os senhores antigos, nas refeições e nos banquetes".[37]

Foram tão dramáticos a fúria da negação, a tortura e o entusiasmo piromaníaco, que restaram apenas três códices maias pré-hispânicos, saqueados e levados para a Europa:

1. O *Códice Dresdensis*, atualmente na Alemanha, na Biblioteca Estatal da Saxônia, em Dresden. Saqueado da região de Chichén Itzá, Yucatán, chegou em 1744 às mãos de Johann Christian Götze, diretor da Biblioteca Real de Dresden, e houve cumplicidade para desviar a misteriosa compra de um colecionador de Viena que resolveu se desfazer da peça em 1739. Em 1744, Götze doou-a à Biblioteca Real, onde ainda permanece. Consta de 29 folhas e se refere a uma operação calendárica

e astrológica, e sofreu grandes danos quando a cidade alemã foi bombardeada. Nas páginas 46-50, há evidência de que estão mostrados os ciclos do planeta Vênus.

2. O *Códice Pereziano*, propriedade da Biblioteca Nacional de Paris, é apenas parte de um livro maior, talvez pintado no século XIII. Consta de 11 folhas e abarca os *katunes* ou ciclos de suas correspondentes previsões. Foi elaborado, no máximo, no século XIV.
3. O *Códice Tro-cortesiano* ou *de Madri*, preservado pelo Museu da América, na Espanha. Consta de 56 folhas, elaboradas na península yucateca, e apresenta uma visão astrológica de exortações, com cálculos de tempo bem precisos.

Nos últimos anos, discutiu-se a possibilidade de um quarto códice batizado inexplicavelmente de *Grolier*, mas há muitas dúvidas sobre sua autenticidade (poderia ser de 1300) e o estado lamentável em que se encontra não permite demasiadas conjeturas a respeito dos cálculos calendáricos sobre Vênus. Foi descoberto numa gruta de Chiapas e datado em torno de 1300; atualmente está no Museu Nacional de Antropologia do México.

Salvo o deteriorado e incompleto *Grolier*, nenhum dos códices pré-hispânicos maias completos se encontra no México ou na Guatemala. Dos séculos IV e VII há vários restos de livros arruinados sem remédio descobertos em Altún Há, assentamento situado a cinquenta quilômetros da cidade de Belize, porém há poucas peças mínimas em Uaxactún, em Guaytán de San Agustín Acasaguastlán e Nejab. Estima-se que se perderam 70% da literatura e da ciência maia escrita.

Além destes documentos, os maias redigiram durante a colônia textos que preservaram suas opiniões e concepções, embora nem sempre com êxito, em total segredo, como foi o caso do *Popol Vuh*, livro do povo onde se condensavam ideias cosmológicas e religiosas. No preâmbulo, o *Popol Vuh* já advertia que "existia o livro original, escrito em época remota, mas se encontra fora do alcance do pesquisador e do pensador".[38] Fora do alcance ou destruído? A contribuição dos *chilamoob* ou sacerdotes permitiu que se divulgassem os textos do *Libro de Chilam Balam*, um conjunto de 18 mensagens religiosas e cronológicas procedentes da península de Yucatán.

Da região yucateca ficaram os *Cantares de Dzitbalché*, o *Códice de Calkiní*, o *Códice Pérez*, a *Crônica de Maní*, a *Crônica de Yaxkukul*, as *Crônicas dos Xiú*, os *Documentos de Terras de Sotuta*, os *Documentos de Tabí*, os *Livros do judeu*, o *Ritual dos Bacabes*, os *Títulos de Ebtún* e o *Texto Chontal* (exemplar de 1614). Da língua quíchua ficaram o *Rabinal Achi*, *Título dos senhores de Totonicapán*, *Título C'oyoi*, *Títulos Nijaib*, *Título de Ajpop Huitzitzil Tzunún*, *Título dos índios de Santa Clara la Laguna*, *Título dos Senhores de Sacapulas* e o *Título Tamub*. Em cakquichel, sobreviveram os *Anais dos cackchiqueles*, as *Histórias dos Xpantzay* e o *Título Chajoma*. Em pokonchi, pode-se encontrar o *Título do bairro de Santa Ana* (1565). E em espanhol está o *Papel da origem dos senhores* ou *Título Zapotitlán*, que é de 1579, e a *Relação dos caciques e pessoas importantes do povoado de Atitlán* ou *Relação Tzutubil*, datada de 1571.

Numa confidência que lembra o romance *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, o historiador frei Francisco Ximénez disse que "como foi com todo o sigilo que se conservou entre eles com tanto segredo, que nem estava na memória dos ministros antigos tal coisa, e indagando eu sobre este ponto, estando na paróquia de Santo Tomás Chichicastenango, achei que era doutrina que primeiro mamaram com leite e todos eles quase não têm de memória, e descobri que entre si tinham muitos destes livros".[39] Sem este afã de manterem escondidas suas tradições, talvez nada tivesse chegado até nós.

No *Libro de Chilam Balam de Chumayel* se pode ler: "[Os espanhóis] ensinaram o medo, e vieram murchar as flores. Para que sua flor vivesse, danificaram e sorveram a flor dos outros [...] Não havia Alto Conhecimento, não havia Divino Ensinamento nos substitutos dos deuses que chegaram aqui. Castrar o Sol! É o que vieram fazer aqui os estrangeiros. E aqui ficaram os filhos de seus filhos, em meio do povo, e são recebidos com amargura."[40]

Na história da religião católica, foram proibidas constantemente as comédias (de fato se atribui a esta causa o desaparecimento das peças de numerosos comediógrafos gregos e latinos), mas não se considerou com atenção que entre os métodos de transculturação os frades se negaram a permitir as representações teatrais maias. Em Chichén Itzá, no templo de Kukulcán, havia dois teatros diante da escadaria norte com escadas e lajes superiores. O próprio Landa descreveu os espetáculos a que pôde assistir:

> (...) Os índios têm recreações muito elegantes e principalmente atores que representam com bastante graça. (...) Têm tamborins que tocam com as mãos, e outro tamborim de madeira oca, de som pesado e triste; tocam-no

com um pau largo, com o cabo besuntado com o leite de certa árvore e têm trompetes compridos e finos de paus ocos, e no cabo umas compridas e tortas cabaças; e têm outro instrumento de tartaruga inteira com suas conchas e, extraída a carne, tocam-na com a palma das mãos, e é um som lúgubre e triste. Têm apitos de ossos de chifres de veado e guizos grandes e flautas de madeira, e com estes instrumentos proporcionam som aos bailarinos e têm dois bailes muito masculinos. Um é um jogo de canas que eles chamam de *Colomché*; para representá-lo se forma uma grande roda de bailadores com a música que lhes impõe o ritmo, e, de acordo com seu compasso, saem dois do círculo e um com um feixe de juncos que baila ereto com eles; o outro baila de cócoras, ambos no compasso do círculo; e o do feixe de juncos, com toda sua força, atira-os ao outro, o qual, com grande destreza, arrebata-os; acabando de atirar, retorna com seu compasso ao círculo e outros saem para fazer a mesma coisa. Há outro baile em que dançam mais ou menos oitocentos índios com pequenas bandeiras, com som e passo comprido de guerra, entre os quais não há um só que saia do ritmo; e em seus bailes eles são resistentes porque o dia inteiro não cessam de bailar.[41]

O mais perverso sistema de destruição da cultura maia se instalou com a fiscalização extrema dos costumes imposta pelos colegas de Landa e que obrigou os indígenas a se dirigir aos antigos deuses em particular, com o risco de serem torturados ou mutilados. Nas mais afastadas e espessas selvas da Guatemala, dezenas de templos sepultados pela mata brava serviram para grupos isolados que tentaram manter incólume seu espírito de resistência.

O extermínio cultural dos incas

Em 1532, Francisco Pizarro, um sanguinário conquistador nascido em Trujillo em 1478, aprisionou o grande Atahualpa e exigiu um resgate para libertá-lo. Ingenuamente, o imperador dos incas entregou-lhe centenas de objetos que logo foram fundidos em 6.080 quilos de ouro e 11.872 quilos de prata. Desta forma se aniquilaram obras de arte valiosíssimas. Posteriormente, as tropas espanholas foram ao Templo do Sol, em Cusco, e o arrasaram, como fizeram os cruzados em Constantinopla em 1204, com o que encontravam pelo caminho, e as esculturas de ouro foram fundidas sem misericórdia.

Pizarro apreendeu os tesouros cusquenhos e os remeteu a Carlos V, na Espanha:

> Aqui está a relação de peças de ouro e prata lavradas, recebidas em Sevilha: uma figura de ouro de meio corpo de índio; outra de índia; um pequeno retábulo com duas meias figuras; duas fontes; um ídolo em figura de homem; uma haste de milho de ouro; um pequeno retábulo de prata e ouro; mais outra figura de índio; uma vasilha de ouro à maneira de moringa. Em 1538 chegaram à Casa de Contratação, além de vinte talhas de prata, estas obras de arte: três carneiros e um cordeiro; 24 figuras de mulher; tábuas e tabuões de prata inteiros e em pedaços. Entre as peças de ouro havia seis carneiros, vinte figuras de mulher, duas de homem, anões com barrete e coroa, etc. Algumas das figuras de ouro pesavam 150 marcos. (...) Entre os tesouros de Cusco, além de setecentas chapas de ouro que cobriam as paredes exteriores do Templo do Sol, um disco de ouro maciço e estátuas de tamanho natural, e ainda no mesmo templo havia um jardim metálico que imitava árvores, fontes, pássaros, lhamas e pastores, tudo vazado em ouro e de tamanho natural. Pizarro, segundo os textos, reteve, entre outros trabalhos, o trono em que levavam seus homens ao inca quando caiu prisioneiro; pesava 83 quilos de ouro de 15 quilates, e valia, segundo Gómara, 25 mil pesos.[42]

Tampouco se salvaram os exemplares de escrita, elaborados com nós de corda conhecidos como *quipus*, que foram destruídos porque os "servidores da Igreja católica acreditavam que eram obras do diabo".[43] Pensava-se antes que se tratava exclusivamente de um sistema numérico primitivo; hoje esta ideia foi posta em dúvida pelos investigadores. Charles C. Mann disse que os *quipus* "são os documentos escritos em três dimensões mais antigos do mundo (o braile é uma tradução da escrita sobre papel), e são os únicos que empregam um sistema de informação codificada que, à semelhança dos sistemas de codificação empregados hoje em dia na linguagem informática, estruturava-se primordialmente com um código binário".[44]

Hoje se considera que os *quipus* eram livros lidos de maneira tátil, baseados num sistema decimal de numeração que costumava se apresentar em diferentes cores, representando ações. Em Cusco, o vermelho aludia à guerra. Isto é, funcionários chamados *quipucamayoc* faziam os registros numéricos e históricos do império inca, agora perdidos para sempre. Suspeita-se que cada corda pendurada poderia conter dados a partir de:

1. material (algodão ou lã)
2. cor / espécie de cor
3. torção
4. maneira de junção à corda principal

E cada nó presente numa corda pendurada poderia levar informação cifrada por:

1. direção do nó
2. classe de número cifrado (um número completo / incompleto)
3. informação decimal ou não decimal[45]

À semelhança do caso mexicano, os assentamentos urbanos peruanos foram aniquilados ou abandonados. Cieza de León contou que, 15 anos depois da invasão do que se conhece como Huanuc Pampas do reino de Tawantinsuyu, os palácios e templos estavam em ruínas e a grama crescia livremente nas praças.

Não se conhecem muitos casos de morte por envenenamento dos historiadores para anular o passado de um povo. Mas novos dados permitiram conhecer com precisão como Pizarro atraiu os guerreiros e historiadores incas mais relevantes e os fez beber vinho com arsênico, como revelaram os polêmicos documentos descobertos por Clara Miccinelli. Numa carta hoje discutida e dirigida a Carlos V, de Cajamarca, em 5 de agosto de 1533, o conquistador Francisco de Chaves denunciou Pizarro por estes tristes fatos. Tudo indica que os dados contidos neste documento que mudaria a forma de estudar a história do Peru se encontram em *Exsul Immeritus Blas Valera Populo Suo* (que se poderia traduzir como "O de agora em diante", 1533) e na *Historia et Rudimenta Linguae Piruanorum* (História e rudimentos da língua dos peruanos, 1600-1638), duas obras jesuíticas já submetidas a todas as provas de autenticidade, questionando severamente a autoria de *El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno*, de Guamán Poma.[46]

Em Chan Chan, capital do território peruano Chimú (significa, em muchik, Sol), de nada serviu o acordo contra os incas porque os tesouros da comunidade foram arrasados. Em 1620, o franciscano Antonio Vásquez de Espinosa informou que na povoação de Chimocapac havia suntuosos templos com grandes tesouros, que foram entregues ao rei da Espanha.

Em 1802, Alexander von Humboldt se encontrou com um cacique astorpilco que descendia dos mais remotos incas, e enquanto percorriam

um palácio arruinado em Cajamarca, o sábio alemão perguntou: "Vocês não sentem às vezes vontade de cavar a terra em busca dos tesouros, para satisfazer suas necessidades?" A resposta foi admirável: "Não temos essa vontade. Meu pai diz que seria pecaminoso. Se tivéssemos os ramos dourados com todos os frutos de ouro, os vizinhos brancos nos odiariam e nos provocariam dano."[47]

Em 1782, Carlos III manifestou preocupação pela memória inca. Num decreto do Conselho das Índias de 1783, redigido depois da derrota de Tupac Amaru II em 1780, fica claro que o plano consistia em "eliminar pouco a pouco tudo o que recordasse a antiguidade e o etnicismo, mas com uma política cuidadosa de forma a que não percebam as intenções e fins com que era executado".[48] No parágrafo 11 do documento, propunha-se também "com igual cuidado e política se proceder a extinção que se julgar conveniente dos trajes étnicos, das pinturas dos incas, representações, funções e instrumentos que promovam sua memória".[49] O objetivo consistia, portanto, em afastar todas as tradições incaicas, por temor de uma nova rebelião.

A conquista dos símbolos pré-hispânicos

Descrevi, com pesar, o processo que consolidou o saque da memória das culturas dos taínos, mexicas e maias, mas o extermínio cultural foi extenso e alcançou, na verdade, todos os povos autóctones (de forma sucessiva), o que torna impossível não mencionar aqui as consequências do esquema de redução cultural no resto da América pré-hispânica.

Por meio de embuste ou ataque direto, no choque estrutural, acelerado pelos preconceitos raciais, houve um esforço para obrigar os indígenas a aceitar sua nova condição; o processo de etnocídio mutilou a unidade de identidade de 80% das culturas já estabelecidas e o desastre escapou ao controle. Numerosos grupos estavam em plena formação no momento do ataque e sua produção artística foi interrompida com a introdução de instituições como as temidas *encomiendas*, nas quais os índios foram reprimidos com um aparato burocrático repressivo. O patrimônio político indígena foi pulverizado por essas *encomiendas*, que acabaram por se tornar instrumentos para o avassalamento e a negação dos modelos iniciais de economia e sociedade. O comércio realizado pelos índios entre suas comunidades e seus vizinhos foi rejeitado, para criar maior dependência.

A conquista dos símbolos foi planejada para satisfazer o direito de butim. A regra: território submetido, cultura espoliada. As expedições não perdiam de vista o propósito do enriquecimento, e a arte de metais preciosos foi considerada não por seu valor como criação e sim por seus materiais. Os taínos estiveram entre os primeiros a serem espoliados; Colombo participou do saque da arte deles, que levou à Espanha para mostrar a cultura descoberta.

Em sua passagem por Castilla del Oro, atual Panamá, Vasco Nuñez de Balboa arrasou os índios e após alguns anos já tomara todo o ouro que pôde, não sem desprezar os objetos de arte, que destruiu. Na guerra de Cabo Frio, no Brasil, o governador do Rio de Janeiro, chamado Antônio Salema, aniquilou primeiro quinhentos guerreiros da Confederação dos Tamoios, e logo exterminou mil indígenas, incendiou suas aldeias e confiscou seus objetos culturais.

O primeiro fundador de um convento na Nicarágua, frei Francisco Bobadilla, mandou reunir todos os códices das culturas locais, as crônicas dos sábios dos nauatles e ordenou sua queima em 1529 no chamado Auto de Manágua. Não foi um ato isolado, porque já o conquistador Pedro Arias Dávila, conhecido como Pedrarias, aniquilara os indígenas e confiscara sua arte e imagens religiosas.

Em Darién, ocorreu uma história que despertou a atenção de Mártir de Anglería, quem a contou ao seu amigo, o papa Leão X:

> Outra coisa que, no meu entender, não devo silenciar: um certo Corrales, conhecedor do direito e alcaide dos darienenses, disse ter topado com um fugitivo das grandes terras do interior. (...) O indígena, ao ver que o alcaide estava lendo, deu um pulo cheio de admiração e exclamou: "Como! os senhores também têm livros e se servem de caracteres para se comunicar com os ausentes?" E ao falar assim, pediu que lhe mostrasse o livro aberto acreditando que ia contemplar a escrita pátria, mas percebeu que era diferente. Disse que as cidades de seu país tinham muralhas, que seus compatriotas estavam vestidos e se governavam por leis. O que diz a isso, Beatíssimo Pai?[50]

Na Colômbia, a depredação condenou a arte dos muíscas ou chibchas, que usavam esmeraldas como moedas. Em 1536, Jiménez de Quesada preferiu comer ratos a não se render, para não entregar ouro. Ao chegar aos primeiros povoados chibchas, em 9 de março de 1537, os espanhóis encontraram 1.173 pesos de ouro fino e 73 pesos de ouro menor. Na rapina do local, arrancavam dos cadáveres objetos ornamentais de ouro e esmeraldas.

Em 1636, Juan Rodríguez Freyle contou a história de um incrível costume do povo muísca que despertou a cobiça:

> Naquela lagoa de Guatavita havia uma grande balsa de juncos, e a enfeitaram da melhor maneira que podiam. (...) Estava toda a lagoa cercada de índios e iluminada em toda a circunferência, índios e índias enfeitados de ouro, penas e botoques. (...) Despiam o herdeiro (...) E o untavam com uma mistura pegajosa, e o espargiam todo com ouro em pó, de maneira que ficava todo coberto com esse metal. Punham-no na balsa, na qual se mantinha imóvel, e nos pés lhe colocavam grande quantidade de ouro e esmeraldas para que oferecesse ao seu deus. Entravam com ele na barca quatro caciques, os mais importantes, adornados de penas, coroas, braceletes, botoques e orelheiras de ouro, e também nus. (...) Seguindo o índio dourado que lançava no lago o ouro e as esmeraldas, os caciques que o acompanhavam faziam a mesma coisa. Terminada a cerimônia, batiam as bandeiras. (...) Quando a balsa retornava à terra começava a algazarra. (...) Formavam-se ao seu modo os círculos de bailes e danças. Com esta cerimônia ficava reconhecido o novo escolhido, como senhor e príncipe.[51]

Em 1580 houve uma tentativa de drenar o mítico lago e, de alguma maneira, a lenda do Eldorado nasceu justamente quando a poderosa imagem do cacique foi comentada em Quito pelos homens de Sebastián de Belalcázar, que indicava que este hábito indígena indicava a existência de ouro abundante e que deveria existir uma cidade toda construída em ouro. Atraídos por este reino lendário, Francisco de Orellana e Gonzalo Pizarro saíram de Quito em 1541 rumo à Amazônia, numa fatídica expedição.[52] Depois deste fracasso, houve outros, sem dúvida piores, cujos detalhes perdemos, embora a prática comum fosse o saqueio irracional de qualquer espécie de arte lavrada em ouro.

O cronista tardio José de Oviedo y Baños descreveu as províncias da Venezuela e se alegrou ao manifestar que todos os cultos foram exterminados: "Suas adorações mais comuns eram em profundos riachos ou montes elevados, servindo-se dos côncavos dos penhascos ou do oco das árvores de templos para colocar seus ídolos, que lavravam em ouro, barro ou madeira, com figuras estranhas e diversas, embora em alguns locais usassem casas grandes de palha, que chamava de choupanas (*caneyes*),

onde se reuniam os feiticeiros e, ao som rouco de suas trompas, invocavam o demônio, a quem ofereciam novelos de fio de algodão, e manteiga de cacau que, queimada em braseiros de barro, servia de holocausto ao sacrifício; mas, já conduzidos ao seio de nossa sagrada religião, vivem alheios a toda idolatria."[53]

Entre os atos de saque na Venezuela, deve-se mencionar que, em 27 de março de 1528, pressionado por dívidas enormes, o rei Carlos V cedeu aos pedidos da família Welser — um grupo de banqueiros que controlava o império espanhol juntamente com a família Fugger — e entregou a terra venezuelana à colonização e exploração dos alemães, situação que persistiu até 1548. É um fato curioso porque os Welser atuaram com a maior violência possível contra os índios, e também foram repudiados pelos espanhóis que, pela primeira vez, se viram diante de uma situação em que todo o lucro era capitalizado pelos alemães.

O primeiro governador e ao mesmo tempo capitão-geral foi Ambrosius Elsinger ou Ambrósio de Alfinger, que começou sua campanha em 1529 e, segundo os cronistas, assombrou-se com a resistência encontrada; em 1531 contribuiu para a eliminação de indígenas como os tamalameques e obteve sessenta mil castelhanos de ouro, que enviou cautelosamente com um grupo malconstituído de homens que se devoraram entre si pela fome. O canibalismo, atribuído aos índios, foi praticado com frequência pelos espanhóis. No território da Nova Granada, Alfinger não perdoou uma única aldeia, apagou toda a memória dos índios e sua inclemência era a de um psicopata: mandou despedaçar os prisioneiros e incendiou todas as aldeias conquistadas. À semelhança do resto dos conquistadores, em pouco tempo causou um memoricídio impossível de quantificar em nossos dias.

Lope de Aguirre (1510-1561), um dos tantos ambiciosos que enlouqueceram na América, deve ser colocado entre os grandes destruidores da cultura latino-americana pré-hispânica. Animado pelos grandes tesouros levados por Pizarro à Espanha, participou de numerosos incidentes no Peru até que se uniu à expedição de trezentos europeus e quinhentos índios que partiu, em 1560, em busca do Eldorado. A sede, a fome, a ambição insatisfeita pelo fracasso da marcha, as doenças e as mortes frequentes fizeram com que, um ano mais tarde, Aguirre se rebelasse obrigando os soldados a reconhecê-lo como príncipe do Peru e se dedicou à pilhagem e à devastação. Na ilha de Margarita, "a primeira coisa que fez por obra de seu descaso foi se dirigir às casas que serviam de caixa real e, sem paciência para pedir as chaves, derrubou as portas,

rasgou os livros, rompeu as arcas e se apossou do ouro e das pérolas procedentes da quinta parte da pesca de Cubagua, que estavam naquele tempo em seu período de maior grandeza. Imitando-o, os demais soldados, divididos em quadrilhas, saquearam a cidade, praticando insultos e insolências, segundo se pôde inferir da intenção depravada daquela gente perdida".[54] Sem limites, apagou do mapa todas as povoações indígenas ou espanholas por onde passou, atribuiu a si mesmo arroubos divinos, assassinou finalmente sua filha para que nenhum mortal pudesse tocá-la, assassinou seus companheiros e caiu numa luta sem trégua que lhe custou a vida. Seus restos foram jogados aos cães em diferentes lugares da Venezuela, mas sua funesta lembrança persistiu na fantasia popular. O mito de Eróstrato (quem realiza uma grande destruição, consagra seu nome) se cumpriu em seu caso.

É óbvio que o saque de objetos de arte pré-hispânicos incluiu um ataque genocida atroz e, ao mesmo tempo, um processo de destruição de valores religiosos e jurídicos. Durante a imposição das línguas europeias, pelo menos cinquenta línguas pré-hispânicas venezuelanas foram esquecidas. Na conquista, milhares de povoados foram arrasados sem piedade. Na evangelização, dezenas de cultos religiosos se extinguiram e dois mil ritos foram lentamente descartados.

Desde o século XX, podemos ler compilações da literatura indígena em geral. Os dados mais aproximados indicam que a poesia e a narrativa oral dos indígenas sofreu uma deformidade de 70%, e as compilações preservadas, distorcidas em muitos casos para se adaptarem às convicções dos compiladores, são apenas um reflexo da extraordinária criatividade dos aborígines.

Ernesto Cardenal escreveu sobre este tema: "Um dia nos daremos conta de que a melhor poesia da América é a dos nossos índios. Grande parte da melhor poesia da América pertence a tribos já extintas ou confinadas nas espessas selvas da Amazônia ou do Orinoco."[55] Os programas escolares de literatura na América Latina começam suas narrações com Miguel de Cervantes, e mencionam vagamente os maias e os astecas: nunca mencionam as extraordinárias cosmovisões teogônicas, cosmogônicas e antropológicas que respondiam a profundas ideias indígenas sobre a vida e a morte. Esta corrente pré-mestiça, de enorme originalidade, foi desestimada durante séculos, condenada ao esquecimento e repelida com ódio pelos críticos. O canto ritual, individual ou coletivo, era manejado por meio de metáforas de grande beleza, imaginadas para resgatar a ilusão concisa do tempo mítico e o respeito pela natureza.

Para ilustrar aquilo que foi perdido, talvez convenha resgatar um canto dos índios piaroas da Amazônia, que repudiam qualquer forma de violência:

Se você me olha,
sou como a mariposa vermelha;
se você me fala,
sou o cão que escuta;
se você me ama,
sou a flor que se aquece
entre seus cabelos.
Se você me repele,
sou uma canoa vazia
que ao vogar pelo rio
é destroçada pelos penhascos.[56]

No *Chilam Balam de Chumayel* ficou registrada uma queixa eterna: "Somente pelo tempo louco e pelos sacerdotes é que a tristeza entrou em nós, com o cristianismo. Porque os verdadeiros cristãos chegaram aqui com o verdadeiro deus; mas esse foi o começo da nossa miséria, o começo do tributo, o começo da esmola, a causa da miséria de onde saiu a discórdia oculta, o começo das lutas com armas de fogo, o começo da escravidão pelas dívidas (...) o começo da contínua altercação, o começo do padecimento."[57]

As comunidades mais afetadas foram certamente as que se localizavam mais perto dos focos de interesse econômico, onde os espanhóis insistiam em instalar uma infraestrutura de deslocamento que jogou os indígenas à margem da vida quotidiana e contribuiu para enfraquecer seu sentido de poder. As tribos foram removidas e recolocadas; o acentuado despovoamento ajudou a mudança de comunidades inteiras sequestradas em outras partes para suprir os índios mortos. A mutilação da memória coletiva produziu consequências como a intimidação e o desconcerto. A exploração indiscriminada originou também a violação de costumes ancestrais, o que explica a incrível solidão e a tragédia cultural vivida por milhões de seres humanos durante a conquista.

Com amargura, frei Bernardino de Sahagún se referiu ao sofrimento destes povos pré-hispânicos: "Isto aconteceu literalmente aos índios, causado pelos espanhóis, pois foram tão pisoteados e destruídos, com todas as suas coisas, que desapareceu qualquer aspecto do que era antes.

Assim foram sujeitados por bárbaros e por gente de baixíssimo quilate (como, de acordo com a verdade, nas coisas da política, submetem muitas outras nações com muitas vaidades políticas, tirando para fora algumas tiranias na sua maneira de governar). Isto se conseguiu com grande trabalho; parece muita a vantagem, se tudo se pudesse ter."[58]

Neste ponto, convém advertir que os latino-americanos de hoje refletem estes vazios abismais em sua memória. Por isso, as elites culturais subordinadas às culturas hegemônicas mundiais insistiram em aproveitar a amnésia como um chamado a abandonar qualquer resistência.

Evangelização e Inquisição

Para consolidar o projeto de conquista, saque e destruição dos bens culturais pré-hispânicos na América Latina, tornou-se necessário que Espanha e Portugal justificassem suas ações perante o mundo como parte de um programa de expansão da religião cristã: uma espécie de nova cruzada moral que imitasse as que foram empreendidas na Europa contra os muçulmanos. Definiu-se um cenário de guerra religiosa.

Não foi uma decisão sem forte debate, pois, de 1550 a 1551, Las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda discutiram na Junta de Valladolid sobre como levar a cabo a evangelização entre os índios e, apesar de os argumentos de Las Casas suavizarem as medidas, predominou a tendência de Ginés de Sepúlveda que supunha a legitimidade da conquista com a tese de que era necessário salvar as almas de todos os considerados súditos propensos à idolatria.

Em sua bula *Inter Coetera*, o papa Alexandre VI "doou" aos espanhóis as novas terras descobertas com a condição de que deveriam ser convertidos os índios à fé católica, e este mandamento, estendido no Tratado de Tordesilhas em 1494 aos portugueses, permitiu estabelecer os princípios norteadores que com o tempo se transformariam nas missões de catequese geral. Não era, francamente, nada de novo, porque o papa Gregório VII outorgara aos espanhóis *dominium* sobre os territórios reconquistados dos muçulmanos em troca de cumprir a difusão da religião cristã e pagar o tributo correspondente.

Uma das instituições importadas para garantir a pureza do processo religioso foi a Inquisição, cuja atividade significou, na Europa e nos países em que atuou, um terrível período de censura, castigo, tortura e destruição de vidas humanas e livros. Sua história, em qualquer caso,

resume e legitima uma concepção humana bastante antiga, que fica em evidência quando se revisam as circunstâncias originárias e finais.

O dogmatismo requeria sempre órgãos de proteção e intimidação, e a Inquisição, nesse sentido, serviu fielmente à consolidação política da Igreja católica. Alguns fatos podem facilitar a explicação deste comentário. Digamos, por exemplo, que a pluralidade de movimentos religiosos, surgida na Europa quase no mesmo momento em que se consolidava o poder e a autoridade da Igreja, tornou necessário recorrer a estratégias de dissuasão por intermédio da excomunhão, da tortura, do ordálio ou "juízo de Deus", a queima dos hereges ou o ataque contra populações inteiras. Este procedimento era inquisitório; posteriormente o processo se institucionalizou, sobretudo a partir da Reforma proposta por Martin Lutero, considerada o desafio mais perigoso para o catolicismo oficial.

Uma bula do papa Leão X, em 1520, excomungou Martin Lutero e publicamente proibiu a difusão, leitura ou citação de qualquer de seus escritos. Nas ruas, o povo queimava livros e efígies de Lutero, que, por sua vez, destruiu a bula numa fogueira. Carlos V, preocupado com a expansão da doutrina de Lutero, ordenou a destruição de todos os seus livros. O insucesso desta medida teve suas consequências: em 14 de outubro de 1529, proibiu-se a impressão de qualquer livro não autorizado por um corpo sacerdotal. Em 29 de abril de 1550, repetiu-se a antiga ordem e um decreto condenou à morte todos os autores e impressores de livros heréticos.

Recorde-se como, três séculos antes, o rei Federico II, logo depois de sua coroação ocorrida em Roma em 1220, promulgou uma lei de caráter imperial com o objetivo de confiscar todos os bens dos hereges, e esta lei serviu a Gregório IX para legitimar, em 1231, a queima de hereges teimosos. Por sua parte, Inocêncio IV promulgou a bula *Ad extirpanda* em 1252, confirmando duas ordens eclesiásticas como defensoras da Igreja e encarregadas do cumprimento das penas contra os hereges: os dominicanos e os franciscanos. Pouco depois, tornou-se imprescindível organizar técnicas de combate à heresia e se escreveu o primeiro manual com instruções precisas para o julgamento: *Practica inquisitionis heretice pravitatis*, livro de 1323 de Bernardo Guidonis, um dominicano fanático que durante toda a carreira como inquisidor em Toulouse participou de 930 sentenças, com 42 penas de morte na fogueira e pelo menos 307 confinamentos.

Os êxitos sociais do protestantismo, e não suas propostas, alarmaram o clero romano e, em 1542, o papa Paulo III constituiu a *Sacra Congregatio Romanae Universalis Inquisicionis seu Sancti Officci* (Tribunal da Inquisição), que alguns preferiram abreviar como Santo Ofício. É interessante observar que a inquisição medieval foi dura contra todas as heresias propensas a causar problemas políticos, razão pela qual o Santo Ofício se interessou pelos teólogos e sacerdotes, rastreando, por intermédio de espiões e mercenários, qualquer ideia duvidosa. O papa Paulo IV, um fanático com grandes problemas emocionais, ordenou que a congregação redigisse uma lista com todos os nomes dos livros mais perigosos à fé e, em 1559, publicou-se, sem erratas, um temível *Índice de livros proibidos*, titulado em latim *Index seu catalogus librorum qui prohibentur mandato Ferd. De Valdez Hispal. Archiep. Inquisitoris generalis Hispaniae.* No entanto, já havia índices deste tipo na Sorbonne (1544 e 1547), na Universidade de Louvain (1546 e 1550), em Lucca (1545), em Siena (1548) e Veneza, onde, em 1543, editara-se o *Index generalis scriptorum interdictorum.*

Aproximadamente em 1583, a Universidade de Salamanca concluiu um índice dividido em duas partes: obras proibidas e passagens proibidas. Desta maneira, acrescentou-se um detalhe expurgatório referente à supressão de frases, parágrafos ou partes para tornar possível a edição ou circulação de um livro. Os índices de Quiroga, como ficaram conhecidos, foram reeditados em 1612, 1632, 1640, 1707, 1747 e 1790.

Na Espanha, a palavra *Inquisição* adquiriu um novo matiz. Em 1478, o rei Fernando V e a rainha Isabel I pediram autorização do papa e puderam criar um capítulo da Inquisição nas terras da Espanha. Desde então, foram perseguidos os árabes e os judeus. Os que não se converteram foram executados. A chegada de Felipe II ao poder na Espanha instaurou um verdadeiro aparato de censura católica. O duque de Alba, executor de suas ordens, enforcou autores e editores e chamou o servidor decano da Faculdade de Teologia de Louvain, Arias Montano, para estabelecer um catálogo oficial em 1570, com o título de *Index Librorum prohibitorum.* O édito de 15 de fevereiro de 1570 legalizou o catálogo, e serviu para o confisco e a destruição de milhares de livros em toda a Europa.

A Inquisição espanhola era formada por um inquisitor-geral à frente do Conselho Supremo da Santa Inquisição, composto por sete membros. Cada tribunal particular contava com três inquisidores, um fiscal, três secretários, um oficial superior e três escrivães, qualificadores e consultores. Havia na Espanha 14 destes tribunais, três em Portugal e três na América (Cidade do México, Lima e Cartagena das Índias). As atividades da Inquisição aperfeiçoaram os autos de fé contra o pensamento

alternativo. Dos *Índices*, iniciados em 1559, passou-se logo à ação frenética contra qualquer opinião contrária.

A audácia de pensamento custou a frei Luis de León dois processos de censura. O primeiro começou em 1527, e a acusação consistia em questionar sua oposição ao texto da *Vulgata* latina da Bíblia e a publicação de uma tradução direta do *Cantar dos cantares*. De março de 1572 a 1576, frei Luis de León esteve detido num cárcere de Valladolid. Anos mais tarde, em 1582, voltou a estar envolvido num processo inquisitorial, por defender o jesuíta Prudencio de Montemayor. E este caso se repetiu com outros teólogos e escritores. O humanista Francisco Sanchez, El Brocense,[59] nascido em 1522 e morto em 1600, foi levado aos tribunais da Inquisição por suas afirmações heréticas e sinceras sobre aspectos particulares do culto católico. Ele, que era antes de tudo gramático, recusava a se ajoelhar e a adorar imagens, assegurava que os Reis Magos não eram reis, e que não foram adorar Cristo alguns dias depois de seu nascimento, mas dois anos depois, que Cristo não nascera em dezembro e sim em setembro... enfim. Até 1600, cumpriu pena de prisão na casa de seu filho, mas não morreu sem antes admitir francamente sua adesão ao catolicismo.

A Real Cédula da regente Juana, de 7 de setembro de 1558, proibira expressamente a importação de livros e notificou a todos os impressores para a urgência de pedir licenças ao Conselho de Castela. Incrementou-se o número de penas para quem praticasse o contrabando de livros proibidos. O *Índice* vetava todas as bíblias em línguas vulgares e o processo de censura bíblica dava o privilégio de investigação às universidades de Salamanca e Alcalá. Tampouco se autorizava a circulação de escritos de Lutero, Calvino e Zwinglio, o *Talmude*, o *Corão*, os livros de adivinhação, superstições, alusões sexuais ou necromancia.

Em 1566, na França, Carlos IX ratificou publicamente a lei de 1563, sobretudo o artigo LXXVII, em que intimidava os impressores, vendedores e autores com medidas como a prisão e a destruição pelo fogo dos livros editados. Em 1571, determinou que nenhum livro poderia aparecer sem permissão real, sob pena de prisão. O historiador A. S. Turbeville o expressou muito bem:

> Não bastava publicar *Índices*; era necessário comprovar que não se liam livros proibidos. A Inquisição utilizava agentes para inspecionar as livrarias e também as bibliotecas particulares. Mas onde havia mais vigilância era nos portos de mar e na fronteira francesa. Não apenas eram examinados os pacotes de livros, mas também toda espécie de mercadoria. (...) Quando um barco chegava ao porto, sua tripulação, passageiros e mercadorias tinham de ser examinadas por um encarregado da Inquisição. Estas visitas aos navios eram incômodas, impunham demoras e despesas, pois o agente cobrava pelo serviço. Os comerciantes faziam queixas constantes, especialmente em Bilbao, porto principal da costa de Biscaia; as queixas eram apoiadas pelos embaixadores de potências estrangeiras, mas tudo resultava inútil. O Estado apoiou plenamente o sistema inquisitorial da proteção ao povo contra o veneno da literatura nociva, e suas próprias leis de imprensa foram excessivamente drásticas.[60]

Miguel de Cervantes, no capítulo VI da primeira parte de *Dom Quixote*, referiu-se com ironia à Inquisição e a personificou nas figuras do cura e do barbeiro, que queimaram os livros da biblioteca de Alonso Quijano por considerar que tais leituras o enlouqueceram. Também no capítulo XXXII, ainda da primeira parte, ficou retratada essa obsessão inquisitorial:

> Assim que leu os dois primeiros títulos, voltou-se o cura para o barbeiro e disse:
> — Fazem-nos falta agora a ama e a sobrinha do meu amigo.
> — Não fazem — respondeu o barbeiro —, pois também sei atirá-los no pátio, ou à lareira, que está bem acesa.
> — Então quer vosmecê queimar mais livros? — inquiriu o vendeiro.
> — Apenas estes dois — disse o cura — o de Dom Cirongilio e o de Félixmarte.
> — Porventura os meus livros são hereges ou fleumáticos, para que vosmecê os queime? — insistiu o vendeiro.
> — Cismáticos, e não fleumáticos, é o que quereis dizer, amigo — observou o barbeiro.[61]

As guerras contra a idolatria

Na América Latina, o Santo Ofício julgou vital criar pontos de controle nas terras recentemente descobertas, para espoliar a memória de integridade regional e extirpar a adoração dos ídolos já existentes. De fato, organizaram-se as fronteiras favoráveis à cristianização forçada em três comarcas chaves.

No México, durante o exaltado período de 1522-1532, os frades assumiram o papel de inquisidores com poderes episcopais, outorgados por meio das bulas papais de 1521 e 1522. Os índios, castigados nos momentos iniciais por seus costumes, já não respondiam aos processos inquisitoriais, a partir de 30 de dezembro de 1571. A Inquisição mexicana dependia da Secretaria de Aragão, que se reportava à de Castela. Como fato adicional, a Inquisição preservou no Novo Mundo os mesmos códigos vigentes na península espanhola e não foram alteradas nos julgamentos as normas das constituições de Torquemada, do arcebispo de Granada, as de Diego de Deza ou as de Fernando de Valdés, mas dom Diego de Espinosa, cardeal inquisidor-geral e presidente do Conselho Real, ordenou a redação de apêndices válidos para casos excepcionais nas colônias.

Apoiados na figura do comissário habilitado, os inquisidores inspecionavam portos e navios em busca de livros assinalados nos índices proibitivos, tais como bíblias em língua vernácula, romances de cavalaria e obras científicas ou políticas comprometedoras. O Concílio Provincial Mexicano de 1555, em seu item LXXIV, advertiu para o perigo de certo tipo de livros. As imprensas eram constantemente examinadas, os livreiros não podiam vender até que seus arquivos fossem registrados e a bibliotecas particulares eram submetidas a exaustivas pesquisas. O Segundo Concílio Provincial, de 1565, foi determinante ao restringir a circulação de bíblias e negou o direito dos índios de possuí-las. O Terceiro Concílio, de 1585, ameaçou com excomunhão todos os proprietários de livros proibidos.

Existia um texto de Giovanni Alberghini, intitulado *Manual Qualificatorum Sanctae Inquisitionis,* em que se definiam os livros perigosos e os métodos mais seguros e eficientes de expurgá-los ou destruí-los. Os comissários pediam aos passageiros seus dados enquanto revistavam seus pertences a fim de encontrar livros condenados, que eram enviados à aduana e queimados uma vez confirmada sua condição herética ou sua inconveniência.

Também se vigiava a ortodoxia doutrinária e se punia de forma exemplar o paganismo dentro da ordem da "conquista espiritual", como a chamou Robert Ricard.[62] Os franciscanos foram iconoclastas fanáticos no México, desde 1525, e, contagiados por um fervor religioso crescente, sem dúvida frenéticos, ordenaram o assassínio dos sacerdotes dos cultos nativos, intimidaram os indígenas com o fogo do inferno e contribuíram para a catástrofe cultural, conscientes de sua missão de

novos cruzados que deveriam ganhar milhares de almas para a fé cristã e exterminar os idólatras. Por uma parte, queriam apagar toda memória religiosa indígena; por outra, reconheciam que isto era impossível sem uma investigação exaustiva sobre as características das crenças anteriores à presença europeia.

O Santo Ofício tinha grande interesse, nos anos 1530-1540, na destruição da arte e dos objetos religiosos indígenas, porque se sabia que centenas de obras foram ocultadas depois da tomada de Tenochtitlan. Proibiu-se aos artistas voltar a pintar ou esculpir seus símbolos (só era autorizada a reprodução de imagens bíblicas), e não faltou quem se convertesse em ousado delator, por medo.[63] Posteriormente, de 1571 a 1698, 52 éditos se referiram à proibição de livros.

Zumárraga, o frade que queimou os escritos astecas, começou em 1536 um processo contra dois sacerdotes de Tlaloc, deus da chuva, que realizavam um ritual para pedir o fim da estiagem entre os camponeses. Segundo os documentos do processo, os dois índios foram condenados, humilhados em público, açoitados, e no mercado de Tlatelolco foram queimados seus ídolos.[64] A estátua de Tlaloc foi enterrada na serra de Tlalocatepetl, da mesma maneira que outros ídolos e objetos rituais. Hoje poderia ser escrita uma crônica desesperada com cada um dos casos documentados de índios que arriscaram sua vida e a dos seres amados para evitar que as imagens de seus deuses fossem devastadas. Alguns caciques, num gesto insuspeitável, decidiram se transformar em seus próprios ídolos e, segundo contou Serge Gruzinski, "esses homens-deuses, cujos nomes evocavam as grandes divindades do altiplano, oficiavam, curavam e atuavam sobre os elementos e recebiam as honras destinadas ordinariamente aos deuses de pedra".[65]

Houve, em 1538, uma investigação por idolatria contra três anciões por cultuar Huitzilopochtli, Cialeuque e Tlaloc e, em 22 de novembro do mesmo ano, Zumárraga condenou-os ao açoite e queimou suas estátuas numa reunião pública com todos os índios mais próximos. Em 1539, um pintor batizado de Mateo confessou que sabia onde se encontravam os ídolos salvos do tempo de Huitzilopochtli e acusou Puxtecatl Tlaylotla, residente do bairro de San Juan de México, que fora batizado de Miguel. Logo se ativaram os mecanismos de inquirição e Miguel foi torturado com o garrote e golpeado sem clemência, mas nunca se soube com exatidão onde estavam as estátuas. O que se demonstrou foi que quase todos os índios guardavam suas relíquias no solo e realizavam sacrifícios secretos.

Todas as semanas se destruíam estatuetas nas residências e a última informação comprovada tida por Zumárraga foi o testemunho do cacique Baltasar, que reconheceu em dezembro de 1539 que levou ídolos a Culhuacan e colaborou para que fossem dispersos nas cavernas dos arredores sob a supervisão de um filho de Montezuma. Tudo isto certamente incomodou os inquisidores. Num navio, ao que parece, transportou-se o deus Huitzilopochtli em duas partes (dois pacotes com as cores azul e preto).[66] As estátuas de Cihuacatl, Telpochtli, Tlatlauhqui Tezcatlipoca e Tepehua foram transportadas de mão em mão até Azcapotzalco.

O temor à heresia não produziu o medo causado entre os frades pela participação dos indígenas na escrita de textos que reivindicavam as críticas à ação da dominação religiosa. Zumárraga se encarregou da execução de Carlos Ahuaxpitzatzin Chichimecateuctli, neto do rei poeta Netzahualcoyotl, filho de nobres nahuas e líder em Tezcoco, e sua morte foi cruel porque se decidiu que ele cometera o erro de pôr em dúvida toda a autoridade da Igreja numa arenga pública, na qual disse:

> Quem são esses que nos derrotam, e perturbam, e vivem sobre nós, estão em nossas costas e nos subjugam? Pois aqui estou eu, e ali está o senhor do México Yoanize, e ali está meu sobrinho Tezapille, senhor de Tacuba, e ali está Tlacahuepantli, senhor de Tula, que somos todos iguais e unidos e ninguém se igualará a nós; que esta é nossa terra, e nosso trabalho e nossos objetos pessoais, e nossa posse, e o direito de mando é nosso e nos pertence, e vêm aqui para nos subjugar, não são nossos parentes, nem de nosso sangue e querem se igualar a nós, mas aqui estamos e não há quem queira zombar de nós...

Depois se dirigiu a um grupo de índios e os exortou a pensar:

> Irmãos, imaginemos: que verdade é a divindade que desejamos? Talvez seja nada; temos aqui três maneiras que são cartilhas, romance e gramática, e na cartilha está o *a, b, c* e o *Pater Noster*, e *Ave Maria*, *credo*, e *salve regina*, artigos e mandamentos; por acaso aqui morre tudo? Não há mais o que fazer: os padres de São Francisco têm uma maneira de ser, e os de São Domingos outra, e os de Santo Agostinho outra, e os clérigos outra, e cada um deles ensina à sua maneira, pois nossos antepassados também foram profetas e conheciam o passado e o futuro, e nunca disseram quem havia de vir.

Escandalizados, os frades julgaram que era o caso mais grave de que se lembravam e Zumárraga não o indultou: foi estrangulado depois de ter sido garroteado e seu cadáver foi queimado publicamente.[67]

Já de 1613 a 1654, esta dissidência era divulgada por escrito: a idolatria começou a aproveitar o recurso da escrita para sua propagação nas aldeias nahuas e zapotecas. Logo se difundiram textos rituais que preservavam antigos esconjuros e adivinhações. Em 1629, o irmão do dramaturgo Juan Ruiz de Alarcón, chamado Hernando, perseguiu os indígenas em Chilapa, Cuernavaca, Taxco e Tistla, e redigiu o misterioso *Tratado de las supersticiones y costumbres gentílicas que hoy viven entre los indios naturales de esta Nueva España*, que é uma coletânea de fatos surpreendentes, como a existência de um esconjuro para urinar que o angustiou de maneira peculiar:

> Vem aqui, enviado dos deuses, enviado amarelo, habitante do paraíso, vem empurrar, vem tirar e aplacar a verde dor, que Deus poderoso quebra e faz em pedaços minha preciosa joia e rica esmeralda.

O mais interessante de Alarcón é a menção em seu livro de rituais escritos, que confiscou e levou como provas. Um dos temas destes textos consistia em ensinar a caçar veados. O alerta em relação à literatura ritual fez com que se descobrisse, em 1681, o caso bem estranho de um índio de Iguala, com quem se encontraram "numerosos livros que não eram bons". Os índios começavam a escrever com alfabeto latino textos sobre seus deuses e preocupavam sobremaneira os inquisidores. Em 1686, um bispo teve a ideia de criar um inferno terrestre para os idólatras de Oaxaca[68] e patrocinou a construção de um cárcere insólito.

A sede de Lima se estabeleceu — como a do México — por Cédulas Reais de 25 de janeiro de 1569, e comandou 27 autos de fé. O primeiro deles ocorreu em 15 de novembro de 1573: queimou-se um homem chamado Mateo Salado por sua fé luterana (os hereges eram queimados no Pedregal, perto do outeiro de San Cristóbal).

A extirpação das idolatrias foi um dos aspectos mais debatidos do zelo evangelizador. Conhece-se a terrível visita do clérigo Cristóbal de Albornoz às províncias de Huamanga em 1569, em que destruiu mais de vinte mil jazigos e condenou oito mil pessoas por heresia. Em 1609, a Inquisição queimou em Lima as múmias e estátuas dos índios. Em 1610, Francisco de Ávila se dedicou a perseguir os casos que descobrira dois anos antes, de culto autóctone aos deuses pré-hispânicos.

Houve províncias, como Huarochirí, em que se queimaram 18 mil ídolos móveis e dois mil ídolos fixos, ou Cajatambo, onde esteve ativo, de 1617 a 1622, o intempestivo Fernando de Avendaño e, de 1656 a 1663, o vigilante Bernardo de Nobos. No entanto, era tal a resistência que se adoravam as cinzas dos ídolos queimados; as *huacas* ou lugares sagrados eram restabelecidas durante a noite e voltavam a ficar ativas quando os extirpadores desapareciam. Na destruição exasperada, foram atacados diretamente os *malquis*, que eram os corpos mumificados dos antepassados.[69] A preocupação pela expansão dos cultos provinciais da cosmovisão andina manteve em estado de alerta todo o sistema inquisitorial.

A mudança de mentalidade no século XIX reduziu pouco a pouco os processos inquisitoriais e as Cortes de Cádiz, em 22 de fevereiro de 1813, suprimiram estes julgamentos de maneira temporal e depois de forma permanente. Uma das consequências sincrônicas mais desagradáveis desta Inquisição foi a gestação da autocensura e a vergonha étnica.

A inquisição de ideias revolucionárias

A Inquisição persistiu e quis impedir a rebelião da elite cultural local (*criolla*) que no século XVIII rejeitou o despotismo imperial. No caso da Venezuela, dependente da sede criada pela Real Cédula de 25 de fevereiro de 1610, em Cartagena das Índias da Nova Granada, os comissários da Inquisição de Caracas costumavam interrogar numerosos proprietários de livros durante suas visitas a domicílio. A Real Cédula de 25 de abril de 1742 proibiu a existência de livros sem licença do Conselho das Índias. Dois leitores, José Antonio Garmendia e José España, admitiram a queima de livros de Gaetano Filangieri; Francisco Javier Briceño rasgou um tomo da *Vida del conde de Saxe*.[70] Isto aconteceu em 1806. Em Caracas, o comissário da Inquisição contava com pessoal para as pesquisas: um notário e dois meirinhos.

François Depons apresentou uma lista de textos que era proibido ler na Venezuela:

> As obras francesas condenadas à proscrição absoluta são: *Novo Abelardo*, *A academia das senhoras*, *L'an 2440*, *O filósofo do bom sentido*, o *Discurso do imperador Juliano contra os cristãos*, as *Máximas políticas* de Paulo III, o *Dicionário* de Bayle, *Teologia portátil* do abade Bernier, a continuação da *História universal* de Bossuet, *Teoria das leis criminais*, de Brissot de Warville, os seis últimos volumes do *Curso de estudos*, de Condillac, os *Diálogos extraídos do monialismo*, o *Tratado de virtudes e recompensas*, *Erros instrutivos*, *Diário do reinado de Henrique IV, rei da França*, *Filosofia militar*, *O gênio*, de Montesquieu, *História literária dos trovadores*, *História filosófica e política*, do abade Raynal, *Belisário*, de Marmontel, *Memórias e aventuras de um homem distinto*, *Da natureza*, de Robinet, *Investigações sobre os americanos*, *Sistema da natureza*, *Sistema social*, os livros de Voltaire, os livros de Rousseau, *Ensaio sobre a história universal*, de Juan de Antimoine, *História do príncipe Basílio*, *História e vida de Aretino*, *Momentos da vida privada dos 12 Césares*, etc.[71]

Francisco de Miranda, um dos heróis mais interessantes da Guerra de Independência da América Latina, queixou-se ao ministro inglês William Pitt de que "a perniciosa censura da Inquisição proibia os hispano-americanos de ler livros úteis ou instrutivos".[72] Mas não se tratava apenas de limitação filosófica ou literária: a Inquisição procurava estimular uma consciência conservadora para manter entre os grupos dominantes o culto católico, o fervor monárquico e abolir o passado pré-hispânico.

Na Colômbia, o Arquivo Geral da Nação (Fundo Milícias e Marinha) conserva documentos sobre a destruição de textos. Algumas gravuras satíricas contra Carlos III foram queimadas por uma ordem de 11 de agosto de 1772. Menos cordial, uma Real Cédula do rei contra um livro pediu sua destruição em 1778.

> Real Cédula sobre o livro *L'an 2440*. O Rei. Tendo chegado a nós seguros e indiscutíveis informes, que começou a se introduzir em meus Reais Domínios um livro *in octavo*, escrito em língua francesa, intitulado *O ano 2440*, com data de impressão de Londres, ano de 1776, sem nome de autor, nem de impressor, no qual se combate nele não só a Religião Católica e o que há de mais sagrado nela, mas também tenta destruir a ordem do bom Governo (...) promovendo a liberdade e a independência dos súditos de seus Monarcas e Senhores legítimos: resolvi que além de proibir este perverso livro pelo Santo Ofício, queimem-se publicamente por mão do verdugo todos os exemplares encontrados. (...) Para cujo fim mandei igualmente, por Ordem Real de 12 de março deste ano, ao meu Conselho das Índias que expeça Cédula circular aos reinos para o cumprimento da minha real resolução. (...) Aranjuez, 25 de abril de 1778. Eu, O REI.[73]

Em 1779, a *History of America* de William Robertson foi queimada na Costa. De 1810 a 1816, dezenas de folhetos, pasquins e livros foram queimados nas praças da Colômbia por ordem direta das autoridades espanholas, com apoio dos membros da Inquisição. O volume intitulado *Devocionario de Ibagué en memoria de las hazañas, prodigios y virtudes de la Lanza de Don Baltasar*, que ainda hoje em dia se conserva na santa igreja matriz daquela cidade (Imprensa de Ambrosio Carabina, 1813), do doutor José Francisco Pereira (1789-1863), foi queimado publicamente quatro anos depois de seu aparecimento, segundo a ordem do comandante Ramón Sicilia.

A luta pela diversidade da língua e dos costumes

Durante o século XVIII, a Espanha e as outras potências que conquistaram territórios na América Latina consolidaram seu poder por meio de repressão e censura, para fortalecer a amnésia da verdadeira condição dos índios e dos negros. Entre as decisões mais importantes para manter o esquecimento e a criação de uma nova memória, começou um processo de colonização que supunha a criação de assentamentos urbanos sob leis que reproduziam em tudo as normas europeias e exploravam recursos naturais renováveis e não renováveis.

Há uma curiosa relação entre a etimologia das palavras *colonização* e *cultura*: ambas derivam da expressão latina *colo*, que significa "cultivo". A colonização é, por isso, em sua própria essência, um processo de substituição de valores culturais. No caso da América Latina, desde o primeiro momento era irrefutável que não seria possível extrair a imensa quantidade de recursos sem apelar para um regime que deveria partir da separação ontológica: o ensino da língua de quem era submetido e a evangelização forçada para abandonar a condição de paganismo. Ao contrário do que se pensa, é mais simples submeter alfabetizados do que não alfabetizados. Impérios como os sumérios, egípcios, gregos e romanos divulgaram suas línguas com alfabetos estáveis, para impor suas leis com maior facilidade aos povos submetidos.[74]

Na colonização, parte-se da suposição de que o subordinado é um bárbaro que deve ser civilizado e isso passa pela obrigação de aceitar a legislação de seu conquistador. Assim se cria a hegemonia, isto é, uma estrutura geral de domínio das ideias de um grupo sobre outro. Pode-se até utilizar o idioma nativo como base para implantar ideias: o decreto

de 3 de julho de Felipe II contradizia a tese do Conselho das Índias de obrigar a ler livros em espanhol, porque o monarca julgava que o bilinguismo contribuía para a expansão do cristianismo.[75] Além disso, Felipe II conhecia os efeitos da proibição da língua na própria Espanha porque, de 1567 a 1570, os mouros se insurgiram ao receber a notícia do veto ao idioma árabe. Segundo Ricard, a primeira etapa dos religiosos no México revela que prepararam centenas de livros de catequese em nauatle, tarasco, otomí, pirinda, mixteco, zapoteco, huasteco, totonaco, zoque e outras línguas.[76]

Na Cédula Real de 7 de junho de 1550, o vice-rei da Nova Espanha recebeu instruções para que os franciscanos, dominicanos e agostinianos ensinassem em língua castelhana. A perturbação pela diversidade linguística dos indígenas aflorou em Oaxaca e, em 27 de julho de 1570, enviou-se à Espanha um relatório sobre este problema e o Conselho das Índias, confundido pelas consequências, autorizou os interessados a agir para a redução do número de línguas ao mínimo possível. O astuto Diego de Landa, que queimou os livros maias, elaborou um método para eliminar as idolatrias e garantir a introdução do castelhano: educou as crianças para renegarem a cultura de seus pais. O Conselho das Índias, em diversas oportunidades, insistiu em mudar a mentalidade dos filhos dos caciques para afastá-los das práticas do passado. Frei Juan de Zumárraga, biblioclasta reconhecido, fundou em 6 de janeiro de 1536 o colégio Santa Cruz de Tlatelolco, o primeiro colégio instalado pelos espanhóis na América, nas instalações de um antigo *calmecac* (escola para índios cujo aprendizado começava aos 10 anos) dos astecas, e seu esforço serviu para conhecer melhor as culturas indígenas e transmitir as ideias às novas gerações, incluindo a glotofagia: o castelhano devorou literalmente o nauatle clássico. A partir de então, e até nossos dias, a educação buscou a assimilação.

A Real Cédula de 6 de abril de 1691 estabeleceu que, na Nova Espanha e no Peru, deviam se instalar escolas para ensinar o castelhano, e advertiu para o papel das línguas indígenas no retorno aos cultos nativos. O princípio de respeito à diversidade foi questionado pelo arcebispo do México, Francisco Antonio Lorenzana, em 1769 e, a este propósito, escreveu em sua carta pastoral:

> (...) em dois séculos e meio de conquista deste reino (...) ainda (...) necessitamos de mais intérpretes (...), porque no princípio, com Jerónimo de Aguilar e *doña* Marina, entendeu [Hernán Cortés] a língua de muitas províncias

de Yucatán até o México, e do México até a Guatemala, e agora numa só diocese se multiplicaram de tal modo que até para confessar algum réu no cárcere podemos assegurar que não se encontram ministro eclesiástico nem intérpretes (...) Os ministros eclesiásticos que não procuram ampliar o idioma castelhano e providenciar para que os índios saibam ler e escrever nele, deixando-os fechados em seu idioma nativo, são no meu entender inimigos declarados do bem dos naturais, de sua maneira de ser e racionalidade: tentam perturbar a melhor administração eclesiástica, prejudicada por tantos e tão diferentes idiomas, fomentam as idolatrias observadas entre os índios que ignoram o castelhano (...) Creio que se os vigários insistissem durante cinquenta anos em que seus paroquianos aprendessem o castelhano se conseguiria, e seria toda a Nova Espanha *terra labiis unius* (...) não houve nação culta no mundo que, quando estendeu suas conquistas, deixou de fazer o mesmo com sua língua.[77]

Esta queixa chegou aos ouvidos do rei Carlos III, que pediu opinião a vários conselheiros e finalmente decidiu, numa Cédula Real de 10 de maio de 1770, que fossem extintos "os diferentes idiomas utilizados naqueles domínios e só se falasse o castelhano".[78] Com este decreto, voltou a dominar o monolinguismo inaugurado por Carlos V. Foi então que se concebeu o plano de iniciar uma segunda fase de discriminação da cultura dos aborígines da América Latina.

A mesma coisa foi feita no reinado de Portugal no Brasil. João III, alcunhado de Piedoso, estimulou até 1530 a evangelização e colonização do país, a ferro e fogo, e colocou à frente de seus projetos a Companhia de Jesus e a Inquisição. Quando se fundou Salvador, na Bahia, em 1549, advertia-se que a meta era converter os indígenas à fé cristã, mas essa ambição comportava também a introdução da língua. Em 2007, a língua portuguesa continuava a garantir posição importante na colonização linguística do Brasil,[79] que chegava a 189 milhões de falantes.

Que línguas se perderam com o monolinguismo? A riqueza do espanhol ou do português foi a pobreza dos idiomas indígenas, pois desapareceram mais de mil em 515 anos (quase duas por ano) e ainda há outras em vias de desaparecimento. Numa seleção ao acaso dessa lista de idiomas perdidos, deve-se incluir:

Quadro 1
Línguas indígenas perdidas

Antilhas menores: Língua caraib
Argentina: Língua abipón (falou-se no Chaco do Paraguai e da Argentina), haush, chané (izoceno), charrua (falou-se no Brasil e Uruguai), harpe, teushen, chono
Bolívia: Língua canichana, apolista, cayubaba, chapacura, itene, paicona, pauna, quitemo, saraveca, shetebo, xipinawa
Brasil: Língua acroá, amariba, apiaka, arara de Mato Grosso, araticum, arikem, aroa (aruan), barawana, botocudo, cariaya, catrimbi, catuquina, cawishana, chicao, coeruma, coroano, coropo, cuniba, gamela, guana integrado com guarani, guato, inapari, jeicó, jumana, kahuyana, kaimbé, kamakan, kamba, kambiwá, kanoé, kapinawá, kapiruna, kayapo-kradau, kepkiriwat, kiriri-xocó, krenje, kujijeneri, kukura, kustenao, kutaxó, maku, makushi, malali, marawa, mariate, maritsauá, masakará, menian, miriti, mura, opayé-xavante, oti, pakarara, palmela, paranawat, paraviyana, pase, pataxó, pauxiana, potiguara, puri, purocoto, remo, tatariu, turumá, tingui-boto, truká, tukumanfed, tupi, tupinambá, turiwará, tuxá, tuxinava, uman, umotina, urumi, wainuma, wakona, waraicu, warikyana, wasu, wirafed, wirina, xakriabá, xoko, xukuru (inclui xukuru kariri), yabaana yaruma, yuma, yuri
Chile: Língua kakauhua, aksanas, alacaluf, atacama, kunza, shelknam

Colômbia:

Língua cueva, airico, amarizana, andágueda, anserma, atabaca, bonda, cabere, cagua, caramanta, catío viejo, chitarero, coeretú, coeruna, coiba, colima, coyaima, coxima, duit, guane, guanebucán, guaque, guayupe, hianacotoumaua, icaguate, idabaez, lache, maipure, malibú, miraña-carapana, mocana, muzo, natagaimas, nutabe, otomac, pamigua, panche, pantagora, pasto, patsoca, quillacinga, quimbaya, sindagua, situfa, tama, telembi, tinigua, uantya, urubu-tapuyo, yamesi, yauna, yurumangui

---

Costa Rica:

Língua chorotega (da família otomangue)

Cuba e Antilhas maiores:

Língua taíno

Equador:

Língua awijiras, coronados, esmeralda, gaes, oas, omagua, shimigaes, tetetes, záparo

---

Honduras:

Língua lenca

El Salvador:

Língua cacaopera, lenca

México e América Central:

Vinte e cinco línguas ainda sem nome, ajibine, aguata, apaneco, ayacasteco bocalo, borrado, cacoma, cataara, chamelteco, chichimeco, chicomuceltec, chontal de Guerrero, chumbia, cinteco, coano, cochimi, cochin, cocmague, conguaco, copuce, cuahcomeco, cucharete, cuitlateco, cuyumateco, cuyuteco, guamar, guaxabane, guaycura, himeri, hio, hualahuís, huaynamota, huehueteco, icaura-ayancaura, iscuca, itzuco, izteco, janambre, jano, jocome, malaguese, mancheño, mantlame, mascorro, mazateco de Guerrero, mazateco de Jalisco, mazateco de Tabasco, mextitlaneco, nauatle clássico, nauatle de Tabasco, negrito, olive, otomi de Jalisco, pame, pampuchin, panteco, papabuco, pelón, pericú, pisón (popoteco), potlapigua, quacumeco, quahuteco, quata, quinigua, salinero, tacacho, tamaulipeco, tamazulteco, tene, tapecano, tepetixteco, tepocanteco, texcateco, texome, tiam, tlacotepehua-tepuzteco, tlatempaneco, tlatzihuizteco, tolimeco, tomateco, tonaz, totrame, tsuco, tubar, tuxteco, uchita, ure, vigiteca, xilotlanzinca-tamazulteco, xocoteco, zapoteco de Jalisco, zapotlaneco, zayahueco, zoyateco

---

Nicarágua:

Língua matagalpa, monimbo, subtiaba

Paraguai:

Língua emok, guaicurú ou mbaya, abipón

Peru:

Língua abishira, aguano, andoa, atalan, atsahuaca, aushiri, colima, culli, hibito, nocamán, omurano, orejone, panobo, patagón, pisabo, quíchua clássico, puquina (estendeu-se a Arequipa, Moquegua, Tacna, parte de Cusco até o planalto boliviano e chileno), remo, sensi, yameo, yunga (incluindo mochica, muchik, eten)

Uruguai:

Língua chaná, charrua

Venezuela:

Língua anauya, ature, avani, baniva, bané, caribe (inclui cumanagoto, tiverigoto, chayma, sayma, warapiche, yao, pariagoto, piritu, tamanaco, palenque, caraca, teque, quiriquire, guaiquerí), caquetío, guniare, jirajira, kuakua, mawaka, otomaco, paraujano, pareca, timote, tororo, yavitero

---

Fontes: GORDON JR., Raymond J. (ed.). *Ethnologue: Languages of the World*. Dallas: SIL International, 2005; MIGLIAZZA, Ernest C.; CAMPBELL, Lyle. *Panorama general de las lenguas indígenas de América*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1988.

O chamado Novo Mundo repetiu o patrimônio institucional europeu do vice-reinado da Nova Espanha, que começou em 1535 e compreendeu uma extensa área do Arizona, Dakota do Norte, Dakota do Sul, Montana, Califórnia, Colorado, Nevada, Novo México, Texas, Oklahoma, Wyoming e Utah, no território onde são hoje os Estados Unidos, até a distante Guatemala; e além disso controlou a Capitania Geral de Cuba, a Capitania Geral da Guatemala, a Capitania Geral das Filipinas e os territórios da Flórida, Louisiana e Nootka. Sua capital era na Cidade do México. O outro vice-reinado importante foi o do Peru, com Lima como capital e cuja extensão abarcou do istmo do Panamá aos confins da América do Sul. No século XVIII, nasceram o vice-reinado do Rio da Prata e o vice-reinado de Nova Granada. O interessante é que as instituições foram transplantadas para o serviço do monopólio espanhol e sempre ficou claro que todas as formas de governo dos índios iam mudar: "Procurem converter a forma e a maneira do governo deles ao estilo e à ordem com que são regidos os reinos de Castela e Leão."[80] O patrimônio político foi modificado sem remédio.

Durante quase três carregados séculos, no caso da Nova Espanha e Peru, a extração de ouro e prata justificou a doutrinação das colônias, o que teria sido impossível sem o apoio da Igreja católica. O papel mais cruel que se pode imaginar numa sociedade autoritária é o da cumplicidade manifesta: a Igreja católica encobriu e participou do saque da América Latina e nunca pediu perdão pelos graves danos culturais causados por ela. Suas diferentes ordens religiosas, comandadas por franciscanos e dominicanos, e logo depois por jesuítas e carmelitas, participaram com os conquistadores da usurpação dos valores culturais e da destruição deliberada do patrimônio cultural palpável e impalpável.[81]

Sacerdotes decepcionados deixaram testemunhos que demonstram como houve uma consciência enorme do dano que se causava. Ao contrário do que se costuma debater, houve consciência de que a colonização foi um processo etnocida. Basta ler o que denunciou Las Casas: "Porque são tantos e tais os estragos e crueldades, matanças e destruições, despovoações, roubos, violências e tiranias, e em tantos e tais reinos da grande Terra Firme, que todas as coisas que dissemos nada são se comparadas às que se fizeram; mas ainda que disséssemos todas, são infinitas as que deixaríamos de dizer."[82] Foi pior ainda seu julgamento sobre a legalidade da conquista: "O que eles chamam de conquistas são invasões violentas de tiranos cruéis, condenadas não apenas pela lei de Deus mas também por todas as leis humanas, como são, e ainda piores

do que as que foram feitas pelo turco para destruir a Igreja cristã. Isto é o que mataram e continuam matando na dita servidão tirânica, humilhações e opressões quotidianas."[83]

As *encomiendas*, doações do papa e missões

O papa Alexandre VI condicionou a concessão de terras aos espanhóis e portugueses à atribuição do poder religioso sobre os novos vassalos, e isto implicou um desastre cultural que reduziu a resistência dos índios. Por meio da *encomienda* e do trabalho forçado (*mita*), das missões e dos corpos expedicionários, aniquilaram-se povos inteiros, condenados como animais selvagens à escravidão mais miserável.

Em 27 de dezembro de 1512, promulgou-se em Burgos um conjunto de leis destinadas a criar uma espécie de campos de concentração que foram as *encomiendas*: espaços para legitimar o trabalho forçado dos índios sob a tutela de um colonizador que se comprometia a pagar tributos à Coroa e a "humanizar" as turvas relações com os nativos. Na prática, a *encomienda* cerceou os direitos dos índios e os converteu legalmente em escravos; o colonizador passou a ser um tutor cruel. Toda a concepção do mundo indígena começou, então, a ser adaptada e sua memória negada.[84]

O *Requerimiento*, nascido da pena do jurista Juan Nicolás López de Palacios Rubio, era um documento que servia para ser lido diante dos índios a fim de lhes comunicar que deveriam aceitar que o papa Alexandre VI doara as terras do Novo Mundo aos reis de Castela, e intimá-los a aceitar voluntariamente a fé cristã e abandonar suas práticas religiosas. Até 1526, o texto era lido em voz alta e em espanhol, e, por certo, os índios resistiriam à custa do extermínio total. Dado que era um escrito usado por Pizarro no Peru, e por Pedrarias Dávila e outros conquistadores, convém citá-lo:

> Portanto, como melhor podemos, rogamos (...) que reconheçam a Igreja como senhora e superiora do universo mundo, e ao Sumo Pontífice, chamado Papa, em seu nome, e ao Rei e Rainha *doña* Juana, nossos senhores, em seu lugar, como superiores e Reis destas ilhas e terra firme, em virtude da dita doação, e consintam que estes padres religiosos preguem nos territórios acima mencionados.

> Se procederem assim, farão bem, cumprindo aquilo a que são obrigados, e suas Altezas e nós em seu nome os receberemos com todo amor e caridade, e deixaremos que fiquem com suas mulheres e seus filhos, em terras livres e sem servidão, para que façam delas livremente o que quiserem e assim não serão obrigados a se tornarem cristãos, salvo se, informados da verdade, queiram se converter à nossa santa Fé Católica, como fizeram quase todos os vizinhos das outras ilhas, e além disso suas Majestades concederão privilégios e isenções, e darão muitas dádivas.
>
> Mas se não quiserem e maliciosamente impuserem delongas, certifico que com a ajuda de Deus entraremos poderosamente contra vocês, e faremos guerra por todas as partes e maneiras que pudermos, e os submeteremos ao jugo e obediência da Igreja e de suas Majestades, e tomaremos suas pessoas e suas mulheres e filhos e os tornaremos escravos, e como tal os venderemos e disporemos deles como suas Majestades ordenarem, e tomaremos seus bens e faremos todos os males e danos que pudermos, como a vassalos que não obedeceram nem querem receber seu senhor, e a ele resistem e contradizem.

Os centros de substituição cultural ou transculturação atuaram inicialmente nos chamados centros de doutrina, que se encarregaram da educação dos índios, como foi o caso dos franciscanos em Tlatelolco, os jesuítas em Patzcuaro, Tepotzotlán e o colégio de San Gregorio na Cidade do México. Hoje se sabe que a melhor maneira utilizada para controlar a população consistiu em compreender o poder dos caciques: foram os primeiros a ser batizados como exemplo às suas comunidades e, em casos de rebeldia, também os primeiros a ser castigados como exemplo a qualquer outro que pudesse desconhecer a autoridade imperial.

As missões ou reduções da Companhia de Jesus, no que é atualmente a província de Misiones, Paraguai,[85] foram atacadas desde 1612 por grupos armados conhecidos como bandeirantes, de São Paulo, e em certas ocasiões houve destruição completa da missão, como sucedeu em Guayrá, Itati e El Tapé. Os jesuítas, expulsos por Carlos III por decreto de 27 de março de 1767, tentavam realizar a evangelização e a transformação dos valores culturais dos guaranis com métodos mais suaves, e conseguiram criar cerca de sessenta comunidades, onde por certo a tolerância era limitada, já que os índios eram impedidos de cantar ou interpretar sua música e seus principais rituais. Entre outros aspectos, a arte ensinada era de concepção europeia e se sabe que criaram mais de mil esculturas, das quais hoje só restam cerca de duzentas. Da pintura, célebre por telas a óleo, afrescos, tetos, abóbadas e retábulos, sobrou pouco.

Ao se retirar, os jesuítas procuraram destruir todos os seus arquivos para evitar inspeções no momento de sua expulsão: "Os padres capricharam na queima de dossiês, que eram quase todo seu arquivo."[86]

Uma ideia persistente na colônia, que nem os jesuítas nem ninguém desmentiu, consistia em acreditar que os índios eram preguiçosos por natureza. Em 1778, frei Félix de Villanueva ainda protestava: "Há que espanholizá-los, ou que falem espanhol; sem isto nada adianta."[87] Este preconceito, que tantas vítimas provocou, fomentou ódios permanentes. Depois de um tratamento desumano, que provocou muitas reações solitárias, o prefeito frei Miguel comentou sobre as missões na Venezuela que os índios nunca esqueceram "as crueldades que os primeiros espanhóis cometeram contra seus antepassados".[88]

O explorador cosmopolita Humboldt afirmou que os índios perderam sua vitalidade nas missões:

> Submetendo a regras invariáveis até as ínfimas ações de sua vida doméstica, tornaram-nos estúpidos à força de mantê-los obedientes. O sustento deles está melhor assegurado e seus hábitos se tornaram mais tranquilos; mas submetidos à repressão e à triste monotonia do governo das missões, dão a entender, pelo seu ar sombrio e concentrado que, contra a vontade, sacrificaram a liberdade ao repouso. O regime monástico, restrito ao recinto do claustro, mesmo retirando do Estado cidadãos úteis, pode em certas ocasiões servir para acalmar as paixões, para consolar nos momentos de grande pesar, para alimentar o espírito de meditação; mas transportado para as selvas do Novo Mundo, aplicado às múltiplas relações da sociedade civil, traz graves consequências, tanto mais funestas quando sua duração é maior. Dificulta de geração em geração o desenvolvimento das faculdades intelectuais; impede as comunicações entre os povos e se opõe a tudo o que educa a alma e engrandece as concepções. É pela soma destas diversas causas que os indígenas habitantes das missões se mantêm num estado de incultura que chamaríamos estacionário.[89]

No caso dos andakis do Alto Magdalena, que enfrentaram os espanhóis e opuseram violenta resistência (entre outras milhares de etnias), ficou claro aos historiadores que grandes grupos de missionários contribuíram para o extermínio. Frei Martín de Idroxo, em 1744, cansado dos ataques dos andakis, pediu ao presidente da Real Audiência de Quito que os índios fossem exterminados. A colaboração entre soldados e missionários era comum: sabe-se até que, para receber seus soldos, os

soldados necessitavam, em certas ocasiões, de certificado religioso. No final do século XVIII, o arcebispo de Santa Fé não queria enviar missionários para os índios da selva, mas se queixava de que era necessário sujeitá-los pela força, e neste processo os andakis foram se extinguindo. Em 1809, de acordo com um informe, os missionários foram deslocados pelos novos colonizadores: aventureiros, mineiros e caçadores de tesouros enterrados.[90] Refiro-me com este exemplo a um único modelo, mas se tratava de algo generalizado.

CAPÍTULO II

A grande catástrofe

Os europeus transplantaram para o hemisfério ocidental, além do oceano, o cristianismo e a cultura antiga, que constituíram os fundamentos essenciais da vida colonial em formação.

Richard Konetzke, *América Latina, época colonial*

A TRANSIÇÃO COLONIAL

Animados pelo êxito da expulsão dos mouros e a reconquista dos territórios islâmicos na Espanha, os primeiros conquistadores que fundaram colônias na América Latina repetiram o esquema de extermínio e substituição de valores religiosos e culturais.

A partir do etnocídio, a América Latina conheceu, desde o século XV, um transplante cultural violento em que se conformou uma sociedade colonial baseada no princípio da exploração do ouro, da prata e de produtos agrícolas, a vergonha étnica, o escravismo, a mestiçagem (palavra que proveio do latim *mixus*, formado do verbo *miscere*, que se traduz como "mesclar") gerada pelo fato de que a maioria dos espanhóis que vieram não trouxeram mulheres e começaram a conviver e a ter filhos com as índias e as negras. Assim se formaram os estamentos, separados em etnias bem diferenciadas que compunham as classes de um mundo social no qual os espanhóis, apavorados pela possibilidade de perderem o sangue puro, repetiram o mesmo esquema de exclusão que aplicaram contra os judeus e árabes, mas desta vez com os nativos. Os filhos do cruzamento de brancos e negras eram mulatos; os filhos de brancos com

índias eram mestiços. Todos os descendentes de europeus eram chamados de *criollos* e não tinham os mesmos benefícios dos espanhóis diretos, que eram nomeados para os cargos mais altos. Os pardos eram por sua vez os mestiços, mulatos, zambos e quarterões. Os negros não tinham qualquer direito. O quadro de castas era constituído desta maneira:

Quadro 2
Castas coloniais

Primeiro grau	*Segundo grau*	*Terceiro grau*	*Quarto grau*
Branco x índio: mestiço	Negro x mulato: zambo, grifo ou cabro	Branco x tercerón: cuarterón, albino	Mulato x tercerón: salto atrás
Branco x negro: mulato	Negro x chinês: zambo Branco x mulato: tercerón ou morisco	Branco x castizo: postizo ou octavón	Mestiço x cuarterón: coyote
Negro x índio: zambo, lobo ou chino (no México)	Branco x mestiço: cuatralbo, castizo Índio x zambo: Zambaigo		Grifo x zambo: jíbaro Mulato x zambaigo: cambujo
	Índio x mestiço: tresalbo		Branco x cuarterón: quinterón
	Índio x mulato: mulato preto Negro x zambo: zambo preto		Branco x octavón índio: puchuelas Branco x coyote: harnizos
			Branco x cambujo: albarazado
			Branco x albarazado: barzinos Negro x tercerón: cuarterón salto atrás
			Negro x cuarterón: quinterón salto atrás

Fonte: ROSENBLAT, A. *El mestizaje y las castas coloniales*. t. II. Buenos Aires: Nova, 1954. p. 175-176.

Durante a conquista e colonização, modificaram-se os sistemas de intercâmbio comercial, agrícola, mineiro; impulsionou-se o monolinguismo; renomearam-se todas as coisas descobertas pelos exploradores, amiúde adaptando uma parte mínima do vocabulário indígena; mesmo assim se impuseram a cultura e a religião ocidental cristã a milhões de seres humanos que eram politeístas; e foram formalizadas leis com os deveres das novas castas que romperam os esquemas sociais anteriores.

Não se tratou de uma transição sem traumas nem simples, mas se manteve uniforme até o século XIX, sustentada por um estado de direito imperial que se projetava a partir do centro (Europa) até a periferia (as colônias). Nem os ingleses, que colonizaram parte das Antilhas e da Flórida até a Nova Escócia; nem os franceses, que colonizaram outras ilhas das Antilhas, a zona dos grandes lagos e o Mississipi; nem os portugueses, que submeteram o Brasil; nenhuma destas nações acreditou ser necessário estudar as instituições aborígines para incorporá-las, mas as estudaram para aprender como lhes inculcar a partir das metrópoles todos os seus métodos de exploração e cultura.

No império espanhol, a justiça teve como referência o código imperial das *Siete partidas*, numa primeira época, até que em 1681 se consolidou

a *Recopilación de Leyes de Indias* e se criou até um Conselho das Índias, que se instalou formalmente em 1524, com a missão de intervir em qualquer assunto relacionado com as novas terras. Também se estabeleceram instituições como a Real Audiência, que funcionou como tribunal de justiça e como órgão de controle político, cultural e administrativo, em colaboração com o programa evangelizador da Igreja. Na história política latino-americana, deve-se mencionar que a reinstitucionalização espanhola aproveitou a desintegração dos núcleos autóctones e fomentou a constituição das províncias com base em jurisdições civis e militares, com governador e capitão-geral incluído, que reproduziam entre outras coisas a figura do cabido e da cidade de corte europeu.

No início do século XX, em 1908, Julio César Salas publicou um livro pioneiro chamado *Etnología e historia de tierra-firme*, no qual definiu com exatidão: "A destruição dos indígenas durante a colônia foi obra espanhola consciente e sistemática, pois por cobiça submeteram os aborígines a um trabalho cruel e constante."[91] Os assentamentos indígenas foram apagados até os alicerces: casas, mercados e lugares de reunião se dissolveram. Os templos indígenas foram destruídos sem levar em consideração seu valor e material, e se chegou ao extremo de edificar as igrejas sobre as ruínas, como ocorreu no México, onde a Catedral Metropolitana foi construída sobre o Templo Maior, cujas pedras serviram para as bases da nova arquitetura. Em Yayasal, assentamento maia da Guatemala, derrubaram-se todos os templos indígenas, reconstruídos como igrejas: assim caiu a última aldeia dos maias.

Da fundação da primeira cidade na ilha de Santo Domingo até o século XIX, a arquitetura e as artes europeias foram o paradigma de edificação. O predomínio do traço ortogonal se impôs nas Ordenanças de Povoadores do ano de 1573 — uma série de regulamentos gerais aplicáveis no resto do continente com uma proposta de ruas alongadas em quadrados, com uma praça central e prédios públicos circunscritos e próximos das igrejas. Sob a influência de Leon Battista Alberti, na arquitetura do vice-reinado observamos, por exemplo, que foram seguidas ideias expostas por Platão no *Timeu*, ou pelo arquiteto Vitrúvio sobre a relação entre o universo e a música, ou ainda teorias do humanismo renascentista barroco, como na igreja da paróquia de Guadalupe, ao norte do Peru.

Os jesuítas foram os artífices desta campanha a favor do barroco latino-americano e se considera que, em 1568, quando Vignola edificou a igreja del Gesù, deu-se por inaugurado este ideal contrarreformista que

quis ser uma resposta aos protestantes. Na catedral de Puebla se quis impor o mito do Templo de Salomão, e o especialista Antonio Tamariz de Carmona justificou, em 1650, que se construísse "um templo para nos dar a entender que entre as raras e excelentes virtudes de um Rei, e o que mais merece a gratidão do Supremo Monarca, é levantar a Deus templos e consagrar-lhe altares onde seja louvado e venerado na terra".[92]

Num ato inesperado, a nova Cidade do México se edificou sobre Tenochtitlan. Os frades mandaram sepultar ou destruir os templos, e os espanhóis proibiram os nativos de viver dentro da urbe, e os condenaram a habitar miseráveis choças longe de sua vista. Enquanto isto, a riqueza obtida no país permitiu construir uma cidade tão opulenta que foi possível impor-se um barroco arquitetônico no século XVIII, com o qual se sintetizava o ideal europeu da Contrarreforma católica.[93] As igrejas substituíram os templos astecas, os mosteiros, as casas de sabedoria, e as mansões deslocaram os antigos palácios. Balbuena podia cantar:

> Do México famoso a base
> origem e grandeza de prédios,
> cavalos, ruas, comércio, cortesias,
> letras, virtudes, variedade de ofícios,
> presentes, ocasiões de contentamento,
> primavera imortal e seus vestígios,
> governo ilustre, religião, estado,
> tudo neste discurso está resumido.[94]

As construções antigas astecas foram abandonadas, e ficaram à mercê da rapina, mas a tradição literária adquiriu novas dimensões quando surgiu uma literatura nostálgica que tentou a reescrita dos textos perdidos. Vale a pena recordar que a maior parte dos códices astecas que chegaram até nós, e nos permitem reconstruir seu passado, é de origem estritamente colonial. Os sábios utilizaram, de 1524 a 1530, o alfabeto latino para redigir as cronologias mais remotas, como os *Anales de Tlatelolco*, transportados para a Biblioteca Nacional de Paris.

As obras de arte dos indígenas eram curiosidades que o fervor religioso costumava destruir e as únicas obras aceitas eram as que imitavam ou seguiam a tradição europeia. Os deuses pré-hispânicos causaram o repúdio dos sacerdotes, que combateram a representação de idolatrias e as substituíram por uma arte religiosa alegórica que convidava à submissão e à aceitação da nova fé. Os franciscanos conseguiram que os nativos se

inserissem nesta mudança artística quando a adaptaram: uma prova são os afrescos da igreja de Ixmiquilpan, em Hidalgo, em que o bem e o mal foram representados com mitos locais. Em 1520, a oficina San José de Belén de los Naturales, de Pedro de Gante, serviu para que os indígenas fossem usados para produzir imagens cristãs controladas. Em 1643, o pintor Sebastián López de Arteaga foi nomeado expurgador de imagens pelo Santo Ofício no México, para controlar as imagens reproduzidas nas igrejas, por medo de que os indígenas aproveitassem a nova arte para introduzir seus elementos religiosos. Em torno de 1650, já estava consolidada a imagem barroca.

Os indígenas foram confinados em determinadas ocasiões para apagar neles toda a recordação anterior, como confirmou Gante numa carta de 15 de junho de 1558, na qual escreveu a Felipe II que seu método consistia em juntar os filhos dos índios nobres, uns "mil garotos, que encerramos em nossa casa de dia e de noite, e não permitíamos qualquer conversa, e isto se fez para que esquecessem suas sangrentas idolatrias e sacrifícios excessivos".[95]

A transferência de conceitos se moldou na propaganda dos novos símbolos que deveriam ser interpretados segundo o cânone da cultura dominante, e acontecia com a frequência que as imagens serviam para divulgar a ordem social. Nos quadros mexicanos de castas, elaborados entre os séculos XVII e XVIII, pintavam-se personagens que por sua vestimenta permitiam orientar os europeus sobre os cruzamentos raciais, como o dos mestiços ou castiços. As pinturas se realizavam por instrução do governo do vice-reinado, para servir de código de identificação para aqueles que quisessem conhecer mais de perto o aspecto físico da sociedade latino-americana. Hoje, 90% destas obras se encontram fora do México: quase todas as imagens integram coleções particulares na França, Espanha e Estados Unidos.

O outeiro de Potosí (derivado do nome aimara *pottochi*, "que estala") era um lugar de culto religioso, como revelou a declaração, feita sob pressão, pelo índio Diego Huallpa ao reconhecer que "quatro soldados o enviaram ao cume do outeiro, tendo encontrado ali um adoratório indígena com oferendas de escasso valor, e foi então que descobriram a prata do outeiro, que manifestava sua existência na própria superfície".[96] Este Diego comunicara a descoberta a outro índio que a comunicou a seu amo, Diego de Villarroel, e já depois de 1545 qualquer vestígio de culto estava apagado. A região era povoada com 160 mil seres humanos, dos quais 60% eram indígenas.[97]

O vice-rei Francisco de Toledo estabeleceu que, durante três turnos de trabalho com 4,5 mil mitayos, as 16 províncias vizinhas deveriam proporcionar recursos humanos sucessivos de Quispicanches, Canas e Canches, Azángaro e Asillo, Cabana e Cabanilla, Chucuito, Pancarcolla, Omasuyos, Pacajes, Sica-Sica, Carangas, Paria, Chayanta, Porco e Chichas. O trabalho era terrível:

> Os apires subiam com suas cargas, a partir da boca do túnel, em escadas compridas. Usualmente, as escadas consistiam em três cordas grossas de esparto de couro trançado como guias verticais entre as quais eram colocadas traves, em geral de madeira, como nos tempos de Capoche. De fato, cada escada era dupla, com a guia vertical do centro compartilhada. A longitude poderia ter uns 15 metros, e era disposta geralmente em séries, com uma plataforma de madeira (*barbacoa*) como patamar entre uma e outra. Considerando que no tempo de Capoche algumas minas chegavam a medir verticalmente cerca de trezentos metros a partir da entrada até a parte mais baixa, seria necessária uma longa série deste tipo de escada. As sacolas para o mineral, utilizadas nos anos 1580, eram simples mantas de lã atadas ao peito de maneira que a carga, como seu volume permitia, era levada nas costas. Os apires, segundo Capoche, subiam as escadas em grupos de três, com uma vela na mão do que ia na frente (narrações posteriores indicam que a vela podia estar presa ao dedo mindinho ou na testa para deixar as mãos livres ao subir). Os carregadores chegavam naturalmente sem fôlego e suando à saída da mina, e o único consolo para sua fadiga era serem chamados de cães e insultados por trazerem pouco metal ou porque demoravam muito ou o que extraíam não passava de terra, ou que eram muito lentos, ou que fizeram subir terra, ou que tinham roubado.[98]

O esforço descomunal converteu o outeiro de Potosí na fonte de renda mais importante do mundo. Para abastecer a riqueza da Espanha, morreram dez milhões de indígenas que, sujeitados à instituição da *mita* ou trabalho forçado, passaram a viver uma tragédia pelo esgotamento ou pela contaminação por mercúrio nos séculos XVI ou XVII. Os escravos africanos não foram utilizados porque a altura asfixiava os que foram enviados no plano experimental. Alguns colonos atuais da Bolívia costumam dizer que "com a prata levada daqui se pode construir uma ponte de Potosí à Espanha, e também se pode construir uma ponte com os ossos de milhões de nossos avós mortos nas minas". Em boa parte eles têm razão, pois somente em 1592 a prata do outeiro de Potosí era equivalente

a 44% dos gastos anuais da Coroa na Espanha e na Europa, isto é, quase oito milhões de pesos. Os portugueses chegaram a contrabandear 10% da exploração da mina.

Durante o século XVII, Potosí foi a sede de um dos movimentos culturais coloniais mais importantes da América Latina. Ourives e escultores, arquitetos e pintores se dirigiram à rica cidade para construir e decorar dezenas de igrejas sob influência do Barroco. Todo este esplendor, no entanto, ficou em escombros. Em sua visita a Potosí, Eduardo Galeano contou que os quadros das igrejas estavam danificados pela umidade e acusou os turistas de roubar objetos como os cálices e as esculturas. Galeano contou também que até as igrejas foram abandonadas por causa da decadência da região e se transformaram em instituições comerciais: "A igreja de San Ambrosio se converteu no cinema Omiste; em fevereiro de 1970, sobre os baixos-relevos barrocos da fachada, anunciava-se a próxima estreia: *Deu a louca no mundo* (de Stanley Kramer). O templo da Companhia de Jesus se converteu também em cinema, depois depósito de mercadorias da empresa Grace e, por último, em armazém de víveres para a caridade pública."[99]

Na *Recopilación de Leyes de Indias* se determinava a doutrina das reduções, na qual se separavam os índios dos espanhóis: "Que nos povoados de índios não vivam espanhóis, negros, mestiços e mulatos." Quando já se abolira esta divisão no século XVII se manteve a tendência de isolar os indígenas em bairros periféricos, onde conviviam etnias diferentes. Em La Paz, por exemplo, existiam os bairros dos índios de San Sebastián, San Pedro e Santa Bárbara, e só se podia entrar na cidade pelas pontes. Esta política de segregação facilitou o controle dos nativos ao sujeitá-los a povoados nos quais a igreja tinha mais capacidade de ação e reeducação, com o objetivo de garantir as bases da Contrarreforma católica que tentava conter o avanço dos movimentos reformistas da Alemanha e da Inglaterra. Um dos grandes temores coloniais da Igreja era a possível expansão da mensagem de homens como Lutero nas terras conquistadas. Felipe II costumava dizer que preferia perder todos os seus reinos a governar hereges.

A música censurada

A música dos índios, um caminho na sua aspiração de se comunicar diretamente com o sagrado, foi expressamente proibida: o trabalho de extirpação das idolatrias incluiu a eliminação de rituais e isto, é claro,

produziu o esquecimento de milhares de cantos e o desaparecimento progressivo dos instrumentos musicais, intérpretes e agrupamentos orquestrais. Ironicamente, como aconteceu com os hereges do cristianismo do século IV em Alexandria, os cronistas das Índias foram os que mais danos trouxeram para o conhecimento das composições musicais ao descrevê-las com um ar abafadiço: graças às suas críticas sabemos que a polifonia baseada nas cordas foi a resposta à denúncia da pobreza da polifonia das vozes indígenas que se apoiavam em instrumentos de sopro, como a flauta ou o trompete.

No genocídio dos taínos, instrumentos como os *mayohuacanes*, que eram tambores de madeira, ou os *güiras*, raspadores [ou reco-recos], se perderam, como a origem de suas danças que denominavam de *aráguaca* ("gente sagrada", na língua deles). Oviedo, em sua *Historia general y natural de las Indias*, comentou:

> Algumas vezes, juntamente com o canto, eles introduzem um tambor feito de madeira, redondo, oco, côncavo, tão grosso como um ser humano, do tamanho que lhes era conveniente; soa como os tambores surdos feitos pelos negros; mas não põem couro e sim uns buracos e raios que vão além da parte oca, e provocam um estrondo infernal.
>
> E assim, com aquele instrumento desgraçado ou sem ele, em seu cantar (quase falado) dizem suas memórias e histórias passadas, e nestes cantares relatam a maneira como morreram os caciques passados, e quantos e quais foram, e outras coisas que eles não querem esquecer. Algumas vezes substituem os guias ou os mestres da dança; e, mudando o tom e o contrapasso, prossegue com a mesma história, ou outra (se a primeira acabou), com o mesmo som ou outro.
>
> Esta maneira de baile se parece em alguma coisa com os cantares e danças dos lavradores, no verão, em algumas partes da Europa, durante os quais homens e mulheres se divertem; e em Flandres vi a mesma forma de cantar, bailando homens e mulheres em muitas rodas, respondendo a alguém que os guia ou se antecipa no cantar, segundo se diz. No tempo em que o comendador-maior frei Nicolás de Ovando governou esta ilha, Anacaona, mulher do cacique ou rei Caonabó, organizou um grande baile; entraram na dança mais de trezentas donzelas, todas criadas suas, mulheres por casar; porque não quis que homem e mulher casada (ou que conhecesse varão) entrassem na dança.(...) Esta maneira de cantar nesta e nas outras ilhas (e também em muitas partes da Terra Firme) é uma representação de história ou lembrança das coisas passadas, de tempos de guerra ou de paz.[100]

A quena [flauta ameríndia], para falar de um aspecto de Cusco, servia para seduzir; o *tezozómoc* mexicano era um búzio que servia para infundir medo e era usado nas batalhas. O *ayacaxtli* e o *chicahuaztli* produziam delicados sussurros, enquanto o *aztecolli* e o *tecciztli* eram espécies de trompetes usados como sinais de guerra. Havia instrumentos de percussão no México como o *ayotl*, construído à base de couraças de tartarugas. Estes instrumentos reproduziam certamente as figuras de animais, aves, homens e representavam deuses, e eram elaborados com materiais como cerâmica, osso, cana, pedra, madeira, metal e penas.

Os sacerdotes conseguiram aproveitar o talento natural dos índios e os educaram na música que conheciam para facilitar o processo de evangelização. Em 1538, havia em Tlaxcala um coro indígena que cantava motetos; e também se conhece o caso de um indígena que compôs uma missa que surpreendeu os próprios espanhóis. Las Casas conta:

> Em outra festa representaram os mesmos índios vizinhos da cidade de Tlaxcala no dia de Nossa Senhora da Assunção, em 1538, em minha presença, e eu cantei a missa maior porque os padres de São Francisco me pediram, com a presença de três coros de índios cantores, com música de órgão, e doze tocadores de flautas com farta melodia e solenidade, e ali disse uma pessoa prudente e discreta que no coro do rei não se oficiava melhor. Representavam os apóstolos, mesmo sendo índios, como em todos os atos que recitaram (e isto sempre se suporá que nenhum espanhol se mistura aos atos feitos por eles), e era índio quem representava Nossa Senhora, e todos os que o ouviam eram índios. Falavam em sua língua, e executavam com juízo e devoção todos os seus atos e movimentos, causando emoção entre os ouvintes com seu canto de órgão de muitos cantores e a música das flautas quando convinha, até subir a que representava Nossa Senhora numa nuvem a partir do tablado, sendo tudo visto, num pátio grande, no meu entender, por mais de oitenta mil pessoas.[101]

A música religiosa colonial, da qual restam muitas partituras, fomentou a composição polifônica da escola espanhola e da escola flamenga, e no século XVII difundiu por toda parte o movimento barroco. Entre as mais singulares revelações do que seria esta mudança musical, deve-se mencionar obras como *La púrpura rosa* de Tomás de Torrejón y Velasco, que foi mestre de capela da catedral de Lima (1676-1728), ou o *Cancioneiro musical* do português Gaspar Fernández, que trabalhou como mestre de capela nas catedrais da Guatemala e Puebla, ou os vilancicos [cânticos amorosos] adaptados dos poemas de sor Juana Inés de la Cruz por compositores como Juan de Araujo.

Os índios tiveram de aprender as danças da conquista copiadas diretamente da Espanha e que foram praticadas pelos mouros que tentavam ser considerados cristãos. Nos salões da aristocracia, além disso, existia outra perspectiva musical secular importada por maestros da Europa para o ensino, com a finalidade de imitar os salões da metrópole que, em suas festas, apresentavam espetáculos musicais com arpas e violas. Em 26 de maio de 1711, o maestro Antonio de Salazar estreou a primeira ópera de um mexicano, chamada *Parténope*.

A cultura musical negra também foi negada. Os negros chegaram da África desde a época em que Ovando foi governador na Hispaniola, mas logo se disseminaram pelas colônias espanholas, francesas, portuguesas e inglesas. Numa carta ao Conselho das Índias, de 20 de janeiro de 1531, Las Casas escreveu: "O remédio dos cristãos é este, certamente, que S. M. haja por bem destinar a cada uma destas ilhas quinhentos ou seiscentos negros, ou os que forem necessários para que se distribuam nas vizinhanças, porque hoje só têm índios (...) e que os vendam a crédito por três anos, com os negros hipotecados à mesma dívida."[102]

A English Adventure Trading Company, no século XVII, utilizou milhões de escravos na indústria da cana-de-açúcar. Submetidos a atrocidades indescritíveis, estes homens provinham de tribos com culturas, religiões e idiomas arrasados pelos colonizadores: a) os holandeses e ingleses submeteram principalmente os que provinham da cultura habti asha; b) os franceses dominaram os escravos oriundos do Daomé, cultura fon; c) os espanhóis e portugueses submeteram em geral os nascidos na Nigéria, da cultura iorubа, com influxo bantu, tão enraizados quanto eles.103

Os escravos eram quase sempre muito mais numerosos do que os brancos, como aconteceu no México no século XVIII: para cada branco havia três negros. Em Salvador e em Sergipe, em 1824, havia seiscentos mil escravos e cerca de oitenta mil brancos. Metade da população do Brasil no século XIX era negra. Esta importante força demográfica não se traduziu em respeito aos seus valores culturais, embora os escravos criassem culturas sincréticas. Na música, seus ritmos considerados primitivos foram depreciados e excluídos. Em Buenos Aires, os bairros musicais eram os bairros negros que tiveram um papel protagonista no candombe; no México, os negros se adaptaram e por sua vez influenciaram os bailes e cantos populares no século XVIII; nas Antilhas, a música era um instrumento de resistência e santidade da mesma forma que no Brasil.

O programa de transculturação definitiva

A educação escolástica era um instrumento para apagar a memória do passado latino-americano: os centros educacionais serviram para formar uma elite conservadora que aprendeu a estabelecer sua identidade na Contrarreforma. Os portugueses obrigavam a aristocracia brasileira a viajar a Portugal para poder estudar. Os espanhóis, em compensação, insistiram na fundação de universidades que repetiam o modelo de Salamanca e Alcalá de Henares: em 1531, criaram a de Santo Domingo e, em 1551, as do México e San Marcos de Lima. Chama a atenção o fato de que antes da existência de Harvard (1636) já existiam 13 universidades na América Latina a serviço dos interesses escolásticos, o que se tornou evidente ao serem impermeáveis a toda nova corrente do pensamento e da ciência durante mais de trezentos anos de aristotelismo e tomismo. De um total de quase 170 mil graduados, que deviam contar com uma autorização papal ou Cédula Real para obter o título, em sua maior parte as gerações foram assimiladas e suas investigações e obras se inseriram na tradição dominante.

As bibliotecas universitárias não eram públicas e nem todos os livros podiam ser lidos, pois se requeria uma permissão eclesiástica. As disciplinas eram ministradas em latim e se reduziam ao estudo de teologia, direito, medicina e artes. Em torno de 1533, toda a elite mexicana girava em torno da universidade, e se renovava a introdução do culto do latim. Os teólogos tinham de aprender, embora não fosse obrigação, um idioma nativo para transmitir com maior fidelidade o evangelho; eram antes de tudo "soldados de Deus" com a obrigação de ganhar almas para o céu. A filosofia latino-americana herdou o hábito, desde então, de não abrir mão do projeto teológico: era mais própria a apóstolos do que a investigadores do conhecimento.

A literatura colonial nos países conquistados pela Espanha pode ser dividida em três grandes períodos:

1. Conquista e etnocídio. Aparecimento dos cronistas das Índias (1530-1580).
2. Transição (1580-1780).
3. Decadência (1780-1830)

Em três séculos, as letras da região foram marcadas por proibições severas, censuras e reprimendas religiosas. Em *Recopilaciones de las leyes de Indias* se estabelecia que não se podia imprimir textos com vocabulário indígena, limitou-se a leitura aos textos ortodoxos escolhidos por sacerdotes e se impediu a importação de romances como os que tratavam da cavalaria. A escrita ficou reservada à área de influência hispânica e se formaram círculos instruídos controlados pela Igreja. Enquanto durou na Espanha o chamado Século de Ouro (nome ambíguo, porque foi a época de maior saque de ouro do Novo Mundo e ao mesmo tempo foi uma era dourada na área cultural); enquanto apareciam os livros de Miguel de Cervantes, Francisco de Quevedo, Lope de Vega, Fernando de Rojas, são Juan de la Cruz, frei Luis de León, Pedro Calderón de la Barca e Baltasar Gracián, na América Latina apareciam catecismos, poemas épicos da conquista, poemas de encomenda e livros de doutrinação. Não se permitia a originalidade.

Editou-se em 1584, no Peru, *Doutrina christiana y Cathecismo para la instrución de los indios*, de Antonio Ricardo. Para diferenciá-lo do poeta espanhol homônimo, o Garcilaso de la Vega nascido no Peru, filho de um conquistador e uma princesa indígena, era chamado de "o inca", considerado o primeiro escritor mestiço. Sua obra, de alguma maneira, foi um manifesto contra o domínio espanhol, com períodos de aceitação, o que mostra *Historia de la Florida y jornada que a ella hizo el gobernador Hernando de Soto* (1605). De 1609 a 1613, apareceram seus célebres *Comentarios reales* que contavam sua visão do notável passado incaico. De la Vega, com as contradições sobre sua própria condição, foi o pai da literatura transculturada no Novo Mundo. Não foi por acaso que morreu na Espanha atormentado pela rejeição. Em 1782, o rei Carlos III homenageou-lhe o talento ao proibir a circulação de sua obra e ordenar aos vice-reis do Peru e La Plata que recolhessem os exemplares de seus escritos. Em 1611, o poema cristão por excelência foi escrito em Lima e se intitulou *Cristiada*, uma epopeia de frei Diego de Hojeda.

A devoção pela forma, o dito agudo e o colorido sepultaram todo um período. Como destacou Picón Salas, no século XVIII não se divisava a fronteira entre ciências, e a cultura se transformou num "fenômeno de superposição de notícias, mais do que de síntese".[104] Segundo este ensaísta, o barroco latino-americano ocultou um profundo drama espiritual. No México, sor Juana Inés de la Cruz poderia ser o melhor exemplo de como seu talento buscou a saída intelectual para a repressão cultural, por meio do misticismo.

Houve poetas, mas não romancistas. O primeiro romance da região foi impresso no século XIX, depois da autorização em 1812 da Constituição de Cádiz; em 1816 se publicou no México *El periquillo sarniento*, de José

Joaquín Fernández de Lizardi, e inaugurou-se o gênero. Os postulados da literatura colonial abordaram os problemas de uma identidade dividida: a idealização do passado indígena a partir dos mitos greco-latinos, a cristianização e a construção do natural como expressão de riqueza. Carlos de Sigüenza y Góngora, num livro hoje desaparecido, disse que o deus Quetzalcoatl era nada menos do que o apóstolo São Tomé.

O teatro indígena foi alterado. Contava Garsilaso de la Vega que os amautas compunham "comédias e tragédias que, nos dias de festas solenes, eram representadas diante de seus reis e dos senhores que as assistiam na corte. Os atores, concluída a comédia, sentavam-se em seus lugares de acordo com sua qualidade e profissões. Não havia entremezes desonestos, vis e baixos; tudo era de coisas graves e honestas, com sentenças e donaires permitidos em tal lugar".[105] Segundo os registros, o grande poeta rei de Tezcoco, chamado Netzahualcoyotl, tinha em seu palácio locais para os bailes rituais e as representações teatrais.

Em seu misterioso informe de 1615, o erudito Pedro Sánchez de Aguilar admitiu que os índios "tinham e têm atores que representam fábulas e histórias antigas. São graciosíssimos nos chistes e nos motes que dizem aos mais velhos, e os juízes ora são rigorosos, ora brandos, ora ambiciosos, e isto com muita perspicácia, numa palavra. Investigando sobre isto, descobri que são cantares e imitações que fazem dos pássaros cantores e palradores; e em especial de um pássaro que canta mil cantos; é o Zachic, que os mexicanos chamam de Zenzontlatoli, que significa pássaro de cem línguas".[106] No México, havia escolas de dança que formavam os jovens na arte da mímica. Os incas representavam suas tradições históricas e eram mostrados os castigos exemplares para todos os que se rebelavam contra os deuses. Em *Ollantay*, peça quíchua cuja autoria ainda está em discussão no Peru, pode-se encontrar uma discussão sobre a autoridade e o amor proibido de uma mulher. A peça *El Güegüence* ou *Macho Ratón* é uma comédia popular de rua que ainda é interpretada na Nicarágua e possui em sua estrutura todos os elementos para a compreensão de como se tentou eliminar sua base indígena, embora nem sempre com bons resultados. Entre os títulos de peças teatrais maias, temos, por exemplo, *Ah Cauche Caan* ("O banquinho do céu"), *Ah Con Cutz* ("O vendedor de perus selvagens"), *Ah Con Ic* ("O vendedor de pimentões"), *Ah Con Tzatzam* ("O vendedor de mentiras") e *Ah Pakal Cacau* ("O cultivador de cacau").

Na colônia, os indígenas tinham de realizar sessões secretas para preservar seus costumes, mas em sua maioria sucumbiram às imposições. O

frade franciscano Toribio de Benavente, chamado Motolinía ("pobre", em nauatle), explicou como foram adaptadas suas ideias à mentalidade espanhola, ao descrever extensamente as festas do Corpus Christi de Tlaxcala:

> Chegado o santo dia de Corpus Christi de 1538, os tlaxcaltecas fizeram aqui uma festa tão solene que merece ser lembrada, porque acredito que, se nela se encontraram o papa e o imperador com suas cortes, divertiram-se muito em vê-la; e já que não havia ricas joias nem brocados, havia outros adereços agradáveis de ver, em especial flores e rosas que Deus criou nas árvores e no campo, em que fazia bem pôr os olhos e notar, tudo feito por gente que era tida até agora por irracional. (...)
> Para que se veja a habilidade destas pessoas, falarei aqui do que representaram logo depois no dia de são João Batista, na segunda-feira seguinte, e foram quatro autos, que por serem em prosa não são menos devotas do que em verso, e se desenrolaram toda a sexta-feira, e em apenas dois dias que restavam, o sábado e o domingo, ensaiaram e representaram com devoção a Anunciação do Natal de são João Batista, de acordo com o ensinamento do padre Zacarias, com a duração de uma hora, acabando com um gentil motete em canto de órgão. Logo adiante, em outro tablado, representaram a Anunciação de Nossa Senhora, bonita de se ver e que demorou tanto como o primeiro. Depois, no pátio da igreja de São João, houve a procissão, e logo, antes da missa, em outro palanque, pois não eram poucos os palanques, via-se como estavam graciosamente ataviados para representar a Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel. Depois da missa se representou o nascimento de São João, e, em lugar da circuncisão, houve o batismo de uma criança de oito dias, que se chamou João; e antes que dessem ao mudo Zacarias as mesas que pedia por sinais, era de rir pelas coisas que lhe davam, fazendo que não o entendiam. Acabou-se este auto com o Benedictus Dominus Deus de Israel, e os parentes e vizinhos de Zacarias que se regozijaram com o nascimento do filho levaram presentes e comidas de muitas maneiras, e, posta a mesa, sentaram-se para comer, que já era hora.[107]

No Brasil, a hegemonia cultural europeia foi inegável. Hoje se estima que a literatura do país se inaugurou com a carta de Pero Vaz de Caminha, um escrivão de Pedro Álvares Cabral, que dirigiu uma missiva ao rei Manuel, o Venturoso, para pô-lo a par dos acontecimentos relacionados com o descobrimento do Brasil em 1500. A literatura colonial sofreu a influência de jesuítas como Manuel da Nóbrega (1517-1570), que foi um dos fundadores da Companhia de Jesus com Inácio de Loyola. O

ambiente religioso católico fervoroso criou obstáculos para o respeito às culturas indígenas, que foram depreciadas, e se criou uma tradição humanística superposta à realidade encontrada, na qual o esquema barroco foi seguido pelo neoclássico e o arcádico.

O padre jesuíta Antônio Vieira (1608-1697) assentou as bases da prosa no país em obras como a que escreveu em 1659, intitulada *Esperanças de Portugal — V império do mundo*, na qual propugnou a utopia da devolução ao mundo português de suas glórias universais. Outra expressão literária que o Brasil herdou na colônia foi a restituição dos modelos greco-latinos, o fortalecimento de um caminho que girava em torno da temática da *saudade-solidão* e a influência produzida por Luís Vaz de Camões com seu poema épico *Os lusíadas*, de 1572.

Surpreende que, à diferença do resto da América Latina, em que predominou a necessidade de expulsar o governo europeu, os monarcas portugueses se deslocaram para o continente e criaram o Império do Brasil, em vigor até 1889. As instituições educacionais, em todos os momentos, estiveram a serviço de um projeto de formação das elites que assumiram a justificação da colônia, e os jesuítas se ocuparam em boa medida de fazer das missões centros de reconfiguração das culturas indígenas. Não houve universidades, apesar das tentativas do marquês de Pombal (1699-1782), até o século XX, porque Portugal temia a perda do interesse pela metrópole do império. A Universidade Federal do Rio de Janeiro foi fundada em 1920. Quatorze anos depois, foi fundada a Universidade de São Paulo.

UFRJ
USP

Como se pode ver, a hegemonia cultural europeia permitiu a sobrevivência de tudo o que pudesse ser integrado e não punha em perigo o controle sobre as populações de índios e negros. Hoje em dia, sabemos que a colônia serviu para apagar a memória de milhares de comunidades e consolidar uma mestiçagem favorável à concepção ocidental do mundo, o que facilitou a etapa do pós-colonialismo, de marcada influência norte-americana no século XX.

Livros e arquivos perdidos do século XIX

A emancipação da América Latina, estimulada por acontecimentos derivados do Iluminismo, como a Revolução Francesa ou a Declaração de Independência nos Estados Unidos, foi uma resposta explosiva à corrupção do governo espanhol colonial e ao abuso extremo do poder. Um

observador perspicaz como Humboldt admitiu que se equivocara ao julgar que havia conformidade em relação à situação dominante: "Durante minha permanência na América jamais encontrei descontentamento; mas observei que se não havia grande amor pela Espanha existia pelo menos conformidade com o regime estabelecido. Mais tarde, quando começou a luta, compreendi que me ocultaram a verdade e que em lugar de amor havia ódios profundos ou entranhados que estalaram em meio a uma voragem de represálias e vergonhas."[108]

Em torno de 1825, toda a região, à exceção de Cuba e Porto Rico, consolidara uma independência relativa no âmbito político e econômico, mas o desgaste de anos de guerras contínuas produziu incontáveis episódios que destruíram cidades, monumentos históricos, arquivos, bibliotecas, livros e obras de arte de grande valor.

Nos levantamentos indígenas de 1780 e 1782, ocorridos por causa das torturas e assassínios, apareceram homens como José Gabriel Condorcanqui Noguera, Tupac Amaru II, no Peru, que proclamou a independência da cultura inca, e Tupac Catari, na Bolívia, que declarou publicamente a liberdade do povo aimara, e a rebelião por eles liderada se estendeu por numerosas cidades. Infelizmente, parte dos arquivos paroquiais de La Paz ficou em cinzas na intensificação destes acontecimentos.

Na Venezuela, a retirada causada pela derrota de La Puerta fez cair nas mãos do exército espanhol todos os exemplares reunidos por Simón Bolívar, em 1814, para uma biblioteca pública. O historiador Manuel Pérez Vila resumiu assim as consequências: "Em março de 1817, o representante do Santo Ofício mandou queimar 691 volumes de obras diversas — que uma vez estiveram a ponto de constituir o núcleo da biblioteca pública de Caracas — em plena guerra de morte."[109] Grande parte dos documentos coloniais desapareceu.

Um milagre salvou a grande maioria dos arquivos do general Daniel O'Leary, que confessou que "no transcurso das campanhas se perderam muitos papéis importantes, porque naqueles tempos as marchas eram penosas e nem sempre havia como conduzir sequer o equipamento do Estado Maior".[110] A metade dos arquivos coloniais também se perdeu na gesta de emancipação.

De acordo com a confissão do historiador Bartolomeu Mitre, os enigmáticos arquivos do general José de San Martín, que se acreditava estarem destruídos, passaram para as mãos de Mariano Balcarce e ele pôde finalmente obtê-los, embora nem todos. A filha do beneficiário direto,

chamada Josefa Balcarce y San Martín de Gutiérrez Estrada, enviou de Paris os maços de papéis escritos de 1885 a 1886 com a sugestão de que fossem selecionados os que deveriam ser preservados e os que não. Mitre comentou com ironia que não havia papéis "que deveriam ser destruídos, tendo sem dúvida seu primeiro possuidor a iniciativa de destruir ele próprio os que poderiam comprometer os outros, como se acostumou a fazer magnanimamente até mesmo em relação aos inimigos, conservando apenas os que poderiam ser úteis para a história".[111] Quantos documentos se perderam? Dezenas ou centenas? Quantos foram alcançados pela autocensura?

Como Kafka e sem saber, Simón Bolívar confiou a Francisco de Paula Santander numa carta de 21 de outubro de 1825, escrita em Potosí, seu desejo de impedir que seus arquivos fossem conhecidos: "Não mande publicar minhas cartas, nem vivo nem morto, porque elas estão escritas com muita liberdade e muita desordem." Os originais de muitas de suas cartas já não existem e, no caso daquelas escritas em 1814, só sobreviveram as cópias de alguns fragmentos.

No México, depois das guerras de Independência, sobreveio um desastre histórico que se acrescentou à crônica cinzenta de suas tragédias. Primeiro: o Texas passou a ser território dos Estados Unidos numa ação vandálica que pretendia legitimar um falso anseio de autonomia em 1845. Segundo: os Estados Unidos, inconformados porque os mexicanos não se resignaram em perder o Texas, declararam guerra ao México em 1846, e isto determinou a perda de 2,5 milhões de quilômetros quadrados: a linha fronteiriça se deslocou e foram perdidos o que hoje é o Arizona, Califórnia, Colorado, Novo México, Nevada, Utah e parte do Wyoming. Cada terra, além disso, foi vítima de um extermínio para impor os valores da nascente cultura americana. Ainda hoje existem conflitos raciais originados por estes incidentes.

Anos mais tarde, sobreveio no México o saque de livros provenientes de bibliotecas e conventos. A questão é que, em 1861, os frades e as freiras fugiram espantados diante do decreto de expropriação dos bens eclesiásticos no México e optaram por se negar a qualquer negociação sobre o tema. Disse o historiador Fernando Benítez:

> Abandonados ficaram os marfins, relíquias, porcelanas chinesas, meninos -deuses [estatuetas e imagens vestidas com roupinhas de luxo no Dia da Candelária], santinhos, quadros, móveis e as bibliotecas com suas maravilhosas prateleiras, estantes de partituras, mesas, milhares de livros e manuscritos encadernados de pergaminho ou de peles gravadas e douradas. Se alguma vez os sonhos de *helleum librarum*, os devoradores de livros, foram realizados, ali adquiriram forma. Gregos, romanos, espanhóis, árabes, judeus, sábios, Pais da Igreja, manuscritos, códices pintados e miniaturizados, incunábulos, repousavam naquelas prateleiras de mogno, cedro, nogueira e listradas madeiras tropicais.[112]

Não houve maneira de impedir então que as massas invadissem os centros religiosos para carregar tudo o que podiam e, assim, arrasaram quase tudo. Já antes fora destruído o claustro de São Francisco, de onde desapareceram figuras de Cristo, de virgens e dos demais santos. Com as esculturas se fazia lenha e as joias foram levadas por caminhos remotos e indecifráveis. Outro convento arrasado foi o de Santo Agostinho, que sobrevivera a um feroz incêndio em 1676. Seu retábulo maior, cinzelado por Tomás Xuárez, ficou destruído, e a biblioteca reduzida a cinzas, embora boa parte dos livros fosse, como se viu, roubada.

As pinturas do claustro de Santo Domingo foram roubadas ou depenadas, e alguns saqueadores agiram com ódio idêntico em relação aos objetos porque pertenciam à comunidade que caçava os hereges por intermédio da tenebrosa instituição do Santo Ofício. A maioria dos livros da perigosa biblioteca não foi cremada e sim conservada devido aos seus temas curiosos.

Na catedral, o butim foi regular: nada restou da custódia da hóstia consagrada, cálices de ouro e prata, candelabros, cruzes, obras de arte, e com singular maldade foram arrancados a cinzel os pedaços de prata do tenebrário de ébano. Não se valorizou a importância das esculturas, fundidas para obter ouro e prata.

Também em 1861, Benito Juárez nomeou com suspicácia uma comissão para salvar todos os livros do país, mas a falta de orçamento impediu que os eruditos José Fernando Ramírez e Manuel Orozco y Berra pudessem cumprir seu objetivo. Enquanto os livros passavam dos conventos para a cidade, milhares ficavam no caminho, já que serviam para fazer camas ou fogueiras. Benítez reconheceu que desapareceram de dez mil a 15 mil livros, entre os quais muitas edições únicas,[113] e também disse que até 1884 se perderam, no total, cem mil livros. José María de Ágreda y Sánchez contou certa feita que recolheu do lixo da Biblioteca Palafoxiana o *Túmulo imperial de Carlos V* e que em outra ocasião comprou da velha de um povoado uma série de grossos volumes que ela ia usar para acender uma fogueira doméstica.

O jornal *El Siglo XIX*, em 10 de fevereiro de 1861, publicou uma nota sobre bibliotecas:

> Informaram-nos que as bibliotecas de alguns conventos desclausurados estão inteiramente abandonadas; e suas portas, assim como as dos próprios conventos, abertas, e os livros e manuscritos à mercê de todos os que quiseram carregá-los. Um de nossos colaboradores esteve ontem no convento de Santo Agostinho e viu que sua biblioteca se encontra nesse estado, uma profusão de livros destroçados, espalhados pelos claustros e células, outros jogados no chão da biblioteca, na mais completa desordem, e toda ela num estado tal que se mostra claramente que está entregue à pilhagem. Que fazem os senhores encarregados de arrumar essas bibliotecas? Que fazem as autoridades que não corrigem tão escandalosa desordem? Voltamos aos tempos da barbárie, que assim se depredam esses ricos tesouros de ciência, e são entregues ao roubo de quem deseja pilhá-los, ou destruí-los?

A quantidade de livros reunidos nos conventos foi vítima da água, do descuido e do roubo casual ou premeditado. Havia um plano para transportar os livros até a universidade, para constituir-se a Biblioteca Nacional, porém milhares deles nunca chegaram ao destino.

Observe-se que, em 1986, foi leiloado em Nova York o *Vocabulario náhuatl-español* de Molina por trezentos mil dólares, e este livro procedia dos roubados no México, os quais, segundo alguns especialistas, superariam o montante da dívida externa do país. Assessor de Maximiliano, o alemão Augusto Fischer conseguiu obter as melhores edições sobre o passado do México e, em 1868, vendeu alguns exemplares em Paris e, em 1869, em Londres. O Museu Britânico, sem qualquer escrúpulo, participou das compras destes livros, provenientes do roubo.

O bibliófilo Herbert Howe Bancroft, publicista que amava a história, vendeu antes de morrer seus 43 mil livros, extraídos em sua maior parte de forma ilegal do México, à Universidade da Califórnia e ali repousam esses magníficos volumes do século XVI que quase ninguém na América Latina conhece, a não ser pela menção bibliográfica. De 1885 a 1889, o multimilionário Adolph Sutro adquiriu 35 mil impressos latino-americanos que levou para os Estados Unidos, mas, por azar, metade desta biblioteca foi arrasada pelo terremoto de San Francisco, e com isto o México perdeu exemplares únicos da Independência, da Constituição de Cádiz e do primeiro império. Em 1923, o que se salvou foi incorporado à coleção do Centro Civil de San Francisco.

O magnata Henry Edward Huntington, no início do século XX, dedicou-se a adquirir as melhores coleções de livros e se tornou proprietário de mais de 175 mil obras raríssimas, 5.291 incunábulos e pelo menos um milhão de manuscritos. Sobre a América Latina, possuía as primeiras edições de livros que sequer eram lembrados em seus lugares de origem. O bibliófilo Henry Wagner, por exemplo, comprou para ele 35 impressos mexicanos e convenceu outros negociantes a vender-lhe 1.500 manuscritos dos vice-reis e das missões religiosas.

Chamado por Menéndez y Pelayo de "príncipe da erudição mexicana", o sábio Joaquín García Icazbalceta teve uma gigantesca biblioteca, logo confiscada pela Revolução e dispersa em meio a conflitos e entraves legais. Boa parte se encontra em Austin. Quase a mesma coisa aconteceu com a biblioteca de Genaro García, que ocupava pelo menos seis peças da sua casa. Morto o proprietário, a coleção foi oferecida a Vasconcelos, que não quis comprá-la, mas, num momento de pressa, foi adquirida pela Universidade do Texas.

O certo é que pelo menos 60% dos grandes livros antigos da América Latina em poder das bibliotecas dos Estados Unidos são produtos do saque e da venda duvidosa. A biblioteca de Yale, pelo menos, montou sua coleção com base na intimidação e no uso de agentes fraudulentos como Henry Wagner. De 1869 a 1969, em um intervalo de um século, as universidades dos Estados Unidos fizeram aquisições indiscriminadas de clássicos mexicanos, peruanos, venezuelanos, colombianos, o que ainda continua, embora com maior sigilo, em 2007.

Acidentes e desastres naturais

A América Latina foi condenada à infelicidade por cataclismos naturais de toda espécie: terremotos, inundações, maremotos, furacões, raios, tornados e devastações por vulcões. Entre os presságios considerados antes da queda de Tenochtitlan, houve o incêndio do templo de Xiuhtecuhtli, deus do fogo, devido a um raio:

> *Inic etetl tetzahuitl: huitetoc ipan tlatlazin teocalli, zan xacalli catca, itocayocan Tzommolco: iteopan in xiuhtecuhtli, amo tilahuaya, zan ahuachquiyahuiya in iuh tezammachoc: iuh mitoa in za zan tonalhuitecoc, amono caquiztic in tlatlatziniliztli.*

(O terceiro mau agouro aconteceu quando caiu um raio sem propósito e sem som, sobre o templo do deus chamado Xiuhtecutli; este templo tinha um arremate de palha e sobre ele caiu o raio e o incendiou. Atribuiram-lhe um milagre porque não houve som, embora caísse uma chuva miúda).[114]

A temporada de furacões no Caribe, por exemplo, causou, segundo cifras procedentes de crônicas do século XVIII em diante, milhões de perdas, milhares de mortos e residências arruinadas. As inundações cíclicas aniquilaram cidades inteiras. Calcula-se que, apenas em 2005, os furacões causaram danos de 5 bilhões de euros na região.

Quadro 3
Registro de furacões

FURACÃO	DATA	DANOS	MORTOS
O Grande Furacão	10 a 16 de outubro, 1780	Martinica, Santo Eustáquio, Barbados	22.000
Mitch	26 de outubro a 4 de novembro, 1998	Honduras, Nicarágua	15.000
Fifi	14 a 19 de setembro, 1974	Honduras	8.000
República Dominicana	1 a 6 de setembro, 1930	República Dominicana	8.000
Flora	30 de setembro a 8 de outubro, 1963	Haiti, Cuba	7.000

Fonte: CEPAL, 2006.

Entre os diferentes fenômenos, os terremotos, sobretudo na América do Sul, deixaram sequelas irreparáveis que originaram êxodos maciços em certas regiões. Um dos setores afetados por estes danos foi o do

patrimônio cultural, e hoje se estima que 20% da memória histórica foram apagados por incidentes naturais e acidentes repetidos, que arrasaram locais históricos e produziram situações de saque. No México, onde se calcula que há milhares de monumentos históricos, pelo menos a metade está em risco e 30% sofreram destruição e espoliação.

Entre os exemplos de como o saque e os terremotos contribuem para a destruição cultural, pode-se citar a história da extraordinária biblioteca do Colégio Seminário, da cidade de Mérida, na Venezuela. Era formada pelos livros dos padres jesuítas e dos agostinianos, os do bispo frei Juan Ramos de Lora e os de seu sucessor, o bispo Torrijos, que aumentou o número de obras de maneira insólita juntamente com quem seria o quarto bispo da diocese, Santiago Hernández Milanés. Torrijo, segundo tudo indica, foi um bibliófilo digno de lembrança por ter mandado trazer em mulas uns três mil volumes[115] a Mérida, com textos de todos os clássicos da literatura e da teologia.

Esta biblioteca, desusada para sua época, foi destruída pelo terremoto que acabou com a cidade de Mérida em março de 1812. O prédio desmoronou e os livros, entre os quais se destacavam incunábulos e edições únicas, ficaram espalhados. Francisco Javier Irasteoza, num informe de 1815, garantiu que, em 1814, as tropas do espanhol Sebastián de la Calzada chegaram a Mérida e destruíram ou venderam dezenas de incunábulos. As guerras civis do século XIX completaram o trabalho de destruição.

Juan de Dios Picón confirmou todas estas informações: "O terremoto, a irrupção dos inimigos da Independência, o abandono em que ficou (a biblioteca) e os saques que experimentou, deixaram-na em estado de quase nulidade; no entanto, existem alguns volumes e obras em bom estado que o novo Reitor trata de cuidar e conservar."[116]

Um terremoto, em 1931, destruiu a Biblioteca Nacional da Nicarágua (o fato se repetiu em 1972) e foram perdidos milhares de livros. Em maio de 1943, a Biblioteca Nacional do Peru, em Lima, pegou fogo e cerca de cem mil livros e quarenta mil manuscritos sobre a Conquista, a época colonial e a Independência desapareceram para sempre. A cidade colonial de San Juan, na Argentina, desapareceu completamente no terremoto de 15 de janeiro de 1944. Não apenas houve dez mil mortos, como também se tornou necessário construir uma nova cidade e estimular o esquecimento da catástrofe.

Em 21 de dezembro de 1996, pegou fogo no México a biblioteca do poeta Octavio Paz, que disse na ocasião: "Os livros se vão como os bons

amigos." Neste incêndio acidental, perderam-se primeiras edições de autores como Rubén Darío, Salvador Díaz Mirón, Manuel José Othón, e a herança de livros deixados por seu avô Irineo. Um grupo de admiradores do poeta levou alguns dos livros a um laboratório de restauração e conservação, e outros os colocaram em cofres.

De 15 a 17 de dezembro de 1999, todo o litoral central venezuelano foi destruído pelas chuvas. A biblioteca de Macuto desapareceu. Era, certamente, uma biblioteca escolar, mas em suas estantes se encontravam livros de Joseph Conrad e de grandes poetas como Udón Pérez e Ramos Sucre. Os livros do Museu Armando Reverón foram arrastados por correntes de lodo. A biblioteca do Núcleo do Litoral da Universidade Simón Bolívar ficou em escombros. As águas arruinaram 32 mil exemplares.[117] Em Carmen de Uria, aprazível povoado completamente devastado, desapareceram escolas e bibliotecas.

Prédios pré-hispânicos e coloniais como casas, templos, igrejas e palácios coloniais foram prejudicados quando suas estruturas colapsaram. No terremoto de 1999, no México, mais de 44 locais ficaram em escombros ou deteriorados. Os informes demonstram que 560 peças (quadros, imagens, artigos antigos) foram saqueadas das igrejas de Atlixco e Cholula. No terremoto de 2001, mais de setenta povoados históricos de El Salvador ficaram em ruínas e, de 124 igrejas, algumas desmoronaram por completo. Em 2002, o furacão *Isidore* golpeou com fúria em Quintana Roo e Campeche, e no mesmo ano um terremoto assolou Oaxaca.

Em 2007, quatro quintos da cidade de Pisco foram destruídos por um terremoto de 7,5 graus que alterou a vida quotidiana do Peru. Entre os danos mais importantes estão as quedas do templo do Señor de Luren e dos templos de San Luis e San Pedro de Coayllo. Em Huaca de la Centinela, em Chincha, as paredes desmoronaram; as múmias conservadas nos museus de Ica e Paracas se desintegraram ou permaneceram mutiladas mesmo após grandes investimentos para preservá-las. A chamada Catedral de Paracas, monumento natural que fora declarado Patrimônio da Humanidade, partiu-se em pedaços.

De outubro a dezembro de 2004 e fevereiro de 2005, as chuvas inclementes arrasaram parte do Casco Histórico de Coro, na Venezuela, uma das cidades mais antigas da região, que fora declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. As inundações afetaram os imóveis e destruíram tetos e paredes. Esta grave situação colocou o lugar na lista vermelha do patrimônio mundial. Mas não é o único: as jazidas de salitre de Humberstone e Santa Laura, no Chile, que se transformaram em povoados fantasmas com a ruína das empresas, permanecem sob o descuido e o saque constante. As ilhas Galápagos, patrimônio natural a 965 quilômetros das costas do Equador, ligadas a histórias de piratas ou naturalistas, hoje correm perigo devido à contaminação. O Parque Nacional de Iguaçu, no Brasil, antologia de ecossistemas e bosques do mundo, sofre a depredação e o efeito das mudanças climáticas produzidas pelo aquecimento global, um dos resultados mais desagradáveis da industrialização.

Parece inevitável concluir que pelo menos metade do patrimônio cultural e natural da América Latina será afetado ou desaparecerá. Não é improvável que no dia de hoje, ao folhear o leitor seu jornal predileto ou assistir ao noticiário da televisão, fique sabendo de outro desastre contra bens culturais na América Latina. A negligência e a falta de políticas contundentes perante os desastres impediram até agora providências contra maiores perdas.

Culturas em vias de extinção

Dezenas de culturas nativas já estavam extintas ou em decadência no século XVI, quando os espanhóis iniciaram o processo de conquista; centenas desapareceram entre os séculos XVII e o XXI. A ordem colonial instaurou a intervenção traumática da vida coletiva dos indígenas por meio de complexos mecanismos de reestruturação de sua identidade. Sua expulsão territorial ou dispersão isolou-os, por exemplo, dos vínculos ecológicos e culturais estabelecidos por gerações.[118] Esta negação social se manteve durante o período de pós-guerra da emancipação, em que a sociedade republicana estigmatizou os índios como símbolos de incultura e atraso, e proclamou a liberdade continental sem considerar a opinião dos povoadores originais.

Um pensador consagrado como Domingo Faustino Sarmiento propôs, no século XIX, civilizar os índios ou aniquilá-los. Mas suas palavras soam como advertência: "Conseguiremos exterminar os índios? Sinto uma invencível repugnância pelos selvagens da América, sem poder me corrigir. Eles não passam de índios asquerosos a quem eu mandaria enforcar agora se reaparecessem. Lautaro e Caupolicán são índios piolhentos, como todos os outros. Incapazes de progresso. Seu extermínio é providencial e útil, sublime e grande. Eles devem ser exterminados sem

sequer poupar as crianças, que já alimentam o ódio instintivo ao homem civilizado."[119]

A frase lembra a de *O coração das trevas*, de Joseph Conrad: "Exterminem estes bárbaros!" Na viagem que realizou no *Beagle*, Charles Darwin, pai do evolucionismo, participou do sequestro de um grupo de indígenas da Terra do Fogo, que o capitão Robert Fitzroy levou à Inglaterra para civilizá-los; decepcionado, Fitzroy causou a morte de alguns e devolveu os sobreviventes à terra natal ao finalizar sua cruel experiência. Em 1889, um navio baleeiro de procedência belga sequestrou vários indígenas da Terra do Fogo para exibi-los em Paris e advertiu o público que talvez fossem os últimos: a maioria, de fato, desapareceu sem deixar rastro. Ainda em 1960, era comum que os latifundiários brasileiros organizassem caçadas a índios ou índias, para se divertirem.

O desastre cultural foi pernicioso em todos os âmbitos: talvez seu efeito mais imediato consistiu em atacar diretamente a diversidade linguística. Não apenas destruiu sistemas linguísticos mas também manteve viva a ameaça. Segundo as informações de Raymond G. Gordon, editor do catálogo *Ethnologue*,[120] na Espanha, que tem 45 milhões de habitantes, há 13 línguas sem graves problemas de extinção para nenhuma delas. Mas no México, com 105 milhões de habitantes, o espanhol predominante convive com 62 idiomas falados por oito milhões de pessoas e a tendência é a extinção progressiva do chiapaneco, kiliwa, matlatzinca de Atzingo, matlatzinca de San Francisco, opata, zapoteca de Asunción Mixtepec, zapoteca de San Agustín Mixtepec e zoque de Tabasco. Segundo Norman McQuown, "numa pequena porção de uma área no México, um pouco ao norte do istmo de Tehuantepec, encontra-se uma diversidade de tipos linguísticos difícil de encontrar num continente inteiro do Velho Mundo."[121] As línguas se extinguem, principalmente, quando diminui seu número de habitantes, e o genocídio indígena mexicano contribuiu com certeza para dinamitar a pluralidade.

Para forjar uma impressão secundária, evitou-se a discussão essencial, isto é, o problema dos idiomas indígenas que se perdem para sempre. No Brasil, há 168 línguas e estão desaparecendo o amanaiê, anambê, apiacá, arikapu, aruá, arutami, aurá, creole cafundo, guató, himarimã, jabuti, juma, karahawyama, karipuná, katawixi, katukina, kreie, mapidiano,

matipuhy, mondé, ofayé, omagua, oro win, puruborá, sikiana, tariano, torá, tremembé, xetá e o xipaya. Na Guatemala, existem 21 idiomas maias, mas desaparecem o idioma xinca e o garífuna.

Trata-se de um panorama de contrariedades constantes. Na Colômbia, existem 66 línguas indígenas que podem ser classificadas em 12 famílias linguísticas e dez idiomas isolados, e desaparecem o cabiyarí, tariano, tinigua, totoro e o tunebo de angosturas. Na Argentina, existem 21 línguas vivas e três que se extinguem: puelche, tehuelche e vilela. No Peru, existem 52 idiomas vivos e uma longa lista em extinção: achuar, aguaruna, amoescha, arabela, bora, cachuy, cahuarano, campa asheninca, campa caquinte, campa nomatisgüenga, candoshi, capanahua, cashibo-cacataibo, cashinahua, chamicuro, chayahuita, cocama-cocamilla, culina, ese eja, harakmbut, huanbisa, iñapari, iñanpi, iquito, isconahua, jebero, machiguengua, mashco piro, matsés-moyoruna, muniche, ocaina, omagua, orejón, piro, quechua de napo, quechua del tigre, resígaro, secoya, sharpa, sharanahua, shipibo-combo, shiwiar, tausghiro, ticuna, uranina, yagua, yaminahua. Na Bolívia há 35, e quase estão sem falantes o baure, itonama, leco, pacahuara, reyesano e uru.

Na Venezuela se extinguem o arutani, mapoyo, pémono, sapé, sikiana e o yabarana. No Paraguai, há vinte línguas vivas, embora o guarani seja falado por 90% da população. O quíchua, que tem quase sete milhões de falantes, é objeto de campanha de divulgação para protegê-lo de sua futura dispersão. No Equador, acredita-se que o záparo é o idioma com maior perigo de extinção porque tem apenas 24 falantes.

A expansão comercial tem sido a fonte da eliminação dos valores simbólicos latino-americanos. Em nome do monopólio ou do livre comércio se combate qualquer concepção do mundo que represente obstáculo aos interesses econômicos. Hoje, 570 milhões de habitantes compartilham os riscos culturais, mas também uma herança sinistra de desolação e dor. É uma herança de escombros.

O saque econômico requer, como é usual na história, um etnocídio para modificar as estruturas mentais dos subordinados. Alguns autores afirmam que as etnias deveriam se integrar aos sistemas imperantes de desenvolvimento; outros acusam as etnias de favorecer o melancólico retorno inconcebível e utópico a uma etapa pré-industrial: a verdade, constatada por cientistas sociais, historiadores e jornalistas, é que se encobriu um novo genocídio, em menor escala, baseado em massacre, exclusão e repúdio. Uma mentalidade racista dominante negou, durante séculos, aos indígenas o direito à terra que já ocupavam e seus recursos naturais,

o direito ao uso de sua própria língua e educação, e o direito de fazer sua história coletiva com autodeterminação.[122]

Os indígenas representavam 99% da população da América Latina no início do século XVI; hoje, na região da América Latina, representam 30%. Há cinco nações onde se localizam 90% dos indígenas: trata -se do Peru (27%), México (26%), Guatemala (15%), Bolívia (12%) e Equador (8%). Há 671 povos indígenas na América Latina e 70% se compõem de menos de cinco mil membros. Estima-se que 65% dos indígenas da Amazônia colombiana constituem população menor do que mil pessoas. Esta calamidade, em geral induzida pela mínima densidade populacional, avoluma-se a cada hora pela fome, desnutrição, mortalidade infantil, epidemias intermináveis, assédio de mineiros, madeireiros, agricultores, fazendeiros, companhias petrolíferas, mas também guerrilheiros, traficantes de drogas e agiotas.

Nos anos 1980 e 1990, o investimento estrangeiro foi considerado prioritário pelos governos latino-americanos e a demanda político -econômica acelerou a exploração de novas terras para a atividade petrolífera e de mineração. A eficácia de um governo se media (e ainda se mede) em função da aceitação da agenda dos grandes capitais mundiais. Enquanto a pregação neoliberal aplacava a consciência culpada das elites, os indígenas viviam uma era de destruição ilimitada porque as empresas confiscaram o espaço de seus territórios, com o aval dos exércitos nacionais, e instauraram uma depredação feroz: tudo, à sua passagem, pereceu (selvas, bosques, animais silvestres, rios e lagoas, peixes). Repentinamente, os lugares mais remotos se converteram em depósito de lixo tóxico que matou inumeráveis recém-nascidos. Os acidentes em poços e oleodutos começaram a causar desastres incontáveis; houve explosões de gás provocadas pela ventania, como na Bolívia.

O aspecto cultural foi atacado com programas transculturantes que causaram impacto diretamente nos costumes e introduziram divisões, psicoses e confusão. As comunidades, surpreendidas em sua boa fé, ficaram alteradas: logo se introduziram o alcoolismo, a prostituição e a corrupção, e se abriram, par a par, as portas ao tráfico de bens artísticos. Nos anos 1980, seus cemitérios foram profanados para a extração de objetos. O desenraizamento cultural impôs a decadência dos idiomas e a dissolução das tradições. Quando se sentiram derrotados e enganados, milhares emigraram maciçamente de suas aldeias para as cidades, onde a rejeição foi ainda pior. Os relatórios mais recentes indicam que cidades como Cidade do México, Lima, Rio de Janeiro, Assunção, Maracaibo,

Caracas e Bogotá, para mencionar apenas estas, não têm políticas multiculturais efetivas que permitam evitar novos extermínios.

Quadro 4
Territórios indígenas bolivianos afetados culturalmente por atividade petrolífera

Território indígena	*Companhia petrolífera*
Tacana	Repsol-Perez Companc
Território Indígena Chimán	Repsol-YPF
Território Indígena Multiétnico e TIPNIS	Pan Andean e Repsol-YPF
Yuracaré e Auki	Pan Andean
Avatiri Huacareta (guaranis)	Pluspetrol
Avatiri Ingre (guaranis)	Maxus e Pluspetrol
Charagua Norte (guaranis)	Maxus, Pluspetrol, Shamrock
Charagua Sul (guaranis)	Maxus, Shamrock
Isoso (guaranis)	Andina (Repsol), Bridas SAPIC, Chaco, Dong Won, Pluspetrol, Shamrock
Itikaguasu (guaranis)	Maxus, Petrobras, Pluspetrol
Itikaraparirenda e Iupaguasu (guaranis)	Maxus, Tecpetrol
Kaaguasu (guaranis)	Maxus, Andina (Repsol)
Kaami (guaranis)	Maxus, Andina (Repsol)

Machareti Nancaroinza Karandaiti (guaranis)	Chaco (BP-Amoco), Maxus, Shamrock
Takovo Mora (guaranis)	Andina S.A (Repsol), Bolipetro, Bridas SAPIC, Chaco S.A (BP-Amoco), Maxus (Repsol), Pluspetrol
Tapiete	Repsol-YPF
Weenhayek	Andina S.A (Repsol), Chaco S.A (BP-Amoco), Repsol-YPF, Tesoro

Fonte: GAVALDÀ, Marc. Centro de Documentação e Informação Boliviana, 2000.

Os garimpos ou minas de ouro na Amazônia sempre atraíram milhares de caçadores de fortuna. Da mesma maneira que na Califórnia, a febre do ouro produziu uma migração maciça que nunca se deteve: em 2007, há quinhentos mil mineiros instalados na região. Para os indígenas, esta atividade desordenou sua forma de vida e até os obrigou a se deslocar para territórios mais inacessíveis. Além do dano ecológico (envenenamento de peixes e rios pelo uso de mercúrio ou desmatamento) ou o assassínio de líderes indígenas contrários aos desmandos, os garimpeiros contribuíram para devastar a cultura das etnias (caso dos ianomâmis), cujas malocas ou aldeias eles destruíram. Em agosto de 1993, o massacre da aldeia de Haximú,[123] em que morreram 16 pessoas, acendeu a luz vermelha para estas perseguições, mas permaneceu impune, da mesma forma que cem outros anteriores. É curioso, mas só em 1988 o governo brasileiro autorizou a proteção a 19 aldeias ianomâmis, localizadas a trezentos quilômetros de Boa Vista, capital de Roraima.

A mais inesperada desventura que se poderia imaginar, no entanto, está em plena gestação: em 2007 se informou que 70% das terras com potencial de mineração da América Latina se encontram em território reclamado pelos grupos aborígines. Rodolfo Stavenhagen, relator especial sobre os povos indígenas, compareceu ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em 20 de março, e apresentou um informe que desmentia os otimistas: "A economia global valoriza cada vez mais os recursos petrolíferos e de mineração nas regiões indígenas. São numerosas

as denúncias e as queixas recebidas pelo relator especial de comunidades indígenas cujos recursos foram apropriados e são explorados por poderosos consórcios econômicos, sem consentimento prévio nem participação, e sem que estas comunidades obtenham algum benefício de tal atividade. Esta problemática é atualmente uma das mais controvertidas e envolve os povos indígenas, o Estado e as empresas privadas, e muitas vezes também os organismos financeiros internacionais."[124] No Panamá, por exemplo, o governo já autorizou concessões para minas de cobre e ouro no interior dos territórios Ngöbe-Buglé e Kuna. Como se vê, a destruição prossegue.

Salvo exceções, a presença de missões europeias e norte-americanas buscou a transculturação progressiva dos costumes. Dos missionários espanhóis coloniais aos missionários colonialistas norte-americanos, só fica um registro de fatos obscuros e vergonhosos. A Missão Novas Tribos, fundada em 1942, com sede em Miami, foi expulsa de países como a Venezuela sob acusação de espionagem, mas seu vandalismo é o que realmente a condena. No ofício 1.198 de 4 de agosto de 1953, consta que o Ministério da Justiça da Venezuela deu-lhe permissão para livre trânsito e a "realização de trabalhos de aproximação e civilização de determinadas comunidades indígenas". Os grupos beneficiados pela exploração de petróleo desdenhavam a possibilidade de conviver com os núcleos indígenas e autorizaram estas experiências nefastas desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Para levar a cabo seu trabalho de penetração, a Missão Novas Tribos instalou, em primeiro lugar, uma infraestrutura dotada de radares e aeroportos que causou danos ecológicos nas selvas; em sua expansão, ocupou espaços entre as comunidades mais isoladas na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, México, Panamá, Paraguai e Venezuela. Seus métodos de conversão incluíam a tortura psicológica e o castigo de todos os nativos que quisessem conservar seus cultos. Os missionários evangélicos, conscientes de seus objetivos colonizadores, adaptaram as estratégias dos missionários católicos e se dedicaram a reduzir as crenças animistas ancestrais. Há aldeias em que os indígenas falam um inglês impecável e esqueceram boa parte de seus idiomas.

Os yuquis da Bolívia, que foram evangelizados por Novas Tribos, foram convidados a subir em aviões e os missionários os transportaram para novos assentamentos como Mbia Recuaté. O resultado das políticas de enfraquecimento de suas crenças foi a perda de sua identidade e

uma crescente taxa de alcoolismo. Abandonaram sua condição nômade por uma vida de incômodos sedentários; perderam os hábitos e a arte. Hoje, 85% dos yuquis padecem de micose pulmonar.

Os indígenas foram vítimas das experiências mais absurdas e macabras. Em 1968, um grupo de antropólogos inoculou nos jovens medicamentos descontinuados, como a vacina antissarampo Edmonston B, e logo se desatou uma epidemia com dezenas de mortos. O jornalista Patrick Tierney, em *Trevas no Eldorado*, apresentou provas de como James Neel, especialista em genética humana e membro respeitável da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, ou o prestigiado Napoleon Chagnon, antropólogo da Universidade da Califórnia, colaboraram com este massacre, que foi abafado.[125]

Os "índios isolados" se destacaram por sobreviver em regiões inóspitas, longe do contato com aqueles que foram seus assassinos e ladrões naturais. Em alguns casos, qualquer opinião sobre seus costumes é meramente conjetural, pois eles impedem qualquer tipo de aproximação. Hoje se sabe que a Amazônia está sob risco de desaparecer na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e provavelmente na Venezuela. Na Colômbia, extinguiram-se vinte tribos no século XX e agora a etnia nukak maku, uma das poucas que conservam costumes nômades, perece sob os enfrentamentos das Farc com o exército, mas entre seus maiores inimigos estão as devastadoras fumigações do Plano Colômbia. Outras etnias colombianas em perigo são a taiwamo, com 22 membros, makaguaje, pisamira, piaroa, muinane, jupda, com menos de cem habitantes, tucano, ticuna, curripaco e a witoto. Mais de trezentos indígenas foram vítimas do conflito colombiano. No Peru, há cerca de vinte comunidades isoladas (como os kugapakoris, nahuas, machiguengas, nantis e kirineris), que não puderam deter o fluxo crescente de madeireiros.

Na Bolívia, onde há 33 etnias, a província de Santa Cruz contava com oitenta e ficaram apenas quatro: guarani, chiquitana, guaraya e ayorea. Na Amazônia boliviana, os pacahuaras se reduziram de milhares a modestas vinte pessoas; os poucos nahuas que sobrevivem fogem da presença branca; os araonas e os chiquitanos foram caçados na época da exploração da borracha e escravizados pelas incursões ou malocas [invasões de terras ameríndias, com pilhagem e matança]. Em 1712, existiam quarenta mil índios baures; em 2007, só três mil, que mal cultivam sua própria língua.

No Equador, existem dez grupos étnicos com sete línguas e estão reduzidos a graves limitações como minorias: siona, secoya, a'i (cofán),

wao, zaporoa ou kayapi, runa (quíchua amazônico), runa (saraguro), shuar, achuar e siwiar.

Na Venezuela, a conquista representou milhares de pequenos conflitos e houve uma estratégia deliberada de arrasar os caribes e os jirajaras. Nos séculos posteriores, a luta se estendeu e, em 2007, apenas restaram trezentos mil indígenas. O saldo de culturas mortas é incrível; a Venezuela petrolífera, até a nova Constituição de 1999, persistiu em sua eliminação física e moral. Em 1963, a Corporação Venezuelana de Guayana construiu um dique entre Tucupita e Barrancas do Orinoco, mas nunca se considerou no projeto o dano a ser causado pela obra nas comunidades locais. A empresa Tippets-Abbett-McCarty-Stratton fechou a galeria da mina Mánamo e de imediato destruiu a relação de harmonia que acompanhava os waraos, por contaminar toda a região e dissolver vinte aldeias. No Chile, os kawesqares se reduziram a um grupo de 15 pessoas que esperam resignadas seu fim.

No Brasil, a lista de aldeias extintas chega a 1.477, divididas por regiões. No sul, 33 aldeias. No sudeste, 143 aldeias. No nordeste, 344 aldeias. No centro-oeste, 137 aldeias. No norte, 820 aldeias. A lista fantasma de comunidades perdidas inclui a aimoré (Ilhéus, Espírito Santo), caeté (costa nordeste), caeté (Minas Gerais), canindé, genipapo, carijó (São Paulo), carijó (Paraná), carijó (Rio Grande do Sul), cariri, caratiu, ico, panati, etc. (interior do nordeste), charrua (Rio Grande do Sul), omagua (rio Solimões), potiguar (costa do nordeste), tamoio (Rio de Janeiro), tamoio (Cabo Frio), tucuju (Amapá), tupinambá de cumá (Maranhão), tupinambá do Recôncavo, tupiniquim (Ilhéus, Espírito Santo), tupiniquim (São Paulo).

Na atualidade, o Brasil tem duzentas comunidades em perigo de extinção. E surgiu um fenômeno infrequente: as identidades emergentes, com as quais uma pequena comunidade tenta recuperar sua expressão cultural num ambiente mais favorável. Dos povos isolados, os que sofrem maior risco são os taiwamos, com vinte integrantes; os makaguajes, pisamiras, piaroas, muinanes e jupdas, que contam com menos de cem membros; também aparecem na lista vermelha os tucanos, ticunas, curripacos e witotos.

No Chile, já não existem os chonos, cuncos, changos, chiquillanes, pehuenches nem os techuelches. Os taínos foram exterminados de Santo Domingo e Porto Rico. Na Argentina, a política de terra queimada, saque e devastação total arrasou os abipones, agoyaes ou guisnays, aguilotes, atalaes ou atalalas, axostinés, bohanes, cainaroes, calchines, guaranis de

Carcaraña, carcaraes, casutinés, chaná-timbues, chandules, cocolotes, corondas, esistinés, gualachis, guamalcas, guaxastinés, ipas, yaaucanigas, kaigangs, mataraes, mepenes, ocoles, omoampas, oristines, pazaines, querandies, tambostinés, tapes, taynoaes, teutas, timbues, toquistinés, vacaas, yaros, yecomoampas, amanatas, apanatas, capayanes, chichas, chirimanos, churumatas, estoybalos, gaipetes, haush-manekenks, jujuyes, olongastas, opras, osas, palomos, paypayas, pulares, tactacas, tilcalaisos, tucumanastas e os yacampis.

No México, houve povos inteiros que desapareceram sem deixar rastro, até mesmo antes dos espanhóis, como os olmecas, que foram grandes escultores, e os totonacas, porém o infortúnio alcançou as comunidades de Caxcán, Guaicura, Lipán, Mongui, Pericu, Tecuexe, Tepaneca e Zacatecos. Hoje em dia, existe repressão feroz em Chiapas por parte do exército que pôs em perigo as 111 comunidades da região. As mulheres são importunadas e violadas. Em Oaxaca, onde 60% da população são indígenas e 70% pobres, há um regime de censura e tortura permanente para calar as críticas contra a difícil situação econômica.

O Informe de 2007 de Stavenhagen foi preciso:

> Em 2006, por exemplo, houve atos civis de protesto de que participaram indígenas e não indígenas, violentamente e arbitrariamente reprimidos pelo governo mexicano em Atenco e Oaxaca, produzindo-se numerosas violações das garantias constitucionais. Apesar das diversas tentativas de diálogo entre as partes, o conflito e os protestos continuam. A Comissão Nacional de Direitos Humanos recebeu mais de 1.200 queixas e assinalou vinte pessoas mortas, 350 detidas e 370 feridas, concluindo que as partes em conflito e a Polícia Federal Preventiva utilizaram a violência reiterada e excessiva. A sociedade civil denunciou também sequestros, violações à liberdade de expressão, ameaças, açoitamentos, torturas, violações sexuais e agressões cometidas por policiais, agentes do Estado e grupos armados supostamente parapoliciais. Ainda que algumas das pessoas, detidas e transportadas para cárceres longínquos sem respeito à lei, tenham sido libertadas, o governo não investigou os delitos imputados nem processou os responsáveis pelas violações. Também no México, sofreram abusos e violações os camponeses indígenas do estado de Guerrero que se opõem ao projeto de construção, em seu território, da represa La Parota, que o governo insiste em levar a cabo sem o livre consentimento da população. Um tribunal ordenou ao governo que desista de prosseguir as obras de infraestrutura nesta região até que o conflito seja resolvido por negociação, mas as autoridades fizeram ouvidos moucos e continuam a construir estradas como parte do projeto da represa, a que numerosos habitantes das comunas se opõem.[126]

Apesar de as constituições nacionais de quase todos os países da América Latina reconhecerem os direitos dos povos indígenas, na prática há discriminação étnica, social e cultural. Nos conflitos regionais passados e presentes, só se pôde constatar a indiferença das instituições e nem sequer Bartolomé de Las Casas poderia hoje contar, sem perder a compostura, os horrores que os índios sofreram. Convém assinalar que os guatemaltecos-maias constituíam 83% das vítimas identificadas pela Comissão para o Esclarecimento Histórico (CEH), na época em que se documentaram violações dos direitos humanos e atos de violência nos conflitos armados da Guatemala. Nos massacres de Plan Sánchez e Dois Erres, ocorridos em 1982, ficou claro que os militares perseguiam os indígenas por sua posição antiditatorial.

No Paraguai, nenhum dos 17 grupos étnicos pôde conviver em paz. Um guarani, ao ver a destruição de um bosque no Chaco, disse o que poderia ser quase seu epitáfio: *Ore mbo hasy eterei, ñande py'aite. Oho la ñande vida* ("Aflige-nos, dói-nos dentro da alma. Vai-se nossa vida").

A cultura africana perdida

Há cifras de grande impacto. Que 15 milhões de homens e mulheres[127] foram sequestrados na África, por exemplo, e foram transportados em mais de setenta mil viagens por centenas de milhares de quilômetros para serem convertidos em escravos na América Latina, é um fato insólito: a migração passiva mais odiosa. Pode-se argumentar que a escravidão já existia na Antiguidade clássica, mas nada se compara ao impacto que significou o deslocamento de quantidades tão enormes de seres humanos despojados de todos os seus símbolos culturais.

Seus laços de identidade foram triturados pelo mecanismo escravagista, seus esquemas de correlação social com outras tribos foram uniformizados, e sofreram encarceramento, tortura e genocídio para selecionar os mais úteis às plantações. No final do périplo pelo oceano Atlântico, onde morreram de cinco milhões a seis milhões pelos maus-tratos e doenças como varíola, escorbuto ou sarampo, estes seres humanos chegaram a um novo mundo de violência extrema, ódio, crueldade indizível e logo compreenderam que a cor da pele os convertera em alvo preferencial de

todos os preconceitos acumulados durante séculos pelos europeus.[128] Na instrução de 16 de setembro de 1501, Nicolás de Ovando, governador da Hispaniola, pedia que se trouxessem negros às terras recém-descobertas para o trabalho mais inclemente.

Deve-se falar de etnocídio ou destruição cultural no caso dos afrodescendentes, que foram considerados bárbaros. A experiência de ocidentalização progressiva se iniciou em território africano com a eliminação de centenas de tribos, desbaratadas ou dizimadas, a perda de seus objetos religiosos e bens culturais gerais, mas só se consolidou na América Latina com a evangelização e submissão a um regime que subestimou todas as formas culturais dos escravos negros.[129] Apesar de ultrapassar em número os brancos e *criollos* (no Haiti, a proporção chegou a ser de vinte por um), os escravos tiveram de se assimilar logo e, passadas duas gerações, perderam seus idiomas.

As potências europeias instalaram um sistema eficaz de tráfico humano. Criaram-se empresas de negócios como a Royal African Company, que transportou milhares de escravos de 1672 a 1689. Também obteve grandes lucros a Company of Barbary Merchants. A Inglaterra, sobretudo desde o século XVIII, possuía uma organização no rio Congo que importava escravos de Ganga, Tembe de Serra Leoa, Mandinga, Fula, Serere, Sosa, Timneos e Wolof no Senegal. A França se situou entre Loango e Daomé (atual Benin). Portugal aperfeiçoou uma rede na Nigéria, Daomé, Benguela e Angola, e de alguma maneira o tráfico de escravos se converteu na melhor indústria nacional. Holandeses, alemães, espanhóis e dinamarqueses participaram ativamente desta etapa de despersonalização dos africanos, que serviu para robustecer o nascente capitalismo. A Europa, sem a política escravagista, a espoliação do ouro e do marfim da África, jamais alcançaria os níveis de desenvolvimento alcançado nas épocas de maior auge; sem a mão de obra escrava jamais surgiria a bonança da Grã-Bretanha.

O dano cultural causado às culturas africanas foi de 80%, com 60% de pilhagem. A crise piorou porque a abolição da escravatura na região ocorreu no século XIX e, portanto, a imposição cultural se manteve durante quatrocentos anos. Da mesma forma que os aborígines americanos, os africanos perderam seus idiomas próprios, tiveram de aceitar o dogma do cristianismo e adaptaram sua música aos ritos religiosos ocidentais. Houve casos de guerreiros sagrados submetidos aos vexames mais profundos. As culturas mais afetadas foram as sudanesas, com os jéjés (vodúns) e os nagôs (iorubas); também as guiné-sudanesas, como os fulas, os solinkes, os bornus e gurunsis; e, por último, os bantus, integrados por gente de Angola e Congo.

Os iorubas e os binis, na época de sua conquista e transferência para Cuba, Haiti, Porto Rico, Trinidad e Brasil, eram reinos poderosos, com obras de arte memoráveis no campo da estatuária e com um poder religioso expansivo que ainda pode ser observado na religiosidade, no batuque e no vodu. Os cultos clandestinos sincréticos custaram milhares de mortes aos africanos, que foram obsessivamente perseguidos pela Igreja católica. Outros reinos desmantelados foram os de Kenem-Borno, que edificavam palácios enormes com tijolos refratários, os ferozes mandingas de Mali e os ashantis, que acreditavam que a única verdade é a dor.

O anseio desagradável de apagar sem escrúpulos o passado foi o que motivou a eliminação progressiva dos arquivos sobre a escravidão no Brasil, pois sabemos que, de 1532 a 1585, na época do cultivo de cana-de-açúcar, foram deslocados da África para o Brasil 3,5 milhões de seres humanos na condição de escravos.

Com o tempo, formaram-se os quilombos (palavra da língua quimbundo, do grupo banto, falada em Angola), isto é, os agrupamentos de fugitivos que se escondiam nas selvas espessas e se organizavam para a resistência e o ataque. Um desses quilombos foi o de Palmares, que durou 65 anos e de suas lutas ficou um herói em particular, chamado Zumbi, assassinado em 20 de novembro de 1695.

De 1790 a 1830, só no Rio de Janeiro, desembarcaram 706.870 homens e mulheres subjugados pelos escravagistas. Em 1831, chegou ao poder o sombrio e supersticioso Pedro II, que reinou até 1889, ano em que foi deposto por um golpe de Estado, e durante este período começou, com negligência e depois com prodigalidade, o processo de libertação dos escravos. Em 1866, o decreto imperial 3.275 libertou todos os que participaram da guerra do Brasil contra o Paraguai. Em 1871, o Parlamento aprovou a Lei do Ventre Livre, que dava liberdade aos descendentes dos que foram trazidos à força pelos escravagistas. Em suma, houve várias tentativas que finalizaram em 1888 quando, em 13 de maio, foi abolida juridicamente a escravidão no Brasil, por meio da Lei Áurea, que foi um capítulo excepcional.

O incrível foi que em 1890, quando já caíra o reinado de Pedro II e se impusera a República, o ministro da Fazenda, Rui Barbosa, foi de encontro a uma investigação sobre os arquivos da escravatura e, não sem vacilação, tomou a estranha decisão, em 15 de dezembro, de ordenar a queima de todos os arquivos, sob o pretexto de evitar que os antigos proprietários de escravos pudessem pedir indenização com base em documentos, e desta maneira se perdeu grande parte da memória histórica do Brasil.

CAPÍTULO III

A repressão cultural no século XX

O que vocês chamam de acertos são erros, o que reconhecem como erros são crimes e o que omitem são calamidades.

Rodolfo Walsh, *Carta aberta à Junta Militar*

SEM DIREITOS HUMANOS

O SÉCULO XX FOI O SÉCULO dos holocaustos: Alemanha, Armênia, Ucrânia, Coreias, Vietnã, Etiópia, Katyn, Ruanda, Bósnia, mas especialmente América Latina. Não há maneira de quantificar a perda total nem é possível fazer um retrato com serenidade de espírito das crueldades cometidas contra milhões de latino-americanos que sofreram os mais deploráveis exílios e torturas. Quase todos os métodos físicos ou psicológicos de violência extrema foram ensaiados em nome de ideologias de esquerda ou direita.

No entanto, surpreende o pouco que se fala do processo inédito de saque da memória coletiva imposto pelos regimes de forças ao ativar mecanismos de repressão, censura e destruição cultural deliberados. Há crônicas dispersas e genéricas sobre esta matéria, mas convém descrever alguns casos com mais detalhe.

Repressão e petróleo na Venezuela

Começo pela Venezuela, onde os processos ditatoriais foram polêmicos: elogiados ou questionados. O primeiro deles compreende um período de 27 anos em que se impôs o autoritarismo de Juan Vicente Gómez,

que, de 1909 a 1935, exerceu um poder ditatorial sem limites sobre uma nação que já vivera centenas de pequenas guerras civis. Homem do campo, Gómez se fez rodear de um grupo de intelectuais que o viam como um gendarme necessário, segundo as infelizes palavras de Laureano Vallenilla Lanz em seu livro *Cesarismo democrático y otros textos* (1919), e esse grupo de acadêmicos serviu-lhe para impor uma ordem legislativa e intelectual que censurou jornais e editoras, calou dezenas de autores e encarcerou e torturou milhares de opositores. Escritores como José Rafael Pocaterra, Rufino Blanco Fombona e Rómulo Gallegos, para mencionar alguns, tiveram de viver no exílio enquanto seus livros não podiam circular no país. À morte do ditador, o general Eleazar López Contreras procurou apagar os arquivos das violações dos direitos humanos, como um gesto de boa vontade à população.

Logo surgiu o funesto regime de Marcos Pérez Jiménez, que se manteve de 1948 a 1958, e, embora este período se destacasse pelo panegírico de suas obras públicas monumentais, não se deve ignorar que impôs um regime férreo de repressão cultural e um organismo como a Segurança Nacional encarcerou e torturou dissidentes. As grandes coleções americanas de arte pré-hispânica e colonial venezuelana foram feitas nesta época, sob a proteção das generosas empresas que exploravam os recursos do país, em especial da indústria petrolífera. Com Pérez Jiménez, a memória coletiva foi orientada no sentido de uma submissão aos Estados Unidos e uma rejeição generalizada dos valores nacionais. Aprovou-se até uma diretriz, em 1953, para que a Missão Novas Tribos pudesse recolonizar as etnias.

Batista e os monopólios

O momento capital da história de Cuba tem uma data precisa: 1° de janeiro de 1959, quando Fidel Castro, juntamente com Ernesto Guevara, mais conhecido como *Che*, e outros companheiros derrubaram o general Fulgêncio Batista, que convertera Cuba numa colônia econômica dos Estados Unidos e em paraíso das máfias representadas por Lucky Luciano, Meyer Lansky e Amadeo Barletta, entre outros, donos de cassinos e dezenas de prostíbulos.

A crônica das relações entre Cuba e Estados Unidos fora até então longa e penosa: Thomas Jefferson quis anexá-la como Porto Rico; John Quincy Adams acreditou que as leis de gravitação da política fariam a

ilha cair em suas mãos "como fruta madura". Durante anos ela foi cobiçada por Andrew Jackson, James K. Polk, James Buchanan e Grover Cleveland, e houve quem oferecesse trezentos milhões de dólares para comprá-la da Espanha, como fez William McKinley. Com a desculpa da explosão do encouraçado *Maine*, em que morreram 276 homens, em 1898 os Estados Unidos declararam guerra à Espanha e numa breve expedição militar se apoderaram da ilha, a que impuseram em 1903 a Emenda Platt, que concedia o direito de intervenção permanente. Nessa época, Guantánamo foi arrendada. Em 1912, as tropas norte-americanas entraram em Cuba e causaram três mil mortes. Em 1917, estabeleceu-se ali um pelotão de infantaria. Em 1933, Franklin Delano Roosevelt conseguiu garantir Guantánamo como possessão.

Com Fulgêncio Batista, que fora precedido por Ramón Grau San Martín, a ilha de Cuba perdeu toda autonomia política ou econômica e 90% das empresas correspondiam a monopólios dos Estados Unidos nos setores do açúcar, tabaco, cobre e manganês. Noventa por cento das minas e concessões pertenciam a americanos e os serviços públicos estavam em suas mãos. Batista, durante sua presidência de 1940 a 1944 e durante sua ditadura de 1952 a 1959, perseguiu a ferro e fogo seus inimigos e os torturou sem piedade, reprimiu jornalistas e poetas como Nicolás Guillén. A cultura local foi negada em nome do racismo e da segregação das oligarquias que não se reconheciam nos traços da identidade do país, e se tentou construir uma memória próxima dos interesses culturais alheios.

O genocídio da Guatemala

A consolidação da United Fruit Company como monopólio central da Guatemala foi possível na gestão ditatorial de Manuel Estrada Cabrera, que foi presidente de 8 de fevereiro de 1898 a 15 de abril de 1920. Nessa época, os Estados Unidos absorviam 70% das importações guatemaltecas e controlavam 80% das exportações. Sem se dar conta, ativara-se a presença de um poderoso mecanismo de transculturação que acentuou a influência dos Estados Unidos por meio de ditaduras sangrentas como a do general Jorge Ubico, que governou de 1930 a 1944.

O coronel Jacobo Árbenz ganhou a eleição de 1950 e, ao realizar o Censo Agropecuário, descobriu que 99,1% das fazendas eram minifúndios com 14% das terras, enquanto 0,1% ocupava 41% da superfície

recenseada; para escândalo do país, 40% das fazendas eram propriedade de 23 famílias, 54 fazendas dispunham 18% da terra e mais de 250 mil camponeses careciam dela. Com estes dados, Árbenz decretou, em 1952, uma reforma agrária que pôs as oligarquias em alerta e com desespero surgiu um movimento militar que devolveu cada centímetro de terra expropriada à United Fruit Company e instalou no poder o general Carlos Castillo Armas até seu assassinato, em 1957. Armas foi substituído pelo general Miguel Ydígoras Fuentes, mas outro golpe de Estado, dirigido pelo coronel Enrique Peralta Azurdia, em março de 1963, deu continuidade à desestabilização.

Em julho de 1966, foi eleito presidente Julio César Méndez Montenegro, um civil subordinado ao poder militar. Durante seu mandato se iniciaram os sequestros seletivos e foi queimado vivo o poeta Otto René Castillo. Em 1970, o coronel Carlos Arana Osorio decretou um "estado de sítio" que permitiu o surgimento de uns vinte esquadrões paramilitares e parapoliciais que massacraram a população. Desta maneira se inaugurava a era das ditaduras na Guatemala, cujos efeitos causaram um genocídio insólito.[130] Em 1974, o general Kjell Eugenio Laugerud García foi designado presidente e proibiu qualquer tipo de manifestação. A crise converteu em presidente, em 1978, o general Fernando Romeo Lucas García, cujo irmão causou assassínios em massa em El Quiché e gerou as Patrulhas de Autodefesa Civil. Em 1982, o alto comando do exército decidiu que fosse candidato Ángel Aníbal Guevara Martínez, mas impôs um novo golpe de Estado favorecido pelo governo Ronald Reagan que via com bons olhos o general Efraín Ríos Montt, que fortaleceu as medidas de guerra interna e violação dos direitos humanos até sua derrubada em 1983 por outro general, chamado Óscar Humberto Mejía Víctores.

O certo é que, depois de 36 anos de conflitos entre setores militares e movimentos guerrilheiros, sobraram na Guatemala duzentos mil mortos. Houve sessenta mil desaparecidos. Mais de 440 aldeias indígenas foram arrasadas. Segundo Haroldo Rodas, as perdas culturais deste período podem ser classificadas assim:

> Em princípio, a maior perda dos valores culturais nestes confrontos se deu com a morte de numerosas pessoas de diversos grupos étnicos, possuidores de ancestralidade e legado cultural ameaçados com o etnocídio e o genocídio promovidos pelos grupos em conflito.

> Somou-se a isto a depredação dos sítios arqueológicos, que eram a fonte da estabilidade das comunidades assentadas em diversos estados do país. Muitos destes centros sagrados foram saqueados, roubadas suas estelas, destruídos os conjuntos arquitetônicos, provocando assim um caos entre a população desligada de seus hábitos culturais mais profundos. Existem numerosos relatos de pessoas afetadas por estes acontecimentos, indicando que partes de seus pertences antigos foram subtraídos em helicópteros, enquanto que as ruínas dos locais das antigas cidades foram bombardeadas, quem sabe por que motivo, apesar de a Guatemala ser signatária da Conferência Intergovernamental sobre a Proteção dos Bens Culturais, em caso de conflito armado, assinado em Haia em 1954.
> A isto se soma a constante destruição dos arquivos municipais, bombardeados, dinamitados e queimados, tentando apagar qualquer vestígio do passado, com a finalidade de anular a memória histórica de um povo, deixando indivíduos sem identidade.[131]

Foram destruídos, durante os combates, arquivos como os das municipalidades de Tecpán e Chimaltenango. Em 1985, um ataque à prefeitura de Santiago Atitlán queimou o prédio juntamente com seus documentos. Pelo menos 60% dos arquivos da Guatemala foram destruídos, com dezenas de bibliotecas arrasadas. Em Tikal, em 1981, uma batalha devastou o assentamento arqueológico e, em Zaculeu, o museu foi completamente abandonado em ruínas depois de um severo ataque. Locais como o Palácio Nacional e até igrejas como San Miguel de Capuchinas foram vandalizados. Em Quiché, as igrejas foram alvo do fogo de metralhadoras e suas imagens sacras interiores roubadas ou mutiladas.

Também houve assassínios diretos de intelectuais. Um deles, bastante conhecido, foi o da escritora Alaíde Foppa, que criara na Universidade Nacional Autônoma do México uma cadeira de Sociologia da Mulher. Foppa, poeta de sensibilidade delicada, subestimou os inimigos e foi sequestrada em 19 de dezembro de 1980. Nunca mais se teve notícia dela.

Em 1995, o governo permitiu a queima de milhares de documentos que continham os registros de censura e tortura, assassínios e participação de agentes da CIA. Como prova da barbárie vivida na Guatemala há testemunhos de sobreviventes: "Todo mundo sabia que o exército poderia vir a qualquer momento e revistar as casas, e como a incultura dos soldados era muito grande e eles não sabiam ler, qualquer livro que

encontravam pensavam que era comunista. Por isso optamos por não ter livros, nem música, nem roupa velha em casa."[132]

Na Guatemala, os Estados Unidos avalizaram um dos autos de fé mais cruéis dos últimos anos e até agora não houve pronunciamento claro e categórico de qualquer organismo internacional.

As famílias que destruíram El Salvador

El Salvador, um dos menores países da América Central, foi governado por 14 famílias e a história de seus conflitos se relacionou constantemente com a terra. Em dezembro de 1931, o general Maximiliano Hernández, que chegara ao poder por um golpe militar, reprimiu uma revolta camponesa e causou trinta mil mortes. Meses mais tarde, foi assassinado um dos organizadores da rebelião, chamado Agustín Farabundo Martí, e já era tarde para deter a violência crescente no país. Em 1992, quando se assinou o Acordo de Chapultepec, um informe revelou que em consequência do conflito morreram mais de 75 mil pessoas, com 80% de civis.

Durante a ditadura do general Carlos Humberto Moreno, de 1977 a 1979, chegou-se ao extremo de assassinar sacerdotes como o padre Rutilio Grande. Com o passar dos anos, foi assassinado o principal ativista que defendia os camponeses, monsenhor Óscar Arnulfo Romero. Em 1981, no massacre de El Mozote, foram assassinados mil camponeses.

A censura contra os setores de esquerda foi extrema, e a guerra não permitiu que se tomassem medidas para proteger igrejas, antigas esculturas coloniais nem o patrimônio cultural em geral, que resultou severamente afetado. Arquivos e bibliotecas foram queimados e destruídos. Povoados inteiros foram relegados à exclusão.

A era de Sandino

Na Nicarágua, como prêmio pelo assassínio do grande líder popular Augusto César Sandino, os Estados Unidos apoiaram a presidência de Anastasio Somoza García, que governou de 1937 a 1956,[133] mas deixou o filho no poder; e seu regime se prolongou até 1967; ato contínuo, outro filho seu, Anastasio Somoza Debayle, pôde continuar até 1979. A família Somoza, por meio da Guarda Nacional, deixou mais de cem

mil mortos no país, sem contar os desaparecidos. Jornalistas e escritores foram perseguidos e até assassinados sob a preferência linguística do primeiro Somoza pela letra "p": *plata* (dinheiro) para os amigos, *palo* (paulada) para os indiferentes e *plomo* (chumbo) para os inimigos.

Houve escritores proibidos e obrigados a fugir, como Ernesto Cardenal. A cultura foi posta a serviço dos interesses dos Estados Unidos, que converteram a nação em baluarte de suas políticas na América Latina, de combate ao comunismo e guerra contra o terrorismo. Em 1928, Rafael de Nogales Méndez publicou um livro para denunciar ao mundo que os crimes contra o povo nicaraguense foram cometidos para garantir negócios milionários: "A diplomacia do dólar conseguiu finalmente converter o incauto povo americano em alvo de ódio e desconfiança universais."[134] Noam Chomsky, um dos intelectuais mais importantes da história, assinalou que, quando o governo dos Estados Unidos ordenou o bombardeio do Afeganistão, nenhum latino-americano acreditou na justificação de George W. Bush, porque a história da Nicarágua deixou uma impressão inapagável na lenda negra do intervencionismo.[135]

Brasil: a aniquilação da dissidência

No Brasil, num episódio prévio da eleição de 1930, e diante da possibilidade de triunfo de um governo comunista, Getúlio Vargas tomou o poder e só saiu em 1945. Logo reprimiu os setores adversos, em especial a imprensa e os grupos culturais. As revistas foram fechadas e os autores censurados e perseguidos. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), cujos arquivos estão agora disponíveis, organizou processos contra conhecidos intelectuais para silenciá-los. Não se salvaram editores nem autores. A obra de Jorge Amado foi queimada publicamente e ele constrangido ao exílio de 1941 a 1942.

Em 31 de março de 1964, um golpe de Estado instaurou uma nova ditadura, militar, no Brasil,[136] que acelerou a repressão, justificando-a em Atos Institucionais que tiveram seu momento culminante na aprovação do AI-5, para concentrar poderes excepcionais no presidente, e isso se manteve, desde 1968 até o final do governo do militar Emílio Garrastazu Médici, em 1974. Um dos editores mais perseguidos foi Ênio Silveira, da Editora Civilização Brasileira, detido em várias oportunidades, e os livros editados foram confiscados por sua visão de esquerda: *Primeiro de abril*, de Mário Lago, *O golpe de abril*, de Edmundo Moniz, *O golpe*

começou em Washington, de Edmar Morel, e *História Militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré. Em resposta, numa nota da revista de sua editora, Ênio Silveira denunciou: "Trata-se de saber se o governo tem o poder de apreender livros (...) como se não houvesse lei no país. (...) Trata-se de saber, em suma, se têm razão os que afirmam que a revolução de 1964 inaugurou no país uma época arbitrária de intolerância, de prepotência e de opressão."[137]

Em dezembro de 1969, a revista *Veja* recebeu uma advertência para que submetesse os textos à censura dos funcionários designados pelo governo. Acredita-se que sob o mandato do AI-5 foram censurados quinhentos filmes e mais de 450 peças de teatro, cerca de duzentas publicações, mais ou menos cem revistas e um total de quinhentas letras de música. Também o governo do general Ernesto Geisel promoveu a linha dura contra a esquerda até 1979, e isto ficou visível com o assassínio do jornalista Vladimir Herzog.[138] Um informe reconheceu:

> A repressão política durante o Estado Novo e a ditadura foi levada a cabo, em grande parte, pelas forças de polícia controladas pelo governo federal, com apoio das polícias estaduais. A função desempenhada pelas polícias estaduais, em meio ao silêncio imposto pela censura e a repressão governamental, facilitou a prática da tortura e os maus-tratos de presos comuns, seja simples detidos ou condenados, e favoreceu a participação das forças de polícia, tanto civil como militar.
>
> Durante esta época histórica, os políticos da oposição foram privados de seus direitos civis, os profissionais dos meios de comunicação social e aqueles que se opunham ao regime eram censurados por simples suspeita de tentativa de subversão da ordem, sequestrados pelos órgãos de segurança, detidos ilegalmente, torturados e até assassinados. Dados posteriormente saídos à luz demonstram a existência de pelo menos 242 centros secretos de detenção vinculados de alguma maneira às forças armadas ou controlados por elas, como o Departamento de Operações de Informação/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que levavam a cabo investigações políticas no âmbito estatal.[139]

Havia dois tipos de censura: a censura prévia, realizada por técnicos do Departamento de Polícia Federal, e o monitoramento constante exercido por intelectuais para ajudar a tarefa de fiscalizar o publicado. Considera-se que, de agosto de 1971 a janeiro de 1973, houve oitenta casos de proibições determinadas pelo ministério da Justiça.[140]

Para moldar a memória coletiva, os militares e os setores da extrema-direita que os apoiavam saquearam e destruíram centenas de bens culturais que eram parte dos grupos considerados perigosos, e os latifundiários permitiram o tráfico de obras de arte dos indígenas da Amazônia. As aldeias foram desagregadas com explosivos. Em 15 de setembro de 1972, chegou um telegrama à sucursal de Brasília do *Diário de S. Paulo* informando ao diretor que todas as notícias deveriam ser submetidas ao Ministério do Interior. O texto, embora breve, era um manifesto das aspirações dos golpistas. Até os músicos foram perseguidos. Geraldo Vandré, Caetano Veloso, Chico Buarque, compositores, e Elis Regina, cantora, com suas canções de protesto, foram escolhidos como alvos pelas corporações policiais e seus textos sofreram censura permanente. A música estava sob controle e deveria seguir certas fórmulas estabelecidas.

Recentemente, apareceram 150 mil prontuários de pessoas ou instituições consideradas perigosas para a segurança do Estado, além de 6.500 dossiês que ampliam o total a dois milhões de diferentes tipos de registros, mais de um milhão de fichas de remissões e 9.636 pastas organizadas.[141] Tudo isto está armazenado sem vigilância e sem estratégia de conservação a longo prazo.

O risco, portanto, é enorme. Em 2004, centenas de documentos foram queimados na Base Aérea de Salvador. Em 2007, vários arquivos foram subtraídos da Agência Brasileira de Inteligência. Tratava-se dos documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI), depósito de informação confidencial valiosa sobre a repressão e os assassínios da ditadura.

A ocupação do Haiti

Na ilha do Haiti, os espanhóis praticaram um extermínio dos índios taínos no século XV, e, posteriormente, a autoridade francesa impôs sua língua e cultura, e converteu o lugar numa gigantesca plantação de açúcar e café administrada por funcionários que enriqueceram rapidamente. Os escravos negros, maioria torturada pelos mesmos franceses que proclamaram os direitos humanos e exigiam a igualdade e o respeito para todos os homens, rebelaram-se. Jean-Jacques Dessalines (1758-1806) enfrentou com seus soldados o poderoso exército enviado por Napoleão Bonaparte e triunfou na batalha de Vertières. Em 1° de janeiro de 1804, o Haiti se tornou a primeira república negra independente da Europa, mas o custo social e cultural foi enorme: começava sua derrocada.

De 1915 a 1934, o presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, ordenou a ocupação do Haiti e instaurou uma ditadura que estimulou o ódio racial entre negros e mulatos. É conhecida uma cifra redonda de 2.250 haitianos assassinados nesse período,[142] que permitiu, além disso, o roubo sistemático dos bens culturais religiosos. Nos anos 1940, registrou-se uma iconoclastia contra todos os objetos de arte que reproduziam as religiões africanas.

Na ditadura de François Duvalier, conhecido como Papa Doc, o Haiti viveu, de 1957 a 1971, um horror extremo que empobreceu a nação e provocou cinquenta mil mortes. Um setor importante da arte haitiana contemporânea se perdeu e hoje consta das listas de patrimônio cultural desaparecido. O dano ao setor cultural se ampliou com o assassínio de intelectuais opositores, e com o exílio maciço de acadêmicos que tiveram de passar o resto de seus dias na Europa e no resto do continente, desencantados pela rejeição.

Hoje, segundo o índice de Desenvolvimento Humano da ONU, o Haiti ocupa o 150º lugar de um total de 177 países. É uma das regiões mais pobres do mundo e toda sua arte é produzida para exportação. A violência posta em evidência é um testemunho de seus grandes conflitos culturais.

A penúltima tragédia do Peru

No Peru, Juan Francisco Velasco Alvarado derrubou Fernando Belaúnde e, de 1968 a 1975, destacou-se por uma política esquerdista que permitiu que, em 1974, o país ingressasse no Movimento de Países Não Alinhados. As grandes companhias americanas foram expropriadas, expulsou a missão militar dos Estados Unidos, mas sua demagogia irresponsável e seu autoritarismo impediram que o Peru pudesse sair da crise econômica severa que o afligia.

Numa tentativa de silenciar a crítica, estatizou a imprensa, deteve jornalistas e provocou o exílio de dezenas de intelectuais. Um exemplo das ações militares de seu regime se avalia num incidente no Colégio Leoncio Prado. Devido ao fato de que esta instituição aparece retratada no romance *A cidade e os cachorros* (1963), de Mario Vargas Llosa, logo que o livro foi posto à venda em Lima e alcançou sucesso crescente, um grupo acusou Vargas Llosa de imoral, e queimou mil exemplares numa cerimônia oficial. Os generais acusaram Vargas Llosa de ser uma mente doente e o consideraram como "inimigo do Peru" e dos "sagrados valores nacionais".

À saída de Velasco, seu sucessor Francisco Morales Bermúdez, de 1975 a 1980, aguçou a crise e fortaleceu as medidas repressivas. Os arquivos foram incinerados; estima-se que foi a época de maior saque cultural do patrimônio. Em 2001, o Conselho Nacional de Inteligência eliminou inumeráveis arquivos por "motivos de segurança nacional".[143] Na gestão do presidente Alberto Fujimori, milhares de documentos desapareceram porque poderiam incriminar seus funcionários, por fraude pública.

Bolívia sem memória

Conta-se que o general José María Achá, ao ser derrubado por outro general, chamado Mariano Melgarejo, disse, com indolência franca, em 1864, que "a Bolívia não tem memória". Esta frase, deliberadamente esquecida, tornou-se evidente quando a tropa do general Mariano Melgarejo destruiu os documentos da Casa da Moeda. Em 1938, o presidente Germán Busch confirmou que todos os arquivos da Polícia Nacional anteriores a 1928 seriam queimados para inaugurar um novo tempo que nunca chegou.

Parte dos dados sobre a Guerra do Chaco se perdeu nos dias posteriores ao golpe militar de 20 de dezembro de 1943, que derrubou do poder o general Enrique Peñaranda. Uma turba invadiu a residência do militar e destruiu alguns de seus arquivos da época, e, em especial, suas cartas sobre o apoio à grandes multinacionais do estanho.

A triste realidade é que, em 1971, uma coalizão de partidos contrários à esquerda patrocinou um golpe, que seria o número 187 em 146 anos de história republicana, instalou no poder Hugo Bánzer e propiciou uma repressão inimaginável, uma purificação ética e uma política de exclusão que mergulhou toda a nação no caos e no terror. As universidades foram fechadas, os partidos de esquerda dissolvidos, a Central Operária Boliviana desativada e, ao final do governo, em 1978, mais de 35 mil bolivianos tinham sofrido encarceramento, exílio ou tortura. Dezenas de escritores foram censurados e alguns, como Víctor Montoya (La Paz, 1958), só podiam ter livros circulando clandestinamente.

O coronel Luis Arce Gómez, à frente de um comando, assaltou o ministério do Interior e sequestrou todos os arquivos de prisioneiros

políticos que estavam no Serviço de Inteligência do Estado, destruiu alguns e transferiu outros para as dependências do estado-maior, para eliminar a possibilidade de qualquer julgamento por violação dos direitos humanos.

Antes do golpe de Luis García Meza Tejada, em 1980, o ministro do Trabalho, doutor Isaac Sandoval Rodríguez, anunciou aos jornalistas que o governo decidira destruir a documentação policial sobre dirigentes sindicais do país. Desta maneira, o que parecia um gesto nobre tirou de muitos a oportunidade de julgar seus perseguidores. O ditador Meza, que tentou vender os diários de *Che* Guevara, roubados do Banco Central, também ordenou o assassínio de Marcelo Quiroga Santa Cruz (Cochabamba, 1931 — La Paz, 17 de julho de 1980), autor de *El saqueo de Bolivia* e do romance *Los deshabitados*. Com a desculpa da Doutrina de Segurança Nacional, estimulada por agentes dos Estados Unidos, em 15 de janeiro de 1981 foram atacados os membros do Movimento de Esquerda Nacional, na região de Sopocachi, da cidade de La Paz, e apenas uma pessoa sobreviveu. Era o tempo do incremento do tráfico ilegal de bens indígenas antigos e da depuração discriminatória das bibliotecas.

Segundo Luis Oporto, especialista na destruição dos arquivos bolivianos, um dos mais graves incidentes ocorreu com a reação dos movimentos sindicais e indígenas às medidas repressivas de Gonzalo Sánchez de Lozada. As massas se derramaram nas ruas e atacaram a sede do Ministério do Trabalho, Ministério de Desenvolvimento Sustentável e Planejamento, Tribunal Permanente de Justiça Militar, vice-presidência da República e as sedes dos partidos políticos Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR) e Nova Força Republicana (NFR), Unidade Cívica Solidariedade (UCS) e Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).[144] Ao que tudo indica, houve uma tentativa de destruir todos os arquivos coloniais da vice-presidência.

O blecaute cultural chileno

Depois do golpe no Chile, a Junta Militar liderada por José Ramón Pinochet Ugarte, apoiado pelo governo dos Estados Unidos,[145] desencadeou uma perseguição contra todos os setores que apoiaram o governo socialista do presidente Salvador Allende. Poucos entenderam então, e até mesmo agora, que o assalto e destruição parcial do Palacio de la Moneda, patrimônio cultural chileno construído na época colonial, era uma mensagem da nova gestão. Um grupo de aviões atacou com selvageria em 11 de setembro de 1973 todo o prédio, enquanto as tropas rebeldes começaram a disparar durante horas até que se conheceu a notícia de que Allende não renunciaria: "Posto num cruzamento histórico, pagarei com minha vida a lealdade ao povo. E digo que tenho a certeza de que a semente que entregamos à consciência digna de milhares e milhares de chilenos não poderá ser ceifada definitivamente. Eles têm a força, podem nos submeter, mas não se detêm os processos sociais nem com o crime e nem com a força. A história é nossa e é feita pelos povos." Logo, sem pausa, cresceu o ataque mortífero e o armário envidraçado que continha a Ata de Independência, no salão Carrera, estalou: Allende, com uma dignidade assombrosa, guardou consigo o documento assinado em 1818 pelo heroico Bernardo O'Higgins.

Depois se soube que o documento chegou às mãos de Miria Contreras, *La Payita*, que tentou salvá-lo até o último momento, mas um soldado a deteve e, depois de um raro silêncio, confiscou o papel e o rasgou em pedaços. Começava a destruição da memória cultural do Chile.

Logo foram emitidos decretos-leis, dissolvidos o Congresso Nacional e o Tribunal Constitucional, e proscritos todos os partidos políticos da Unidade Popular. Com a desculpa de extirpar o comunismo incipiente, armaram-se organismos destinados a depurar o país da influência da União Soviética e das ideias marxistas. Segundo o informe de monsenhor Valech, que dirigiu uma investigação sobre as consequências do regime pinochetista, uma cifra parcial aponta para o reconhecimento de 28.459 vítimas de prisão política e tortura, que correspondem a 34.690 detenções. Do total, 1.244 eram menores de 18 anos, dos quais 176 eram menores de 13 anos.

Do que se conhece como o Blecaute Cultural, o *Mercurio de Valparaíso* anunciou, em 13 de setembro, que ficavam proibidas a circulação e venda de 26 revistas, várias do tipo marxista extremista, e outras de caráter político foram proibidas de circular e, em consequência, sua venda ficou terminantemente proibida por ordem do comandante em chefe da 1ª Zona Naval, tenente Enrique Leddihn Oelckers.

São as seguintes as publicações:

1. *Puente*
2. *China Reconstrue*
3. *Nueva Onda*
4. *Cambalache*
14. *Capítulos de la Historia*
15. *Ritmo*
16. *P.E.C.*
17. *Plan*

5. *Sepa*
6. *Paloma*
7. *Visión*
8. *Mundo 73*
9. *Paloma*
10. *Qué Pasa*
11. *Enfoque Internacional*
12. *Documentos Quimantú*
18. *Testimonio*
19. *Debate Universitario*
20. *La Quinta Rueda*
21. *Patria y Libertad*
22 *Bandera Negra*
23. *Chile Hoy*
24. (não está arquivado)
25. *União Soviética*

"Os infratores surpreendidos vendendo deverão sofrer as consequências."[146]

Foi atacada a editora Quimantú nos dias do golpe, e cortados em pedaços cinco milhões de exemplares destinados a Cuba. Advirta-se que a Quimantú (nome em que se combinam os termos *mapudungun Kim*, saber ou conhecer, e *Antu*, Sol) foi criada em fevereiro de 1972, quando a editora Zigzag foi adquirida pelo governo da Unidade Popular. Na história do Chile, não se conhece exemplo mais forte do que o da Quimantú de massificar o livro. "Quimantú para todos" tinha uma tiragem aproximada de cinquenta mil exemplares. Mas não era tudo: "Nós os chilenos" era quinzenal; "Caminho Aberto" e "Cadernos de Educação Popular", dirigidos por Marta Harnecker, gozavam de grande respeitabilidade. Também existiam os minilivros, com quatro títulos por mês, quase sempre romances curtos ou relatos de escritores universais; apenas 55 títulos alcançaram a tiragem insólita de 3,6 milhões de exemplares. A série literária "Cordillera" contava com cinco mil exemplares a cada mês, e a série infantil "Cuncuna" tinha vinte mil exemplares. Para escândalo internacional, a editora Quimantú foi transformada em Editora Gabriela Mistral e seu controle entregue ao general Diego Barros Ortizpero, o que foi um fracasso.

Também foram destruídos livros como *Canción de gesta*, de Neruda, *Mister Jara*, de Gonzalo Drago e *Puerto Engaño*, de Leonardo Espinoza. Pouco depois, os censores fecharam a livraria e a editora PLA (*Prensa Latinoamericana*) e a distribuidora UDA. O plano dos militares golpistas era obter o controle absoluto da atividade editorial, e não eram raras as caçadas aos livros de tendência socialista.

Durante a ditadura de Augusto Pinochet, de 1973 a 1990, centenas de milhares de livros foram confiscados e destruídos. Em 28 de novembro de 1986, por exemplo, as autoridades do porto de Valparaíso, seguindo instrução do almirante Hernán Rivera Calderón, queimaram 14.846 exemplares de *A aventura de Miguel Littin clandestino no Chile*, do escritor colombiano Gabriel García Márquez, e exemplares de *Proceso de Izquierda*, de Teodoro Petkoff. Também foram destruídos exemplares dos livros de Jorge Edwards e de Ariel Dorfmann, e edições de poetas como Neruda ou textos sobre Allende.

Não sem dificuldade, a Galeria Concreta do Centro Cultural Matucana, no Chile, pôde apresentar em 2006 uma exposição intitulada *Memória dos livros (Exumação da memória)*, com testemunhos que apresentam as imagens dos soldados levando livros para as fogueiras em 1973. Também apresentou textos particulares daqueles que queimaram seus livros para sobreviver. Antes da chegada das patrulhas em busca de textos comprometedores, os chilenos tiveram de fazer fogueiras nos jardins de suas casas, nos bidês de seus banheiros e nos fornos de suas cozinhas.

Carlos M. Rama[147] comentou como a televisão mostrou ao público a maneira como os soldados destruíam, com guilhotinas, a edição inteira das Obras Completas de Ernesto *Che* Guevara em quatro tomos, e outros milhares de títulos não exclusivamente marxistas, porque também foram eliminadas as obras antifascistas; os soldados receberam ordem de destruir a canhonaços a sede do Partido Socialista e ali foram queimados todos os impressos que estavam no interior. Também se pôde ver como foram atirados à rua, pelas janelas de um quarto andar, milhares de livros e outros impressos, da sede do partido MAPU.

A pesquisadora Karin Ballesteros demonstrou com suas entrevistas que a destruição cultural foi maciça. Um testemunho da época contou:

> Depois nos levaram para o pátio para nos lavarmos com a água de tonéis. Em outros destes mesmos tonéis, havia benzina ou parafina (desconheço) e montes de livros. Fizeram-nos tocar fogo neles. Lembro que havia edições da revista cubana *Bohemia*, livros de arte sobre cubismo, publicações da editora Quimantú, obras de Marta Harnecker e, sem dúvida, Marx, Engels e Lenin. Os livros chegavam em caminhões militares, em grandes pacotes. A ordem era queimá-los todos, tarefa que nos consumiu um bom par de horas.
> Ao meio-dia fomos levados para uns ônibus e, acocorados no chão com as mãos entrelaçadas na nuca, fomos transferidos.
> Mais tarde reconhecemos o lugar: era o Estádio Nacional (...)
> Mais tarde ainda, em Buenos Aires, fiquei sabendo que a queima de livros era uma operação generalizada em povoações, na Universidade Técnica do Estado, na Universidade de Concepción, em La Serena e outros lugares, porque vimos fotografias e filmes na televisão argentina.[148]

O Departamento Nacional de Comunicação Social (Dinacos) se responsabilizava por organizar a censura dos livros:

Quadro 5
Medidas de censura no Chile

Data	*Objetivos*
Proclamação Militar 107 11/3/1977	Só o chefe da Zona de Emergência pode autorizar a fundação, edição e circulação de novas publicações.
Proclamação Militar 22/11/1978	Estabelece que só o chefe da Zona Metropolitana pode autorizar a fundação, edição e circulação de novas publicações. (Modifica a anterior.)
Circular 451	A superintendência de aduanas exige dos importadores de livros que suas listas de importação sejam previamente autorizadas pelo Dinacos.
Decreto 3259 27/1/1981	A fundação, edição e circulação de novas publicações (incluindo livros) deverão ser autorizadas pelo Ministério do Interior.
Lei 18.015 27/2/1981	Completa o decreto anterior com sanções pecuniárias.
Constituição política 1980	Disposição transitória do artigo 24 faculta ao presidente da República restringir, de 1981 a 1989, a liberdade de informação, somente quanto à fundação, edição e circulação de novas publicações.
Decreto 262 24/6/1983	Modifica o decreto 3.259 e põe fim à autorização prévia do Ministério do Interior para edição e circulação de livros no país.

Fonte: SUBERCASEAUX, Bernardo. *Historia del libro en Chile*. Santiago: Lom, 2000.

O sequestro de arquivos era uma prática comum que se converteu, com os anos, em uma das maneiras de confiscar a memória. Alguns arquivos procediam das universidades, outros de organizações políticas e até das instituições em que havia colaboradores do projeto de Allende. Até hoje, nenhum destes documentos apareceu e não é simples, mesmo agora, conseguir testemunhas dispostas a colaborar na pesquisa.

Também entrou em voga o tráfico de arte colonial, e as residências de dezenas de oficiais, hoje aposentados, ainda contêm exemplares únicos que fazem parte de coleções privadas.

Pinochet morreu em 10 de dezembro de 2006, aos 91 anos, em sua casa, afligido pelas doenças próprias da idade avançada. Em vida nunca foi condenado e suas detenções foram temporais.

A era Stroessner

No mesmo ano da morte de Pinochet, mas em 16 de agosto, morreu com semelhante impunidade Alfredo Stroessner, aos 93 anos, no Brasil, depois de ter imposto uma ditadura no Paraguai de 1954 até 1989. Com o apoio do Partido Colorado e do exército, e sobretudo do governo dos Estados Unidos, Stroessner perseguiu todos a quem definiu de comunistas, e seu expurgo ideológico, que teve acolhida em meio à Guerra Fria, levou-o a formar organismos policiais que contribuíram para o desaparecimento de quase quatro mil pessoas.

A censura assestou severo golpe contra o setor cultural, que encolheu no plano nacional e forçou ao exílio seus mais notáveis representantes. A literatura paraguaia do século XX foi escrita fora das fronteiras do país. Um dos mais importantes autores, cujos livros eram queimados em Assunção, foi Augusto Roa Bastos, autor de *Eu o supremo*. Nenhum exemplar de seus livros podia circular livremente. O escritor Rubén Bareiro Saguier, acusado de ser comunista ativo, foi encarcerado; o pretexto foi uma justificação pública: "É autor de uma obra de corte marxista, que deu margem a que o governo de Fidel Castro lhe concedesse o prêmio Casa de las Américas. Neste livro ele mancha a República do Paraguai, seu povo e suas autoridades, com a linguagem clássica da subversão e do ódio."[149]

Acusados de preparar um atentado, foram capturados em abril de 1976 o poeta Juan Carlos da Costa e o acadêmico Mario Scherer. Em

1977, foram processados Juan Félix Bogado, médico e professor universitário, que participou do Movimento Universitário Independente; José Nicolás Morinigo, sociólogo e professor da Universidade Católica, diretor da revista *Criterio*; Jorge Canese, poeta; Óscar Rodríguez e Eduardo Arce, dirigentes do Movimento Universitário Independente; Antonio Pecci, autor e diretor teatral que desde o primeiro momento sofreu a censura mais descarada. Todos foram acusados de posse de literatura comunista e levados à penitenciária de Emboscada.

Uma das vítimas de Stroessner, o professor Martín Almada, torturado e detido durante vários anos, fez uma descoberta de grande importância em dezembro de 1992 quando, em companhia de um juiz, encontrou na estação de polícia de Lambaré algo mais do que os arquivos sobre seu próprio caso. Ele tentava encontrar provas para julgar seus torturadores e os homens que assassinaram sua esposa ao provocarem nela um infarto, mas a verdade é que encontrou um quarto inteiro com milhares de documentos que hoje constituem os Arquivos do Terror, que, entre outras coisas, revelam a existência de um programa de perseguição e repressão que recebeu o nome de Operação Condor.

Estes arquivos, que foram em parte saqueados, correm o risco de ser destruídos a qualquer momento. À diferença do caso do Chile, onde quase todos os julgamentos tiveram de ser estabelecidos mediante testemunhos, no Paraguai existem documentos que mostram como se organizaram os serviços de segurança das ditaduras militares da Argentina, Chile, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia para trocar informação sobre os opositores aos seus regimes. Segundo os Arquivos do Terror, a Operação Condor deixou um saldo de cinquenta mil mortos, trinta mil desaparecidos e quatrocentos mil presos, e aparece claramente assinalada a participação dos Estados Unidos e de seus organismos de inteligência na formação e colaboração com as polícias repressivas. Desde que Almada anunciou sua descoberta, quase 8% dos arquivos foram vandalizados por vítimas que desejavam possuir seus registros, por jornalistas ou por repressores que reconheceram o erro de acreditar que, depois da queda de Stroessner, nada lhes poderia acontecer.

A perseguição no Uruguai

No Uruguai, Juan María Bordaberry, eleito presidente em 1971, dissolveu o Parlamento em 27 de janeiro de 1973 e iniciou uma ditadura que só terminou em 1976, quando uma junta militar o destituiu, preservando, no entanto, o regime violento. Mesmo breve, seu autoritarismo provocou o assassínio de adversários políticos ou militares, o fechamento de meios de comunicação e editoras, incluindo a tortura e encarceramento de membros do movimento dos Tupamaros, movimento guerrilheiro que manteve em xeque setores da oligarquia uruguaia. Quase oitocentos mil uruguaios escolheram o exílio, num país de três milhões de habitantes. Segundo Clara Nieto, o governo empreendeu de saída uma "revolução cultural": "Jogou milhares de livros na fogueira, proibiu canções (incluindo três tangos de Gardel), censurou peças de teatro, decretou a prisão — de um ano e meio a seis anos — dos que cantavam em público o hino nacional dando ênfase à frase 'tremam, tiranos', e os que denegriam as forças armadas."[150]

Nas escolas e universidades foram destituídos todos os professores com ideias marxistas e houve intervenção nos sindicatos. A Faculdade de Ciências Sociais e Economia ficou fechada, da mesma forma que dezenas de centros de pesquisa. Proibiram-se, seguindo um padrão, os livros de escritores de oposição como foi o caso de Mario Benedetti, cujas obras foram eliminadas e retiradas das bibliotecas e livrarias.

No final de 2006, Bordaberry foi acusado por diversos homicídios, juntamente com seu chanceler, Juan Carlos Blanco, e entre os documentos apresentados na denúncia apareceram arquivos que relacionavam o antigo ditador com a Operação Condor. Em 2007, apareceram oito mil livros — alguns seriamente danificados — e documentos que estavam depositados na Suprema Corte de Justiça: era uma descoberta fantástica porque os livros foram editados pelo Partido Socialista e pela Editora Povos Unidos.

A guerra cultural na Argentina

A destruição cultural na Argentina merece um capítulo especial, indiscutivelmente, considerando que nos últimos 84 anos houve 12.814 dias de ditadura no país e 18.232 dias de democracia. No entanto, neste resumo se deve destacar que o maior dano se iniciou depois da morte de Juan Domingo Perón, a 1° de julho de 1974.

O partido peronista se dividiu e se tornou óbvio que um movimento que seria conhecido como Montoneros não estava disposto a ceder posições às tendências crescentes da direita, e empreenderam ataques

continuados. A cada cinco horas, em 1976, cometia-se um assassínio por motivos políticos; a cada três explodia uma bomba. Esta situação certamente beneficiou os militares e, em 24 de março do mesmo ano, um golpe contra Isabel Perón, que também mandava reprimir, instaurou uma junta, integrada pelo general do exército Jorge Rafael Videla, o almirante Emilio Massera, da marinha, e o brigadeiro Orlando Ramón Agosti, da aeronáutica. A junta designou como presidente de fato Jorge Rafael Videla e estabeleceu que a marinha, o exército e a força aérea constituiriam o governo. Começava a reorganização nacional com uma mensagem clara:

> Diante de um enorme vazio de poder, capaz de mergulhar o país na dissolução e na anarquia; a falta de capacidade de convocação demonstrada pelo governo nacional; as reiteradas e sucessivas contradições evidenciadas na adoção de medidas de toda a índole; a falta de uma estratégia global que conduzida pelo poder político enfrentasse a subversão, a carência de soluções para os problemas básicos da Nação, cujo resultado foi o incremento permanente de todos os extremismos; a ausência total dos exemplos éticos e morais que devem ser dados por quem exerce a condução do Estado; a manifesta irresponsabilidade no manejo da economia que ocasionou o esgotamento do aparato produtivo, a especulação e a corrupção generalizadas, tudo se traduzindo numa irreparável perda do sentido de grandeza e de fé; por estes motivos as forças armadas, cumprindo uma obrigação irrenunciável, assumiram a condução do Estado.

A promessa deste grupo era instituir a ordem que, por certo, foi implacável. Pôs-se em marcha uma estratégia de repressão com o propósito de intimidar por meio do terror de Estado. Entre outras, tomaram-se medidas como a suspensão da atividade política, a extinção dos sindicatos, a proibição das greves, a dissolução do Congresso, a destituição dos membros da Corte Suprema de Justiça, a intervenção na CGT e o fechamento das casas noturnas. Embora o mundo tenha reagido então com indiferença, a Argentina viveu o processo autoritário mais sangrento de sua história contemporânea. Professores, estudantes, sindicalistas e escritores foram sequestrados, assassinados e se iniciou a época dos desaparecidos. Milhares de pessoas fugiram para viver um exílio incerto. Segundo a Conadep, 5,7% das vítimas do terrorismo de Estado eram professores e 21% estudantes.[151]

O documento nº 19, de 24 de março, advertiu:

> Comunica-se à população que a Junta de Comandantes Gerais resolveu que seja reprimido com pena de reclusão por tempo indeterminado aquele que por qualquer meio difundir, divulgar ou propagar comunicados ou imagens provenientes ou atribuídas a associações ilícitas ou pessoas ou grupos notoriamente dedicados a atividades subversivas ou ao terrorismo. Será punido com reclusão de até dez anos aquele que por qualquer meio difundir, divulgar ou propagar notícias, comunicados ou imagens com o propósito de perturbar, prejudicar ou desprestigiar as atividades das Forças Armadas, de segurança ou policiais.

Em 26 de abril, vários oficiais organizaram um ato exemplar para combater a "imoralidade" e o comunismo. No pátio do quartel do terceiro corpo de exército foram colocados os livros que o exército confiscara nas bibliotecas ou livrarias de Córdoba. Fez-se uma grande pira de fogo com os volumes e foi lida uma proclamação contra Freud, Hegel, Marx, Sartre e Camus. A leitura assinalava:

> O comando do III Corpo do Exército informa que nesta data manda queimar esta documentação perniciosa que afeta o intelecto e nossa maneira cristã de ser. Para que não reste qualquer parte destes livros, folhetos, revistas, etc., se toma esta resolução para que não se continue enganando nossa juventude sobre o verdadeiro bem que representam nossos símbolos nacionais, nossa família, nossa igreja e, enfim, nosso mais tradicional acervo espiritual sintetizado em Deus, Pátria e Lar.

Há testemunhos muito cruéis. Norbert Pérez contou em detalhes como os editores viveram a ditadura dos dias posteriores:

> Foi no mesmo dia em que o ministro da Economia da ditadura apresentava ao país seu plano econômico. (...) Na rua Peru, no bairro de San Telmo, tinha sua sede uma editora que estava em pleno desenvolvimento, Siglo XXI Argentina. (...) Fomos tomar café com Pancho Aricó, gerente de produção. (...) Regressei à editora e encontrei estranhamente a porta fechada a chave. Abri a porta com a chave que sempre levava comigo e quando quis entrar me agarraram pela lapela, introduzindo-me bruscamente e lançando -me contra uma parede onde se encontravam outros companheiros. Havia uma grande agitação. Civis armados até os dentes percorriam a editora em seus dois andares. Remexiam, atiravam coisas ao chão e rompiam tudo o que encontravam em sua passagem. Por fim um deles perguntou: quem

é o responsável. Identifiquei-me como gerente administrativo. Pediram o livro de registro do pessoal e perguntaram, dando nome e sobrenome, por uma ex-funcionária que não trabalhava conosco havia dois anos. Disse isto a eles. Procuraram no registro e encontraram seus dados e o endereço residencial. Atacaram o escritório com ruído e veemência dizendo: é o endereço onde estivemos. Identificaram todos e saíram, levando dois companheiros: Jorge Tula, chefe da revisão, que agora é vereador, e Alberto Díaz, gerente de vendas. (...)

Passaram-se quinze minutos, quando escutamos fortes batidas na porta. Regressaram. Um dos três que dava ordens aos outros e tinha óculos escuros que cobriam grande parte do rosto se dirigiu a mim, dizendo: vamos fechar a editora em nome da Junta Militar. Estendeu um documento que dizia apenas o que enunciara, exigiu que a assinasse, pediu a entrega das chaves, pôs na porta uma faixa de papel na qual escreveu naquele momento e se foram com os dois companheiros que haviam ficado nos dois carros sem identificação.

Obriguei-me a passar todos os dias pela porta da editora. Na semana seguinte vi um grupo de pessoas que com pé de cabra e martelo forçavam a porta para entrar. Eram outros, que não receberam as chaves. Por telefone fiz a denúncia à delegacia policial da região, dizendo-lhes que estavam violando uma propriedade.

Foram feitas várias gestões para localizar os companheiros e pedir a devolução da editora. Uma delas foi feita ante o comandante do 1° Corpo do Exército. Aproximadamente um mês depois libertaram, numa rua da capital e sem documentos, Alberto. Nunca foi reconhecido como prisioneiro, era um sequestrado. A mesma coisa aconteceu com Jorge que, depois de bastante tempo, foi reconhecido como prisioneiro à disposição do Poder Executivo e, passado aproximadamente um ano, permitiram-lhe optar por deixar o país. Foi transferido algemado a Ezeiza. Dispuseram da vida de ambos pelo tempo que quiseram. À diferença de muitos outros, conseguiram salvar suas vidas. Um mês depois devolveram a editora. Roubaram tudo o que quiseram — desde o registro de acionistas até objetos de decoração, passando por dinheiro, máquinas de escrever, cinzeiros. O encarregado de devolver a editora era um major do 1° Corpo do Exército. Tentamos continuar funcionando. Era impossível. Ameaças. Visitas estranhas. Processos em que se aplicava a lei antissubversiva por exportações que eram sequestradas na alfândega. Sequestro de publicações nas livrarias. Sequestros de caminhões com livros. Uma sentença judicial dizia que embora as publicações atentassem contra a forma de viver ocidental e cristã não poderiam ser aprovadas já que haviam sido publicadas antes da vigência da lei e portanto o assunto deveria ser resolvido em outras instâncias. Quais? Não é a lei a última instância? Talvez fosse uma sugestão para sequestrar e matar. Fornecedores. Livreiros. Colegas editoriais. Câmaras a que estávamos filiados. Todos compreensivelmente assustados, temerosos. Meios de comunicação silenciosos ou silenciados. Medo, muito medo. Nós e os outros. [152]

As melhores análises atuais sobre o que aconteceu relativamente à censura e à devastação na Argentina são *Un golpe a los libros*, de Hernán Invernizzi e Judith Gociol, e a tese *Historias en común. Censura a los libros en la ciudad de La Plata durante la última dictadura militar (1976-1983)*, de Florencia Bossie. Ao ler suas páginas se chega à conclusão de que as ditaduras não reprimiram a cultura para submeter exclusivamente um setor e subordiná-lo, mas que se tratou de uma depuração sistemática, organizada com o propósito de modificar a memória histórica. O almirante Emilio Massera, por exemplo, chegou a dizer de que se travava "uma guerra das culturas e das contraculturas".[153] Isto foi em 1977, mas já em 1974 havia listas de autores censurados e uma bomba destruiu 25 mil exemplares de *Marxismo*, de Henri Lefebvre.

Cuidava-se com frequência da aparência de legalidade, da legitimização da censura, por meio do Departamento Geral de Assuntos Jurídicos do Ministério do Interior, e o Departamento de Publicações se ocupava de realizar listas com livros proibidos que deveriam ser confiscados. Existiam classificadores de textos, avaliadores e supervisores especiais, que estavam a par das publicações de natureza marxista. Também havia atividades como a da Secretaria de Cultura da Municipalidade de Buenos Aires que, de 1976 a 1982, decidiu a proibição de 560 livros.

O expurgo de bibliotecas era outra prática comum. Em 12 de julho de 1976, o diretor das Bibliotecas Municipais ordenou a retirada em todas as bibliotecas de qualquer título peronista e, em 1977, criou-se o regulamento intitulado "Bibliotecas para o Cidadão", que estabelecia que todo leitor deveria preencher formulários para que desta forma o Estado pudesse controlar suas leituras. [154]

Em 30 de agosto de 1980, num terreno vazio de Sarandí, vários caminhões depositaram, bem cedo, um milhão e meio de livros e folhetos, todos publicados pelo Centro Editor da América Latina. Minutos mais tarde, a euforia policial, legitimada pela ordem de um juiz federal de La Plata chamado Héctor Gustavo de la Serna, incentivou vários agentes a

espargir gasolina nos exemplares e tocar fogo. Tiraram-se fotos porque o juiz temia que os volumes fossem roubados e não queimados. Como testemunhas, estiveram presentes Ricardo Figueiras e Amanda Toubes. Horrorizado, impotente, José Boris Spivacow, fundador do centro e valente organizador de eventos culturais, contemplou a queima até que os risos e a afronta despertaram sua ira.

Vale a pena recordar que Spivacow impulsionou coleções que educaram gerações de intelectuais ibero-americanos, como "Cuadernos", "Ediciones previas" e "Serie del siglo", na Eudeba. E também "Historia de América Latina en el Siglo XX", "Historia del Movimiento Obrero", "El País de los Argentinos" e "Los Hombres de la Historia". Foi o primeiro a agitar todo um continente com *O medo à liberdade*, de Erich Fromm. Dirigiu a Eudeba de 1958 a 1966, e publicou 802 títulos, reeditou 281 e imprimiu nada menos do que 11,4 milhões de exemplares.

A escritora Graciela Cabal resumiu o ambiente que imperava durante a ditadura:

> No início, tivemos muito medo; eu, cada vez que ia para o CEAL, dizia à minha vizinha de cima que, se não voltasse a determinada hora, levasse meus filhos para a casa de minha mãe. Mas, ao mesmo tempo, nos acostumamos a trabalhar nesse contexto de terror. A escrivaninha em que eu me sentava — por exemplo — tinha um buraco, provocado pelo impacto de uma das bombas lançadas contra a editora, e eu colocava os papéis ao lado. De repente, telefonavam de um depósito, avisavam que houvera uma batida policial e que se dirigiam à redação. Nós nos preparávamos, removíamos pastas, escondíamos agendas no jardim, queimávamos papéis. Dizíamos aos vizinhos que íamos fazer um churrasco e queimávamos documentos numa banheira que ficava preta de fumo.
>
> Também as banheiras de nossas casas estavam pretas. Rasguei e queimei muitos livros, e foi uma das coisas de que nunca pude me recuperar. Fazia e chorava porque não queria que meus filhos me vissem, porque não queria que falassem no colégio, porque não queria que soubessem que sua mãe era capaz de destruir livros. Porque sentia muita vergonha.
>
> Os livros do depósito de Sarandí arderam durante três dias, alguns estavam empilhados e se umedeceram, e assim não queimavam bem. A coleção Nueva Enciclopedia del Mundo Jovem foi inteiramente queimada. Lembro-me de que num dos fascículos, de história do feudalismo, havia um príncipe que não acabava de queimar. O pobrezinho era um príncipe meio efeminado e cheio de flores que resistia à fogueira.[155]

A Operação Claridade, criada pelo general Roberto Viola com o objetivo de confiscar livros marxistas, preparava fichas para denunciar obras suspeitas. Cada registro deveria conter os seguintes dados:

1. Título do livro e da editora.
2. Matéria e curso em que é utilizado.
3. Estabelecimento educativo em que foi detectado.
4. Professor que o adotou ou o indicou.
5. Se possível juntar um exemplar do livro. Caso contrário, fotocópia de algumas páginas, nas quais fique evidente seu caráter subversivo.
6. Quantidade aproximada de alunos que o utilizam.
7. Qualquer outro aspecto considerado de interesse.

Pelo menos 697 livros foram confiscados na Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Entre Ríos. Com este material se fez uma fogueira. Também foram queimados os livros da editora da Fundação Constancio C. Vigil, de Rosario, além de aplicadas sanções legais contra seus editores. Uma coleção da editora se chamava "Testimonio", dirigida por Rafael Ielpi e integrada por livros como *El fusilamiento* de Penina, *La década infame* de Norberto Galazo, *La "revolución" de Uriburu* de Gladys Anega, *Levantamientos de la década infame* de María Luisa Arocena e *El grupo Forja* de Graciela D'Angelo. Segundo relatos, estes livros foram totalmente queimados. A intervenção dos militares acabou com oitenta mil livros, incluindo os exemplares de reserva dos títulos do fundo editorial, e os livros do grande poeta Juan L. Ortiz ou de José Pedroni. Os livros eram transportados em carrinhos de mão até um forno onde eram suprimidos.

Na Editora Universitária de Buenos Aires (Eudeba), que iniciara suas atividades em 1958, havia motivo de celebração em 1966 porque foram editados até então dez milhões de exemplares. Em 25 de março de 1976, o capitão de navio Francisco Suárez Battán interveio na editora e num decreto de 22 de junho de 1976 já censurava 15 livros, incluindo *La batalla de Panamá* de Omar Torrijos. Em 27 de fevereiro de 1977, quando as medidas pareciam insuficientes, vários caminhões militares retiraram noventa mil volumes.[156]

A queima de livros foi acompanhada por outras ações não menos intimidadoras. Os escritórios da Siglo XXI foram fechados e os editores, detidos. A Livraria To Be, propriedade de Omar Estrella, em Tucumán, foi arrasada. A editora Galena, de Guillermo Schavelzon, foi atacada a explosivos. Em meio a um silêncio inexplicável, em 24 de março de 1976

foram sequestrados Alberto Burnichon, Carlos Pérez, Héctor Fernández, Horacio González e Isabel Valencia, os últimos dois donos da prestigiada Livraria Trilce. A lista de desaparecidos engordou com os nomes do editor Roberto Santoro, Enrique Alberto Colomer, de Riverside, Claudio Ferrari, esteio dos livros de *La Opinión*, o livreiro Maurice Geger, revisor de provas de *La Gaceta de Tucumán*, Silvia Lima, Conrado Guillermo Cerreti e Enrique Walker, revisor da editora Abril.

Daniel Luaces, um dos redatores do Centro Editor da América Latina (CEAL), foi assassinado de forma vil e a assistente da editora, Graciela Mellibovsky, desapareceu, a mesma coisa que aconteceu com Piri Lugones, Héctor Abrales, redator técnico, Diana Guerrero, tradutora da CEAL, Ignacio Ikonicof e dezenas mais de homens e mulheres. De lar em lar os militares buscavam exemplares comprometedores, confiscavam-nos e os destruíam sem piedade.

Em 19 de dezembro de 1983, o decreto 187 do presidente Raúl Alfonsín criou a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, integrada por personalidades como Ernesto Sábato. O interessante é que o informe da Comissão, intitulado *Nunca más*, assinala, entre os grandes problemas de sua investigação, o seguinte: "Com tristeza, com dor, cumprimos a missão que nos foi encomendada em seu momento pelo Presidente Constitucional da República. Esse trabalho foi muito árduo, porque deveríamos recompor um tenebroso quebra-cabeça, muitos anos depois de quando os fatos se produziram, quando se apagaram deliberadamente os rastros, queimaram-se os documentos e até se demoliram prédios."

Em 2000, por exemplo, apareceram os chamados Arquivos Banade, que estavam nos subterrâneos do antigo Banco Nacional de Desenvolvimento e não puderam ser incinerados pelos representantes do ministério do Interior, e agora temos seiscentos documentos de quatro mil páginas que comprovam os danos causados pelas ditaduras na área cultural. É um arquivo de memórias atrozes que corre perigo.

No setor editorial argentino a destruição foi de tal magnitude que arrasou toda uma estrutura. Em 1953, foram editados 51 milhões de exemplares e a tiragem mais baixa era de 11 mil exemplares. Em 2006, esta cifra não chegou a 20%.

No cinema, o dano foi enorme porque os filmes foram submetidos a um controle exaustivo e dezenas de diretores, roteiristas, atores, desapareceram, executados, ou tiveram de se exilar. Raymund Gleyzer foi sequestrado em 1976; Enrique Juárez foi sequestrado no mesmo ano;

Pablo Szir desapareceu. Não só os criadores, mas também os atores e roteiristas foram perseguidos. Francisco Paco Urondo foi vilmente assassinado.

Também a arte foi roubada com descaramento. Durante a ditadura, alguns militares retiravam pinturas famosas dos museus argentinos e as transferiam aos salões de festas para ostentar interesses culturais, mas principalmente seu poder absoluto. Muitas obras jamais foram devolvidas.

CAPÍTULO IV

O GRANDE SAQUE DO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI

O tráfico ilícito de material cultural é clandestino, está oculto do público. É, em consequência, difícil quantificar o dano causado mundialmente por roubo, espoliação e escavação ilegal, e atribuir valor ou estrutura a este mercado.

Neil Brodie, *Stealing History*

O TRÁFICO ILEGAL DE BENS CULTURAIS LATINO-AMERICANOS

O infame tráfico ilícito de bens culturais, terceiro delito mais rentável da América Latina, tem sua origem na época da conquista e colonização, mas nesta seção se aborda o assunto do ponto de vista das atividades das quadrilhas culturais no século XVIII, XIX, XX e início do XXI contra as obras arqueológicas e artísticas na região que se estende principalmente ao México, Belize, Guatemala, El Salvador, Colômbia, Bolívia e Peru.

As estatísticas, segundo a Interpol, indicam que o roubo de arte aumenta no mundo. Somente em 2003 foram registrados 16.864 roubos de obras, e os países mais afetados foram a Itália, Alemanha, França, Rússia e Polônia. Há uma base de dados com os títulos de 22 mil obras espoliadas. Na América Latina, pelo menos 80% dos museus e assentamentos arqueológicos latino-americanos sofreram espoliação severa e, considerando que patrimônio histórico é bem não renovável, o dano causado à identidade e ao acervo destas populações não tem maneira de ser ressarcido. Não se deve ignorar, além disso, que o número de assentamentos

arqueológicos cresceu na mesma proporção dos roubos. Agora se admite que a teoria da povoação tardia da América pelo estreito de Bering (há quarenta mil anos), e a ideia de que o primeiro assentamento habitado foi Clovis, entrou em crise pelos achados de Pedro Furada, uma cova que provaria que o homem já habitava a América do Sul há sessenta mil anos ou o Monte Verde no Chile, com pelo menos 33 mil anos.[157] A ambição dos colecionadores, portanto, também põe suas esperanças nestas investigações novidadeiras que prometem o aparecimento de instrumentos -chaves para a admissão de novas bases para a identidade da região.

Na Europa e nos Estados Unidos, como era de se esperar, residem 70% das peças roubadas, em instituições reconhecidas que se negam a devolvê-las ou em coleções que, na maior parte dos casos, são desconhecidas. É importante assinalar que as coleções particulares começaram a se formar no século XIX com a visita à América Latina de aventureiros, geógrafos e cientistas europeus e americanos a quem os *criollos* presenteavam com objetos indígenas que eles próprios menosprezavam. As amostras recolhidas eram armazenadas e estudadas ou apenas serviam, em muitos casos, como decoração (ainda é habitual que, em certas residências, o proprietário queira ter obras de arte de diferentes culturas) ou para consolidar um prestígio social. Algumas destas coleções acabaram perdidas por desinteresse dos herdeiros e jogadas no lixo, como aconteceu com 1,1 mil objetos rituais caribenhos na Inglaterra, ou foram adquiridas ou doadas a museus. Em 1903, o sueco Carl Wilhelm Hartman, para justificar o emprego que conseguira no museu Carnegie, enviou um carregamento de caixas aos Estados Unidos com mais de 12 mil objetos. Minor Cooper Keith (1848-1929), o homem que construiu o império bananeiro da United Fruit Company, reuniu mais de 15 mil objetos da América Central.

Entre os depoimentos mais recentes sobre roubo arqueológico se encontra o de Robert J. Sharer, professor de antropologia da Universidade da Pensilvânia, que compareceu em abril de 2002 à Comissão de Assessoramento sobre Propriedade Cultural, do Departamento de Estado dos Estados Unidos, e declarou, entre outras coisas:

> Os registros mostram que a Guatemala foi um dos principais objetivos desta epidemia de pilhagem arqueológica. Isto se deve a que o assim chamado mercado de arte paga grandes somas em dinheiro por antiguidades maias — especialmente esculturas talhadas em pedra (geralmente retiradas de monumentos que acabam destruídos no processo), artefatos de jade e, por certo, jarros com policromias (geralmente retirados de seu contexto arqueológico em túmulos saqueados). Neste caso, como no de muitos outros países, o grande mercado para as mais apreciadas antiguidades roubadas não está no país de origem: muitos objetos são apreendidos nos Estados Unidos para serem vendidos por milhares de dólares cada um. O incremento recente no montante de destruição trágica provocado pelo saque está bem-documentado na Guatemala — e pode ser diretamente relacionado com a inflação nos preços pagos por antiguidades maias em alguns decênios passados.[158]

Este tipo de confissão não é tão comum como parece. Há dezenas de arqueólogos que trabalham com traficantes de arte e colaboram com a identificação de objetos em troca de comissões que superam com vantagem qualquer pagamento que possam obter numa investigação legítima de natureza acadêmica. A corrupção começa, além disso, no abuso de confiança, pois alguns arqueólogos norte-americanos obtiveram grande prestígio com seus trabalhos e aproveitam esta circunstância para realizar viagens com objetos retirados sem permissão, o que quase sempre obedece a uma subestimação profunda das autorizações concedidas.

A arrogância e o descaramento não são novidades. Numa entrevista de 1968, um professor de Houston, chamado Lowell Collins, atrevia-se a argumentar que enquanto não se violassem as leis nos Estados Unidos nada havia a temer, porque o fluxo de arte pré-hispânica se devia a que ninguém nos países latino-americanos apreciava o valor das obras. Hoje em dia, perguntados sobre isto, os proprietários de galerias em Nova York, Miami ou Londres são mais cautelosos, mas insistem em que é impossível devolver os objetos subtraídos, até porque não foram vendidos legalmente, e estão mais seguros nos países desenvolvidos.

A mais visível falha no sistema de recuperação de objetos culturais na América Latina se mostra na enorme incongruência que costuma existir entre legislação e prática. Os organismos patrimoniais não contam com orçamentos e quase nunca dispõem de pessoal capacitado, não elaboraram registros detalhados e isto facilita o trabalho em quase todos os furtos. Calcula-se que 3,5 mil colecionadores legais possuem três milhões de peças de arte de todas as épocas latino-americanas, mas não se sabe quem são os colecionadores que recusam a exposição pública, e poderiam ser donos de 25% do passado do continente. O saque cultural, portanto, ainda pede um inventário.

O problema se agrava devido ao infame *huaqueo*, prática cujo termo de origem peruana se converteu em sinônimo de escavação ilegal da

qual participam até indígenas que por motivos estritamente econômico usam pás e dinamite para abrir as *huacas* (a palavra procede do quíchua e significa lugar sagrado, templo) ou restos de túmulos pré-hispânicos. Os *huaqueros* vendem por quase nada o que encontram, e os intermediários, em troca, revendem-nas em grandes capitais do mundo a preços exorbitantes. Desta forma, consolida-se um comércio que devasta zonas arqueológicas de maneira permanente e contribui para ampliar os vazios históricos ao impedir que os países possam realizar a exploração do seu passado latino-americano.

Em culturas em que não há detalhados registros escritos, a dispersão de objetos é traumática e cria condições adversas para a reflexão, e ao mesmo tempo descontextualiza as referências mais distantes. A destruição se completa quando fatores naturais apagam totalmente o lugar escavado e se perde assim a oportunidade de recuperação da memória do povo afetado.

Huaqueo no Peru

Óscar Contardo denunciou: "O *huaqueo* começou a se espalhar no século XIX, quando a combinação entre a pobreza da população indígena e a criação do mercado dos objetos pré-colombianos na Europa e nos Estados Unidos reforçou uma profissão que nasceu com a chegada dos espanhóis. Do saque como passatempo dominical, em que os fazendeiros organizavam escavações como esporte, passou-se vertiginosamente a outro mais lucrativo." Numa carta, no início do século, o estudioso Enrique Bruning relatava ao arqueólogo Max Uhle: "Os *huaqueros* naquele tempo saquearam os túmulos. (...) A péssima colheita devido a uma seca os obrigou a ganhar dinheiro de outra forma. Só os artigos de cerâmica são objeto de comércio, pois os metais terminavam todos nas fundições." Nos anos 1930, o uso de dinamite e máquinas deu uma nova dimensão ao *huaqueo*, que acabou por se estabelecer graças ao fenômeno cultural do colecionismo de objetos exóticos.[159]

O Peru, com quase cem mil sítios arqueológicos, é um dos principais países da América Latina na mira dos mais poderosos traficantes de bens culturais do mundo; no entanto, nenhuma das legislações atuais, nacionais ou internacionais, pôde deter o saque que, desde os anos 1980, supera sobejamente todo o dano causado pelos conquistadores e religiosos espanhóis. De forma progressiva, a população peruana foi perdendo seu

patrimônio e sua memória, pedaço a pedaço, peça a peça, e se tornou difícil o relato minucioso daquilo que aconteceu, pois nenhuma instituição costuma colaborar na obtenção de dados e há demasiados interesses que perturbam o conhecimento cabal desta tragédia.

Eventualmente, há uma data que inaugura no Peru este ciclo de infâmias de forma unânime: em 1911, o arqueólogo Hiran Bingham, um persistente e desconhecido professor que esteve de 1906 a 1907 na Colômbia e na Venezuela, encontrou por acaso as ruínas incas de Machu Picchu, construída ao redor do século XV num promontório rochoso onde se encontram as montanhas Machu Picchu e Huayna Picchu da província de Urubamba, na região de Cusco. Ao que se sabe, o nome do lugar derivaria dos termos quíchuas *machu* (velho) e *picchu* (montanha), isto é, "montanha velha". A notícia, que valeu ao acadêmico fama proverbial e não merecida como a que teve em seu momento o colega Howard Carter, estendeu-se a todas as partes, e com os anos ele se tornou um estimado escritor e político que foi eleito governador de Connecticut e senador no Congresso dos Estados Unidos.

O que não se comenta de sua viagem, a não ser com reservas, é que Bingham era um traficante que extraiu material para seu arquivo pessoal, mas também cinco mil peças incas exportadas de forma temporária para a Universidade de Yale, com a promessa ingênua de que uma vez realizados todos os estudos pertinentes as obras retornariam ao Peru. O próprio presidente Augusto B. Leguía chegou a pensar que isto era o certo e assinou o decreto de 31 de outubro de 1912 para avalizar a saída deste importante patrimônio cultural. Mas, em 2006, o paciente chanceler Óscar Maúrtua de Romaña escreveu um comunicado ao presidente da Universidade de Yale, Richard Levin, pedindo a devolução dos objetos, e não obteve resposta até 2007. Yale tem a obrigação de devolver o que foi saqueado.

Um dos elementos distorcidos do passado do Peru é a constituição de grupos nativos alienados cujo modo de vida consiste em explorar uma escavação como se fosse história. Em Chan Chan, considerada a cidade de barro mais importante do mundo, resultado do trabalho da cultura chimú, e declarada Patrimônio da Humanidade, hoje predomina a atividade de *huaqueo* de múmias e joias vendidas aos turistas com a aberta cumplicidade das autoridades policiais. Ademais, formou-se no local uma lixeira enorme que reflete a desídia e o desastre. Há povoados como Pampa Libre, na província de Chancay, onde a atividade comercial se reduz ao *huaqueo*. Em San José de Moro, no vale de Jequetepeque,

há grupos cuja única atividade é escavar até arrasar o território. Terra devastada, terra abandonada. No jazigo Sorcape se instalaram torres elétricas e se devastou o local.

O conquistador Cieza de León fez uma primeira descrição, em 1547, das gigantescas extensões dos pampas de Nasca, a 450 quilômetros ao sul de Lima, nas imediações do oceano Pacífico. A cultura nasca pré-incaica dominou Chincha, Pisco, Ica, Nasca e Acari e se destacou por sua cerâmica colorida e *geoglifos* que alcançam, em alguns casos, trezentos metros de tamanho com desenhos enormes que representam colibris, aranhas, condores, macacos, cães, grous, baleias, caracóis, lagartos e outros animais que desconcertaram Toribio Mejía Xesspe em 1927. Esperou-se bastante para conhecer em detalhes do que se tratava até 1939, data em que o arqueólogo norte-americano Paul Kosok sobrevoou o local e desde então se tornou conhecido este enigma cultural que tantas conjeturas provocou. A mais certa poderia ser a de Maria Reiche, matemática alemã que pensou se tratar de um calendário. Hoje, em Nasca, existem problemas que dificultam a conservação dos achados: no cemitério pré-incaico de Chauchilla o *huaqueo* devastou tudo; há caminhos improvisados que destruíram parte dos desenhos e há um constante fluxo de objetos.

A extraordinária descoberta, em 1999, do cemitério Puruchuco-Huaquerones, no meio do bairro mais pobre de Lima, provocou desde o início uma polêmica sem precedente porque os moradores, estimulados por quadrilhas de traficantes, começaram a saquear sem escrúpulo o sítio arqueológico e fizeram ouvidos moucos para as advertências de que se tratava de um lugar com peças do período chamado Horizonte Tardio. Nos jazigos, que seriam espaços sagrados, nada ficou a salvo. Em Huaca Malena, a cem quilômetros de Lima, o *huaqueo* perseguiu os tecidos de lã e algodão (de origem wari) e hoje se estima que isto produziu 70% dos danos no sítio. Estes tecidos teriam como tema figuras de felinos e raras figuras aladas que se mantêm em pé e seguram em determinadas ocasiões um bastão. Os personagens se destacam porque costumam vestir túnicas decoradas com quadradinhos coloridos dispostos em colunas. Vale comentar que em 1943, na província de Condesuyos, foram encontrados oito cântaros da cultura wari, com 96 mantos de penas em seu interior, e quando se iniciou a escavação científica os oito cântaros foram encontrados completamente vazios.[160]

Considerada a descoberta do século na arqueologia da América Latina, o túmulo real do Senhor de Sipán foi uma agradável surpresa

que o notável especialista Walter Alva Alva tornou conhecida em 1987. Trata-se de um mausoléu localizado no estado de Lambayeque, ao norte de Lima, e sua novidade consistiu em demonstrar que existiam no Alto Peru pré-incaico rituais funerários mochicas com joias, tecidos e cerâmica em torno de 250 d.C.

Apesar de ter sido criado em 2002 um museu para defender este patrimônio, o saque se tornou inevitável. No mercado negro se ofereciam milhões de dólares pelas peças. Angustiado pelas consequências e pelo abuso dos colecionadores, Alva Alva denunciou numa carta à Interpol, em 14 de julho de 2004, Leonardo A. Patterson. Comparou o catálogo de arte pré-hispânica que detalhava as posses de Patterson com os restos conhecidos e localizou dezenas de espécimes roubados. Em primeiro lugar se referiu às cerâmicas oriundas dos saques do vale de Jequetepeque, ocorridos de 1960 a 1980; depois mencionou os vasos originais da região devastada de Piura; lembrou as cerâmicas de estilo Moche Virú e garantiu em sua carta que nenhum saque foi pior do que o acontecido em 1988 no assentamento La Mina, onde um túmulo mochica foi completamente depenado. Alguns colecionadores como Antón Roeckl possuem sozinhos milhões de dólares em objetos peruanos de La Mina, comprados do conhecido traficante Raúl Apesteguía.

Numa das tantas histórias que circulam sobre o saque de Sipán, menciona-se a gangue de Ernil Bernal, famoso por seu olfato instintivo para detectar riquezas. Ouvi dizer em Lima que quando morreu nas mãos da polícia tinha enterrado um gigantesco tesouro, com oito bolsas de ouro. Alguns bruxos recuperaram seu crânio para obrigar o espírito a confessar onde escondera seu opulento butim, mas ao que tudo indica não tiveram sorte.

Além do roubo de objetos arqueológicos, expandiu-se um grande interesse pela arte religiosa colonial. Somente no Peru, este novo crime chegou em 2005 a aumentar 10%, embora não existam catálogos que permitam estabelecer cifras exatas, como já denunciou a historiadora Mariana Mould de Pease.[161] De 1996 a 2000, duzentas igrejas foram roubadas. Em 2004, foram confiscados 42 objetos avaliados em um milhão de dólares no porto de El Callao. Algumas peças foram danificadas devido ao hábito dos ladrões de arrancar as pinturas das molduras ou desmembrar os objetos de prata dos altares.

A busca de esculturas de arcanjos arcabuzeiros se incrementou e oitenta recintos eclesiásticos foram afetados, mas esta situação se estende a Puno, Arequipa, Áncash, Lima, Junín, Tacna, Amazônia, Ica, Apurímac

e Huancavelica. Em 2006, a igreja Nuestra Señora de Guadalupe foi saqueada, e embora as fechaduras não tivessem sido arrombadas foram levadas oito telas da Escola Quiteña do século XVIII.

A cada dia os traficantes inventam novas estratégias para exportar os bens culturais peruanos e existem rotas que até são alugadas, como a que passa pelo porto peruano de El Callao, em Guaiaquil. Há também o caminho de Lima que vai a Águas Verdes e chega a Huaquillas, até continuar por Ibarra, utilizando Bogotá ou Medellín para o armazenamento de peças e posterior venda no Panamá. Também há a rota que sai de Cusco, via Puno, até a Bolívia, onde atua a máfia que controla os postos policiais; com menos possibilidades, mas frequente, existe a rota que parte de Cusco, segue até Arequipa e Tacna, até chegar ao Chile.

A memória extraviada da Guatemala

Haroldo Rodas denunciou, em seu livro pioneiro *El despojo cultural. La otra máscara de la conquista* (1998), que de 1960 a 1970 se registraram 27 estelas roubadas na Guatemala. Karl R. Meyer, em *El saqueo del pasado*, disse que somente nos anos 1990, quando os guatemaltecos sofriam a instabilidade política e econômica, pelo menos quarenta estelas foram mutiladas para facilitar sua transferência para os Estados Unidos.[162] Hoje em dia, causa estupor contemplar os fragmentos que sobreviveram e são exibidos no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia da Cidade da Guatemala.

Numa evidente disputa impiedosa para localizar estelas, arqueólogos e traficantes empreenderam durante dez anos uma luta sem trégua. Em Yaltitud, Dolores, uma estela foi despedaçada. Em 1964, por exemplo, a Estela 8 de Dos Pilas, em Sayaxché, perdeu o glifo porque foi serrada. Em 1965, dois acontecimentos comoveram a comunidade internacional: o roubo e a destruição da Estela 1 do sítio La Amelia de Sayaxché, e em La Florida as Estelas 7 e 9 se converteram num temível quebra-cabeça. Jorge Luján Muñoz assinalou que descobrira no mesmo dia duas estelas selvagemente cortadas, exibidas no Museu de Arte Primitiva de Nova York e no Museu de Brooklyn.[163] Ian Graham visitou o sítio Ocultún, sobre o rio San Pedro, e encontrou algumas estelas cortadas sem perícia. Cinco monumentos de El Naranjo, em El Petén, chegaram a Belize (antiga Honduras Britânica) e foram devolvidos em estado deplorável.

Já iniciados os anos 1970, foram descobertas estelas quebradas como a de Jimbal; e monumentos como o Mirador de San Andrés, em Petén, o de Nakum ou o de Flores sofreram destruição e saque. Em 1970, foi utilizado o fogo para cortar uma estela em Uolantún. Em 1971, foi assassinado um vigilante quando protegia o sítio La Naya, saqueado e devastado. Em 1972, o FBI confiscou em West Helena, Arkansas, uma estela originária de Machaquilá retalhada em 25 fragmentos. Diversas acusações responsabilizaram, durante anos, a missão militar dos Estados Unidos na Guatemala de transferir objetos artísticos em malas diplomáticas, mas não se pôde estabelecer um caso legal.

O mais incrível é que no início do século XXI não se reprima o tráfico de arte maia na Guatemala. Em 13 de outubro de 2001, noticiou-se o roubo de um fragmento da Estela 27 no sítio arqueológico Dos Pilas, em Petén. Em 26 de fevereiro de 2005, foi roubado um fragmento da Estela 7 em Yaxhá, com 1,20 metro de altura. Em 2006, a respeitável organização Icomos (sigla de International Council on Monuments and Sites) analisou 2.164 incidentes de roubo em 52 assentamentos arqueológicos. Em sítios como La Honradez, determinou-se que houve 203 escavações ilegais; em Xultún houve 241, e em Naranjo se informou que 154 escavações põem em perigo a região.

Convém destacar que outro interesse dos saqueadores na Guatemala tem sido a arte religiosa católica. Em 7 de junho de 1872, o presidente Justo Rufino Barrios decretou a extinção das ordens religiosas existentes e ordenou o confisco de todos os seus bens, os quais, em sua maioria, perderam-se ou foram vendidos. Segundo Rodas, a falta de inventário provocou graves danos porque as imagens e os objetos de culto foram fundidos ou destruídos.[164] Em 2000, os roubos a igrejas e conventos subiram para 125, enquanto em 1996 só houve 39. Basta mencionar que, em 11 de março de 2004, desapareceu da igreja de San Pedro Carchá uma escultura de grande valor simbólico do século XVIII.

A lista vermelha do México

No México, o tráfico ilegal de arte tem sido tão constante que muitos colecionadores norte-americanos chegaram a pensar que era a única maneira de conseguir obras pré-hispânicas. Hoje se estima que 80% dos assentamentos arqueológicos da península de Yucatán foram escavados por ladrões em busca de vasos policromados maias, pingentes de jade e

relevos provenientes de monumentos. Conhecem-se poucas exposições de máscaras teotihuacanas, mas no mercado são vendidas às dezenas e é habitual encontrá-las à venda em catálogos internacionais. Estas máscaras foram talhadas em pedras como serpentina ou alabastro, e se destacaram por suas cores verdes, marrom claro, preto ou branco, e por seus tamanhos que oscilam de 20 a 28 centímetros e, no caso das menores, de 13 a 19 centímetros.[165]

Quadro 6
Bens culturais saqueados na Guatemala em 2004

Nº	*Lugar*	*Data*	*Nº de peças*	*Título*	*Dados especiais*
1	Aldeia Los Encuentros, Solola	26/1/04	1	Inmaculada Concepción	Recuperada em 2/12/04
2	San Francisco La Unión, Olimtepeque	3/3/04	4	San Francisco de Asís, Quetzaltenango, Virgen de la Candelaria, Sagrada Família, outros objetos	
3	Oratório San José, San Francisco La Unión, Quetzaltenango	3/5/04	1	San José	
4	San Pedro Carcha, Alta Verapaz	11/3/04	1	Santísima Trinidad (Piedad)	Objeto Id. Número 34
5	San Antonio Ilotenango, Departamento de Quiche	25/3/04	4	Virgen de la Candelaria, San Pedro Apóstol, Santiago Apóstol, San Jacinto	
6	Coban, Alta Verapaz, Igreja el Calvario	29/3/04	1	Santo Domingo de Guzmán	Número 35
7	Aldeia Palo Gordo, San Antonio, Departamento de Suchitepequez	4/5/04	1	Sagrado Corazón de Jesús	
8	Antigua Guatemala, Zacatepequez, Museu de Arte de Colônia	5/2/04	3	Virgen de Dolores, Cristo em Agonía, Sueño del Papa Gregorio IX (Pintura)	Número 37 Número 36 Número 38
9	Estanzuela, Zacapa	6/1/04	2	San Antonio de Padua, Virgen Niña	Número 41
10	Semuy. Chisec, Alta Verapaz	15/6/04	1	Virgen del Rosario	Recuperada em 15/6/04
11	Comunidad de Santa Bárbara, San Jerónimo, Baja Verapaz	7/10/04	3	Virgen de Santa Bárbara, Virgen de la Concepción, Virgen María	

Nº	Lugar	Data	Nº de peças	Título	Dados especiais
12	Aldeia Río Blanco, Sacapulas, Quiche	17/7/04	1	Santo Tomás Apóstol	Número 43
13	Aldeia Agua Salobrega, Sanarate, El Progresso, Guastatoya	24/7/04	2	Virgen de la Asunción, Coroa Ducal da Virgen de la Asunción	
14	Palácio Nacional de la Cultura Guatemala	26/7/04	1	Lâmpada de Antorcha	Número 45
15	Santo Domingo, Sacapulas, Quiché	27/7/04	3	Patriarca San José, Castiçal de bronze, Castiçal de bronze	
16	Quinta El Tambor, San Felipe Retalhuleu, Departamento de Retalhuleu	8/4/04	3	Virgen María, San José, Niño Dios	
17	Colonia Ciudad Peronia, Município de Mixco, Departamento de Guatemala	16/8/04	1	Virgen del Carmen del Calvario	
18	Aldeia la Ciénega, Município de San Raymundo, Departamento de Guatemala	21/8/04	3	Virgen María, Virgen María, Jesús el Nazareno	
19	Município de San José, El Golfo, Departamento de Guatemala	20/10/04	3		
20	Quetzaltenango, Hospital Regional de Occidente	20/12/04	1	San Rafael Arcángel	Número 47

Total de peças: 38

Fonte: Ministério de Cultura e Esportes da Guatemala.

A mesma coisa ocorre com as esculturas olmecas de jade. Estima-se que 90% dos exemplares conhecidos de esculturas de argila de Nayarit são de procedência duvidosa. Em 2006, desapareceram seis sinetes pré-hispânicos das mais de 57 mil peças que o pintor Diego Rivera doou à população mexicana em agosto de 1955, mediante um fideicomisso que o pintor Rivera estabeleceu no Banco do México, as quais permaneciam no Museu Diego Rivera Anahuacalli.

Há crescentes casos de roubo de arte sacra colonial mexicana, sobretudo dos famosos Cristos de marfim ou os que se fazem com massa de milho, mas em geral esculturas e objetos de diversos tipos retirados com frequência das igrejas.[166] Foi em Michoacán — onde a técnica da massa de milho chegou à perfeição, com estátuas que vão de 25 ou 30 centímetros até mais de dois metros de altura, cuja característica dominante é sua insistência na crucificação — que a atenção dos colecionadores despertou. Em 10 de maio de 2006, foi denunciado o roubo da estátua da Virgem de Guadalupe na igreja de Santo Tomás Atzingo, perto de Chimal. Em Pazulco, extraem-se estátuas e pinturas do século XVI. O Instituto Tlaxcalteca da Cultura (ITC) registrou 150 roubos de 1997 a 2007.

O especialista Heinrich Pfeiffer, integrante desde 1999 da Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, fez uma denúncia em 2007 que provocou o escândalo inútil que o tema costuma gerar. Entre outras muitas coisas, disse que a arte colonial sacra mexicana era aceita como moeda por grupos de narcotraficantes, que guardavam nos cofres dos bancos dezenas de peças para futuras transações comerciais.[167]

Na América Latina, o tráfico de drogas e o tráfico de bens culturais tendem cada vez mais a se associarem.

Do Brasil à Venezuela

No Brasil, a busca dos saqueadores se dirigiu sobretudo às urnas amazônicas, retiradas ilegalmente do país e vendidas a colecionadores particulares.[168] Estas urnas se classificam em quatro tipos, segundo seu lugar de origem: Marajoara (ilha de Marajó), Macará, Cunani (estado do Amapá) e Guarita (principalmente no rio Urubu). São pequenas: não ultrapassam os 30 e os 85 centímetros de altura, sua decoração é geométrica, a forma é globular e são portadoras de cinzas. Hoje são vendidas em leilões de modo legal, apesar de procederem quase todas de escavações ilícitas. Em numerosas tribos, algumas empresas petrolíferas inescrupulosas destruíram aldeias completas.

Na Colômbia, grandes quantidades de homens e mulheres vivem da *guaquería* (roubos dos jazigos). Em menos de 15 anos, foram denunciados 17 roubos das estátuas de Santo Agostinho, fragmentadas em blocos e retiradas do país. Os traficantes colombianos usam um instrumento (*media caña*) que serve para saber se a terra está misturada e confirmar o início da exploração que se concluirá com o saque.

A respeito da arte colonial, a prova de que este tipo de roubo continua a ser executado aconteceu em janeiro de 2006, quando um grupo de delinquentes levou cinco quadros de temas religiosos, pintados nos séculos XVII e XVIII, do templo colonial de San Juan de Dios, localizado no centro de Bogotá.

Os traficantes de drogas guardam em suas casas centenas de objetos de arte colonial, e não foi um fato fortuito que no inventário dos bens de Pablo Escobar, conhecido delinquente que morreu nas mãos da polícia colombiana e do Departamento Antidrogas dos Estados Unidos, apareceram obras que se acreditava estarem na Europa.

Em 1988, um grupo de ladrões penetrou no Museu Carlos Zevallos Menéndez, em Guaiaquil, Equador, pela segunda vez, para levar vários objetos, e, ao sair, atearam fogo nas instalações para ocultar o roubo, causando uma grande destruição. A maior parte das peças roubadas jamais foi recuperada. Em 2005, foram fundidas dezenas de peças de ouro da cultura puruhá. Em julho de 2007, uma gangue assaltou a igreja de San Marcos, construída no século XVI, e levou uma Virgen de El Carmen.

No Equador, desde 1992, desapareceram 117 peças catalogadas como patrimônio cultural, apesar de que o artigo 23 da Lei de Patrimônio Cultural, de 1979, assinala que "nenhum objeto pertencente ao Patrimônio Cultural da nação pode sair do país, salvo nos casos em que se trate de exposições ou outros fins de divulgação, de maneira temporal, sempre com permissão governamental e prévio informe técnico do Instituto de Patrimônio Cultural. Todo ato que manifestar intenção de retirar bens culturais do país será punido conforme o disposto pelo Regulamento. Neste caso, os bens serão desapropriados e os responsáveis punidos com prisão de até dois anos, além das demais penas estabelecidas no Regulamento". O pouco interesse impede que se façam pedidos de devolução de peças em diversas partes do mundo. Na lista vermelha elaborada pelo ICOM se encontram estátuas da cultura jama cuaque, que se estabeleceu ao norte da província de Manabí.

A Bolívia sofreu constantes investidas contra seu patrimônio. De um lado, os colecionadores buscam peças selecionadas; do outro, os turistas exigem pedaços que funcionem como suvenir. Em Iskanwaya, parte da província de Larecaja, foram roubadas numerosas peças da cultura mollo e não há possibilidade de impedir a ação dos ladrões porque não existem orçamentos para proteger a área.

As igrejas sofrem constantes roubos de telas e objetos coloniais. Em janeiro de 2006, cinco telas foram retiradas da capela Santiago de Chicani, no sudeste da cidade de La Paz, que já fora desapossada, em 1965, de 14 quadros dos vinte que possuía. Devido à falta de catalogação destas e de outras obras, é pouco o que se sabe para deter os responsáveis pelo roubo. Em junho de 2007, foram roubadas seis telas coloniais da Basílica Menor Santa Bárbara da localidade de Caquingora, a 115 quilômetros de La Paz. As seis telas roubadas não tinham assinatura e são: *San Gregorio Magno*, *San Vicente Ferrel*, *San José con el Niño Jesús*, *San José con el Niño Jesús*, *San Miguel Arcángel* e *María Inmaculada*.

O Chile também não está a salvo[169] e hoje é um dos corredores mais usados pelos traficantes. No deserto de Atacama os sítios arqueológicos foram submetidos a saques contínuos, como aquele denunciado por Fernando García ao combater "o roubo sistemático de alguns sítios arqueológicos como resultado da ação irresponsável de profissionais que contaram com a adequada autorização para efetuar escavações, e logo deixaram os túmulos abertos, permitindo a ação vandálica de indivíduos que só buscavam lucrar com isto. Uma situação desta natureza foi

denunciada pelo governador provincial de El Loa em setembro de 1992, relativa aos cemitérios de Chiu Chiu e Topater".[170]

A mesma coisa acontece em Hornito, hoje quase completamente destruído, ou nas angras próximas do rio Loa, de que restam apenas pequenas amostras. No outeiro arqueológico Bonete, a negligência permitiu que a atividade mineira vizinha acabasse com tudo. Um traficante bastante conhecido era Jaime Quinteros Chiang, que, de 1964 a 2000, saqueou lugares arqueológicos e era considerado por muitos amante do patrimônio cultural.[171] Ninguém imaginava que sua humilde casa era um armazém com milhares de objetos destinados à venda. Segundo ele confessou aos que o prenderam e conseguiram condená-lo à prisão, já vendera o mais importante ao estrangeiro. Em 2001, descobriu-se outro caso em Temuco, em Chillán e Santiago, onde houve uma gigantesca venda de arte mapuche.

Apesar de não existir um recenseamento completo dos bens culturais do patrimônio eclesiástico, os jornais chilenos constantemente noticiam a perda de imagens, como aconteceu em 30 de março de 2003 no Museu Colonial de San Francisco, de onde foi subtraída uma Virgen del Carmen de 150 anos de existência. Ao que se sabe, este objeto foi devolvido, mas milhares de outros espécimes de arte colonial nunca voltaram a ser vistos. O período da ditadura de Pinochet foi especialmente favorável ao roubo de arte, com a cumplicidade de militares e policiais que hoje estão impunes. O Dibam (Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Museus) dispõe de poucos recursos para estas investigações, sem contar com o corpo mole entre o pessoal na tentativa de responsabilizar os culpados.

O caso da Venezuela é raramente comentado. O comércio de objetos arqueológicos tem sido descarado por causa do pouco interesse do tema entre o público. Durante quase todo o século XX, os traficantes se aproveitaram da negativa oficial de proteção às comunidades indígenas, e numerosos objetos das tribos guajiras, ianomâmis e de quase todas as outras foram levados para os Estados Unidos, e hoje formam parte de coleções institucionais "honradas". Posteriormente, nas igrejas começaram a desaparecer, como no caso do Estado Trujillo, as imagens sacras sem deixar rastro, e as polícias não pesquisaram as causas dos delitos. Só em 1994 foi criada a Brigada contra o Tráfico Ilícito de Arte, a partir da fundação do Instituto de Patrimônio Cultural (conhecido por sua sigla IPC). Em 2006, a Fundapatrimonio, instituição da prefeitura do município Libertador, assinou um acordo com a Guarda Nacional para criar a Unidade de Resguardo Patrimonial. Já então se descobrira que havia

gangues dedicadas a roubar o cobre, a madeira e qualquer peça dos antigos casarões históricos de Caracas.

Países da América Central em risco

Na Costa Rica, nos anos 1970, havia cerca de cinco mil *huaqueros* que forneciam jade e ouro aos colecionadores. A atividade, na época, rendia meio milhão de dólares anuais. Meyer escreveu que "na Costa Rica, uma família de cinco pessoas pode viver com 34 dólares mensais, e o professor mais bem-pago (...) recebia 102 dólares mensais. Num cemitério rico, quatro homens encontraram, em três semanas, 226 vasos que renderam 5.330 dólares, ou seja, 265 dólares por dia".[172] Hoje em dia esta cifra é modesta e foi superada com folga; ultrapassou a marca dos cinco milhões de dólares.

No Panamá, o roubo de arte pré-hispânica é frequente. Houve um caso, no entanto, que alarmou a comunidade de arqueólogos: em fevereiro de 2003, desapareceu a coleção de ouro e prata do Museu Antropológico Reina Torres de Araúz. São peças datadas de 400 a 1500 d.C., e, embora algumas tenham sido recuperadas, boa parte continua sem paradeiro conhecido.

El Salvador é um dos países cuja riqueza arqueológica foi objeto de atenção das gangues criminosas internacionais que sabem da existência de lugares como Chalchuapa, onde há um sítio arqueológico a cada quilômetro. Há mais de seiscentos sítios arqueológicos e trezentos estão sendo estudados por especialistas. No entanto, as autoridades não puderam controlar o fluxo de objetos para os tristemente célebres *coyotes* da arte. O Lago de Guija, por exemplo, é famoso por seus saques, mas não é o único. Em 1987, calculou-se que havia cinco mil explorações ilegais na área de Cara Sucia. Em 1999, foi denunciado o roubo de duas contas de jade na estrutura 7 ou Casa del Hechicero (Feiticeiro) no antigo museu de Joya de Cerén.

Em Honduras, a zona arqueológica de Copán foi saqueada sem reação da vigilância, apesar de a região ter sido declarada em 1980 Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. Em 1900, o arqueólogo Sylvanus Morley chamou a região de "a Atenas do Novo Mundo" e não se enganou porque homens e mulheres de todas as culturas viajavam para admirar as ruínas com fervor justificável. Copán se notabilizou como um conjunto integrado pelo chamado Grupo Principal, a zona residencial a

sudoeste El Bosque e a zona residencial a nordeste Las Sepulturas, porém o que mais surpreende é o altar Q, onde figuram esculpidos 16 governantes de Copán, sentados sobre os hieróglifos de seus nomes e em ordem dinástica. A atração turística é a mesma dos colecionadores interessados em peças do local, causa dos roubos. Em fevereiro de 1998, o túmulo de uma rainha, que pode ter sido a mulher de Yax K'uk Mo', foi completamente arrasado. Devido à guerra civil entre o governo e a guerrilha, as famílias deslocadas para esta área roubaram peças que nunca reapareceram. Ainda podem ser encontrados vasos maias em lojas de artesanato por apenas 250 lempiras, o equivalente a uns 15 dólares.

Também as imagens religiosas sofreram roubo. Nos departamentos ocidentais de Lempira, Ocotepeque e Copán, as igrejas são vítimas de gangues criminais que transferem as peças ao estrangeiro. Em 2006, sofreram saque as igrejas de San Antonio de Oriente e Langue, em Choluteca. Ainda no mesmo ano, em março, foi retirada a imagem de San José no município de Copán. Em outubro de 2005, foram subtraídos 75 bens religiosos do museu colonial de Comayagua, a ex-capital de Honduras, situada a oitenta quilômetros ao norte de Tegucigalpa. Entre os bens se encontravam um frontal (frente do altar) de ouro, oferendas, esmeraldas, joias e uma imagem de La Dolorosa.

A interminável espoliação da Argentina

De 2004 a 2005, foram confiscadas 2.675 peças pré-históricas na Argentina. A polícia deteve turistas, traficantes e ladrões comuns, porém nada mais aconteceu, porque logo veio sua libertação e até hoje museus como o de Ciencias Naturales Bernardino Rivadavia guardam as peças sem organização nem controle. Os aeroportos do país ficaram lotados pelo contínuo envio de corais, ectoproctas, braquiópodes, moluscos gastrópodes ou cefalópodes, equinodermos, artrópodes, mas também plantas fósseis, restos de vertebrados e mamíferos. Existem leis, como a nº 24.633 (Circulação de obras de arte) e a nº 25.743 (Proteção de bens arqueológicos e paleontológicos), nas quais se determinam os requerimentos básicos de exportação de bens culturais e naturais; no entanto, a corrupção impediu que se cumpram estas normas que não afetam os traficantes.

O arqueólogo Daniel Schavelzon, rigoroso defensor da cultura latino-americana, denunciou[173] que não são respeitadas as ruínas dos assentamentos indígenas, como aconteceu em Tafí del Valle, onde se impôs uma visão turística predadora e se construiu uma povoação improvisada. Também insistiu, em seus livros, na falta de julgamento dos militares que participaram de roubos de obras de arte nos sanguinários anos 1980. Exatamente em 1980, foram roubadas as joias da catedral de Córdoba e até hoje não foi possível estabelecer as responsabilidades. No fim do mesmo ano também foram roubadas pinturas e obras do Museu de Belas Artes. Shavelzon afirmou com ênfase: "A espoliação, o roubo, o esvaziamento não são casuais, e sim o resultado de uma história que os engendrou e de um presente que de uma forma ou outra não consegue definir o futuro da herança cultural de todos os argentinos."[174]

Em 2006, a Interpol na Argentina recebeu denúncias de 775 roubos. Em julho de 2007, o mais estranho roubo da década correspondeu a uma gangue que subtraiu do Museu Histórico Nacional um relógio que pertenceu a Manuel Belgrano, herói da independência argentina que, devido à sua pobreza e honestidade, viu-se obrigado antes de morrer a se desfazer do relógio para pagamento de uma dívida. De maneira insólita, em 2007 se acrescentaram os roubos de objetos da independência sul-americana, que são altamente cotados.

O roubo de restos subaquáticos

As águas do planeta ocultam segredos que poderiam mudar a história. Segundo alguns especialistas, se fosse possível extrair dos naufrágios o ouro, a prata e os minerais existentes em mares e oceanos, seria possível dar comida a quinhentos milhões de pessoas durante cem anos. Ou se poderia pagar a dívida externa dos países do Terceiro Mundo.

De fato, há centenas de milhares de patrimônios culturais subaquáticos. Nos poços sagrados maias, que são uma espécie de cavernas inundadas na península de Yucatán, o fundo costuma conter objetos pré-hispânicos maias de grande importância. Cidades inteiras como Port Royal, da Jamaica, não suportaram a ferocidade da natureza e afundaram. A região do Caribe inclui dezenas de povoados submersos nas águas, como o da ilha de Cubagua, o primeiro assentamento fundado pelos espanhóis para a exploração das pérolas.

Quanto aos destroços náuticos, basta dizer que na América do Norte foram contabilizados 65 mil navios perdidos de 1500 a 2006. Há zonas especialmente vulneráveis, como a do arquipélago dos Açores, onde de 1522 até hoje mais de 850 barcos afundaram, dos quais permaneceram

submersos noventa galeões espanhóis e quarenta navios portugueses que naufragaram na rota das Índias. Para ser mais exato, considero modesta a informação segundo a qual no Atlântico espanhol existem uns oitocentos galeões do século XVI, dos quais 250 estão a menos de quarenta metros de profundidade. Pessoalmente suspeito que são mais de 1.500.

Entre a Espanha e a América Latina e o Caribe, existe um dos patrimônios subaquáticos de maior riqueza do mundo. Não se deve esquecer que a espoliação requeria galeões que partiam de Guadalquivir e faziam escala nas Canárias. Segundo o historiador J. Earl Hamilton,[175] foram transportados 181,3 mil quilos de ouro e 16,8 milhões de quilos de prata de 1503 a 1660, mas esta cifra foi discutida por Pierre Chaunu,[176] que alega, com novos documentos examinados, que foram 300 mil quilos de ouro e 25 milhões de quilos de prata. Poderia até ter sido pior, porque mais da metade do ouro e da prata jamais foi declarada. A concentração do comércio em Sevilha se devia a que existia o monopólio administrado em todos seus aspectos pela Casa de la Contratación, fundada em 1503.

Em geral, a viagem de ida demorava um longo mês, de acordo com as tempestades e o estado dos navios. A chamada frota de Terra Firme rumava para Cartagena, Nombre de Dios e Portobelo; em compensação a de Nueva España se dirigia para Veracruz. Reagrupavam-se em Cuba para o regresso, com escala nas ilhas dos Açores, onde havia espiões que informavam as rotas aos piratas. Com esta finalidade, os corsários se postavam, pacientes, diante da entrada das barras de Cádiz e Sanlúcar, aguardavam e ali saqueavam todo o conteúdo dos galeões, incluindo tabaco, cacau, animais, anil e qualquer outro produto que pudesse ser vendido. O pirata holandês Pieter Heyn, que é o herói dos holandeses, consagrou-se saqueando em 1628 a frota espanhola que transportava toda a prata; levou um milhão de ducados, sem contar o dano por destruição dos navios comandados pelo almirante Juan de Benavides.

Era e é um saque contínuo. Os espanhóis saqueavam os povos indígenas, os corsários espoliavam os espanhóis, mas agora dezenas de expedições internacionais depenam os restos, destruindo os assentamentos e impedindo o retorno já não apenas de riquezas mas de bens patrimoniais.

Um exemplo disto pode ser a história da esquadra comandada pelo conde Jean d'Estrées. Depois do saque de Tobago, dirigiu-se a Curaçao e, vencidos os holandeses, uma maldição caiu sobre sua frota, porque em 11 de maio de 1678 perdeu 17 navios numa tempestade. Dez por cento de cinco mil homens pereceram no mar e alguns que conseguiram

alcançar as ilhas próximas a La Isla de Aves, na Venezuela, morreram de fome e de sede. Este destroço, provocado por um desastre naval sem precedente na história, foi objeto da voracidade dos caçadores de tesouros.

O perigo sobre os assentamentos arqueológicos subaquáticos é grande porque quase não existem legislações de proteção. Predominam os aventureiros como Mel Fisher que, em 1985, depois de vinte anos de buscas, encontrou nos recifes de La Florida os restos do galeão espanhol *Nuestra Señora de Atocha*, afundado em 5 de setembro de 1622, fundiu as peças e vendeu as partes sem problemas. O navio causou a morte de 260 passageiros, mas deixou um tesouro avaliado de 160 milhões a 330 milhões de euros.

Outro exemplo da longa luta que será necessária foi o caso do achado do *Cisne Negro*, no qual a empresa Odyssey anunciou que descobrira um tesouro submarino de artefatos e moedas de prata e ouro no valor de 373 milhões de euros, com 17 toneladas de ouro e prata ou 500 mil moedas. Inacreditavelmente toda a fortuna foi transportada por avião aos Estados Unidos. O Ministério da Cultura da Espanha formulou uma reclamação, mas pouco se fez.

Convém lembrar que toda a América Latina inclui em seus mares e oceanos naufrágios de valor incalculável. Só na ilha de Porto Rico há mais de quatrocentos barcos afundados. Na baía de Montevidéu, no Uruguai, conhecem-se duzentos naufrágios de 1772 a 1930, incluindo fragatas, bergantins, corvetas, barcos a vapor e barcos de passageiros. Na Colômbia, Cuba e Venezuela, diante de suas costas, há numerosos navios que foram vítimas de uma rapacidade inédita.

A única esperança de mudança desta situação é a decisão adotada em 2 de novembro de 2001, sexta-feira, pela assembleia plenária da XXXI sessão da Conferência Geral da Unesco por 87 votos a favor, que garantiu a existência de uma Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Subaquático, mas ainda faltam decênios para que seja aplicada. Em 1982, as Nações Unidas aprovaram a Convenção sobre o Direito do Mar, embora não exista um detalhamento jurídico sobre os naufrágios como o que, por exemplo, abre o modelo da nova Convenção:

1. (a) Por "patrimônio cultural subquático" se entendem todos os rastros de existência humana que tenham caráter cultural, histórico ou arqueológico, que estiveram sob a água, parcial ou totalmente, de forma periódica ou contínua, pelo menos durante 100 anos, tais como: (i) os sítios, estruturas, prédios, objetos e restos humanos, juntamente

com seu contexto arqueológico e natural; (ii) navios, aeronaves, outros meios de transporte ou qualquer parte deles, seu carregamento ou outro conteúdo, juntamente com seu contexto arqueológico e natural; e (iii) os objetos de caráter pré-histórico.

2. (b) Não se considerarão patrimônio cultural os cabos e tubos estendidos no fundo do mar. (c) Não se considerarão patrimônio cultural subaquático as instalações diferentes dos cabos e tubos colocados no fundo do mar e ainda em uso.

É um instrumento alentador; mas o saque do patrimônio subaquático ainda é um segredo alarmante nas águas da América Latina, e, apesar destes avanços legais internacionais, a verdade é que a negligência e a corrupção de alguns funcionários empobrecem a discussão. O saque cultural da América Latina não se detém. Num mundo em que o preço — não o valor — dos objetos justifica seu esquecimento ou aquisição, o perigo é maior: a globalização tecnológica proporcionou aos traficantes tecnologias de busca ou de compra e venda que vão acelerar a ruína da memória de toda a região.

SEGUNDA PARTE

O saque cultural na história: guerra, comércio e império

Fixou como destino aniquilar sua cultura.

Hino babilônico de Ishbierra, há quarenta séculos

CAPÍTULO I
Guerra

Matar inimigos serve para estimular a cólera de nossos homens; arrebatar os bens do adversário tem por objetivo distribuir o butim.

Sun Tzu, *A arte da guerra*

OS ESTRAGOS PREMEDITADOS

De maneira geral, o saque e a destruição cultural da América Latina não foram um efeito colateral provocado pelos estragos que costumam ocorrer nas guerras: foi um etnocídio premeditado pelas grandes potências para se apropriar ou eliminar os símbolos mais significativos da identidade da região. De uma parte, está claro que o propósito era instaurar uma estrutura jurídica e política capaz de desanimar qualquer resistência à ocupação e à espoliação sofridas; de outra, sempre ficou evidente que a memória coletiva era o eixo que motivava a vida cultural e religiosa dos povos indígenas e, depois, dos escravos africanos. Entendeu-se que, como denunciou George Orwell em seu romance *1984*, controlar o passado é a melhor maneira de controlar o futuro.

Sob qualquer ponto de vista, o atentado cultural contra os latino-americanos foi um marco sinistro que fabricou uma identidade fraturada (que reproduz o esquema de Tenochtitlán, a cidade enterrada e esquecida sobre a qual se edificou a Cidade do México) e cobriu, como se se tratasse de um palimpsesto, um modelo triunfalista de concepção do mundo sobre os vestígios atormentados de outro modelo. No entanto, é conveniente esclarecer aqui que este fenômeno não foi o único na

história, pois se conhecem numerosos casos nos quais a guerra foi um instrumento para reconfigurar a memória do adversário. Nos últimos 3.500 anos, a humanidade só teve 230 anos de paz. A cada década ocorreram seis conflitos internacionais e seis guerras civis; de 1945 a 1995, houve mais de 150 guerras. E é indispensável saber que em todas elas o fator pilhagem foi um objetivo-chave.

Os primeiros butins

Não há consenso sobre as verdadeiras origens paleolíticas da guerra[1] e do saque, embora se tenha constatado que os grupos caçadores já iniciavam combates com os adversários para conseguir alimentos ou território. A pesquisa arqueológica permitiu datar de 14 a 12 mil a.C. a presença da primeira guerra em que se cometeram assassinatos com uma selvageria ritual na região do Cemitério 117 no Nilo sudanês. No período neolítico, foram construídas fortificações em Jericó e em Catal Höyük para defender a população do extermínio dos grupos rivais.

As guerras de conquista eram cruéis e só foram possíveis com o desenvolvimento das sociedades hierarquizadas, que desejavam aumentar seu poder e riqueza mediante o direito de butim (*ius predae*). Saquear, verbo derivado do latim e que em suas raízes passa pelo grego, que adquiriu a palavra fenícia *saq*, significa literalmente "meter no saco". Na Mesopotâmia, durante a III Dinastia de Ur, há quarenta séculos, concebeu-se até a ideia de arrasar culturalmente um lugar, apesar do costume de respeitar os templos dos adversários. Uma tabuleta que contém um hino dirigido a Ishbierra, governador de Mari, menciona a primeira convocação para uma devastação total: "Sobre a ordem de Enlil de reduzir a ruínas o país e a cidade de (...), fixou como destino aniquilar sua cultura."[2]

Um dos primeiros casos conhecidos e documentados de patrimônio cultural destruído deliberadamente numa batalha foi o ocorrido na antiga cidade de Ebla, a mais importante região paleossemita da Síria. No terceiro milênio antes de Cristo, este enclave teve 250 mil habitantes e mais de 1.200 funcionários administrativos. A organização da biblioteca de Ebla dá a entender que seus encarregados usaram técnicas avançadas. Abandonou-se a biblioteca quando o Palácio Real de Ebla foi atacado e incendiado, e os destruidores decidiram reduzir a fragmentos milhares de tabuletas.

No Antigo Testamento, há menções seguidas às grandes destruições dos assírios:

> 1 Os israelitas que habitavam a Judeia ouviram tudo quanto Holofernes, chefe supremo do exército de Nabucodonosor, rei da Assíria, fizera com todas as nações: como havia saqueado seus templos e os destruíra, 2 e tiveram muito medo perante ele, temendo pela sorte de Jerusalém e pelo Templo do Senhor seu Deus,
> (...)
> 11 Todos os homens, mulheres e crianças de Israel que habitavam Jerusalém se prostraram diante do Templo, cobriram com cinzas suas cabeças e estenderam as mãos diante do Senhor.
> 12 Cobriram o altar com pano e clamaram insistentemente, em coro, ao Deus de Israel, para que não entregasse seus filhos ao saque, suas mulheres à pilhagem, as cidades de sua herança à destruição e as coisas santas à profanação e ao escárnio dos gentios.

Em Ezequiel 38:10 encontramos uma advertência ao conquistador:

> Assim fala o Senhor Javé: Nesses dia surgirão certas ideias em tua mente e excogitarás planos sinistros. 11 Então, dirás: "Vou subir a uma terra indefesa para atacar moradores tranquilos, que se sentem em segurança. Todos eles moram onde não há muralhas, nem ferrolhos e portas." 12 Irás saquear à vontade e juntar despojos. Estenderás a mão contra ruínas novamente habitadas, contra um povo que foi juntado do meio de diversas nações, que possui rebanhos e outros haveres e que mora no ponto central da terra. 13 Sabá, Dedan, os comerciantes de Tarsis e os que negociam com ela, te perguntarão: "Vieste para saquear? Reuniste estas tropas para juntar despojos, para levar prata e ouro, para apoderar-te de rebanhos e demais haveres?"

A resposta à pilhagem, entre os profetas, consistia em atribuí-la à ira de Deus, que costumava castigar severamente os rebeldes que adoravam ídolos.

Um episódio clássico de saque de uma cidade grega foi o que concluiu o assédio de Troia, que teria ocorrido após o uso de um cavalo de madeira enviado como regalo aos troianos e que, na verdade, continha um grupo de guerreiros. Segundo a lenda, os homens de Agamenon penetraram em Troia e durante três dias e três noites arrasaram o lugar, levando consigo joias e numerosos objetos que refletiam o esplendor do reino de

Príamo. Não se pode esquecer que a cólera do herói na *Ilíada* se deve ao arrebatamento de parte de seu butim. No canto I, Aquiles reclama ao rei: "Jamais o butim que obtenho iguala ao teu quando eles saqueiam uma cidade populosa dos troianos: embora a parte mais pesada da guerra impetuosa é sustentada pelas minhas mãos, a tua recompensa, ao se fazer a partilha, é muito maior."

Em 331 a. C., Alexandre Magno, já divinizado, dirigiu-se a Persépolis e ocupou o palácio. Conta-se que uma bela hetera ateniense chamada Taís desafiou-o a incendiar o palácio para humilhar a cultura persa. Alexandre, completamente bêbado, levantou-se e juntamente com seus mais fiéis amigos se pôs a destruir, e como o palácio era em madeira de cedro ardeu até seus alicerces. O tesouro de Persépolis foi transportado em vinte mil mulas e cinco mil camelos. Na introdução à *Arta Viraf Namh* (ou *livro verdadeiro da lei*), assinala-se: "O maldito Ahriman, o condenado, para fazer os homens perderem a fé e o respeito à lei, impeliu o maldito Iskander o grego [Alexandre] a viajar ao Irã para trazer a opressão, a guerra e os estragos. Pilhou e arruinou a Porta dos Reis, a capital. A Lei, escrita em letras douradas sobre couro de boi, era guardada no cofre dos manuscritos da capital. Mas o cruel Ahriman provocou o malfeitor Iskander e ele queimou os livros da Lei e mandou matar os homens cautelosos, os legisladores e os sábios."[3]

Ao norte da África, onde agora é Túnis, o império romano se mobilizou durante as guerras púnicas contra uma cidade que desafiou seu poder militar, e não apenas arrasou o lugar (no século XX os arqueólogos só conseguiram encontrar ruínas), mas também fundou um novo centro econômico no porto. Cartago, fundada talvez em 814 por Dido, chegou a ser o símbolo da destruição e do saque porque seus habitantes morreram de fome, lançou-se sal sobre os prédios e nada restou de sua memória, a não ser as referências que os próprios historiadores romanos conservaram pelos testemunhos levados a Roma. A frase mais famosa associada a este triste fato é atribuída a Catão, o Velho, que costumava concluir seus discursos, no ano 150, dizendo: "*Delenda est Carthago*" (É preciso destruir Cartago!).

À semelhança de outras grandes capitais de impérios, Roma sofreu o saque e a destruição em 410:

> Três dias depois de entrar na cidade, os bárbaros caminharam sem constrangimento, não sem provocar incêndio em vários prédios, mas não incêndio tão grande como o que em 700 da fundação da cidade o acaso provocou. E, se lembramos o fogo provocado para divertimento de Nero, que era o imperador de Roma, sem dúvida não poderá este fogo provocado agora pela ira do vencedor ser comparado àquele provocado pela lascívia de um príncipe. Nem tampouco deve lembrar agora neste relatório os gauleses que se apoderaram rapidamente, no espaço de quase um ano, das trilhadas cinzas de uma Roma incendiada e destruída. E para que ninguém duvide que os inimigos tiveram permissão de proporcionar este corretivo à arrogante, lasciva e blasfema cidade, os lugares mais ilustres da cidade que não foram queimados pelos inimigos foram destruídos por raios nesta mesma época.[4]

Alarico tomou Roma com suas hordas, e desde o dia 24 de agosto, dia do acontecimento, até uma semana depois, a cidade foi aniquilada. Os papiros serviram para iluminar as orgias. Um dos chefes militares dos godos, quando suas tropas incendiaram as bibliotecas, levantou a voz e propôs deixá-las aos inimigos como distração idônea para afastá-los dos exercícios militares e entregá-los a ocupações sedentárias e ociosas. Montaigne, fonte desta história, relatou-a como se se tratasse de um modelo absolutamente contrário aos fatos aqui expostos.[5]

Conquistada toda a Mongólia, o sanguinário Timuyin ("ferreiro", c.1167-1227), mais conhecido como Gengis Khan, empreendeu a conquista da China. Em 1219, dirigiu seu exército de nômades para o oeste e conseguiu dominar o extenso território que hoje abarca o Iraque, Irã e parte do Turquestão chinês. Em 1220, chegou a Bukhara em busca do sultão, que já fugira. Conserva-se um relato do ataque à mesquita de Bukhara, onde os livros foram confiscados e destruídos:

> Levaram para o pátio da mesquita arcas cheias de livros e manuscritos sagrados e as esvaziaram no chão, utilizando as arcas como estábulos nas cavalariças, beberam vinho e chamaram os músicos da cidade para se divertir e dançar na mesquita. Os mongóis cantaram e gritaram para saciar seus apetites, e ordenaram aos imames, aos sábios, aos doutores da religião, aos chefes dos clãs e aos notáveis que se pusessem ao seu serviço e se ocupassem em cuidar de seus cavalos. Gengis Khan decidiu então partir para seu palácio, seguido por seus homens, que pisotearam as páginas arrancadas do livro sagrado, caídas entre o monte de objetos destroçados. Naquele instante, o emir imã Jalaleddin Ali Bem Hassan Al-Rendi, chefe religioso supremo da Transoxiana, voltou-se para o imã Rokneddin Imamzadeh, o eminente sábio, e perguntou-lhe: "O que está acontecendo conosco, Molana? É um sonho ou a realidade?" Molana Imamzedeh respondeu: "Não diga mais

nada. É o vento da cólera de Deus que nos varre, e já não nos restam forças para falar."

Hulagu Khan,[6] neto de Gengis Khan, repetiu sua crueldade em Bagdá, cidade a que chegou em 1257. Em algum momento, o califa foi capturado e entrou juntamente com o invasor no palácio Al-Rihainiyyin, onde estava toda a família real, assassinada sem piedade. O corpo do monarca foi enrolado num tapete e golpeado até morrer, pois como fora profetizado que se seu sangue chegasse à terra os mongóis sofreriam, evitaram assim o problema com a envoltura. Os manuscritos da biblioteca foram então transportados às margens do rio Tigre, lançados na água e a tinta se misturou com o sangue. Foi uma destruição premeditada contra o prestígio intelectual dos habitantes de Bagdá. Como se sabe, em Bagdá estavam as mais importantes escolas de leis, matemáticas e literatura.

É interessante observar que, na Idade Média, fortaleceu-se uma nova concepção que distingue a guerra justa (*bellum iustum*)[7] da guerra injusta (*bellum iniustum*): a ação dava o direito legítimo de fazer a guerra sem limite para consolidar uma boa causa. Tomás de Aquino acreditava que para a guerra justa se requeria a autoridade do príncipe, a existência de uma causa justa e a reta intenção dos combatentes.[8] A ideia da guerra justa podia ser a vingança de uma injúria. Isto não impediu certamente que, durante a Quarta Cruzada em 1204, se saqueasse sem injúria a cidade de Constantinopla sob uma desculpa religiosa que justificou a eliminação de obras de grande valor do mundo clássico.

Do Renascimento à Guerra dos Trinta Anos

Em Granada, em janeiro ou fevereiro de 1500, um austero sacerdote chamado Francisco Jiménez de Cisneros[9] emitiu uma ordem que supunha, de maneira radical, a incorporação de uma nova cultura e a eliminação de outra. A confusão era enorme porque esse mesmo homem não deixara de causar problemas em seu anseio de converter os infiéis. De casa em casa, sacerdotes e soldados confiscavam livros e, entre golpes e intrigas, advertiam que era chegada a hora de queimar um antigo livro sagrado, o Corão.

Como é óbvio, a reação dos crentes muçulmanos não se fez esperar, embora os distúrbios fossem controlados pelas tropas espanholas que tomaram a cidade em 1492, depois de dez longos anos de sítio. Houve

quem enterrasse seus exemplares, mas a busca foi minuciosa e conseguiu localizar mais de cinco mil livros.[10] Os reis vencedores, os grandes heróis da reconquista do reino da Espanha, Fernando e Isabel, chamados de os reis católicos, autorizaram essa queima porque estavam conscientes de que viviam anos decisivos. Cisneros, o astuto confessor da rainha, observou para eles como a tolerância poderia ser perigosa numa cidade onde os livros muçulmanos eram lidos em segredo. Não bastava proclamar a unidade de todo um povo, não bastava vencer os mouros, não bastava impor uma nova fé: era necessário promover ações para apagar uma fé diferente, uma concepção do mundo resumida na visão de um homem chamado Maomé, e um livro com o poder de convocar os inimigos em qualquer nova ocasião.

Nesta etapa, milhares de símbolos culturais muçulmanos foram varridos da face da Terra. O incrível é que, em 1492, também os espanhóis encontraram um Novo Mundo a que submeteriam com idênticos expurgos, como prova este livro. Sob certo aspecto, a guerra justa era uma das noções aplicadas à conquista da América Latina. Francisco de Vitoria pensava que o repúdio ao comércio e à evangelização constituíam uma injúria suficiente para legitimar uma ação de guerra contra os índios:

> Porque o motivo da guerra justa é repudiar e vingar uma injúria, como ficou dito, de acordo com São Tomás; mas os bárbaros, negando o direito dos espanhóis, injuriam-nos; portanto, se a guerra é necessária para readquirir seu direito, podem fazê-la licitamente. (...) Se os bárbaros, sejam seus chefes, seja o povo comum, impedirem os espanhóis de anunciar livremente o Evangelho (...) injuriam os cristãos (...) e, portanto, os cristãos têm a justa causa para declarar a guerra (...) e é lícito aos espanhóis ocupar suas terras e províncias, estabelecer novos mandantes e destituir os antigos, e fazer todas as outras coisas que por direito de guerra são lícitas em toda guerra justa.[11]

Chama-se "*sacco* de Roma" o saqueio indiscriminado da cidade em 6 de maio de 1527, momento em que as tropas alemãs, espanholas e italianas se derramaram nas ruas e tomaram para si milhares de obras de arte e destruíram numerosos prédios. Em 1576, as tropas espanholas atacaram e saquearam a Antuérpia durante três longos dias, aniquilaram a junta municipal e os bens culturais da cidade. A Guerra dos Trinta Anos, que durou de 1618 a 1648, quando se assinou a Paz de Vestfália, foi particularmente destrutiva na Europa. Os soldados queimaram e saquearam bens culturais em numerosas povoações, como em Magdeburgo,

para onde foram levados os objetos da catedral. O desastre fez com que o jurista Hugo Grocio acreditasse que chegara o momento de limitar a pilhagem mediante novas regras da guerra.[12]

Das revoluções à Conferência de Bruxelas

Espantado pelas situações de conflito em seu tempo, o pensador suíço Emerich de Vattel, em *Le droit des gens ou principes de la loi naturelle* (1758), adiantou-se às legislações contemporâneas e pediu que se excluísse das guerras a destruição deliberada de monumentos: "A destruição voluntária de monumentos públicos, de templos, de túmulos, de estátuas, de quadros, etc., é absolutamente condenada."[13]

Em 1790, um antiquário chamado Aubin-Louis Millin advertiu em seu comunicado *Antiquités nationales ou Recueil de Monuments* à Assembleia Constituinte da França que as obras de arte e os "monumentos históricos" (Millin é hoje considerado o inventor desta expressão) corriam perigo devido aos excessos revolucionários e foi criada a Comission des Monuments que, em 1794, transformou-se na Comission Temporaire des Arts e determinou o inventário e conservação de todos os objetos artísticos e científicos.

Antoine Quatremere de Quincy, em julho de 1796, publicou suas *Lettres a Miranda*: Lettero sur le préjudice qu'occasionneraient oux arto et à la acience le déplacement des monumento de l'art de l'Italie, le démembrement de ses écoleo et la spoliation de ses collectiono, galerieo, muséeo, etc. Em seus textos, Quincy manifestou sua oposição ao saque baseado no direito de conquista: "Imagine as obras-primas da arte dispersas por todas as partes e em todas as partes não reconhecidas, mutiladas e dilaceradas no fragor de todos estes choques, entregues à incúria e em breve ao esquecimento!"[14]

A passagem de Napoleão Bonaparte atemorizou as pessoas porque ele ordenou o confisco e a destruição de centenas de obras de arte. Durante a ocupação da Espanha, a espoliação francesa das bibliotecas, palácios e mosteiros foi tão grave que levou José Bonaparte a proibir seus generais de requisitar e levar para a França os bens do Reino da Espanha. De qualquer maneia, ele era o rei. Uma parte desses tesouros foi devolvida à Espanha, mas outra ficou na França, em virtude da Paz de Viena de 1815. Como se não fosse pouco, o que os franceses deixaram foi levado pelos ingleses que ajudaram na luta contra a França,

entre eles Wellington. A abadia de Montserrat, que contava com uma das bibliotecas mais extraordinárias da Espanha, talvez da Europa, com um arquivo completo e organizado, foi arrasada para evitar que servisse de fortificação. A biblioteca e o arquivo foram entregues às chamas. Só alguns livros se salvaram, em sua maioria porque não estavam ali naquele momento. Boa parte da produção impressa da abadia — que tinha imprensa desde 1499 — desapareceu; o arquivo da escola de música mais antiga da Europa — a Escolania de Montserrat —, que formara músicos importantes durante os séculos XVI, XVII e XVIII e que abrigava abundantes amostras de música medieval, desapareceu para sempre.

Este fenômeno de aniquilação se repetiu na Itália. Em 23 de junho de 1796, assinou-se em Bolonha o armistício entre Pio VI (1775-1799) e a República francesa, conhecido como Tratado Tolentino, no qual, além de dinheiro, exigia-se a entrega à França de centenas de obras de arte, que foram imediatamente transferidas. Em 1811, Napoleão voltou a saquear a arte italiana.

Do Egito, as tropas de Napoleão levaram o saque para o Louvre, que, como outros museus, possui milhares de objetos roubados. Durante uma expedição ao Egito para retirar um obelisco, o comandante das tropas francesas disse: "A Antiguidade é um jardim que por direito natural pertence aos que o cultivam e colhem seus frutos."

Em 1813, os soldados norte-americanos tomaram o Canadá e York, queimaram o Parlamento e a biblioteca legislativa. Um rápido avanço permitiu aos ingleses, em compensação, chegar à baía de Chesapeake, em agosto de 1814, e o general Robert Ross mandou queimar tudo o que fosse representativo da cultura combatida, e recomendou fidelidade ao juramento da reciprocidade de combate. Em consequência, arderam a Casa Branca, a Casa do Tesouro e o Capitólio. A Biblioteca do Congresso ardeu em 24 de agosto e a única coisa que restou, no dia seguinte, foram ruínas.

Um instrumento pioneiro na tentativa de deter a campanha contra os objetos culturais durante os ataques foi o das Instruções de Lieber de 1863,[15] que nos Estados Unidos se referiam à defesa dos "bens pertencentes às igrejas, aos hospitais ou outros estabelecimentos de caráter exclusivamente caritativos, instituições educativas e fundações para o progresso dos conhecimentos humanos, como escolas, universidades, academias, observatórios e museus de arte ou outros que tenham caráter científico e não sejam considerados propriedade pública no sentido do

artigo 31; mas que possam ser utilizados quando o serviço público exigir, e devem ser respeitados" (artigo 34). Também dispôs sobre a proteção das "obras de arte clássicas, bibliotecas, coleções científicas ou objetos de grande valor [...] que devem ser preservados de qualquer dano que não seja inevitável, mesmo que estejam em cidades fortificadas assediadas ou bombardeadas" (artigo 35).

Em 1874, a Conferência de Bruxelas preparou uma minuta que nunca foi aprovada na qual um dos artigos solicitava a perseguição de quem por meio de guerras provocasse a destruição ou saque intencional de bens culturais. Na Europa, começava uma consciência indignada dos grandes danos culturais causados pela guerra.

O saque nazista

No século XX, o Holocausto foi o nome dado à aniquilação sistemática de milhões de judeus nas mãos dos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Mas este acontecimento foi precedido por um memoricídio no qual milhões de bens culturais tangíveis e intangíveis foram destruídos em expurgos culturais inimagináveis.

No dia 4 de fevereiro de 1933, a Lei para a Proteção do Povo Alemão restringiu a liberdade de imprensa e definiu os esquemas de confisco de qualquer material considerado perigoso. Uma espécie de fervor inusitado, limitado unicamente pela pressão internacional europeia, apoderou-se de estudantes e intelectuais. Em abril, foram divulgadas as Teses contra o Espírito Antigermânico. Das 12 teses, a quarta assinalava: "Nosso mais perigoso adversário é o judeu." No dia 7 se tornou pública a Lei para a Renovação do Funcionalismo Profissional, que excluía os judeus.

Em 9 de maio, Goebbels, em Kaiserhof, dirigiu-se ao sindicato dos artistas e advertiu: "Protesto contra o conceito que torna o artista um ser apolítico. (...) O artista não pode ficar atrás, porque deve apanhar a bandeira e marchar na frente." Rodeado pelos mais talentosos intérpretes do teatro de Goethe e Schiller, não perdeu tempo e ousou fazer um convite para eliminar os sinais judaicos da cultura alemã.

O 10 de maio foi um dia agitado. Os membros da Associação de Estudantes Alemães começaram a recolher todos os livros proibidos. Havia uma euforia inesperada, contagiosa. Juntamente com os que foram recolhidos em centros como o Instituto de Investigações Sexuais ou nas bibliotecas de judeus capturados, os livros foram transportados para a Opernplatz. No total, o número de exemplares ultrapassava 25 mil. Logo se concentrou uma multidão ao redor dos estudantes. A fogueira já estava acesa com gasolina desde as 11:30h. Joseph Goebbels ergueu a voz e depois da saudação explicou os motivos da queima:

> A época extremista do intelectualismo judaico chegou ao seu fim e a revolução da Alemanha abriu as portas de novo a um modo de vida que permita chegar à verdadeira essência do ser alemão. Esta revolução não começa de cima, mas de baixo, e vai subindo. E é, por este motivo, no melhor sentido da palavra, a expressão genuína da vontade do povo. (...)
> Durante os últimos 14 anos vocês, estudantes, sofreram em silêncio vergonhoso a humilhação da República de Novembro, e suas bibliotecas foram inundadas com o lixo e a corrupção do asfalto literário dos judeus. As ciências da cultura estavam isoladas da vida real, mas a juventude alemã restabeleceu agora novas condições em nosso sistema legal e devolveu a normalidade à nossa vida. (...)
> As revoluções autênticas não se detêm diante de nada. Nenhuma área deve permanecer intocável. (...)
> Portanto, vocês estão procedendo corretamente quando, nesta meia-noite, entregam às chamas o espírito diabólico do passado. (...)
> O passado perece nas chamas; os novos tempos renascem dessas chamas que queimam em nossos corações. [16]

A Operação Bücherverbrennung, ou queima de livros, cujas características eram mantidas em segredo até então, logo revelou sua verdadeira dimensão porque, no dia 10 de maio, foram queimados livros em numerosas cidades alemãs.

As reações negativas não detiveram Goebbels. Em 14 de agosto, anotou em seu diário que pensava organizar uma Reichskulturkammer, ou Câmara de Cultura do Reich, com as respectivas divisões de imprensa, rádio, literatura, cinema, teatro, música e artes plásticas. Em setembro, impôs sua ideia. A proposta da câmara era estimular a arianização de toda a cultura alemã, e ela proibiu a música atonal judaica, o blues, o surrealismo, o cubismo e o dadaísmo. Convenceu a cineasta Leni Riefenstahl a realizar filmes de propaganda, que tiveram êxito porque eram filmes de grande qualidade técnica.

Em 25 de abril de 1935, Goebbels obteve o poder total sobre a censura. Esse mandato permitiu-lhe iniciar ações de depuração em todas as bibliotecas do país, privadas e públicas. Contou para este objetivo

com a ajuda da Gestapo e da Sicherheitsdienst. A nomeação de Heinrich Himmler, em 17 de junho de 1936, como chefe das SS facilitou seu trabalho porque dispôs de uma polícia centralizada capaz de cumprir cabalmente qualquer ordem de apreensão ou censura.

Em 1937, Bernhard Rust foi designado para uma comissão que, de abril a outubro, elaborou uma lista de obras de arte condenáveis pelo regime nazista. Em consequência, foram confiscadas 16.500 obras de arte moderna, e pelo menos 650 pinturas, esculturas e livros, exibidos numa exposição intitulada "Arte degenerada", em Munique. Um ano mais tarde, foram tocadas peças de "Música degenerada". A obra de Siegfried Kracauer, por exemplo, especialmente o livro que tinha por título *Die Angestellten. Aus dem neuesten Deutschland* [*As massas assalariadas*] foi queimada devido às suas análises sociológicas que contradiziam as estatísticas imaginárias do partido nazista.

O único adversário de Goebbels nas queimas de livros era Alfred Rosenberg, diretor da repartição de Supervisão Geral da cultura, ideologia, educação e instrução da NSDAP. Rosenberg era autor de *Der Mythus Des 20. Jahrhunderts* [*O mito do século XX*], um livro influente publicado em 1930 que lhe valera respeito do próprio Hitler. Mas Rosenberg, leitor de Arthur Schopenhauer e ouvinte de música clássica, amargamente confessou as razões do triunfo de seu opositor: "Hitler sabia naturalmente que eu tinha conhecimento mais profundo de arte e cultura do que Goebbels, e de fato ele raramente podia ver sob a superfície. No entanto, deixou para esse homem a direção desta esfera da vida alemã que amou com tanta paixão. Porque como mais tarde pude dizer a mim mesmo, ele soube rodear o Führer com um ambiente que eu nunca poderia criar. Ele alimentou o elemento teatral no Führer." O papel de Rosenberg seria de enorme importância para Hitler apenas em sua política exterior contra as nações invadidas.

Rosenberg constituiu a Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg (ERR), que seria usada para confiscar bens culturais para o Institut zur Erforschung der Judenfrage (Instituto para a Investigação da Questão Judaica). Em julho de 1940, emitiu-se a ordem de conseguir livros para a mítica biblioteca nazista chamada Hohe Schule,[17] que teria sua sede na Baviera. Entre suas funções estava a de atuar nas zonas ocupadas para investigar bibliotecas, arquivos e museus. Em 12 de junho de 1942, foi criado o Escritório de Confisco de Bens Culturais nos Territórios Ocupados, que cumpriu sua tarefa de maneira bastante eficaz. Sabe-se que o total de arquivos examinados se desenrolou em 402 museus, 531 institutos e 957 bibliotecas.

Por intermédio do Ministério da Propaganda ou da ERR, os nazistas destruíram ou espoliaram a cultura de todos os países invadidos. Em 1940, a Holanda foi objeto de um saque sem precedente. Em setembro, foram confiscadas a Biblioteca Klossiana, da maçonaria, e a biblioteca do Instituto de História Social, fundada em 1934, com 160 mil livros. Não se salvaram a Biblioteca Judaica Rosenthaliana,[18] com cem mil volumes, nem as bibliotecas das comunidades judaico-portuguesas, sefarditas ou judaico-alemãs. Em 1945, quando reapareceram os livros da Rosenthaliana, muitos deles estavam esburacados por tiros. O Arquivo do Movimento de Mulheres foi saqueado da mesma forma que a Sociedade Teosófica, que tinha livros em sânscrito, a Aliança Francesa, a Sociedade Spinoziana, a Sociedade Antroposófica, os Grupos de Estudo de Esperanto, editoras como Albert de Lange, Querido, Pegasus-Verlag e Bermann-Fischer.

O apoio do comandante da Wehrmacht na Holanda facilitou o confisco de livros em forma maciça e assim foi possível encaixotar as obras do judeu De Cat in Haarlem. Outra biblioteca que teve o azar do saque foi a de Beth-Hamidrasch Etz Chaim, em Amsterdã, fundada em 1740 e dotada de quatro mil volumes. O Seminário Israelita da Holanda, com 4.300 volumes hebraicos e dois mil judaicos, foi violentamente reprimido, da mesma maneira que a Sociedade Judaica de Literatura, com seus preciosos manuscritos de 1480 a 1560. De 1942 a 1944, 29 mil judeus deportados perderam um milhão de livros.

Na Bélgica, o estrago causado ao patrimônio bibliográfico foi enorme. A biblioteca da Universidade de Louvain foi queimada pela segunda vez. Em 18 de janeiro de 1941, G. Utikal, líder de operações da ERR no oeste, escreveu a Rosenberg para informá-lo de seu trabalho no confisco de bibliotecas e de seu interesse pelos livros dos políticos que fugiram do país. De outubro de 1940 a fevereiro de 1943, oitocentas caixas foram enviadas a Berlim e se calcula que foram roubados 120 mil livros. Em 21 de junho de 1940, foi confiscada a coleção da livraria comunista Obla, e, seguindo-se a este ato, foram revistados oito mil casas e apartamentos. Tampouco tiveram sorte as bibliotecas da livraria Cosmópolis, o Instituut voor Sociale Geschiedenis, ou a Casa dos Jesuítas, com sessenta mil livros.

A França foi invadida em 2 de maio de 1940 quando os tanques alemães romperam as defesas. Em 3 de junho, Paris foi bombardeada. Onze dias depois o exército nazista entrou na capital, num polêmico desfile pelos Champs Élysées. A ERR confiscou 723 bibliotecas, com

1.767.108 livros. Para Frankfurt foram enviados os livros da Aliança Israelita Universal, com quarenta mil volumes, da Escola Rabínica, com dez mil volumes, da Sociedade dos Judeus da França, com quatro mil volumes, e os vinte mil livros da livraria Lipschütz, os 15 mil livros do editor Calman Levy e a coleção de cinco mil volumes de David Weill. Milhares de livros judaicos foram queimados de forma continuada.

De 1940 a 1944, o Museu do Jeu de Paume se converteu no depósito de 22 mil obras de arte roubadas pelos nazistas. O especialista Jacques Jaujard, que era diretor dos Museus Nacionais da França, evacuou tesouros do Louvre para o interior, a fim de protegê-los, mas com pouca sorte.[19] A unidade de *Sanderstab Musik* confiscou milhares de livros e instrumentos musicais de virtuosos como Wanda Landowska, Darius Milhaud, Gregor Piatigorski e Arthur Rubinstein.

A Biblioteca Turgueniev, no ano da invasão de Paris, era dirigida por uma organização presidida pelo historiador russo Dmitrii Odinets, e no conselho estavam Mark Aldanov, Mikhail Osorgin e Boris Nicolaevski. Era uma instituição para os emigrados russos e tinha prestígio enorme porque o próprio Lenin estudou com seus livros. Os documentos de Ivan Bunin estavam depositados ali. Durante a invasão, a ERR chegou ao local e empacotou em outubro cinco mil livros, para escândalo do diretor, que foi detido. Também foram confiscados os arquivos, as estátuas e as pinturas. Anos mais tarde os livros desta biblioteca se dispersaram e o que se preservou foi transportado para a União Soviética. Nos anos 1950, vários livros foram enviados para a Biblioteca Lenin, mas um conjunto considerável foi colocado na biblioteca do Clube de Oficiais de Legnica, onde, por desgraça, o encarregado da biblioteca reduziu-o a cinzas.

Os membros da ERR, preocupados com o conteúdo da Biblioteca Petliura[20] e sua relação com as atividades de emigrados ucranianos, visitaram o centro em 22 de julho de 1940, localizado no número 41 da rua La Tour d'Auvergne. Em 22 de outubro a biblioteca foi selada e, de 20 a 24 de janeiro de 1941, um grupo de soldados encaixotou 15 mil livros e os confiscou para sua posterior transferência para Berlim. A maioria desses livros desapareceu.

Em 12 de março de 1938, a Áustria foi ocupada pelo exército nazista. Não houve resistência e logo começou o processo de Anschluss (anexação) e a perseguição aos judeus, que contavam com 444 organizações. A perseguição contra os intelectuais foi especialmente cruel e muitos escritores optaram pelo suicídio. Foram queimados exemplares de Heinrich Heine, Friedrich Wilhelm Foerster, Konrad Heiden e Tucholsky. A paranoia aumentava e se cometeram excessos curiosos como em Krems, onde foi confiscada uma edição de Homero em grego da biblioteca de Paul Brüll porque os agentes acreditavam que continha anotações em código para sequestrar nazistas na Áustria. Também foram confiscados os livros do rabino de Viena, o doutor Israel Taglicht. Quanto a Josef Bick, diretor da Biblioteca de Viena, foi detido e levado ao terrível campo de concentração de Dachau. Muitos dos livros do barão Louis de Rothschild foram saqueados e se perderam para sempre. Alguns livros como o *Talmude* e a Torá foram jogados no Danúbio.

Em 10 de novembro, os nazistas destruíram 267 sinagogas e suas bibliotecas.[21] Em aberta rivalidade com a ERR, o Ministério de Propaganda de Goebbels tinha em Viena um Departamento de Avaliação de livros chamado Bücherverwertungsstelle, apoiado pela Gestapo e pela SD. Em 25 de maio de 1939, nos depósitos desta unidade, o número de livros de lojas maçônicas era de 644 mil, dos quais 410 mil foram convertidos em polpa de papel.[22]

Muito antes da Segunda Guerra Mundial, a poderosa comunidade judaica da Polônia se distinguia por criar numerosos centros culturais que possuíam importantes bibliotecas e arquivos. Este esforço cultural ficou em ruínas em 1939. Às 4:45h da madrugada de 1º de setembro, as tropas nazistas da Alemanha invadiram a Polônia. As divisões Panzer foram seguidas pela infantaria motorizada e apoiadas por aviões da Luftwaffe que bombardearam o país sem misericórdia. Em três semanas a resistência polonesa cedeu e seu governo fugiu para a Romênia. Logo começou um processo perverso de purificação cultural.

Os Brenn-Kommandos acabaram com as sinagogas judaicas e incendiaram a Grande Biblioteca Talmúdica do Seminário Teológico Judaico de Lublin. Um informe nazista assinalava que era "motivo de especial orgulho destruir a Academia Talmúdica, conhecida como uma das maiores da Polônia. (...) Retiramos os livros da notável biblioteca talmúdica para fora do prédio e colocamos os livros num mercado, onde tocamos fogo neles. O fogo demorou vinte horas".

A partir de 1939, não houve semana em que não se produzisse um ataque a uma biblioteca ou a um museu polonês. A Biblioteca Raczynsky, a Biblioteca da Sociedade Científica e a Biblioteca da Catedral (dotada de uma renomada coleção de incunábulos) sofreram incêndios devastadores. Em Varsóvia, a Biblioteca Nacional, em outubro de 1944, foi destruída com tamanha sanha que se queimaram setecentos mil livros.

Isto não é tudo: a biblioteca militar, com 350 mil obras, foi arrasada. Ao abandonar o país, os alemães queimaram os arquivos da Biblioteca Pública. A Biblioteca Tecnológica da Universidade, com 78 mil livros, foi atacada e destruída em 1944. A duras penas, os bibliófilos resgataram 3.850 títulos alguns anos depois.

Cracóvia foi bombardeada durante três dias em 1939. Os soldados destruíram a biblioteca Ch. Hilfstein e a da Associação de Alunos Judeus do Colégio de Administração e Comércio. As bibliotecas das escolas foram particularmente saqueadas e destruídas. Foram queimados os livros das escolas de Ceder Iwri e da escola de mulheres, com 2.614 volumes, e 56 volumes do *Talmude Torá I* e 57 do *Talmude Torá II* da escola elementar. Quando a guerra acabou não havia livros nas escolas judaicas.

A biblioteca I. L. Peretz foi saqueada, da mesma maneira que o Centro Mizrachi, com seus 480 volumes, a Hacair e a da associação Doutor M. Rosenfeld. Entre as bibliotecas de empréstimo, a de Abraham e Adolf Gumplowicz, com 25 mil livros, sofreu destruição total. A Biblioteca Universal foi queimada e sua proprietária, Matylda Grossfeld, enviada ao campo de concentração de Bez Aeec, onde morreu vítima da fome em 1943.

Em 13 de setembro, foram fechadas as sinagogas da Cracóvia. Todos os exemplares do *Talmude* ou da Torá foram queimados. Em lugar de centros judaicos, foram abertas bibliotecas alemãs na Cracóvia, como a Staatsbibliothek Krakau, criada em abril de 1941. A Divisão Oriental, em novembro de 1942, elaborou um pormenorizado informe para enumerar as coleções confiscadas e postas na Staatsbibliothek. Entre outras informações, indicou que foram transferidos os oitocentos volumes do doutor S. Schmelk, os três mil de M. Schor e 3.900 livros da Biblioteca Ezra, sobreviventes de sessenta mil livros. Em meio a este horror, uma comissão coordenada pelo erudito Peter Paulsen chegou a Cracóvia e ordenou o confisco de livros e obras de arte.

Segundo os especialistas, cerca de 15 milhões de livros desapareceram na Polônia. Em 1940, começou um processo de depuração das livrarias e bibliotecas levado a cabo pelo Hauptabteilung Propaganda der Regierung des Generalgouvernements (Departamento da Administração Geral do Governo), que teve a honra duvidosa de preparar as listas de títulos proibidos e chegou a incluir 3.200 livros.

De 1938 a 1945, o exército alemão, inspirado pelo mito de uma raça pura, com textos sagrados, também ocupou a Tchecoslováquia. Quase imediatamente as bibliotecas da região dos Sudetos sofreram saques e

numerosos ataques, além das queimas públicas de livros. K. H. Frank, em novembro de 1939, ordenou o fechamento das universidades. No outono de 1942, outro decreto forçou a entrega de todos os escritos tchecos que fossem primeiras edições ou edições raras. Os livros dos judeus tchecos contemporâneos foram destruídos e as obras de alguns autores clássicos desapareceram rapidamente.

Na Rússia, a política de destruição da memória dos povos foi aplicada de maneira regular. Em Petrovoredz, existiam 34.214 peças nos museus e 11.700 livros raros nas bibliotecas dos palácios. Em 23 de setembro de 1941, os soldados saquearam todos os museus e queimaram os livros que consideraram impróprios. Em Novgorod, os monumentos, obras artísticas e livros confiscados foram destruídos. Em Smolensk, existia um Museu de Arte fundado em 1898, que foi saqueado, e foram devastadas todas as bibliotecas e escolas. Pelo menos 646 mil livros desapareceram ali. Nas redondezas de Moscou, foram aniquilados 112 bibliotecas, quatro museus e 54 teatros. No povoado de Polotnyanny Zavod, foi saqueado e depois queimado o Museu Pushkin. Também foi ocupada a Casa Museu de Tolstoi, em Iasnaia Poliana, e queimados vários manuscritos.

A Academia de Ciências da Bielorrússia foi queimada com seus livros. Como se não bastasse, na Biblioteca Pública de Odessa, foram queimados dois milhões de livros. Pelo menos 1.670 igrejas ortodoxas foram queimadas, 237 igrejas católicas, 69 capelas, 532 sinagogas, sempre com todos seus depósitos bibliográficos.

Na Ucrânia, os alemães destruíram 151 museus, 62 teatros e 19.200 bibliotecas. Quando os soldados alemães invadiram a Estônia, em 1941, todos os livros pró-soviéticos foram proibidos e destruídos.

Esta política nazista de destruição provocou a transferência de milhões de livros e obras de arte que, em muitos casos, continuam sem serem devolvidos ao lugar de origem ou estão desaparecidos. Há milhares de coleções cujos donos reclamaram em vão sua devolução.[23]

Segundo W. Jütte,[24] foram destruídos livros de mais de 5,5 mil autores. Os principais livros dos mais destacados representantes do início do século XX na Alemanha receberam vetos contínuos e arderam sem piedade. A Comissão para a Reconstrução Cultural Judaico-europeia estabeleceu que, em 1993, havia 469 coleções de livros judaicos, com mais de 3,3 milhões de volumes,[25] distribuídas de modo irregular. Quando a Segunda Guerra Mundial acabou não restava nem a quarta parte destes livros.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi um dos acontecimentos mais devastadores do século XX não apenas porque acabou com a vida de milhões de homens e mulheres, mas porque destruiu grande parte do legado cultural da Europa. Milhões de obras foram roubadas e milhões de livros e arquivos aniquilados.

O dano causado por esta destruição mundial provocou uma reação por parte das organizações internacionais e, em 1954, aprovou-se em Haia a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado. Era um passo importante que tentava criar consciência sobre o memoricídio, e numerosos países aderiram à medida que propunha, entre outras coisas:

1. Salvaguardar e respeitar os bens culturais em caso de conflito armado tanto de caráter nacional como internacional.
2. Prever a possibilidade de estabelecer proteção especial a um número limitado de abrigos destinados a salvaguardar bens culturais móveis em caso de conflito armado, de centros monumentais e outros bens culturais imóveis de grande importância, inscrevendo-os no Registro Internacional de Bens Culturais sob Proteção Especial.
3. Levar em conta a possibilidade de fixar o selo protetor distintivo da convenção em alguns prédios e monumentos importantes.
4. Criar dentro das Forças Armadas unidades especiais que se encarreguem da proteção do patrimônio cultural.
5. Penalizar as violações da convenção e dar-lhe ampla difusão entre o público em geral e certos grupos específicos, como os profissionais do patrimônio cultural, o Exército ou os serviços encarregados do cumprimento da lei.

No entanto, a verdade é que a existência de um instrumento de tal natureza não impediu que os conflitos armados e os processos de colonização determinassem, de 1930 a 2003, um saque interminável da memória histórica de dezenas de povos.

Os chineses também saqueiam

Qualquer desculpa parece boa para fazer a guerra. Em 7 de julho de 1937, o exército japonês atacou a ponte Marco Polo, nas cercanias de Pequim, para vingar um ultraje de que ninguém mais se lembrava.

O general chinês Chiang Kai-Shek, que evitara os combates diretos, teve de iniciar uma guerra de resistência com o Kuomintang e um exército popular que não pôde conter o avanço do inimigo. Em novembro caíram Xangai e Nanquim. Em 1931, dentro de seus planos de expansão, os japoneses se apoderaram da Manchúria. A situação era realmente caótica. Em dezembro, cinquenta mil soldados japoneses assassinaram trezentas mil pessoas num lapso de tempo de quatro semanas. Em 1938, o Japão dominava o noroeste da China, interior do vale do Yang-tse até Hankou, e a região ao redor de Cantão na costa sudoeste. O Kuomintang se deslocou para Chongqing, na província central de Sichuan.

Durante esta guerra, ocorrida de 1937 a 1945, o número de bens culturais arrasados foi enorme. Em 1912, a biblioteca pública de Pequim tinha duas divisões. Havia um total de 51 bibliotecas e 239 bibliotecas gratuitas para uma população de 433 milhões de pessoas. Em 1925, a cifra aumentou para 552 bibliotecas, e em 1928 havia 643. Em 1934, já havia 2.818 e, em 1936, 4.041 bibliotecas. Era um momento de auge despertado a partir da revolução literária, o movimento de 4 de maio de 1919 e a massificação da educação.

Os efeitos da destruição causada pelo Japão foram letais. Os bibliotecários conseguiram salvar os livros em língua estrangeira da Universidade Nan-ka'i, mas em 1937 um brutal ataque com bombas e artilharia reduziu a cinzas mais de 224 mil livros. Na região de Paoting, capital de He Pei, não escaparam o Instituto He-pei de Tecnologia, o Colégio Nacional Peiyang de Engenharia, o Colégio Normal de Mulheres, o Colégio de Comércio e de Leis. Além do saque, a coleção de 350 mil livros da biblioteca da Universidade Nacional de Tsing-Hua sofreu tantos danos que foram destruídos duzentos mil deles.

Dentro da política de apagar a memória do adversário, observada durante muitos dos acontecimentos desta história, percebe-se que os japoneses não perdoaram as bibliotecas de Xangai, Nanquim, Soochow e Hangchow. Um relato conta que um militar japonês disse que "a China seria purificada de seu pensamento corrupto". A coleção da Universidade da Grande China, da Universidade de Xangai, da Universidade do Conservatório de Música e outras coleções privadas foram atiradas às ruas e convertidas em piras públicas. As lojas de numerosos antiquários foram roubadas diante dos olhos impassíveis das máximas autoridades japonesas.

Os saqueados e atacados repetem, por seu turno, os mesmos erros: são humilhados mas insistem em humilhar os outros. A ocupação chinesa

do Tibete, em 1950, por exemplo, condenou dezenas de escritos ao desaparecimento, e em 1966 o número aumentou de maneira alarmante e um monge que possuía determinados livros podia ser condenado ao cárcere ou à morte, como confirmou E. M. Neterowicz.[26] Pelo menos seis mil mosteiros e mais de cem mil monges foram atacados, e as obras de arte desapareceram.

Em 18 de agosto de 1966, o mundo inteiro soube da existência da Guarda Vermelha, um exército de militantes fanáticos do comunismo na República Popular da China. A impressão causada por esta descoberta foi enorme porque este grupo de jovens vindos das cidades e dos campos vociferava, na praça Tiananmen, em Pequim, citações do *Livro vermelho* de Mao Tsé-Tung e, em nome desse livro, pedia uma transformação radical da nação. De certa maneira, Mao Tsé-Tung, em 1966, sabia que era necessário mudar as estratégias porque seus inimigos se apoderavam dos espaços políticos e militares importantes, e as grandes contradições e falhas do Grande Salto para a Frente, que o obrigaram a abandonar os cenários públicos, exigiam uma iniciativa rápida. Na 11ª Sessão Plenária do Oitavo Comitê do Partido, em 8 de agosto, fez promulgar a Grande Revolução Cultural Proletária, um texto que viria a ser conhecido como o dos Dezesseis Pontos.

Dias mais tarde, reuniu-se com o movimento Hongweibing (Guarda Vermelha), integrado por jovens de 12 a 30 anos, organizados em sessões e destacamentos, com quartéis-generais provinciais e municipais. Na praça, mostrou aos opositores o novo instrumento de luta de que dispunha e, para demonstrar seu apreço aos rebeldes, vestiu uma faixa vermelha. A Revolução Cultural se pôs, então, em marcha. No fundo, era uma tentativa de introduzir a análise marxista da sociedade para destruir os focos de resistência intelectual e popular e as inclinações "capitalistas" da população e dos membros do Partido Comunista. Mao queria reduzir o que chamou de Quatro Velhos: costumes, hábitos, cultura e pensamento. Traçou-se como objetivo a construção de um novo país, mas sob a premissa de que não existe "nenhuma construção sem destruição" e de que "é justo se rebelar contra os reacionários".

Em pouco tempo, os intelectuais classificados de "oportunistas" sofreram ataques e prisão. Nas ruas, milhões de guardas vermelhos, vestidos da mesma maneira, atemorizavam os líderes mais moderados e submetiam pela força qualquer escritor que não dedicasse sua obra à revolução. Desde 1949, a queima de livros era bastante popular, mas aumentou em 1967, em plena Guerra Fria, quando sobreveio uma etapa de

destruição maciça de obras, em todo o país. A Universidade de Pequim sofreu o confisco e queima de todos os livros considerados daninhos à consciência do povo.[27] Era tal a histeria que um autor como Pa Chin confessou: "Destruí livros, revistas, cartas e manuscritos que armazenei durante anos. (...) Neguei completamente a mim mesmo a literatura e a beleza."[28]

Da Palestina a Sarajevo

Em junho de 1967, Israel atacou os árabes, no episódio conhecido como a Guerra dos Seis Dias, e conquistou o Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia, as colinas de Golã (na Síria) e a zona oriental de Jerusalém. Como resultado desta guerra e depois de uma série de acordos, Israel devolveu alguns dos territórios ocupados, mas se apoderou de outros, hoje em disputa. Esta luta, estimulada por setores extremistas de ambos os lados, causou milhares de perdas relacionadas com os bens culturais. Bibliotecas e arquivos, museus e peças de arte desapareceram.

A pressão pelas flagrantes violações da identidade das comunidades por parte das grandes potências fez com que em Argel se aprovasse, em 1976, a Declaração Universal dos Direitos dos Povos, em que se condenava o imperialismo que "com procedimentos pérfidos e brutais, com a cumplicidade de governos que proclamam sua supremacia, continua a dominar uma parte do mundo. Intervindo direta ou indiretamente, por intermédio das empresas multinacionais, utilizando políticos locais corrompidos, ajudando regimes militares que se baseiam na repressão policial, tortura e extermínio físico dos opositores; por um conjunto de práticas chamadas neocolonialismo, o imperialismo estende seu domínio a numerosos povos". No segundo artigo, proclamou que "todo povo tem direito ao respeito de sua identidade nacional e cultural". O que realmente surpreende é que nos trechos sobre cultura estabeleceu:

> Artigo 13.
> Todo povo tem direito de falar sua própria língua, preservar e desenvolver sua própria cultura, contribuindo assim para enriquecer a cultura da humanidade.
> Artigo 14.
> Todo povo tem direito às suas riquezas artísticas, históricas e culturais.

Artigo 15.
Todo povo tem direito a que não lhe imponham uma cultura estrangeira.

O artigo 17 menciona uma expressão que teria um grande futuro: "Todo povo tem direito a utilizar o patrimônio comum da humanidade, como o alto-mar, o fundo dos mares, o espaço extra-atmosférico." Este conceito de "patrimônio comum da humanidade" já fora utilizado nas Nações Unidas em 19 de junho de 1967, em meio às discussões sobre o futuro especial do espaço ultraterrestre. O autor intelectual foi o professor Aldo A. Cocca, que conseguiu declarar a Lua, os planetas e os corpos celestes como "patrimônio comum da humanidade".

Alheios aos acordos internacionais, na Bósnia-Herzegovina os sérvios perpetraram os atos de violência cultural mais desproporcionais da história da Europa. De 1993 a 1994, quando a ONU discutia a possibilidade de julgamentos rigorosos aos criminosos na guerra da Bósnia, as milícias da HVO (nacionalistas croatas da Bósnia) destruíam sem piedade de diversos monumentos muçulmanos. Entre outros prédios, arrasaram mesquitas, bibliotecas públicas e particulares, estátuas e todo o patrimônio do grupo adverso.

Acredita-se que de 1992 até o final da guerra foram afetadas 188 bibliotecas, 43 completamente destruídas, e resultaram devastados 1.200 mesquitas, 150 igrejas católicas, dez igrejas ortodoxas, quatro sinagogas, mil monumentos culturais, e esta conta ainda não está fechada.

Um escritor bósnio, Ivan Lovrenovic, contou que a Vijecnica, o imponente, elevado e colorido prédio dedicado a abrigar a Biblioteca Nacional da Bósnia-Herzegovina, em Sarajevo, aberto em 1896 junto ao rio Miljacka, foi bombardeado desde as 10:30h da noite de 25 de agosto de 1992 com fogo de artilharia.[29] A biblioteca tinha 1,5 milhão de volumes, 155 mil obras raras, 478 manuscritos, milhões de jornais do mundo inteiro, mas foi devastada por ordem do general sérvio Ratko Mladic com 25 obuses incendiários, lançados durante três dias, apesar de suas instalações estarem marcadas com bandeiras azuis para indicar sua condição de patrimônio cultural.

Os informes do Conselho de Segurança Europeia se referiram a "uma catástrofe cultural e europeia de amplitude aterradora";[30] e num informe penoso, melancólico e severo a Comissão de Especialistas das Nações Unidas estabeleceu que houve "destruição de bens culturais que não

pode ser justificada por necessidade militar".[31] Nem sequer os nazistas conseguiram destruir com tanta eficiência.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 25 de maio de 1993, criou o Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia por meio da resolução 827, para julgar os responsáveis por violações das convenções de Genebra de 1949, genocídios e crimes de guerra. Em seu Artigo 3, optou por condenar penalmente os que os cometeram:

d) A tomada, destruição ou dano deliberado de prédios consagrados à religião, à beneficência e ao ensino, às artes e às ciências, aos monumentos históricos, às obras de arte e às obras de caráter científico;
e) A pilhagem de bens públicos ou particulares.

No Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional, aprovado em 17 de julho de 1998, claramente se estabeleceu a sanção contra aqueles que dirigirem "intencionalmente ataques contra edifícios dedicados ao culto religioso, educação, artes, ciências ou beneficência, monumentos, hospitais e outros lugares em que se agrupam doentes e feridos, à condição de que não sejam objetivos militares" (8e. IV). Em 1º de julho de 2002 entrou em vigor este novo instrumento jurídico.

Em 1999, reforçou-se a proteção dos bens culturais no âmbito internacional com a aprovação de um Protocolo complementar à Convenção de 1954 e, no Artigo 9, estabeleceu-se claramente:

1. Sem prejuízo das disposições dos Artigos 4 e 5 da Convenção, toda Parte que ocupar total ou parcialmente o território de outra Parte proibirá e impedirá em relação ao território ocupado:
a) exportação ou qualquer outra transferência ilegal de bens culturais;
b) toda escavação arqueológica, salvo quando absolutamente indispensável para salvaguardar, registrar ou conservar bens culturais;
c) toda transformação ou modificação da utilização de bens culturais com que se pretenda ocultar ou destruir testemunhos de índole cultural, histórica ou científica.
2. Toda escavação arqueológica, transformação ou modificação da utilização de bens culturais em território ocupado deverá se efetuar, a não ser que as circunstâncias não permitam, em estreita cooperação com as autoridades nacionais competentes desse território ocupado.

De Bamiyan a Bagdá

Em 2001, o grupo radical integrado pelos talibãs escandalizou o mundo ao começar o saque e a eliminação das estátuas gigantescas de Buda em Herat, Ghazni, Cabul e Jalalabad. Um jornalista que perguntou o que ia acontecer com as estátuas no vale de Bamiyan, no centro do Afeganistão, recebeu esta resposta de um fundamentalista: "Quero garantir que nem as pernas nem as cabeças restarão." "Não temos a intenção de deixar as estátuas em pé." Desta maneira foram arrasadas duas colossais figuras de Buda escavadas na rocha, as maiores do mundo, com 34,5 e 53 metros de altura e que datavam do século II depois de Cristo.

Em reação a este ataque,[32] a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris em seu 32º encontro, em 2003, elaborou uma enérgica declaração de repúdio cujo enunciado advertia:

> Recordando a trágica destruição dos Budas de Bamiyan, que afetou toda a comunidade internacional,
> Expressando sua profunda preocupação pelo aumento do número de atos de destruição intencional do patrimônio cultural,
> Referindo-se ao Artigo I.2.c da Constituição da Unesco, na qual se recomenda que ela ajude a conservar, progredir e difundir o saber "zelando pela conservação e a proteção do patrimônio universal de livros, obras de arte e monumentos de interesse histórico ou científico, e recomendando às nações interessadas as convenções internacionais que sejam necessárias para tal fim",
> Recordando os princípios enunciados em todas as convenções, recomendações, declarações e cartas da Unesco relativas à proteção do patrimônio cultural,
> Consciente de que o patrimônio cultural é um componente importante da identidade cultural das comunidades, grupos e indivíduos, e da coesão social, razão pela qual sua destruição deliberada pode depreciar tanto a dignidade como os direitos humanos,
> Reiterando um dos princípios fundamentais enunciados no Preâmbulo da Convenção de Haia para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado de 1954, onde se afirma que "os danos causados aos bens culturais pertencentes a qualquer povo constituem uma depreciação do patrimônio cultural de toda a humanidade, posto que cada povo aporta sua contribuição à cultura mundial",
> Recordando os princípios relativos à proteção do patrimônio cultural em caso de conflito armado estabelecidos nas Convenções de Haia de 1899 e 1907, e em particular os Artigos 27 e 56 do Regulamento anexo à Quarta Convenção de Haia de 1907, assim como outros acordos posteriores,
> Consciente da aparição de regras de direito internacional consuetudinário, reafirmadas pela jurisprudência pertinente, relativas à proteção do patrimônio cultural tanto em tempos de paz como em caso de conflito armado,
> Recordando também as cláusulas 8.2.b.ix e 8.2.e.iv do Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional, e, seguindo-se, o parágrafo *d)* do Artigo 3 do Estatuto do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia, referentes à destruição intencional do patrimônio cultural.

E desta maneira se reafirmou o valor do patrimônio cultural e precisou o que se entendia por destruição intencional:

> (...) entende-se por "destruição intencional" qualquer ato que objetive a destruição total ou parcial do patrimônio cultural e ponha assim em perigo sua integridade, realizado de tal modo que viole o direito internacional ou atente de maneira injustificável contra os princípios de humanidade e os sugeridos pela consciência pública, neste último caso, na medida em que ditos atos não estejam regidos pelos princípios fundamentais do direito internacional.

No mesmo ano desta tardia declaração, o mundo voltou a viver uma catástrofe cultural. Na sua visão errante do conflito com o grupo árabe Al-Qaeda, possível responsável pelo ataque ao World Trade Center em 2001, o governo George W. Bush aniquilou a cultura do Iraque, cujas consequências foram trágicas. O impacto psicológico foi, nesse sentido, total.

Por ação ou omissão, o Exército dos Estados Unidos estimulou a queima de um milhão de livros da Biblioteca Nacional de Bagdá e no resto das bibliotecas do país; a isto se deve somar o saque de 13 mil obras de arte do Museu Arqueológico de Bagdá e de todos os outros museus, e, como se não fosse suficiente, sete mil sítios arqueológicos foram objeto de pilhagem, tendo sido roubadas mais de 150 mil peças de arte antiga. Universidades, academias, clubes e escolas se converteram em ruínas: em Bagdá, Mossul e Bassora, o desastre deixou milhares de estudantes sem locais de estudo.

Em 2004, Falluja e Nasiriya sofreram ataques que arrasaram todos os seus vestígios culturais: dezenas de mesquitas ficaram em ruínas.

A 1º de abril de 2005, explodiu parte do minarete de Samarra, que fora utilizado por francoatiradores dos Estados Unidos para disparar contra militantes da resistência; e em junho as tropas polonesas causaram danos irreversíveis no assentamento de Babilônia, segundo constatou um especialista do Museu Britânico.[33] No início se acreditou que os saques culturais eram espontâneos; hoje sabemos que foram premeditados.

O projeto do Pentágono de reconstrução cultural do Iraque abarcou o assassínio de intelectuais em mãos de grupos paramilitares iraquianos treinados pela CIA. É um plano que explica por si só a guerra cultural do Iraque. A censura contra intelectuais iraquianos foi aplicada por Paul Bremer III, coordenador da CPA (sigla da Coalition Provisional Authority). No começo, este político neoconservador especificou nove temas proibidos e, para se justificar, comentou que era "uma permuta de segurança por um pouco de liberdade". Sua decisão permitiu o fechamento de dez jornais, um dos quais, *Al-Hawza al-Natiqa*, foi defendido em março de 2004 com marchas da multidão em Bagdá. Alguns jornalistas, envergonhados pelo encarceramento de seus colegas e o excesso de censura, atreveram-se a renunciar a seus cargos, como foi o caso de Ismael Zayer, redator-chefe de *Al-Sabah*, diário paradoxalmente financiado pelos Estados Unidos. Com a chegada de Iyad Allawi, em 2004, começou uma época de terror com a designação de uma comissão que intimidou qualquer redator de opinião que questionasse o trabalho do recém-empossado primeiro-ministro.

Segundo denúncias mais recentes, em janeiro de 2006 se descobriu que o infame Comitê de Desbaathização, controlado pelo Congresso Nacional Iraquiano, perseguiu qualquer intelectual suspeito de participar do Partido Baath que apoiou Saddam Hussein, e confiscou em residências e instituições todo documento escrito por algum baathista. Funcionários públicos das instituições culturais que não estão de acordo com a presença de tropas dos Estados Unidos no Iraque são logo despedidos. No mercado de Al-Mutanabbi, é proibido vender qualquer livro que faça alusão ao regime anterior à ocupação; é interessante ler os novos livros de história autorizados pelo Ministério da Educação porque foram suprimidas as referências negativas do colonialismo inglês na região durante os anos 1920 e 1930.

Segundo a União Iraquiana de Professores Universitários, já se cometeram mais de mil assassínios contra intelectuais desde abril de 2003. No dia 30 de julho de 2004, uma sexta-feira, numa das labirínticas ruas de Mamudiya, a trinta quilômetros ao sul de Bagdá, foi assassinado Ismail Jabbar al-Kilabi, diretor do Instituto Normal de Ensino. Em 27 de julho, foi atacado Muhammad al-Rawi, presidente da Universidade de Bagdá. Sua morte não foi um caso isolado. Também morreu o doutor Abdul Latif al-Maya, eminente acadêmico de ciências políticas da Mustansiriya. Tive o prazer de conhecê-lo, e fiquei sobremaneira surpreendido de que, logo depois de suas declarações a uma televisão, fosse vítima do fogo de metralhadoras que não procediam, pelo menos até onde se sabe, de integrantes da resistência. Ambos eram críticos severos da política de invasão e nenhuma investigação permitiu saber quem os alvejou.

Há outros mortos. Menciono o crime horrendo contra o doutor Nafa Aboud, professor de literatura árabe da Universidade de Bagdá, cujo único delito foi pedir a paz para seu país. E, na lista macabra que não entregarei completa, ressalto o monstruoso atentado contra o doutor Sabri al-Bayati, geógrafo, erudito que criou uma escola de grandes profissionais. E não vejo como esquecer o doutor Fala al-Dulaimi, assistente do decano da Mustansariya, o doutor Hissam Shariff, membro notável do Departamento de História da Universidade de Bagdá, ou o professor Wajih Mahjoub, do Departamento de Educação Física.

Mario Vargas Llosa, no prefácio de seu *Diário do Irak*, escreveu: "Todos os sofrimentos trazidos pela intervenção militar são ainda mínimos se comparados aos que os iraquianos sofreram devido à política genocida, de abjeção e de repressão sistemática do Baath."[34] Sua tese era a do mal menor: justificou a invasão pelo serviço prestado com a queda da ditadura de Hussein. É um retorno cômodo da tese da guerra justa. No entanto, sua reflexão é inadmissível porque ignora que a ocupação deixou mais de setecentos mil mortos, fossas coletivas, tortura de prisioneiros em Abu Ghraib e Guantánamo, censura e assassinatos de mais de mil intelectuais e destruição irremediável do patrimônio histórico iraquiano.

CAPÍTULO II
comércio

Mais do que qualquer outro elemento único, a valorização dos preços da arte foi responsável pelo roubo, mutilação e destruição totais de obras de arte em todas as partes do mundo, e este é o problema.

Karl Meyer, *O saque do passado*

O FAVORÁVEL MERCADO DA IDENTIDADE

A guerra foi uma das fontes mais constantes de destruição cultural e saque, sob a premissa do direito de butim,[35] mas há outras causas que devem ser mencionadas.

No momento da ocupação da Grécia pelo império otomano, lorde Elgin pensou que os monumentos da civilização grega corriam perigo, pediu permissão para retirar os mármores do Partenon e a obteve. Com mais de trezentos operários, extraiu 7.410 metros dos mais de 15 mil do friso original; conseguiu, além disso, 15 das 92 métopes e 17 figuras parciais dos pedimentos, juntamente com peças do Erecteion, que ficara em ruínas na guerra de independência grega de 1821 a 1823. Apanhou pedaços do Propileu e do Templo de Ateneia Nikê. Posteriormente, lorde Elgin vendeu as obras que ainda se encontram no Museu Britânico, que se negou várias vezes a devolver os originais.[36]

Esta falsa vontade filantrópica enriqueceu milhares de museus em todo o mundo, e hoje se alega que este saque cultural foi necessário para preservar os bens culturais de países pobres que não poderiam preservar seu próprio legado. No fundo, os museus exibem o que pode ser

qualificado de troféus de guerra, obtidos como prova de uma invasão bem-sucedida. Os museus dos Estados Unidos e da Europa estão saturados de peças de origem ilegal. Mais de 60% da arte latino-americana pré-hispânica que sobreviveram estão fora de suas respectivas regiões.

O saque de bens culturais também é estimulado, antes de mais nada, por motivos estritamente econômicos, que mobilizam quadrilhas dedicadas à espoliação sistemática de sítios arqueológicos, paleontológicos, subaquáticos e pinturas rupestres em cavernas protegidas.

Na lista de negócios lucrativos, o tráfico ilícito de arte aparece depois do tráfico de drogas e de armas. Só na Itália, nos últimos cinco anos, a polícia confiscou 120 mil antiguidades extraídas ilegalmente. Mais da metade dos sítios arqueológicos na China, na cidade de Yennê no Mali e no Camboja, foi escavada por traficantes. Há 11 mil objetos de arte subtraídos do Iraque desde 2003. De 186 países, a Interpol se ocupa de denúncias de 25.

Quadro 7
Base de dados do tráfico ilegal de arte

País	*Pinturas e estátuas*	*Esculturas*	*Vasos*	*Mobiliário*	*Litúrgicos*	*Relógios*	*Livros*	*Outros*	*Cifra total*
África do Sul	0	0	0	3	0	0	0	19	22
Argélia	?	2	2	?	?	4	2	89	99(1)
Argentina	34	5	1	?	2	?	8	9	59
Armênia	2	?	?	?	1	?	?	?	?
Áustria	118	113	23	6	34	5	13	8	320
Bielorrússia	81	2	0	0	65	0	2	24	174
Bolívia	46	1	?	?	90	?	1	1	139
Camboja	0	19	0	0	0	0	0	0	19
Cazaquistão	25	0	0	0	14	15	18	96	168
Chipre	8	0	0	0	0	0	0	1	9
Equador	88	4	0	0	4	0	0	125	221
Eslovênia	7	25	5	1	2	2	2	93	137
Espanha	106	39		15	11	2	2	12	187
Estônia	0	0	0	0	1	0	0	7	8
França	?	?	?	?	?	?	?	?	?
Alemanha	?	?	?	?	?	?	?	?	?

País	Pinturas e estátuas	Esculturas	Vasos	Mobiliário	Litúrgicos	Relógios	Livros	Outros	Cifra total
Grécia	428	0	0	0	0	0	16	672	1.116
Hong Kong, China	?	1	1	?	?	?	1	6	9(2)
Hungria	246	23	30	1	1	78	16	0	395
Indonésia		80			4			800	884
Israel	2	1	1	1	47	7	17	366	442
Itália	4.874	1.589		5.427	3.402	605	1.879	10.019	27.795
Letônia	87	14	7		14		2		124
Luxemburgo	3	1	4	0	0	0	0	2	10
Malta	34	14	9	15	14	9	?	50	145
México	27	69	0	0	26	0	0	0	122
Mônaco	0	1	0	1	0	0	0	0	2
Polônia	341	128	?	13	179	21	6	4	692
Portugal	?	?	?	?	?	?	2	?	2
Rússia	2.428	11	?	1	44	16	246	511	3.257
Suíça	467	132	18	72	24	2.567	35	57	3.327
Síria	?	?	?	?	?	?	?	1	1
Tunísia	0	3	1	0	0	0	0	5	9

País	Pinturas e estátuas	Esculturas	Vasos	Mobiliário	Litúrgicos	Relógios	Livros	Outros	Cifra total
Turquia	3	47		1	3		103	20	177
Ucrânia	236	2	4		42	2	7	182	475
Zimbábue	0	0	0	0	0	0	0	2	2

Fonte: Interpol, 2007.

Há muito dinheiro em jogo e pouco a perder no tráfico ilegal de arte, que ainda é perseguido com pouca coragem pelas autoridades internacionais. A não ser quando estala um escândalo jornalístico, predomina o suborno nas alfândegas de portos, terminais rodoviários e aéreos, o que permite a exportação clandestina de obras de arte roubadas. O suborno substitui o imposto aduaneiro que se pagaria por uma peça legal.

A obra de arte é um bem que se valoriza anualmente de 10% a 15% e isto faz com que os traficantes armazenem grandes quantidades de arte em depósitos secretos durante anos, para desviar a atenção das buscas policiais. Os objetos então são negociados: agora se usa a internet e se criam páginas na *web* para informar os que estão interessados nos leilões. Em 2007, a Interpol e a Unesco propuseram uma série de medidas básicas para fazer frente ao aumento das vendas de bens culturais na internet. Não foi fácil, como se deve supor, chegar a isto:

> 1. Exortar firmemente as plataformas de venda na internet a incluir em suas páginas de vendas de bens culturais o seguinte texto de desobrigação de responsabilidade:
> "Em relação aos objetos culturais postos à venda, adverte-se os clientes antes de comprá-los que: i) solicitem a prova de que a procedência é legal, incluindo os documentos que comprovem a legalidade da exportação (e, se possível, também da importação) do objeto que provavelmente tenha sido importado; e ii) solicitem a comprovação do título de propriedade."

2. Pedir às plataformas de internet que proporcionem a informação pertinente às entidades encarregadas de aplicar a lei e cooperem com elas na investigação das ofertas suspeitas de venda de objetos culturais.
3. Criar uma autoridade central (no âmbito da polícia nacional da outra instância) que seja também responsável pela proteção dos bens culturais e se encarregue de comprovar e supervisionar permanentemente a venda de objetos culturais na internet.
4. Cooperar com as forças policiais nacionais e estrangeiras e com a Interpol, e também com as autoridades responsáveis de outros Estados interessados, com a finalidade de:
vigiar para que qualquer roubo e/ou apropriação ilícita de um objeto cultural seja comunicado aos Escritórios Centrais Nacionais da Interpol, para que a informação possa ser incluída na base de dados da Interpol sobre obras de arte roubadas;
difundir pela internet a informação sobre qualquer roubo e/ou apropriação ilícita de um objeto cultural, e também qualquer venda posterior do dito objeto cultural, tanto no território nacional de origem como no do destino;
facilitar a rápida identificação dos objetos culturais por meio de: i) a manutenção de inventários atualizados, com fotografias dos objetos culturais ou pelo menos sua descrição, por exemplo, mediante a norma Object-ID2; e ii) manter uma lista de especialistas recomendados;
usar todas as ferramentas disponíveis para efetuar comprovações sobre bens culturais suspeitos, em particular a base de dados da Interpol sobre obras de arte roubadas e os DVDs correspondentes da Interpol;
investigar e levar à justiça as atividades delituosas relacionadas com a venda de objetos culturais na internet e informar à Secretaria Geral da Interpol sobre as investigações mais importantes que abarquem vários países.
5. Manter estatísticas e arquivar a informação sobre as comprovações realizadas em matéria de vendas de objetos culturais pela internet, os comerciantes em questão e os resultados obtidos.
6. Adotar medidas jurídicas para tomar posse imediatamente dos objetos culturais em caso de existência de dúvida razoável sobre a legalidade de sua origem.
7. Garantir a devolução aos legítimos donos dos objetos de origem ilegal interceptados.

O saque, especialmente, é estimulado por colecionadores que pagam somas fabulosas em dinheiro pelo prazer de possuir peças de arte únicas. No México ou no Peru, a palavra *colecionador* tem sido sinônimo de

saqueador, porque os traficantes atendem, em determinadas ocasiões, pedidos especiais e pagam aos *huaqueros*, por exemplo, pequenas somas, de até cem ou duzentos dólares, e vendem o produto aos seus clientes por duzentos mil dólares. Miami e Madri são atualmente as cidades onde se faz a distribuição do crime cultural no planeta.

Em El Petén, os *huecheros* arriscam a vida nos saques programados no coração da selva, mas são vítimas de sua improvisação nas escavações ilegais, e amiúde perdem a vida enterrados em acidentes. Os verdadeiros organizadores dos saques dispõem de capital para investimento, são especialistas no cálculo do valor das melhores peças, mas o trabalho sujo é realizado por operários que costumam viver perto dos sítios e são explorados. Nos anos 1980, o contratador era, com frequência, amparado pela falta de legislação e se atrevia até a visitar os sítios.

Segundo Meyer, "a maior parte da arte vendida provém de três áreas — México, América Central e as repúblicas andinas da América do Sul — e quase tudo foi retirado como contrabando de seus países de origem".[37] Os *huaqueros* constituem gerações inteiras na América Latina. Há famílias que só conheceram o salário do saque de objetos arqueológicos desde a época colonial. Avós, pais e filhos, sujeitados pela pobreza, imaginam que um dia aparecerá uma peça que lhes salvará a vida e se consagram de corpo e alma ao sórdido e perigoso trabalho.

A corrupção política gerou parte do saque. O setor policial e militar na América Latina, em vez de proteger os sítios, durante décadas só serviu para garantir que a mercadoria roubada chegasse ao seu destino sem danos. Na pista de aterrissagem de Uaxactún, por exemplo, de 1960 a 1980 pousavam aviões em que os militares e até o governador chegavam para negociar com os contratadores, e em Carmelita aterrissavam helicópteros do Exército que transportavam as peças. O descaramento era habitual. No Peru, dezenas de *huaqueros* estavam a serviço de políticos. O desdém dos intermediários e saqueadores se baseava precisamente em sua impunidade.

Durante a triste época das ditaduras no Cone Sul, o saque cultural era contínuo e permitiu que numerosos oficiais pudessem adquirir coleções particulares como as do general Augusto Pinochet. Alguns chegavam a presentear os amigos com bens culturais nacionais, como manifestação de apreço.

Outra ação preocupante e causa de severa espoliação são os furtos em museus, bibliotecas, arquivos e fundações, que têm sido despojados devido à escassa vigilância. Em 2004, 24 infólios e gravuras de grande

valor foram roubados da biblioteca do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi um roubo realizado por encomenda, pois se tratava de registros sobre as primeiras expedições de naturalistas europeus em território brasileiro nos séculos XVI e XVII. No museu do complexo arqueológico Tambo Colorado, em Pisco, 24 peças arqueológicas, que incluíam valiosas cerâmicas paracas, nascas, waris e ica-chinchas foram subtraídas durante um assalto em 2006. O pior de tudo é que alguns ladrões destroem as obras que não conseguem vender, e dessa maneira muitos bens culturais considerados perdidos na realidade podem ter sido eliminados.

CAPÍTULO III

Império

Especialmente por causa do império, todas as culturas estão entrelaçadas umas às outras; nenhuma é simples e pura, todas são híbridas, heterogêneas, extraordinariamente diferenciadas, e não monolíticas.

Edward Said, *Cultura e imperialismo*

A DEFINIÇÃO DE UM IMPÉRIO

É difícil definir o que é um império; é impossível não reconhecê-lo. Ao longo da história pré-moderna, os primeiros impérios (egípcio, sumério, persa, assírio, grego, romano, chinês, islâmico) se destacaram por consolidar projetos de opressão baseados na utilização dos tributos para financiar as campanha de guerra, o culto religioso e um governo complexo; também foram eficientes em expandir o poder central às periferias por meio da invenção de tecnologias e infraestruturas; apoiaram a noção de uma elite que subjugou os povos invadidos mediante um sistema de ideias postuladas como universais, capazes de dissolver as particularidades (ainda que convidando os líderes estrangeiros a se juntarem a eles depois de aceitar a supremacia dos conquistadores). Os impérios se dividiram em centralizados ou descentralizados, e em brutais e benignos, marítimos ou terrestres.

A partir de 1500, ampliou-se de modo espetacular a extensão territorial conhecida com os descobrimentos geográficos do Novo Mundo e alguns países europeus que foram vítimas de conquistas em sua própria

história passaram a ser impérios, como aconteceu com a Espanha, que sofrera a invasão árabe. No século XIX, os ingleses renovaram o projeto europeu com o que hoje se conhece como neoimperialismo: por volta de 1876 se chegou a falar da rainha Vitória como imperatriz do Ocidente.

Segundo Michael Doyle, "o império é uma relação, formal ou informal, na qual um Estado controla a efetiva soberania política de outra sociedade política. Pode ser conseguido pela força, pela colaboração política, pela dependência econômica, social ou cultural. O imperialismo é simplesmente o processo de estabelecer ou manter um império".[38] Segundo Stephen Howe, império é "uma unidade política extensa, composta, multiétnica ou multinacional, usualmente criada por conquista, e dividida entre um centro dominante e outro subordinado, algumas vezes longínquo, periférico".[39] Para constituir as colônias, imaginou-se que era necessária a migração regulada, com a qual os colonizadores manteriam laços fortes com seu lugar de origem, a saber: *império* é palavra derivada do latim *imperium*, que se traduzia como "domínio, ordem, poder". Entre os legisladores romanos, *imperium* se referia ao poder do "imperador" de convocar as tropas.

Império e cultura

As relações de um império são econômicas, políticas, militares e culturais. No processo de unificação territorial e cultural, cada império trouxe o formato de identidade genérico e exportou sua memória histórica para impô-la como valor hegemônico. O saque cultural dos povos colonizados, portanto, nunca foi prática inocente ou acidental.

Para entender como atuaram os impérios na história, é imprescindível uma proposta que analise profundamente as consequências culturais na sociedade. Daí é apropriado recuperar os aspectos que envolvem a cultura, segundo Rogelio Díaz-Guerrero:

> Compreendemos sociocultura como um sistema de premissas socioculturais inter-relacionadas que dirigem ou governam os sentimentos, as ideias, a hierarquização das relações interpessoais, a determinação dos tipos de papéis sociais a preencher, as regras da interação dos indivíduos em tais papéis, onde, quando, com quem e como são desempenhados. Tudo isto é válido para a interação da família, a família colateral, os grupos, a sociedade, as superestruturas institucionais, educacionais, religiosas e, para tais problemas, como os desejos principais da vida, a maneira de encará-la, a forma de perceber a humanidade, os problemas da sexualidade, a masculinidade e a feminilidade, a economia, a morte, etc.[40]

Considerando que a cultura atua como repertório transmissível, não há relação de domínio concebível sem controle da memória, eixo da identidade. Em sua carta de 1782, para solicitar a retirada dos livros de Garcilaso de la Vega, o Inca, o rei Carlos III manifestava que sua preocupação era a memória dos indígenas, um laço indissolúvel na gestação da rebelião coletiva.

A cultura dominante se autorrefere como superior e centro de poder metropolitano totalitário, e atribui à cultura dominada parcialidade, desvalorização, selvageria e periferia tribal, patrimonial, feudal, fracionada ou distante. O objetivo principal de qualquer império consiste na substituição progressiva dos elementos da cultura em desvantagem "para que correspondam aos valores e estruturas do centro dominante do sistema ou para se fazer seu promotor".[41] A administração de um império estimula o consolo da participação ativa entre os líderes locais das regiões dominadas e o desenho de programas educativos destinados à aceitação da necessidade da integração com o eixo central. Para isso se fortalecem os laços afetivos por intermédio de novas dificuldades de acesso e se estabelecem alianças provisórias de organização capazes de satisfazer os derrotados com a nova cultura, convencer os céticos da impossibilidade de opções de autonomia e suprimir qualquer esperança que não esteja abafada pela conformidade. Os impérios europeus na América Latina, por exemplo, foram eficientes ao compreender a importância dos caciques das tribos no século XVI; no século XVIII, já estavam convertidos em principais aliados da colonização. Nas *Leis de Burgos*, de 1512, pedia-se que entregassem as crianças descendentes dos caciques para serem educadas pelos franciscanos, e a ordem cumpriu o projeto nos conventos de Santo Domingo e Concepción de la Vega. A fundação de escolas para os filhos dos líderes indígenas foi uma prioridade para romper seus vínculos culturais e estabelecer a quebra da memória capaz de favorecer a aquisição de religião e cultura ocidental e cristã. Esta insistência seguramente derivava da norma conhecida de que não há império que possa se impor sem a colaboração de um setor local: líderes políticos, religiosos, comerciantes e até escritores.

O escritor Rudyard Kipling, nascido na Índia, defendeu corajosamente os avanços do Exército inglês em seu poema "*The White*

Man's Burden, publicado em 1899. Quando o século estava acabando ele exprimiu:

> Take up the White Man's burden —
> Send forth the best ye brees —
> Go bind your sons to exile
> To serve your captives' need;
> To wait in hearey harnesos,
> On fluttered folk and wild —
> Your new caught, sullen peoples,
> Half-devil and half-child.[42]

Lorde Lugard, em *The Dual Mandate in British Tropical Africa* (1922), advertia que os europeus estavam na África não por motivos filantrópicos, mas ajudavam os nativos para encaminhá-los de uma "cultura primitiva" a uma cultura civilizada.

As fases de instalação da estrutura cultural de um império, uma vez analisados os casos da Espanha, Inglaterra ou Portugal, indicam que se impôs um critério bastante uniforme que vigorou durante séculos: 1) Extermínio ou deslegitimização dos símbolos culturais do adversário: ou o etnocídio ou a subordinação forçada ou consentida da memória coletiva do grupo submetido. 2) Colonização por meio de migrações seletivas que introduziram instituições jurídicas e religiosas para conter a resistência e estender a dominação. 3) Dualismo cultural pedagógico no esquema civilização ou barbárie: o bem e o mal foram categorias técnicas de intimidação entre os subjugados. 4) Bipolarismo sociocultural: a assimilação foi sobejamente recompensada. 5) Exploração, detenção, invasão, intervenção e implantação: cinco sinais que apontaram para a transculturação progressiva e a redefinição da identidade do subjugado. No final das contas, e sem obstáculos, o que se buscava era uma identidade receptiva e resignada, no nível mais conveniente para obter o acesso à supremacia do poder. Forjou-se até uma ideologia propondo um projeto cultural libertário e legal de sociedades abertas que combatiam o atraso contra sociedades fechadas, e se propiciou o monopólio ocidental de ideais modernos.

Edward Said, em *Cultura e imperialismo*, editado em 1993, descobriu que podiam ser estudados os impérios ocidentais no final do século XIX e início do XX a partir de formas culturais como o romance, e chegou a compreender com notável humildade como um gênero literário

podia reforçar e refletir o ímpeto da dominação econômica. Para ele, imperialismo é o conjunto de "práticas, teorias e atitudes de um centro metropolitano de dominação que dirige um território distante".[43] Embora alheio à totalização, Said afirmou que o romance europeu que conhecemos não existiria sem o suporte ideológico que o sustentou, e ofereceu uma interpretação dos livros de Dickens, Forster, Conrad e Kipling que mudou para sempre a maneira ingênua de lê-los. Considerou Defoe o pai do romance em língua inglesa com *Robinson Crusoé*, romance em que um ocidental chega a uma ilha e pretende fundar um novo mundo cristão e inglês.

Depois de Said, explorou-se a integridade cultural dos principais impérios e a retórica da "missão civilizadora", por sinal expostas em *Coração das trevas*, de Joseph Conrad:

> Toda a Europa contribuiu para a educação de Kurtz. Pouco a pouco fui sabendo que, acertadamente, a Sociedade para a Eliminação dos Costumes Selvagens confiou-lhe a missão de fazer um informe que servisse de guia no futuro. E ele escreveu [...] aquele informe era uma magnífica peça literária. O parágrafo inicial, no entanto, à luz de uma informação posterior, poderia ser qualificado de funesto. Começava desenvolvendo a teoria de que nós, os brancos, do ponto de vista da evolução a que chegamos, "devemos por força parecer a eles (os selvagens) seres sobrenaturais". [...] Sua argumentação era magnífica, embora difícil de recordar. Passou-me a noção de uma imensidão exótica governada por uma benevolência augusta. Fez-me estremecer de entusiasmo. As palavras se desencadeavam ali com o poder da eloquência. [...] Eram palavras nobres e ardentes. Não havia qualquer alusão prática que interrompesse a corrente mágica das frases, salvo uma espécie de nota, ao pé da última página, escrita evidentemente muito mais tarde com mão trêmula, que poderia ser considerada a exposição de um método. Era bem simples, e, ao final daquele apelo patético a todos os sentimentos altruístas, chegava a deslumbrar, luminosa e terrível, como um relâmpago num céu sereno: "Exterminem estes bárbaros!"[44]

Desde o século XVI, a expansão dos impérios europeus era ao mesmo tempo a consolidação do capitalismo como sistema, e se desenvolveu a penetração nos mercados em terras virgens que possuíam recursos abundantes, e os povoadores autóctones que resistiram ao saque foram qualificados paradoxalmente de selvagens. O capitalismo, entendido como "um sistema econômico cultural, organizado economicamente em torno

da instituição da propriedade e a produção de mercadorias e baseado culturalmente no intercâmbio de relações, na compra e venda, que permeia a maioria da sociedade",[45] jamais criaria sua infraestrutura internacional sem métodos como o escravismo, a transculturação e o etnocídio.

Tentativa paralela ao do sistema capitalista foi realizada pela União Soviética, um conjunto de 15 repúblicas que pretendeu contraditoriamente expandir o comunismo com o esquema natural de um império, burocratizado e anacrônico, que subjugou nações como a Lituânia, Estônia, Ucrânia, Polônia e Tchecoslováquia, para mencionar apenas algumas, e impôs relações de força satelitais limitadas a manter sua economia. Durante o mandato de Josef Stalin, que começou em 1924 e foi até 1953, consolidaram-se os expurgos culturais e foram perseguidos judeus, muçulmanos, budistas e católicos, da mesma maneira.

No início do século XIX, 35% das terras do mundo estavam nas mãos de impérios ocidentais; em 1914 a cifra subiu para 84%. O império britânico contava com quatrocentos milhões de pessoas e quase 33 milhões de quilômetros quadrados nos primeiros anos do século XX, mas o período de guerras mundiais favoreceu o fortalecimento de potências novas, como os Estados Unidos e a União Soviética, que mantiveram uma tensão internacional pelo controle ideológico das antigas colônias europeias até 1989, ano em que a queda do Muro de Berlim e o desmoronamento soviético converteu os Estados Unidos numa potência global e, a partir de então, insistiu-se com frequência em que os Estados Unidos passaram a ser um verdadeiro império, que cometia até velhos erros e pretendia se impor como um projeto de pensamento único no mundo. Derrubados pela história, deslocados, os impérios europeus e asiáticos se viram obrigados a marchar na retaguarda mundial, mas hoje participam da disputa da globalização (termo cunhado em 1983 pelo especialista em mercadologia Theodore Levitt[46]) ou o cosmopolitismo das massas para estabelecer uma rede efetiva entre cultura e comércio.

Em 1969, a publicação de *A era do imperialismo*, de Magdoff, recuperou uma crítica poderosa que já denunciava a política econômica intervencionista dos Estados Unidos. O desmedido afã de lucro comercial e a competição com outras nações industrializadas levou ao controle das maiores fontes de matérias-primas e à derrubada de governos hostis à sua exploração de novos mercados. Entre as novas características do que considerou como imperialismo,[47] Magdoff descreveu o novo esquema: "1) a mudança da ênfase central da rivalidade na remodelação do mundo na luta para impedir o encolhimento do sistema imperialista; 2) o novo papel dos Estados Unidos como organizador e líder do sistema imperialista mundial; e 3) o surgimento de uma tecnologia cujo caráter é internacional."[48]

Já se esperavam conflitos intermináveis naquelas regiões abastecedoras de matérias-primas e energia, pois foram delimitadas como zonas de segurança, impedidas de proclamar sistemas políticos autônomos ou contrários aos interesses das multinacionais. Os bancos americanos penetraram nos mercados estrangeiros com sucursais ou participação obrigatória em bancos capazes de incidir na formação das economias mais importantes. Em 1918 havia 31 sucursais de bancos americanos na América Latina; em 1967, havia 134. No plano mundial, o dólar se estabeleceu como divisa referencial na Conferência das Nações Unidas de julho de 1944, realizada no hotel Bretton Woods. A nova ordem econômica criou instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, destinadas a proteger um sistema de troca do ouro a 35 dólares a onça (a ser adotado por todos os países da Conferência).

Carlos Rangel, talvez o mais conhecido teórico do liberalismo na América Latina, se opôs com candura à tese do imperialismo e afirmou que a desigualdade econômica das nações não podia ser explicada culpando as potências desenvolvidas pela espoliação econômica dos países pobres. Em *Ideologia terceiro-mundista e a realidade ocidental:* como se fabrica em mito político, livro de cabeceira de diversos institutos, Rangel admitiu que o imperialismo sempre existiu: "Em todas as épocas os grupos humanos poderosos sujeitaram os grupos humanos inermes e perpetraram contra eles tormentos, cobranças injustas e humilhações."[49] No entanto, discordou daqueles que acreditam que essas potências obtiveram pelo vandalismo seu poder e riqueza. Sem dados científicos comprováveis, Rangel argumentou que o colonialismo foi um mau negócio até para a Espanha, que ficou empobrecida — no seu entender — depois de séculos de exploração da América Latina. No prólogo do livro, Jean-François Revel insistiu em defender a ideia de que o saque não basta para o desenvolvimento: "Os bárbaros invadiram e saquearam o império romano, mas, longe de se desenvolver graças a esse butim, o que fizeram foi estender, junto com seu domínio, o atraso, revertendo a Europa Ocidental ao estágio proto-histórico." Revel chamou de bárbaros, como faziam os gregos, todos os povos que não eram romanos, e, por certo, apesar de sua ilusão, desconheceu a história da Europa dos séculos IV ao X: é óbvio que as nações emergentes reproduziram o mesmo esquema de dominação do império romano, quase uma cópia, e com o passar dos

séculos utilizaram as riquezas obtidas pela pilhagem para seu desenvolvimento militar e civil.

Toni Negri e Michael Hardt publicaram seu livro *Império* em 2000 para anunciar que o novo império, ao contrário do que se pensava, não tinha território:

> O mercado mundial se unifica politicamente em torno do que sempre se conheceu como signos de soberania: os poderes militares, monetários, de comunicação, culturais e linguísticos. O poder militar pelo fato de que uma única autoridade possui toda a panóplia do armamento, incluindo o nuclear; o poder monetário pela existência de uma moeda hegemônica a que o mundo das finanças está completamente subordinado; o poder de comunicação se traduz no triunfo de um único modelo cultural que inclui enfim uma única língua universal. Este dispositivo é supranacional, mundial, total: nós o chamamos de Império. Mas ainda há que distinguir esta forma imperial de governo do que se chamou durante séculos de "imperialismo". Por esse termo entendemos a expansão do Estado-nação além de suas fronteiras; a criação de relações coloniais (amiúde camufladas por trás do chamariz da modernização) à custa de povos até então alheios ao processo eurocêntrico da civilização capitalista; mas também a agressividade estatal, militar e econômica, cultural, incluindo o racismo, de nações fortes em relação a nações pobres.[50]

Segundo Negri e Hardt, os Estados Unidos não são império e sim parte de um império que realmente corresponderia ao capitalismo como sistema global. No entanto, esta teoria não conseguiu convencer. Em 1927, o jornalista Walter Lippman assinalou que:

> [...] hoje todo o mundo pensa nos Estados Unidos como um império, menos os norte-americanos. Assustamo-nos com a palavra *império* e insistimos em que não se deve usá-la para descrever o domínio que exercemos do Alasca às Filipinas, de Cuba e Panamá até mais além [...] controlamos as relações exteriores de todos os países do Caribe; nenhum deles pode começar uma séria relação externa sem nosso consentimento; controlamos as relações entre eles [...] exercemos o poder de vida e morte sobre seus governos e nenhum governo pode sobreviver se recusamos reconhecê-lo. Ajudamos muitos destes países a decidir sobre o que eles chamam de eleição e não vacilamos, como fizemos recentemente com o México, em dizer-lhes que tipo de constituição devem ter [...] Seja como o chamarmos, isto é o que o mundo inteiro chama de império, ou pelo menos um império em formação. Mesmo admitindo que a palavra tem conotações desagradáveis parece, no entanto, que chegou o momento de não continuarmos a nos enganar.[51]

Setenta anos mais tarde, em 1997, o pensador neoconservador Irving Kristol escreveu: "Um destes dias o povo americano se dará conta que nos convertemos numa nação imperial [...] Aconteceu porque o mundo queria que acontecesse."[52]

Com 737 bases, 3.731 instalações militares em quarenta países, com tropas ativas de 1,5 milhão de soldados, com a espoliação de milhões de quilômetros quadrados de território em diferentes países, com uma história obscura de 1,5 mil intervenções e ocupações políticas e militares, com a participação direta no financiamento de assassinatos de milhares de políticos considerados perigosos por divergir de seu modelo econômico, com a invasão sem aval jurídico do Afeganistão e do Iraque, com o controle de 75% das empresas multinacionais do mundo, com o desconhecimento de tribunais penais internacionais, com o amparo de milhões de bens culturais saqueados e destruídos, com o monopólio de 83% dos lucros das indústrias tecnológicas e culturais, com tudo isto, é pouco crível imaginar que os Estados Unidos não tenham a política exterior do que poderíamos qualificar de império, talvez com novas características, mais dinâmico, mais operacional, mais onipresente e com novas ferramentas de expansão como a internet ou os meios de comunicação televisivos e radiofônicos, que estão ao serviço de guerras culturais globais para homogeneizar os desejos e costumes e organizar a ruptura da diversidade cultural. Dentro da defesa da liberdade cultural, o império norte-americano apresenta uma oferta com um pacote de mercado exclusivo que inclui a liberdade de cultura de empresa e consumo cultural para assegurar uma posição de liderança única planetária.

Na história do saque cultural da América Latina, por exemplo, os Estados Unidos se comportaram de acordo com os princípios de qualquer império: 1) Durante pelo menos um século, legitimaram o tráfico ilegal de bens culturais latino-americanos pertencentes às instituições públicas, particulares e grupos de colecionadores. 2) Destruíram dezenas de obras em intervenções e invasões como as de Cuba, Haiti ou Panamá. 3) Utilizaram a guerra ideológica anticomunista para estimular a perseguição e destruição de todo elemento cultural adverso. 4) Durante décadas, utilizaram todos os recursos ao seu alcance para debilitar as concepções culturais latino-americanas de resistência ao seu modelo de

concepção do mundo. 5) Contribuíram para o etnocídio de comunidades indígenas com a finalidade de controlar reservas energéticas.

Império e língua

Um poderoso eixo da pretendida superioridade cultural procede da imposição de um idioma aceito como base comum da comunicação num império. O humanista Antonio de Nebrija, em 1492, publicou sua *Gramática castellana* e a dedicou à rainha Isabel, advertindo-a de que "a língua sempre foi companheira do império". À advertência se seguia a lição grega e romana: "Depois que Vossa Alteza subjugou [...] muitos povos bárbaros e nações de línguas estranhas [...] eles tinham necessidade de receber as leis que o vencedor impõe ao vencido e com elas nossa língua."[53] A língua é o instrumento político para inculcar a compreensão da nova ordem que se estabelece: via direta para a interação religiosa e jurídica.

Em 1847, o humanista venezuelano Andrés Bello consagrou este princípio em sua *Gramática de la lengua castellana*, editada no Chile, para uso dos "americanos" (ser americano era ainda ser oriundo do continente América). Bello, preocupado com que a independência política provocasse uma anarquia linguística nos povos hispano-americanos, escreveu:

> Não tenho a pretensão de escrever para os castelhanos. Minhas lições se dirigem aos meus irmãos, os habitantes da América Espanhola. Considero importante a conservação da língua de nossos pais em sua possível pureza, como meio providencial de comunicação e vínculo de fraternidade entre as várias nações de origem espanhola derramadas sobre os dois continentes. Mas não é um purismo supersticioso o que me atrevo a recomendar. O progresso prodigioso de todas as ciências e as artes, a difusão da cultura intelectual e as revoluções políticas pedem cada dia novos sinais para expressar ideias novas, e a introdução de vocábulos recentemente incorporados, tomados das línguas antigas e estrangeiras, já deixou de nos ofender, quando não é manifestamente desnecessária, ou quando não encobre a afetação e o mau gosto dos que pensam enfeitar assim aquilo que escrevem. Há outro vício pior, que é o de emprestar novas acepções às palavras e frases conhecidas, multiplicando as duplicidades de que, pela variedade de significados de cada palavra, sofrem mais ou menos todas as línguas, e talvez em maior proporção as que mais se cultivam, pelo quase infinito número de ideias a que é preciso acomodar um número necessariamente limitado de sinais. Porém, o maior mal de todos, aquele que, se não for interceptado a tempo, nos privará das inestimáveis vantagens de uma linguagem comum, é a avenida de neologismos de construção que inunda e perturba boa parte do que se escreve na América, e, alterando a estrutura do idioma, tende a convertê-lo numa profusão de dialetos irregulares, licenciosos, bárbaros; embriões de idiomas futuros que durante uma longa elaboração reproduziriam na América o que foi a Europa no tenebroso período da corrupção do latim. Chile, Peru, Argentina, México falariam cada um sua língua, ou, melhor dizendo, várias línguas, como acontece na Espanha, Itália e França, onde dominam certos idiomas provinciais, mas ao lado vários outros, colocando obstáculos à difusão da cultura, à execução das leis, à administração do Estado, à unidade nacional. Uma língua é como um corpo vivo; sua vitalidade não consiste na constante identidade de elementos e sim na uniformidade regular das funções exercidas e de onde procedem a forma e a índole que caracterizam o todo.[54]

Com estas palavras, fica claro que a colonização triunfou ao legar uma língua oficial e se impor às mais de mil línguas indígenas faladas no século XIX. Como indicou o pensador José Manuel Briceño Guerrero, o sistema colonial espanhol submeteu os povos conquistados à unificação e à homogeneização: "Através da evangelização, mestiçagem, exploração trabalhista, avassalamento, leis, fundação de cidades, comércio, guerra, pactos, escolas, busca do ouro, através de toda sua complexa gestão, o império penetra na diversidade e vai impondo sua unidade."[55]

Não era, evidentemente, uma ação sem conflito: a maneira de ser do latino-americano ainda se expressa em tendências opostas. Briceño Guerrero fala de uma batalha entre o discurso mantuano — próprio da cultura hispano-cristã, o discurso europeu que emergiu do Iluminismo e que promove a razão — e o discurso selvagem, assumido pelos vencidos, humilhados e ofendidos. Embora o império espanhol fosse eficaz na aplicação de uma fórmula de adaptação ao seu discurso, a resistência foi feroz e propiciou uma identidade heterogênea, um labirinto infinito no qual se perdeu todo o esforço do predomínio da ocidentalização.

Entre as consequências mais nefastas da unilateralidade cultural está a aniquilação da diversidade linguística, sob a pressão do que Robert Phillipson denominou imperialismo linguístico e que, segundo sua definição, trata-se da "dominação afirmada e mantida pelo estabelecimento e a reconstrução contínua de desigualdades estruturais entre o inglês e

a outra linguagem".[56] Segundo outro especialista, Johan Galtung, as fases deste fenômeno passam por uma primeira etapa com a presença dos colonizadores e a imposição de sua linguagem; uma segunda etapa com a formação da elite local, que assimila o idioma do colonizador e serve como operador político e comercial; e uma terceira etapa em que leva em conta a importância do idioma com todos os meios e tecnologias ao alcance.[57]

Línguas como o francês ou o alemão e até mesmo o português e o espanhol se expandiram na América Latina não por vontade espontânea e sim como resultado do colonialismo executado durante cinco séculos. Hoje em dia, o idioma inglês cumpre esse papel e conseguiu se situar em primeiro lugar devido ao esforço da administração do império britânico e agora devido à tenaz campanha de difusão realizada pelos Estados Unidos para facilitar o papel do livre comércio. Entre os numerosos argumentos para defender o inglês, afirma-se que é o idioma do capitalismo mundial; o idioma da ciência; do progresso tecnológico informático; da globalização e da contemporaneidade.

O inglês, da família germânica do indo-europeu, propagou-se de forma crescente numa versão geral desde o século XIX e atualmente deslocou centenas de idiomas postos na incômoda situação de estar em perigo de extinção. Thomas Babington Macaulay (1800-1859), escritor e político que trabalhou como membro do Concílio da Companhia das Índias Orientais de 1834 a 1838, escreveu *Minute of 2 february 1935 on Indian Education*, sugerindo abertamente que os nativos deixassem de estudar árabe e sânscrito porque o inglês tinha mais vantagens: "Na Índia, o inglês é o idioma falado pela classe governante. É falado pela classe mais alta de nativos no governo. Converteu-se também na língua do comércio através dos mares do leste. É a língua de duas grandes comunidades europeias em crescimento, uma no sul da África, a outra na Australásia; comunidades que se tornam mais importantes a cada ano, conectadas mais estreitamente com nosso império da Índia. Quer olhemos para o valor intrínseco de nossa literatura ou para a situação particular deste país, perceberemos a razão mais forte para pensar que, de todas as línguas estrangeiras, a língua inglesa é a que será mais útil para nossos súditos nativos."[58]

Estima-se, no século XXI, que existam 6,8 mil idiomas, mas 26 desaparecem a cada ano. De todos os idiomas, 96% são falados por 4% da população mundial: basta a referência de que em Papua-Nova Guiné há 832 línguas. Em compensação, o inglês se converteu numa *língua franca* planetária que conspira contra o multilinguismo.

A guerra contra a diversidade cultural

O tema império-cultura expõe uma situação crítica que põe o setor cultural na mira de um gigantesco combate contemporâneo em que se voltou a discutir os objetivos.

Talvez eu deva me explicar: em meio à XXXIII Assembleia Geral da Unesco, realizou-se uma reunião, em 20 de outubro de 2005, em que 148 países votaram a favor da Convenção sobre a Proteção da Diversidade Cultural, com exceção de dois países. Um deles foi previsivelmente os Estados Unidos, que retornaram à Unesco em 2004 depois de vinte anos de ausência e ameaçaram se retirar de novo se fosse aprovada esta norma, como fez saber sua secretária de Estado, Condoleeza Rice, numa carta de 5 de outubro para pressionar qualquer partidário desta ideia:

> Os Estados Unidos retornaram à Unesco com a intenção de participar ativamente dela e de contribuir para o trabalho importante da organização nos campos da educação, ciência e preservação cultural. Não queremos mudar isso, mas esta convenção ameaça o apoio à Unesco nos Estados Unidos. Nós lhe instamos vivamente a participar e trabalhar conosco para assegurar que a convenção não desfaça todo o bom trabalho que juntos realizamos na Unesco.

Para entender esta reação de protesto, deve-se destacar que os Estados Unidos apoiavam havia décadas as políticas de livre comércio perante a Organização Mundial de Comércio (OMC) e consideravam que a cultura é uma mercadoria (sujeita à propriedade intelectual) que não deve ser objeto de restrições aduaneiras nem restrições estatais que beneficiem uma indústria cultural local, e é óbvio que este novo instrumento jurídico internacional põe em perigo todo o esforço diplomático e econômico de impor o livre mercado como único sistema econômico de desenvolvimento. Além disso, os Estados Unidos decidiram manter sua hegemonia cultural e utilizaram o processo de globalização tecnológica para realizar uma propaganda e uma difusão sem precedente de suas concepções do mundo ao estabelecer os padrões de propriedade intelectual expostos no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e nas discussões da Organização Mundial de Comércio (OMC). O GATS, ou Acordo Geral sobre Comércio de Serviços, se destina a favorecer a privatização ou liberalização de serviços como os de comunicações e cultura, entre os quais se incluíam os arquivos, as bibliotecas e os museus.

De 1950 a 1998, as exportações do comércio mundial cresceram 19%; um dos setores que mais cresceu foi o das indústrias culturais, assim definidas em 1947 por Theodor Adorno e M. Horkheimer. Estas indústrias culturais, em que os bens e serviços são produzidos, reproduzidos, conservados e difundidos segundo critérios industriais e comerciais, transformaram-se em principais portadoras de informação e seu critério econômico de expansão se concentrou na União Europeia, Japão e Estados Unidos.

Como assinalou Jeremy Rifkin, esta orientação se volta para a comercialização das experiências culturais para estabelecer controles:

> [...] a comercialização de uma ampla gama de experiências culturais em vez de bens e serviços baseados na indústria tradicional. O turismo e qualquer tipo de viagem, parques e cidades temáticas, lugares dedicados ao ócio dirigido, moda e culinária, jogos e esportes profissionais, jogo, música, cinema, televisão e mundos virtuais do ciberespaço, qualquer tipo de diversão eletrônica se converte rapidamente no centro de um novo hipercapitalismo que comercializa o acesso às experiências culturais. A metamorfose produzida ao passar da produção industrial ao capitalismo cultural vem acompanhada de uma mudança igualmente significativa que vai da ética do trabalho à ética do jogo. Enquanto a era industrial se caracterizava pela mercantilização do trabalho, a era do acesso destaca sobretudo a mercantilização do jogo, isto é, a comercialização dos recursos culturais, incluindo os ritos, arte, festivais, movimentos sociais, atividade espiritual e de solidariedade e o compromisso cívico — tudo adota a forma de pagamento pelo entretenimento e diversão pessoal.
>
> Um dos elementos que define a era que se avizinha é a batalha entre as esferas cultural e comercial para controlar o acesso e o conteúdo das atividades recreativas.[59]

Nunca antes tantos meios de comunicação estiveram a serviço da preservação de um pensamento único: nem gregos, nem egípcios, nem romanos tiveram à sua disposição os instrumentos de penetração midiática como os que os Estados Unidos exibem para impor suas teses. Os meios de comunicação (televisão, rádio, jornais, publicidade) foram fundamentais para a formação do conhecimento que apoia a gestão sociocultural. O teórico Herbert Schiller, em 1979, acusou seu próprio país de converter os meios em veículos das ideias para fortalecer a vigência do sistema, o consumismo e o *American Way of Life*.[60]

Segundo Armand Mattelart, outro importante pensador, este "imperialismo cultural não se reduz unicamente, pois, às manifestações de força no âmbito dos meios de comunicação e da cultura de massa, mesmo quando estes dispositivos ocupam um lugar cada vez mais estratégico na configuração da relação neocolonial com os outros povos. Trata-se dos modelos de institucionalização das tecnologias de comunicação, maneiras de organização espacial, paradigmas científicos, esquemas de consumo de aspirações, modos de gestão das empresas, sistemas de alianças militares. E também o direito, como demonstra a naturalização do direito contratual ajustado à medida do pensamento jurídico norte-americano e à língua franca que regula as relações internacionais dos negócios".[61]

A Unesco justifica a proteção à diversidade cultural precisamente porque o predomínio cultural norte-americano contribuiu para pôr em perigo o futuro de quase seis mil comunidades que não têm as mesmas oportunidades tecnológicas de difusão e integração. É fato que a incorporação de meios de comunicação como transmissores de mensagens culturais representa um papel fundamental na reelaboração de valores e símbolos compartilhados pelas sociedades atuais; é uma maneira de centralizar padrões.

A proteção à diversidade não é outra coisa que a possibilidade de resguardar as chamadas indústrias culturais nacionais, que abarcariam todas as indústrias em que se conjugam criação, produção e comercialização de conteúdos imateriais e culturais em sua natureza protegidos por *copyright* e que tomam a forma de bens ou serviços. A ideia é excluí-las de qualquer das leis gerais que regem os acordos de livre comércio da OMC, com o qual fica claro que embora atualmente as indústrias culturais norte-americanas (como, por exemplo, o cinema) ocupem 85% do mercado e em alguns casos 90%, existe agora um instrumento jurídico poderoso que confirma plenamente o direito soberano dos países de adotar políticas culturais autônomas em proveito da identidade.

A importância das indústrias culturais na atualidade pode até ser objeto de estatísticas determinantes. Há um informe da Unesco, intitulado "International Flows of Selected Cultural Goods and Services 1994-2003", em que se assinala que três países — Inglaterra, Estados Unidos e China — produziram a alarmante cifra de 40% dos bens culturais comercializados no mundo. Os 60% restantes foram produzidos por 117 países. O negócio é tão enorme que este tipo de comércio internacional de bens culturais aumentou, de 1994 a 2002, de 38 bilhões de dólares para 60

bilhões de dólares. Em 2002, a América Latina e o Caribe só representaram 3% do comércio total de bens culturais.

Os impressos — livros, periódicos, publicações e outros produtos — representaram 31% do comércio cultural mundial em 2002. Os maiores exportadores de livros do mundo foram os Estados Unidos (18%), Reino Unido (17%), Alemanha (12%), Espanha (6%) e França (5%). Nas artes visuais — que compreendem, entre outros bens, as pinturas, as gravuras, as estátuas originais e as esculturas — Reino Unido, China, Estados Unidos, Alemanha e Suíça somaram 60% das exportações em 2002. É uma ferida que se abre, não que se fecha. Em todas as áreas as desigualdades se globalizam: os vinte homens mais ricos do mundo têm o mesmo patrimônio que as três bilhões de pessoas mais pobres juntas.

A conclusão do informe é dramática, mas a guerra comercial é a tradução exata de uma guerra mais profunda, de natureza cultural. Apesar das tensões que o incidente descrito pela Unesco originou, e continua originando, por sua entrada em vigor em 18 de março de 2007, a verdade é que foi apenas um episódio que evidenciou o papel destacado da cultura nos processos do mundo contemporâneo. De alguma forma, é apenas o esboço de uma guerra cultural.

Guerra cultural

A expressão *guerra cultural* reproduz a palavra alemã *Kulturkampf* criada por Rudolf Virchoff em 1873 para se referir a uma polêmica religiosa entre o império alemão e o Vaticano. Segundo Vaclav Havel, "os conflitos culturais estão aumentando e são mais perigosos hoje do que em qualquer outro momento da história".[62] O pensador Jacques Delors admitiu que "os futuros conflitos serão provocados por fatores culturais, mais do que econômicos ou ideológicos".[63] O historiador Samuel P. Huntington escolheu a expressão "choque de civilizações", que dá título ao seu conhecido livro:

> No mundo pós-Guerra Fria, as diferenças mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas; são culturais. Pessoas e nações tentam responder à pergunta mais básica que os seres humanos podem confrontar: quem somos? E estão respondendo da forma mais tradicional que os seres humanos podem revidar, fazendo referência às coisas mais importantes para eles. As pessoas se definem do ponto de vista da genealogia, religião, idioma, história, valores, costumes e instituições. Identificam-se com grupos culturais: tribos, grupos étnicos, comunidades religiosas, nações, e, no nível mais alto, civilizações. As pessoas usam a política não apenas para promover seus interesses, mas também para definir sua identidade. Sabemos quem somos só quando sabemos quem não somos, e com frequência só quando sabemos contra quem estamos.[64]

Outros falam de "choque de fanatismos" ou "choque de emoções" ou, como fez Edward Said, "choque de ignorâncias" para diferenciar o estado do conflito. O certo é que o mundo contemporâneo, ao contrário do otimismo da ONU, continua em guerra permanente; sobretudo e em particular predomina uma verdadeira guerra entre concepções culturais, o que legitima processos anteriores.

Na América Latina, os documentos *Santa Fé I* (1980) e *Santa Fé II* (1985) eram destinados a justificar um programa de guerra cultural como o que se realizava dentro da Guerra Fria nos cenários culturais internacionais, e se articulou uma estratégia de propaganda para combater o marxismo em todas as áreas: "Somente os Estados Unidos podem, como sócio, proteger as nações independentes da América Latina da conquista comunista e ajudar a conservar a cultura hispano-americana diante da esterilização do materialismo marxista internacional. Os Estados Unidos devem tomar a iniciativa já que não apenas estão em perigo as relações entre os Estados Unidos e a América Latina, mas está em jogo também a própria sobrevivência desta república."

O documento IV, editado por James P. Lucier em 2000, reclamava a falta de maior liderança na América Latina e assinalava: "A história nos diz com toda a clareza que, quando uma grande potência fracassa em valorizar seu interesse nacional e permite que sua cultura se desgaste e seja absorvida por um sistema hostil de valores, sua queda é previsível. [...] o mais importante é a destruição cultural, como indicou Antonio Gramsci. Ao substituir a cultura, a mudança política e econômica está praticamente assegurada."

O abandono da doutrina Monroe (1823) de não intervenção foi modificado pela velha crença dos Estados Unidos no Destino Manifesto,[65] um espírito religioso de obrigações políticas e econômicas que teve sua melhor exposição nas palavras de Theodore Roosevelt em 1904: "A injustiça crônica e a importância resultante de um relaxamento geral das regras de uma sociedade civilizada podem exigir que, em consequência,

na América ou fora dela, a intervenção de uma nação civilizada e, no hemisfério ocidental, a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe obrigue os Estados Unidos, mesmo contra sua vontade, em casos flagrantes de injustiça ou de impotência, a exercer um poder de polícia internacional." Desde então se insistiu no controle das sociedades latino-americanas para poder avançar em qualquer projeto de expansão, com os custos culturais que isto representou.

A ideia da guerra cultural se manteve firme no final do século XX e início do XXI. A melhor prova disso é que, em outubro de 1989, William S. Lind[66] e quatro oficiais do Exército dos Estados Unidos publicaram um ensaio intitulado "The Changing Face of War: Into the Fourth Generation", na *Marine Corps Gazette*. Entre outras coisas, assinalaram que os três esquemas para fazer a guerra convencional chegavam ao fim e propunham, com bastante simplicidade, o desenho de uma estratégia pertinente para o combate em guerras de quarta geração. Segundo os autores, desde o Acordo de Vestfália de 1648, o Estado monopolizava o conflito, e esta circunstância se mantivera até décadas recentes, devido ao aparecimento do terrorismo, que supõe grupos não estatais capazes de empreender conflitos assimétricos de longa duração.

O certo, o que interessa aqui, é que, além dos detalhes de sua análise do mundo militar moderno, atreveram-se a contraditar seus superiores de então, crentes devotos formados na Guerra Fria bipolar, ao assinalar que iam sobreviver ofensivas com táticas inéditas (advertiram até que o território dos Estados Unidos seria atacado) e consideraram que o Exército deveria assumir planos para essas lutas futuras que implicariam dramáticos choques culturais. As guerras da quarta geração não seriam ideológicas e sim culturais — previam — e as operações mais importantes seriam psicológicas. A propaganda nos meios de comunicação e nos setores culturais com acesso à opinião pública seria o perfeito complemento de mísseis, tanques e aviões: uma guerra com o objetivo de "ganhar mentes e corações" dos povos atacados para impedir seu apoio à causa dos grupos insurgentes.

Por que uma guerra cultural se as novas tecnologias permitem vencer o inimigo com rapidez e eficiência? Aqui reside o grande enigma: Lind acreditava, como toda a elite americana ainda acredita, que a tecnologia facilita a derrota, mas que o imponderável cultural é um núcleo inabordável de uma perspectiva clássica. Nenhuma ocupação se sustenta sem interação com o povo invadido, e a questão é como enfraquecer suas crenças até o extremo de condicioná-las.

Este escritor, em sua defesa da universalidade da uma religião (o judaísmo-cristianismo) e de uma civilização (Ocidente), determinou que a diversidade era um perigo. O custo de impor esse critério num mundo globalizado o fez pensar que era necessário combater os polos culturais adversos à hegemonia dos Estados Unidos. A base de seu pensamento consiste em restituir o vínculo inseparável entre universalismo e imperialismo; dotou o âmbito militar de uma consciência ambígua sobre a importância de garantir a supremacia em função de entender que enfrentam adversários culturais e religiosos que questionam sua concepção do mundo mais do que qualquer outra coisa. Lind supõe que as futuras guerras serão perdidas se não se contar com o elemento da identidade: um nexo poderoso baseado na memória, isto é, na continuidade de uma tradição. Sua ideia é simples: identificar os povos adversos com modelos próximos do Ocidente.

Lind e seus colegas, por sua parte, subestimaram a tragédia do Iraque porque seu propósito consiste em promover a hegemonia de um modelo cultural que se soma aos modelos políticos e econômicos do livre mercado. Persuadiram os movimentos neoconservadores,[67] e em especial o governo George W. Bush, de que a agenda da CIA e do Pentágono deve insistir na imposição de valores sobre culturas com núcleos rígidos e resistentes à aceitação do projeto de supremacia, ou então os Estados Unidos perderão sua condição de líder global. Isto é o que lhes importa: o resto é colateral.

Irving Kristol explicou claramente que as "coalizões do multiculturalismo são uma ideologia cujo programa educacional está subordinado a um político que é, acima de tudo, antiamericano e antiocidental".[68] Com Kristol, emergiu um setor poderoso que se infere da tese do pesquisador Leo Strauss para redesenhar a política exterior dos Estados Unidos dentro de um esquema perverso concebível como guerra cultural: um ataque extremo a todos os valores da diversidade cultural no século XXI. Guerra cultural dentro do país (antievolucionismo, conservadorismo e posições contra o aborto ou casamentos homossexuais, negação de valores de países considerados inferiores) e guerra cultural externa (antissocialismo, universalização dos mercados, combate de qualquer oposição à ocidentalização cristã, repúdio a um impulso global dos direitos humanos): estes conflitos sempre estiveram visíveis, mas agora se tornam mais evidentes.

Nesta nova luta cultural global, a América Latina se encontra em desvantagem, e provavelmente perderá centenas de patrimônios inatacáveis.

TERCEIRA PARTE

Transculturação e etnocídio na América Latina

Primeiro se eliminaram incontáveis seres humanos, depois se tratou [...] de negar os fatos, de obstaculizar a reconstituição dos acontecimentos, de proibir o depoimento das vítimas, de impedir sua recordação.

Paolo Rossi, *Il passato, la memoria, l'oblio*

CAPÍTULO I

a fatalidade da memória

Deve-se agir de maneira que a memória coletiva sirva para a libertação, e não para a servidão dos homens.

Jacques Le Goff, *História e memória.*

PREFÁCIO

Memória, identidade e cultura: trata-se de três termos que, segundo o que foi exposto neste livro, foram alterados na América Latina. Não há cultura onde não há memória; não há identidade onde não há memória. Por sua vez, não há memória sem identidade. A memória é então o eixo ontológico da personalidade individual ou coletiva: a memória traduz os estados sociais da cultura grupal, nacional ou internacional. Diante da ampliação das fronteiras das desigualdades, o risco de clonagem de modelos hegemônicos, a atomização na rede, o cosmopolitismo maciço, a desterritorialização programada, a colonização midiática, a homogeneização substitutiva, a espoliação e a destruição dos símbolos de comunidades inteiras, diante da epidemia da identidade corporativa, a memória é um sistema imunológico eficaz. O predomínio de identidades reativas e evasivas se explica, portanto, por este período de desterritorialização; formam-se identidades de resistência, apoiadas na base da heterogeneidade e hibridização das marcas sociais.

Hoje, para que o leitor se dê conta dos propósitos do saque cultural latino-americano, é necessário estudar em detalhe os fenômenos da memória e a identidade. É óbvio que quem apaga a memória do adversário

ontológica: do ser enquanto ser; do ser concebido como tendo uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos seres.

subjugado numa conquista pretende enxertar sua própria memória para reconfigurar uma identidade submissa.

Memória e ser

Antes de tudo, convém entender que o ser reclama memória. Ele existe porque há recordação. A memória consagra e salva, é faculdade e âmbito, mito e razão. Não há tempo sem memória: o mundo aspira a ser uma recordação. A memória põe em evidência o mundo; é o mundo. É atualização, valor, saber e prática de uma expressão que se restitui somente na identidade, isto é, no signo complexo da diferenciação e do costume. Alguns poetas como o mexicano Eduardo Langagne disseram que é também a "cinza do esquecimento, sobre a superfície áspera do medo". É reafirmação e tradição. Eterno retorno, escatologia de comemorações, grito e palavra diante do abismo da história. Estabilidade, exasperação, língua, voz, imagem, volume do destino. Glória, iniciação e fogo, transparência, poder, vestígio e cordão umbilical da cultura.

Onde há povo, há memória: a memória é a medida de tudo o que nos faz humanos. Não há humanidade sem memória.

A memória é certeza, antecipação, ordem e lei. A palavra *memória* procede do latim *memor-oris*, que se traduz como "o que se lembra". E recordação vem de *re-cordis*, que significa "voltar para o coração". E assim a palavra *memória*, etimologicamente, é um retorno ao coração. Shakespeare disse em seu "Soneto 122" que "enquanto restar algum alento / a recordação não pode sucumbir".

Mas também a memória é a purificação da morte, nacionalidade e fronteira. É a que ilumina até acender em chamas o caminho da convicção. Deus é memória, mas a memória é uma deusa — epifania da interioridade, anseio e causa, templo sagrado e mistério. A memória é múltipla: como instrumento e significação é assimetria filial, ressurreição, herança, plexo e conexão. Rito e relato.

Antes de tudo, a memória é arte e mãe e madrasta das artes, essência, patrimônio e encontro, vítima e lamento. Como local e gramática da anistia, proporciona o testemunho dos que têm sede de justiça. A memória era um demônio entre os sumérios, mas os hititas acreditavam que era o esplendor do tempo, enquanto os tibetanos julgavam ser a memória uma miragem.

Pergunto-me: acaso tudo começa e termina na memória? É inevitável que estas concepções imponham o sentido mais transcendente e singular de nossos princípios de vivência e convivência? A questão é que a memória chegou a se justapor a todos os elementos que a condicionam e não há maneira de saber como se define a não ser a partir de suas metáforas mais radicais: Deus como memória, o mundo como memória, o homem como memória, o livro como memória. Emmanuel Lévinas disse em *Totalité et infini* que "a memória realiza a impossibilidade: a memória, *a posteriori*, assume o passado passivo e seu domínio".[1]

O ser da memória é também memória do ser. Uma ontologia de identidade confirma o fenômeno e supõe a coexistência no tempo. Só a memória nos devolve o devir do tempo do mundo. Nem tudo o que perdura é memória; é memória o que se convoca na presença total do existente.

As deusas da memória

Os gregos, em particular, desenvolveram toda uma mitologia transversal da memória. Segundo Pausânias, as primeiras musas do Hélicon (Parnaso) foram três: Meletê, Mneme e Aoidê. Dado que as musas seriam as gestoras simbólicas da arte, o caso de Mneme, que representaria a memória, seria fundamental porque não há arte sem memória. Segundo outra versão, talvez mais popular, foi Mnemosine, a deusa da memória, e não era considerada uma musa e sim a mãe das musas. Seria a filha de Gaia e Urano, irmã de Cronos e Oceano, e durante nove noites consecutivas se uniu na Pieria a um Zeus disfarçado de pastor para conceber depois de um ano as musas, que são as representantes de todas as artes, mestras da profecia e da inspiração poética. Mnemosine possui o conhecimento das origens e das raízes, poder que trespassa os limites escatológicos.

Em Lebadea, cidade da Beócia, existia uma fonte com seu nome, de onde tinham de beber os assistentes do oráculo de Trofônio para ter acesso à revelação. Nas regiões infernais, no obscuro reino de Hades, existia também uma fonte de Mnemosine, a quem se opunha a do Lete, o rio do esquecimento, onde os defuntos bebiam para esquecer sua vida terrena. Para os gregos, os mortos eram os que perderam a memória. A ideia de uma memória primordial consiste em sustentar que a alma tem uma memória que permite recordar o que se foi em outras vidas.

Uma história nos permitiu saber que Simônides de Ceos, dotado de memória extraordinária, inventou a mnemotécnica, isto é, a arte da

memória. Tudo indica que o poeta compôs um poema em honra de um nobre da Tessália chamado Scopas, mas cometeu o erro de mencionar extensivamente o mito de Castor e Pólux. Scopas, visivelmente ferido em seu orgulho porque o poema não era todo dedicado a ele, negou-se a pagar o combinado e argumentou que o restante o poeta deveria cobrar dos deuses mencionados. Instantes depois, Simônides abandonou o lugar para atender ao chamado de dois jovens que, segundo um servente, esperavam-no do lado de fora. Ocorreu que, ao sair, toda a casa desmoronou e morreram todos os que estavam dentro. Foi tamanho o desastre que ninguém podia saber quem era quem entre os restos e foi necessário que Simônides reconhecesse os mortos apenas porque foi capaz de recordar onde estava exatamente cada um antes de morrer.

Existia na Grécia um funcionário chamado Mnemon, que se ocupava de recordar decisões tomadas pela justiça; este tipo de magistrado era fundamental no período oral para rememorar sentenças esquecidas.

É curioso, mas a concepção da verdade entre os gregos tem muita relação com a memória. A bela palavra que tinham para verdade era *alétheia*, traduzida por qualquer dicionário como "descobrimento". Procedia do adjetivo *alethés*, que, por sua vez, derivava de *léthos* ou *láthos*, cujo significado era "esquecimento", "oculto", "escondido". Por isso, a partícula privativa "a" no princípio da palavra nos diz que a tradução literal de *alétheia* era "sem esquecimento", "não oculto", "não escondido". Assim, a verdade é o que se faz manifesto e não deve cair no esquecimento. A verdade é a memória.

No *Talmude* se assinala que o feto já conhece a Torá e consegue distinguir todas as coisas. Ao nascer, um anjo terrível lhe toca na boca, não sabemos se com a mão ou com os lábios, e o recém-nascido esquece tudo e deve se conformar em aprender tudo de novo.

Isto foi compreendido por Platão, que, no século V antes de Cristo, afirmou que aprender equivale a recordar. Em sua doutrina da reencarnação das almas, concebeu um tipo de memória que se perderia ao nascer e que se recuperaria apenas recordando as verdades eternas que são as Ideias. Platão acreditava que a anamnese filosófica é um método para reaparecer o conhecimento essencial das estruturas da realidade. Sob o signo deste sistema filosófico, Platão minimizou a importância da escrita e, no *Fedro*, expôs um mito egípcio para explicar que a escrita provocaria na humanidade um abandono da memória.

Aristóteles, em compensação, advertiu em *Sobre a memória e a reminiscência* que o homem apreende as coisas pelos sentidos, não pela

recordação, mas a memória transforma esta percepção em experiência. Aristóteles não acreditava no inatismo das ideias. Do individual não há definição, e sim opinião; a impressão do individual, em conjunto, o universal, constituiria o saber. Todas as maneiras que o homem tem de saber são baseadas na experiência: arte, prudência, ciência, inteligência e sabedoria. A arte, dentro deste esquema, é um fazer, uma produção, mas não é um fazer a partir do nada e sim a partir da natureza. Para Aristóteles, a memória é uma relação ou modificação da faculdade sensitiva comum. Esta, ao ser capaz de discernir o tempo, pode distinguir com clareza entre as imagens novas da sensação ou do pensamento e as já impressas em anteriores experiências, e que persistem em nós. Mais ainda: mesmo quando nem sempre o façam, estas imagens impressas são também capazes de se referir à série de experiências que as produziram.[2]

Herdamos de Roma três textos fundamentais para entender o problema da memória, relacionados com a retórica. O primeiro deles, anônimo, foi escrito em 86 a.C. e tem por título *Ad Herennium*. Este singular escrito já classificava a memória em dois tipos: natural e artificial.[3] A memória artificial, que seria o resultado de normas, estaria baseada em lugares e imagens de palavras ou coisas, e o que chama a atenção é que propõe, seguindo em tudo o método desenvolvido por Simônides de Ceos na Grécia, a colocação das imagens em lugares ordenados, separados até por intervalos e por indicações especiais.

Cícero, em *De oratore*, acreditava que a memória era uma das cinco partes da retórica. É interessante observar que Cícero manteve seu apego aos princípios já declarados em *Ad Herennium*: "A memória de coisas, especificamente própria do orador, pode ser impressa em nossa mente mediante a hábil colocação de máscaras que representam as coisas, de maneira que possamos captar estas ideias por meio de imagens e sua ordem por meio de lugares."[4]

Quintiliano, que ensinou retórica depois do século I, pensou numa espécie de topografia da memória: "Para aprender algo de memória algumas pessoas buscam lugares espaçosos, enfeitados com muita variedade e talvez uma casa grande e dividida em muitos cômodos afastados. Imprime-se cuidadosamente na alma tudo quanto há nela digno de ser notado para que o pensamento possa sem obstáculo nem tardança percorrer todas suas peças. E esta é a dificuldade, isto é, que a memória não fique paralisada no encontro das ideias."[5]

É interessante observar que Santo Agostinho e os pensadores da Idade Média até a época atual atribuíram os mesmos valores tradicionais

à memória e, em casos bem particulares, o que elaboraram foram sistemas mnemotécnicos, isto é, sistemas para lembrar melhor as coisas. O pensador Giordano Bruno, queimado na fogueira, concebeu uma arte que permitia, segundo manifestou em *Ars memoriae*, que um homem pudesse saber tudo. Leibniz concebeu uma enciclopédia que incluiria totalmente a memória humana para depois traduzir em caracteres os conhecimentos e reduzi-los a fórmulas que permitissem aplicar o cálculo aos problemas.

Foi só no século XX que a memória apareceu de novo, reivindicada na obra do pensador francês Henri Bergson,[6] que resgatou a ideia de dividir a memória em duas partes: a memória psicofisiológica e a memória pura, que seria a essência da consciência, a que produz a identidade do sujeito ao representar os dados que dão continuidade à pessoa. Para Bergson, o homem é homem porque tem memória, isto é, tem tradição e tem história. Martin Heidegger, como já disse, elaborou sua proposta filosófica a partir da memória do ser: segundo ele, a história da filosofia é o esquecimento da questão do ser das coisas, e apresenta sua tese de maneira que se retorne ao princípio para lembrar realmente a pergunta do ser. Hoje em dia, esta concepção é a que predomina em geral e a memória recuperou um lugar imponente na discussão sobre o humano.

O esquecimento do esquecimento

Na questão da memória subjaz, além disso, um confronto com o *esquecimento*, termo que teria origem no latim *oblivio*. O verbo *oblivisci* tinha gramaticalmente dupla regência, o que faz com que seu significado seja ativo e passivo ao mesmo tempo. Posteriormente, a forma verbal *oblitare* passou a ser traduzida como "esquecimento".[7]

Martin Heidegger assinalou: "Assim como a espera de algo só é possível sobre a base de estar à espera, assim também a recordação só é possível sobre a base do esquecimento, o ter-sido abre primariamente o horizonte dentro do qual o *Dasein*, perdido na *exterioridade* do que o ocupa, pode recordar."[8] A partir da complexa proposta de Heidegger, a filosofia foi recuperada como atividade intelectual cuja função consiste, exatamente e à diferença das ciências, em proporcionar a problemática de sua própria função, em fazer da busca uma orientação que permite estabelecer o como das dificuldades centrais supostas pela existência do homem, entre as quais se sobressai, acima de todas, a indagação do Ser.

Em *Ser e tempo* (1927) se esclarecia que esta interrogativa fora objeto de omissão por parte do Ocidente. E o grave é que não apenas — dizia — esquecemos o que é o Ser mas também já nem sequer temos recordação desse esquecimento.

A memória aparece, por um lado, vinculada à imortalidade e, por outro, ao paraíso perdido. Disse Cícero: "Há os que vivem na memória e na imortalidade."[9] O esquecimento, em compensação, é o elo da morte, a porta do abismo e, sobretudo, do presente. No *Deuteronômio* (VIII, 11, 14, 19) fica claro que esquecer Deus é um ato que pode provocar a destruição. Onde há memória, há vida. Onde há esquecimento, há dissolução. Num texto como o *Dîghanikaya* (I, 19-22) se afirma que os próprios deuses podem cair do céu "se perdem a memória ou sua memória se confunde", enquanto os deuses que não esquecem costumam ser imutáveis.

O esquecimento é uma maneira de romper o laço da identidade. Na *Odisseia* de Homero, o personagem Ulisses é objeto, em três ocasiões, de ofertas para esquecer seu retorno a Ítaca, que é o seu objetivo na vida. No canto IX são descritos os lotófagos, que comem lótus, um fruto "doce como o mel" que tem a propriedade de provocar o esquecimento e despertar um ânimo feliz. Dão a Ulisses o lótus para provar, mas ele o despreza e se salva. No canto X, a feiticeira Circe dá a Ulisses e aos seus marinheiros um vinho que resulta ser uma droga que os transforma em seres dóceis. O outro caso se ilustra no episódio em que a ninfa Calipso diz que o amor causa o esquecimento e o oferece, com astúcia, a Ulisses.

Os egípcios e os gregos utilizavam a planta nepente (remédio contra a tristeza), que, misturada ao vinho, fazia esquecer qualquer dor ou mal-estar. E o vinho, um presente de Dionísio, era considerado a melhor poção para produzir o esquecimento das aflições. Trata-se de converter o esquecimento num paliativo da desesperança.

A mesma coisa se pode dizer que acontece com muitos povos que acham que o esquecimento — a anistia — oferece uma garantia de felicidade e de equilíbrio social, político e econômico, e que a ordem e a justiça se constroem com base na desmemória, o que seguramente sempre traz consigo enormes assimetrias. Sempre foi constante nos povos a assimilação de que memória = tradição, e esquecimento = paz. Por isso Plínio escreveu: "Nada é mais fraco no homem que a memória."[10]

Alguns autores acreditaram que o esquecimento é determinante na constituição da identidade. Théodule Ribot escreveu em 1881 que "uma

condição da memória é o esquecimento. Sem o esquecimento total de um número prodigioso de estados de consciência e o esquecimento momentâneo de outro grande número, não podemos recordar. O esquecimento, salvo em certos casos, não é pois uma doença da memória, mas uma condição de sua saúde e de sua vida."[11]

O historiador Ernest Renan, numa conferência de 1882, comentou: "O esquecimento e também o erro histórico são fatores essenciais da criação de um país, assim como o progresso dos estudos históricos é amiúde um perigo para a nacionalidade. A investigação histórica, de fato, traz à tona fatos de violência que ocorreram na origem de todas as formações políticas, até daquelas cujas consequências foram mais benéficas."[12]

Na interpretação do esquecimento como fonte de segurança, o filósofo Jacques Derrida comentou que "o esquecimento não é, no caso da nação, o simples apagar psicológico, desgaste ou obstáculo insignificante que tornam mais difícil o acesso ao passado, como se o arquivo estivesse destruído por acidente. Não. Se há esquecimento é porque não se suporta algo que esteve na origem do país, uma violência sem dúvida, um acontecimento traumático, uma espécie de maldição inconfessável".[13]

Esta visão do esquecimento de um trauma como sinal de convicção social poderia se complementar com os argumentos de Jean-Louis Déotte, que acreditava que os grande crimes contra a humanidade deixam uma lembrança tão devastadora que seria melhor uma espécie de não recordação, um esquecimento inevitável que "não poderia ser inscrito, que está doente de inscrição",[14] uma sombra vivencial esmagadora. Nas sociedades saqueadas e destruídas, como na América Latina, há um esquecimento oficial em que se estimula o esquecimento como ato de harmonia social.

Sigmund Freud pensou que, assim como existia a memória, existia o inconsciente, onde se armazenam os esquecimentos das pessoas. O esquecimento ativo é uma teoria central da psicanálise: eixo do bloqueio ou repressão das lembranças. Em *Psicopatologia da vida cotidiana* (1901), vinculou o termo alemão das Vergessen ("esquecimento") a Fehlleistung ("ato falho"), ao descobrir que existia uma correlação com o conjunto de sintomas em que algo reprimido reaparece como algo que em outro caso apareceria como erro. O prefixo *vers-* aplicado a estes atos foi o motivo de sua teoria: *das Verschreiben* ("o erro da escrita"), *das Vergreifen* ("o erro da ação"), *das Versprechen* ("o lapso linguístico"), *das Verlesen* ("o erro de leitura") e *das Verlieren* ("o despistamento"). O esquecimento freudiano está na ordem da repressão indefinida: o mal-estar que provoca o esquecimento pode

definir seu motivo. Daí associar certas histerias a amnésias induzidas. Em *O mal-estar na cultura*, de 1930, Freud escreveu: "Desde que superamos o erro de acreditar que o esquecimento, habitual em nós, implica uma destruição do vestígio mnemônico, isto é, seu aniquilamento, nós nos inclinamos a supor o oposto, a saber, que na vida anímica nada se pode sepultar do que uma vez se formou, que tudo se conserva de alguma maneira e pode ser trazido à luz de novo em circunstâncias apropriadas, por exemplo, em virtude de uma regressão de alcance suficiente."[15]

Um caso estranho na história da psicologia é o da síndrome de Kim Peek, cujo nome procede de um jovem autista norte-americano, nascido em Salt Lake City em 1951, que podia lembrar 98% dos livros que lia e conseguiu memorizar oito mil livros, mas em compensação esquecia todo o resto. Não podia abotoar a camisa e era totalmente dependente das pessoas que cuidavam dele. Com capacidade insólita de retenção de dados, desenvolveu, no entanto, um esquecimento pela abstração. Nas histórias assombrosas da ciência, Salomon Shereshevsky foi descrito como um mnemonista profissional pelo neuropsicólogo A. R. Luria. Este homem teve de se submeter a uma longa terapia para aprender a esquecer.

O que causa o esquecimento nos homens? A apologia ou negação desta ausência tem sido constante. Nietzsche afirmava que "para que algo permaneça na memória tem de ser gravado a fogo; só o que não cessa de doer permanece na memória".[16] Os neurologistas atribuem a perda ao deslocamento dos vestígios mnemônicos, a falhas nos sistemas de recuperação do cérebro, e se mantém vigente a teoria de que a informação nova desvia o interesse de qualquer dado sem indicações de interesse ou proveito.[17] Segundo os achados de Sven-Ake Christianson e Elisabeth Engelberg, as experiências traumáticas são causa de esquecimento porque a memória reconhece todos os estímulos que ameaçam a sobrevivência e os evita. O esquecimento seria um mecanismo para reagir diante de qualquer recordação desagradável.[18] Não se deve ignorar que o processo de esquecimento no homem é tão rápido que, segundo uma pesquisa atual, 80% da informação registrada se esquece em menos de 24 horas.

No caso de um dano no cérebro se poderia sofrer um fenômeno conhecido como amnésia, que pode ser um esquecimento temporal ou permanente. Os amnésicos geralmente têm patologias diencefálicas, como a síndrome de Wernicke-Korsakoff, ou foram afetados nas áreas médias temporais, como nas ablações cirúrgicas. O amnésico não se recorda, mas é possível que sua informação esteja apenas bloqueada. Uma pesquisa do Instituto de Neurologia da University College London, em 2006,

concluiu que os pacientes com amnésia do hipocampo não tinham capacidade para imaginar novas experiências.[19] Outro caso frequente envolvendo a memória é o processo de falsificação das recordações. Costuma acontecer que a recordação do passado pode ser ajustada com novos dados ou reedições que preenchem com fantasias o que se pôde esquecer. Na psicanálise, por exemplo, adverte-se que o esquecimento e a memória são os dois eixos na construção da identidade.

Patrimônio e memória

Um dos elementos mais evitados na memória coletiva e, portanto, da definição da identidade é o "patrimônio cultural". Pensa-se que já há preocupação suficiente com o genocídio e o assassinato para prestar muita atenção ao tema da criminalização da destruição do patrimônio. Trata-se, no entanto, de uma inquietação primordial, porque este dano afeta diretamente a identidade de um grupo ou país e sua proteção torna factível uma recuperação mais rápida numa guerra ou pós-guerra.

A relação entre o patrimônio e a memória pode ser entendida de várias maneiras.

No sentido etimológico, a palavra *patrimônio* procederia do latim e bem antes do grego antigo: *pater* (pai) e *moneo* (recordação), o que viria a ser, aceita a tese, "recordação dos pais", isto é, memória daquilo que alude ao pai. No direito romano, e não devemos esquecer que a palavra *direito* (*ius*) derivava de uma raiz sânscrita que alude ao verbo "ligar" ou "unir", o *patrimonium* abarcava o conjunto de poderes e deveres herdáveis pelo *paterfamilias*, que era a cabeça legal do núcleo familial. Só podiam dispor do patrimônio os que não estavam submetidos a alguma autoridade. Com os anos, a noção adotou uma classificação no tempo de Justiniano: *res in patrimonium* eram as coisas próprias de uma pessoa e *res extra patrimonium* eram as coisas patrimoniais que estão fora dos bens pessoais.

A Igreja cristã fundamentou suas posses no *patrimonium sancti petri*, isto é, no santo patrimônio de Pedro. Até o século XIV, consolidou-se essa expressão; hoje continua predominando sua concepção como herança ou legado transmissível no plano pessoal ou coletivo, que poderia ser material ou espiritual e constituiria uma parte ontológica inseparável que convoca e ao mesmo tempo evoca uma condição inevitável. Há uma associação matriz entre o patrimônio e a noção do temporal no sentido de uma tradição do antigo, do sagrado e do coletivo.

Cada grupo ou nação tentou legitimar seus símbolos como forma de expressão reconhecível, e os nomes recebidos por esses emblemas foram numerosos. No palácio de Nabucodonosor, por exemplo, havia o gabinete das "maravilhas" procedentes dos povos conquistados. Em Pérgamo, os três reis Átalos se esmeraram em reunir coleções artísticas sublimes. No mundo antigo, sete monumentos foram declarados "maravilhas":[20]

Quadro 8
Maravilhas do mundo antigo

1. A Grande Pirâmide de Gizé
2. Os Jardins Suspensos da Babilônia
3. O Templo de Ártemis em Éfeso
4. A Estátua de Zeus em Olímpia
5. O Mausoléu de Halicarnasso
6. O Colosso de Rodes
7. O Farol de Alexandria

A *História natural* de Plínio descreveu coleções de prodígios criados pelo homem que deleitaram igualmente gregos e romanos, e o fascínio se manteve no tempo e se converteu numa constante que insistia em conferir privilégios de denominação a certas obras que aclamavam grupos ou nações. Pausânias, em sua *Descrição da Grécia*, foi um dos primeiros autores a resgatar a noção dos "templos" nacionais e associá-los a seus mitos e histórias locais em Ática, Mégara, Corinto, Argólida, Egina, Lacedemônia, Messênia, Élida e Olímpia, Acaia, Arcádia, Beócia, Fócida e Lócrida. Em alguns casos se falou de "tesouros" (do latim *thesaurum*) como "tesouro histórico" ou "tesouro cultural" para se referir a objetos insubstituíveis; falou-se de "monumentos" (do latim *monumentum* e ao mesmo tempo do grego *mnomeion*, que se traduzia como "recordatório") como obra que deve estabelecer a memória de um acontecimento considerado de grande relevância; falou-se de "joias" em alusão às atrações culturais e até de "riqueza" para advertir sobre o valor histórico. Muitos povos ainda se referem às suas máximas expressões culturais com estes nomes.

A partir da Segunda Guerra Mundial, período de grande destruição no campo cultural, houve consenso para popularizar a expressão "bens culturais", que acolhe a noção de "bem" no direito civil. Para os romanos, o patrimônio consistia em *tangi possunt*, que são as coisas corporais,

e *tangi no possunt*, as coisas não corporais, e os bens eram os ativos e as dívidas, os passivos. Herdava-se, desta maneira, um bem, mas também qualquer obrigação suspensa. No caso do "bem cultural", o instrumento jurídico que fixou sua atual importância foi elaborado de 21 de abril a 15 de maio de 1954 e se intitulou Convención para la Protección de los Bienes Culturales en Caso de Conflicto Armado. Desde a data de publicação deste livro, não há um distanciamento de cem anos que nos permita avaliar ou julgar em detalhe seu alcance jurídico na humanidade.

A categoria de "bem cultural", que supõe conceder a um objeto o sentido de obra de arte digna de conservação e proteção sem importar o regime de propriedade pública ou privada, ficou claramente estabelecida no Artigo 1 da convenção, ao assinalar que são:

a) Os bens, móveis ou imóveis, que tenham grande importância para o patrimônio cultural dos povos, tais como monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou seculares, campos arqueológicos, grupos de construções que por seu conjunto ofereçam grande interesse histórico ou artístico, obras de arte, manuscritos, livros e outros objetos de interesse histórico, artístico ou arqueológico, e coleções científicas e coleções importantes de livros, arquivos e reproduções dos bens antes definidos;
b) Os prédios cujo destino principal e efetivo seja conservar ou expor os bens culturais móveis definidos no parágrafo a), tais como museus, grandes bibliotecas, depósitos de arquivos, e refúgios destinados a proteger, em caso de conflito armado, os bens culturais móveis definidos no parágrafo a);
c) Os centros que compreendam um número considerável de bens culturais definidos nos parágrafos a) e b), que se denominarão "centros monumentais".

A Convenção de 1970, por sua parte, foi bastante sensível ao descrever em detalhe os bens culturais que são objeto de roubo e tráfico:

a) As coleções e exemplares raros de zoologia, botânica, mineralogia, anatomia, e os objetos de interesse paleontológico;
b) Os bens relacionados com a história, incluindo a história das ciências e das técnicas, a história militar e a história social, e com a vida dos dirigentes, pensadores, sábios e artistas nacionais, e com os acontecimentos de importância nacional;

c) O produto das escavações (tanto autorizadas como clandestinas) ou dos descobrimentos arqueológicos;
d) Os elementos oriundos do desmembramento de monumentos artísticos ou históricos e de locais de interesse arqueológico;
e) Antiguidades que tenham mais de cem anos, tais como inscrições, moedas e selos;
f) O material etnológico;
g) Os bens de interesse artístico, tais como:
   I Quadros, pinturas e desenhos feitos à mão sobre qualquer suporte e em qualquer material (com exclusão dos desenhos industriais e dos artigos manufaturados decorados à mão);
   II Produções originais de arte estatuária e de escultura em qualquer material;
   III Gravuras, estampas e litografias originais;
   IV Conjuntos e montagens artísticos originais em qualquer material.

a) Manuscritos raros e incunábulos, livros, documentos e publicações antigas de interesse especial (histórico, artístico, científico, literário, etc.) avulsos ou em coleções;
b) Selos de correio, selos fiscais e análogos, avulsos ou em coleções;
c) Arquivos, incluídos os fonográficos, fotográficos e cinematográficos;
d) Objetos de mobiliário que tenham mais de cem anos e instrumentos de música antigos.

No fundo, reconhecia-se que o patrimônio e sobretudo os bens culturais são antes de mais nada instituições da memória coletiva. Uma biblioteca é um depósito de saber, como pode ser o cérebro de alguém. Um museu é a mesma coisa. Sua destruição ou roubo é, por isso, um verdadeiro atentado contra a dignidade oferecida pela identidade. Em 16 de junho de 1976, assinou-se a Convención sobre defensa del patrimonio arqueológico, histórico y artístico de las naciones americanas, com o propósito de reafirmar o compromisso de impedir que se apagasse a memória dos latino-americanos, mas não passou de utopia.

Criticou-se com insistência o caráter monumentalista do patrimônio, atenuado pela existência de novas propostas, como a de "patrimônio cultural" e "patrimônio natural". A primeira foi redigida na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, em sua 17ª reunião, realizada em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Em poucas palavras, ofereceu esta definição em seu artigo primeiro:

Para efeito da presente Convenção se considerará "patrimônio cultural":

a) os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
b) os conjuntos: grupos de construções, isoladas ou reunidas, cuja arquitetura, unidade e integração na paisagem lhe confira valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
c) os locais: obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, assim como regiões, incluindo lugares arqueológicos que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

E sobre o "patrimônio natural", especificou em seu artigo segundo:

a) os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos dessas formações que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
b) as formações geológicas e fisiográficas e as regiões estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animal e vegetal ameaçadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
c) os lugares naturais ou as regiões naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

Até 2007 foram incluídos 644 patrimônios culturais mundiais, 162 naturais e 24 mistos, que abrangem os 139 Estados membros da Unesco.

Considerando que se expandiram os centros de estudo sobre o tema, há discrepâncias frequentes sobre esta noção internacional, mas, para efeito deste ensaio, chegou-se à conclusão de que o patrimônio cultural, que é indissoluvelmente histórico, é tudo aquilo de condição material ou imaterial que tenha valor de identidade para a cultura das comunidades locais ou internacionais e seja considerado paradigma de estímulo social para o desenvolvimento espiritual. Lembremos que o patrimônio cultural existe na medida em que o cultural constitui o patrimônio mais representativo de cada povo. Em si mesmo, o patrimônio tem capacidade de impulsionar um sentimento de afirmação e domínio, pode garantir ou estimular a consciência de identidade dos

povos em seu território e permite resguardar ações culturais propícias à integração.

Pode ser patrimônio, como acontece na Venezuela, a casa onde viveu um esportista de longa trajetória que foi um modelo coletivo; ou pode ser patrimônio um assentamento como Machu Picchu, considerado em 2007 uma das novas maravilhas do mundo. Durante a Conferência Mundial sobre Política Cultural realizada no México em 1982, considerou-se que o patrimônio cultural se estende "às obras de seus artistas e arquitetos, músicos, escritores, sábios e também às criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida; compreende as obras materiais e imateriais que manifestam a criatividade desse povo, línguas, ritos, crenças, lugares e monumentos históricos, literatura, obras de arte, arquivos e bibliotecas". A tendência predominante agora é eliminar as restrições e utilizar um conceito mais amplo, mais plural, menos elitista, mais antropológico, mais comunitário e mais tolerante com as mudanças no mundo.

Em 1992, dentro do critério de reorientação, adotou-se a expressão "paisagens culturais" para destacar as paisagens criadas, formadas e preservadas pelos laços entre o homem e seu entorno. Uma amostra disto poderia ser o parque Uluru-Kata Tjuta, na Austrália central.

Em 1995, reuniram-se em Roma dezenas de especialistas que redigiram a Convenção de Unidrot, dedicada a proporcionar uma base legal ao retorno internacional de bens culturais roubados ou exportados, especificados em 1970 no documento Convención sobre las medidas que deben adoptarse para prohibir e impedir la importación, la exportación y la transferencia de propriedad ilícitas de bienes culturales. As duas convenções foram fundamentais porque proporcionaram uma poderosa ferramenta para tentar diminuir o saque de bens culturais que tanto dano causou à memória coletiva de povos inteiros. Um antecedente desta iniciativa foi o Pacto Roerich, no qual os Estados Unidos se comprometeram falsamente com alguns países latino-americanos a não permitir o saque.

Memória individual e social

Na esfera estritamente científica, a memória sempre foi considerada uma faculdade que permite armazenar e recordar dados. Segundo a definição de Jacques Le Goff, é "a capacidade de conservar determinadas informações, e remete antes de mais nada a um complexo de funções

psíquicas com o auxílio das quais o homem está em condições de atualizar impressões ou informações passadas que ele imagina como passadas".[21] Não parece existir um modo de restringir a memória: chamamos memória todos os sistemas cerebrais, condutivos e cognitivos que interagem nos processos de gestão de informação das pessoas. Em todo o caso, o cérebro é o eixo ao redor do qual funciona esse sistema.

Como se sabe, o cérebro conta com 150 bilhões de neurônios concentrados em apenas trezentos centímetros cúbicos. A transmissão da informação se leva a cabo mediante conexões conhecidas como sinapses e tudo indica que um homem armazene 14 bilhões de bits, cifra assombrosa. A memória seria implícita quando há recordações obtidas pela imitação como o andar ou o falar, ou explícita, quando as recordações procedem da aprendizagem de uma disciplina ou técnica. A função da memória consistiria em proporcionar a informação necessária em qualquer situação possível, isto é, ativar uma base de dados condutiva básica ou especializada que contenha o repertório de respostas aos problemas suscitados pela sobrevivência, entre os quais se sobressai um esquema hierárquico de identidade.

Reconhecem-se diferentes níveis de organização na memória condicionados pela evolução humana. A memória episódica, de natureza autonoética e explícita, recolheria as experiências pessoais, e se considera que teria relação com o córtex pré-frontal esquerdo ou direito, o lóbulo temporal médio e o diencéfalo. A memória procedimental seria anoética, capaz de se referir a subsistemas como a habilidade motora ou cognitiva, os hábitos, o condicionamento simples e a aprendizagem não associativa, e as experiências revelaram que poderia agir no córtex nos gânglios basais, no córtex pré-frontal, no núcleo caudado, no cerebelo e na amígdala para as respostas emocionais. A memória semântica, noética, se concentraria nos fatos e conhecimentos, e estaria ligada ao córtex pré-frontal esquerdo, ao lóbulo temporal médio e ao diencéfalo. A memória operativa, com incidência na audição e visão, funcionaria nos lóbulos frontais, córtex parietal, área de Broca, áreas motoras e pré-motoras do hemisfério esquerdo e o córtex parieto-occipital direito.[22] Existiria também uma memória a longo e a curto prazo, e se suspeita que todos os dados chegam finalmente ao sistema límbico, onde a amígdala contribui para a transmissão e o hipocampo conforma a avaliação emocional, motivo pelo qual foi chamado de sistema operativo da memória. O lóbulo pré-frontal seria decisivo, por ser o ativador das recordações.

É óbvio que a memória seria a que proporciona uma personalidade particular porque proporciona a estabilidade dos dados possuídos. Sem memória seria impossível raciocinar, saber quem é uma pessoa ou o que é que se está fazendo. Tampouco se poderia reter as palavras. Para Thomas de Quincey, o cérebro do homem é um palimpsesto, em que uma escrita se superpõe a outra, de tal maneira que só a memória exuma cada impressão momentânea, sem se importar com o caráter efêmero daquilo que foi recordado.[23] É importante advertir que o psicólogo inglês Frederic Bartlett descobriu que a memória é essencialmente reconstrutiva.[24] Sem sinais específicos, valoriza conteúdos gerais que podem se configurar como padrões de reconhecimento. Não é uma função unilateral e sim híbrida. Hoje se reconhece que a memória é evocativa, mas acima de tudo determinante na configuração da identidade pessoal.

De outra perspectiva, este modelo neurológico e psicológico descrito corresponde ao que hoje se conhece como "modelo arquivo" da memória, e recebeu dezenas de críticas porque os sociólogos, antropólogos e etnólogos assinalaram que, no que se refere à identidade individual, não pode passar por alto a importância da influência do contexto social na construção da experiência.

Maurice Halbwachs afirmava que a memória individual se produz socialmente já que os indivíduos reconstroem suas recordações ao recolher as recordações dos outros. Configura-se assim o que poderíamos chamar de memória social.[25] Na estrutura da socialização, determinam-se quais são as experiências que devem ser recordadas e quais as que não. A identidade como feito social formaria uma autoconsciência que se reporta a um sistema que exclui ou inclui.

Há uma vertente sociológica moderna que separa esta memória social do conceito de história, mas ambos são formas para compreensão do passado no presente. A história se associa com frequência ao Estado e com as narrações oficiais acadêmicas. A memória, em contrapartida, é mais individual, ou mais própria de um grupo. A história tem sido acusada de pôr em dúvida a memória, de suprimi-la em certas ocasiões ou simplesmente suprimi-la de todo. A memória, neste caso, fortalece um aspecto determinante de nosso tempo: o testemunho.

Nas sociedades primitivas encontramos uma memória étnica, ou uma etnomemória, como a denominou André Leroi-Gourhan,[26] que estimulava o medo do esquecimento e o descobrimento da memória. Acima de tudo, o principal ponto de referência era um conjunto de mitos fundacionais e experiências dotadas de uma poderosa carga de sobrevivência.

Com o objetivo de dar continuidade aos mitos, foram elaborados rituais que determinavam os cânones de organização voltados para a reatualização permanente das crenças principais do grupo. Basicamente, predominava a comemoração e a rememorização de acontecimentos no início do mundo. O mito, nesse sentido, era sagrado enquanto se repetisse com fidelidade, porque qualquer improvisação ou erro resultava fatal. Segundo Mircea Eliade, no ritual a "memória pessoal não entra em jogo: o que conta é rememorar o acontecimento mítico, o único digno de interesse, porque é o único criador".[27]

Entre os yaruros, tribo presente na Venezuela, toda "recordação" é equivalente a "vida". A palavra para recordação é *horenta* e seu significado essencial é "estar em casa" (*ho*: "casa", *-re* (*-rëpe*): sufixo que se aglutina para significar "em" ou "até", e *-ta*: sufixo que se acrescenta a um nome para significar um estado). Pode ser traduzido como "que retorne" ou "que esteja em sua casa". Isto é o que se espera do *pumethó* (essência vital) ao final do *Tôhé*; em outras palavras, que a essência vital esteja normalmente em seu *ikhará* (corpo). Na realidade, toda viagem do *pumethó* pelas terras míticas durante o sono, doença ou canto evoca a morte, aquela que se produziria se o *pumethó* permanecesse para sempre na dimensão mítica e não regressasse. Mas o que é o que se recorda? É, sobretudo, como sugerem as palavras dos xamãs, a comunicação entre os homens e o mundo mítico. Esta constatação permite incorrer de novo na inter-relação entre a dimensão humana e a dimensão cosmológica — uma interação essencial para a construção da práxis social que conforma o que podemos denominar de consciência histórica ou experiência da história.

É um fato que a memória e a identidade são agora de maior relevância por motivos que convém mencionar. O primeiro é de índole econômica, devido a que neste nível o cidadão sofre uma alienação violenta que se traduz na busca de polos identificatórios que salvaguardem seus valores. O segundo é o aparecimento de culturas hegemônicas cujo poder de sedução e, ao mesmo tempo, imposição contribui para a revitalização das identidades e para culturas autóctones. É o caso do mundo árabe, no qual a pressão dos Estados Unidos e um pequeno grupo de nações desejosas de ocidentalização teve como resposta um ressurgimento do Islã, que é o que assinala o marco da identidade e constitui a couraça religiosa de proteção. Segundo Bordieu e Loïc Wacquant, "pela primeira vez na história um único país se encontra em posição de impor seu ponto de vista sobre o mundo ao mundo inteiro".[28]

Em outro sentido, a memória social tem numerosas tecnologias de imposição que favorecem o processo de recordação e são as variadas práticas culturais e políticas que tornam possível a ressignificação do passado e do presente. Estas práticas são levadas a cabo por intermédio de tecnologias tais como objetos, imagens, representações como narrativas orais e escritas, lugares físicos, cerimônias e também na arquitetura.

Quadro 9
Formatos da memória

Registro dominante	*Suporte*	*Atores*	*Efeitos*	*Instituição*
Sonosfera	Murmúrio, canto rítmico, voz. Corpo + som	Horda, tribo	"Psique coletiva exterior", efeito invernadouro emocional	Esfumada no corpo do grupo; Terra como memória registrada
Litosfera	Pedra osso + pedra	Tribo, etnia	Memória de antepassados	Túmulos, rituais funerários
Iconosfera	Pedra, pigmentos	Etnia	Memória simbólica, arte	Artesão, artista
Logosfera	Voz + razão	Filosofia, polis	Linearidade temporal, psique interior, individualizada	Filósofo, intelectual
Grafosfera	Escrita, pergaminho, papiro, papel, imprensa, cidade moderna	Texto, nação, comunidades peritas em saber	Registro homogêneo, alfabetização, cultura, história. Hipermnésia, irrelevância	Escribas, bibliotecas, arquivos, museus, patrimônio

Midiasfera	Meios maciços eletrônicos de comunicação e informação. Metrópoles, tela, interface, tramas. Estéticas, simultaneidade	Hipertexto, público, multidão, inteligência coletiva	Democratização, desterritorialização, vetor, velocidade, *patchwork: network*, urbanidades estéticas	Invenção coletiva
Cosmopédia	*Kinomapas*	Cartografias sensíveis		

Fonte: DEBRAY, Régis. *Introction à la médiologie*. Paris: PUF, 2000.

O aparecimento da escrita estabeleceu uma transformação completa na memória de muitos povos. Régis Debray, que classificava a história numa primeira fase de logosfera e numa última fase de videosfera, acreditava que a grafosfera correspondia a um dos núcleos da ontologia humana.[29]

De todas as atividades que diferenciam a cultura, a escrita é uma das mais importantes, pois é uma ferramenta inigualável de organização social e de reafirmação. Como confirma a própria raiz etimológica indo-europeia *skribh*, a escrita é "corte, separação, distinção". Em geral, todas as espécies possuem sistemas de comunicação, vocais, químicos, gestuais ou olfativos; o homem, em compensação, conseguiu representar com a linguagem seus processos mentais mais complexos e, de alguma maneira, converter os sons e os gestos em diversos sinais visíveis abstratos e convencionais que garantem a preservação de suas tradições.

Da escrita se chegou logo à necessidade de um suporte que foi o livro. Borges disse: "Dos diversos instrumentos do homem, o mais assombroso é sem dúvida o livro. Os demais são extensões de seu corpo. O microscópio, o telescópio, são extensões de sua visão; o telefone é extensão de sua voz; sem tardança tivemos o arado e a espada, extensões de seu braço. Mas o livro é outra coisa: o livro é uma extensão da memória e da imaginação."[30]

O livro é o que dá volume à memória humana. O livro, apesar de sua conotação portátil, materializa a memória: é uma unidade racional que representa, por meios audiovisuais, impressos ou eletrônicos, uma vontade

mnemônica e linguística. Na passagem revolucionária da oralidade para a escrita, e sobretudo esse processo significativo em que o livro triunfou como objeto de culto, o que realmente se impôs foi um modelo mais seguro de permanência que codifica a sensibilidade e a traduz em estados uniformes e legítimos. O livro se tornou, assim, uma proposta que pretendia configurar tudo como razão e não como caos. A ideia de que o livro é algo mais do que uma estrutura física que conserva a memória coletiva ou individual gerou algumas metáforas poderosas que podem resultar incríveis. Menciono-as: a) O livro como talismã. São João Crisóstomo contou que no século IV, na Antióquia, as pessoas penduravam no pescoço um códice para evitar serem vítimas dos poderes do mal. b) O livro da vida: é a crença num livro divino onde estão escritos todos os nomes dos que serão salvos no juízo final, como testemunhou São João. c) O livro como natureza. Plotino falava das estrelas como se fossem letras eternamente escritas no céu. d) O livro do mundo, que faz do universo um cosmos bibliográfico. e) O mundo existe apenas para ser um livro, segundo a crença do poeta Stéphane Mallarmé. f) O livro como homem, como propôs Walt Whitman, em seu poema "Adeus". g) O livro como sonho compartilhado. Cada uma destas metáforas, concebidas por gerações de homens que entenderam que só por intermédio da palavra se pode ter uma alma que persiste, assume uma visão em que o homem e o livro não podem se separar.

A escrita impôs também o nascimento de novas instituições que foram os arquivos e bibliotecas. A vantagem destes centros é evidente: a memória individual que presumia o sábio da tribo ou do clã passou a ser memória coletiva, isto é, um lugar e não um homem. A memória coletiva ocupava um lugar sagrado, porque estava geralmente no templo, que era a casa dos deuses.

O livro vem a ser para muitas sociedades, além de monumento mnemônico, manifestação divina de um espírito superior, como evidencia a criação dos judeus, nas sinagogas, de uma peça chamada Geniza, a partir de uma palavra cuja raiz é "ocultar", para armazenar os manuscritos ou exemplares com versículos ou textos sagrados. Horrorizados pela possibilidade de sua destruição, chegaram a conceber um espaço fantástico na história do mundo para enterrar os livros, e um destes lugares importantes foi a Geniza do Cairo, que continha milhares de escritos no alfabeto hebraico. Em 56 túneis das montanhas Chiltan, na comunidade de Quetta, no Paquistão, um grupo de servidores se reveza hoje para cuidar de um cemitério com setenta mil sacos que resguardam exemplares danificados do Corão. Estes depósitos são chamados Jabal-E-Noor-Ul-Quran.

CAPÍTULO II

A identidade cultural

Não há identidade em si, nem sequer unicamente para si. A identidade é sempre uma relação com o outro.

Denys Cuche, *A noção de cultura nas ciências sociais*

OS FILÓSOFOS E A IDENTIDADE

Aqueles que se interessam pela memória não podem perder de vista o tema da identidade, talvez pela razão nem sempre clara de que o real se assemelha sempre ao idêntico e, além disso, pela vertigem da multiplicidade que só pode ser explicada a partir da unidade. Desde a Antiguidade, expressou-se que a unidade é objeto de saber e conceito; a pluralidade é objeto de opinião ou sensação.

Na história da filosofia, a identidade tem sido abordada com atenção crescente. Em primeiro lugar, propôs-se o princípio ontológico, que consiste em afirmar que todas as coisas são iguais a si mesmas (A = A), o que em latim se enunciava como *ens est ens*. O segundo passo foi o princípio lógico, no qual se estabeleceu uma tautologia em proposições como "se x, então x". Em terceiro lugar, o princípio psicológico de identidade supôs a impossibilidade de pensar que um ente não é idêntico a si mesmo.

O debate filosófico foi intenso desde o século VI antes de Cristo, momento em que se divulgou o tratado *Sobre a natureza*, de Parmênides, que manifestava que são a mesma coisa pensar e ser; não acreditava que pudesse ser o que não podia ser pensado nem pudesse ser pensado o que não

é. Este curioso raciocínio (uma espécie de guilhotina ontológica) representou uma mudança fascinante; começava a tradição de dotar a realidade de identidade ou unidade. Heráclito de Éfeso, em seu escrito *Sobre a natureza* (título comum a muitos outros textos do século VI a.C.), defendeu uma identidade com a totalidade: "cada coisa é unidade, e unidade são todas as coisas".[31] Além disso, postulou que a única coisa estável é a mudança: "tudo flui". Aristóteles aproveitou em seu livro *Primeiros analíticos* (45a 24) a existência da palavra grega *tautón* ("a mesma coisa") para realizar uma substantivação morfológica que deu nascimento ao termo *tautóteta*, que se traduziria como "identidade". Entre os diversos significados do que é idêntico, Aristóteles reconheceu três possibilidades nos *Tópicos* (103a 7-35): identidade pelo número, pela espécie ou pelo gênero. Em *Metafísica* (1018a 7-10), explicou que "é claro que a identidade é certa unidade, ou bem do ser de vários ou bem quando se tomam como vários, por exemplo quando se diz que uma coisa é idêntica a si mesma, pois então se toma uma coisa por duas".

No idioma do baixo latim, a pressão acadêmica da escola aristotélica formulou o termo *identidade* a partir de *îdem* (mesmo), um pronome demonstrativo, e *ens* (ser), com o que *identitas* veio a se traduzir como "o mesmo ser". Segundo Ernout-Meillet, em seu *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*, a base de *îdem* proveio de *is*, o qual se combinou com o enfático *dem*, e deste modo em sua raiz se traduziu como "este mesmo". Assim como "entidade" se configurou desde *ens*, "identidade" é o resultado de uma necessidade de origem filosófica, e ainda reflete as ambiguidades que palpitam entre a lógica e as paixões.

A transição da identidade deve uma reavaliação a Tomás de Aquino, que afirmou que *identitas est unitas* ("a identidade é a unidade") em suas *Lições de metafísica* (XI, número 912). Com René Descartes, inaugura-se um período de subjetividade que explora a ideia medieval de que a alma era o princípio da identidade; seu pensamento se resume numa frase inesquecível que reproduz sua convicção mais íntima no *Discurso sobre o método*: "Penso, logo existo." Esta ideia de ser *res cogitans* (uma "coisa que pensa") estabeleceu um escândalo ao postular o dualismo alma e corpo.

No entanto, a mais importante reflexão sobre o tema se deve, sem dúvida, a John Locke, cujo influente *Ensaio sobre o entendimento humano*, de 1690, esboçou a teoria da identidade como unidade de consciência e afirmou que a identidade pessoal era um axioma para fundamentar o direito e a justiça. Também disse que:

> [...] quando vemos uma coisa num lugar determinado, durante um instante de tempo, temos a certeza de que, seja o que for, é a mesma coisa que vemos, e não outra, que exista ao mesmo tempo em outro lugar, por mais semelhante e indistinguível que possa ser em todos os demais aspectos. Nisto precisamente consiste a identidade [...] Porque, como jamais encontramos, nem podemos conceber como possível, que duas coisas da mesma espécie existam no mesmo lugar e ao mesmo tempo, concluímos, de maneira acertada, que qualquer coisa que existe num lugar qualquer e num tempo qualquer, exclua tudo o que seja de sua mesma espécie. [...] Daí se infere que uma coisa não pode ter dois pontos de partida de existência, nem duas coisas um mesmo ponto de partida, já que resulta impossível que duas coisas da mesma espécie sejam ou existam no mesmo instante e no mesmo lugar, ou que uma coisa seja ou exista em lugares diferentes. Portanto, aquilo que tem um mesmo começo em relação a um tempo e lugar determinados, é uma mesma coisa; e aquilo que teve um início diferente em lugar e tempo não é uma mesma coisa, e sim diferente.[32]

David Hume pensava que a identidade era uma proposta metafísica indemonstrável. Em seu *Tratado da natureza humana*, de 1739, ele se dedicou a atacar essa "ideia precisa que temos de um objeto que permanece invariável e contínuo ao longo de uma suposta variação de tempo".[33] Em síntese, Hume reivindicou que a memória justificava a noção de causalidade, a convicção de que causas e efeitos eram a base da identidade pessoal; também advertiu que a memória se limitava a descobrir essa identidade mediante a relação de percepções passadas e presentes. O filósofo escocês acreditava que o esquecimento da maioria dos fatos vividos por uma pessoa impedia de afirmar que o eu se mantinha idêntico. A crítica de Immanuel Kant a Hume supunha que só a consciência de um eu invariável e constante poderia dar conta da possibilidade de um eu com variações e inconstâncias.[34] De alguma forma, fica claro que sem memória tampouco seria exequível conceber uma descrição da identidade como a de Hume: como saber que a identidade é uma falácia sem dar identidade ao fluxo de representações da consciência? Como suspeitar que não há identidade sem a existência de um eu que a pense?

Em 1914, José Ortega y Gasset publicou *Meditações do Quixote*, livro básico para a introdução do conceito de identidade com sua declaração tácita: "Eu sou eu e minha circunstância." Nesta visão, a identidade é a tensão entre o eu de cada um e o do outro, que vem a ser a periferia: longe da tese de Descartes de que se pensa e logo se existe,

Ortega inverteu essa relação ao destacar que se existe e por isso se pensa. Xavier Zubiri, um dos grandes filósofos do século XX, separou a noção de identidade da "mesmidade", o que significa que se pode ser sempre o mesmo, mas nunca o mesmo.[35]

Ligado a uma tradição clássica, Martin Heidegger publicou em 1927 seu livro *Ser e tempo*, em que defendeu a ideia do esquecimento do ser na filosofia ocidental e se referiu ao "abismo ontológico da identidade do eu que se mantém em meio à multiplicidade das vivências".[36] Para Emmanuel Lévinas, não há identidade sem a exterioridade que supõe, como disse em *Totalité et infini*, de 1961, a condição do Outro; sem o reconhecimento do Outro é impossível uma verdadeira identidade e isto exige um compromisso interior de amplas intenções: "A identidade do indivíduo não consiste em ser parecido consigo mesmo e em se deixar identificar de fora pelo indicador que o assinala, mas em ser o mesmo — ser em si mesmo —, em se identificar a partir do interior."[37]

Identidade psicológica e social

Na psicanálise, a identidade tem sido um dos aspectos mais controversos. Sigmund Freud acreditava que o eu era uma instância que conferia unidade ao aparato psíquico, entre o consciente e o inconsciente; por sua vez utilizou o termo *isso* para se referir à sede das pulsões ou instintos de morte e sexuais, origem de toda atividade humana. A identidade psicanalítica freudiana seria, de uma parte, o resultado do desenlace da identificação precoce com a mãe e o desejo de suprimir o pai como obstáculo nessa relação; de outra parte, no sentido cultural, seria antes de tudo repressão, pois Freud em *O mal-estar na cultura*, de 1930, pôs em evidência que os marcos de identidade cultural frustram os desejos dos instintos.[38] O êxito ou fracasso desse intento constituiria a base da personalidade individual ou coletiva.

Erik Erikson, professor de desenvolvimento humano em Harvard, pensava que identidade era "um sentir-se vivo e ativo, ser eu próprio, a tensão ativa e satisfeita e vigorosa de sustentar o que me é próprio; é uma afirmação que manifesta unidade de identidade pessoal e cultural".[39] Esse psicólogo especulava que a identidade poderia ser estudada estruturalmente, como reorganização de identificações com fatos passados; também disse que poderia ser analisada socialmente, como assimilação e integração de expectativas sociais; e o último aspecto seria a

identidade como fenômeno, o que ocorre com o sentido de unidade e individualidade.

Os graus da identidade, repassados aqui sumariamente, são ascendentes e recíprocos: do individual ao social, e vice-versa. Karl Marx, um dos dez homens mais influentes da história, escreveu nas *Teses sobre Feuerbach* que "a essência humana não é algo abstrato inerente a cada indivíduo. É, na realidade, o conjunto das relações sociais".[40] De certa maneira, a consciência de classe descrita pelo marxismo atuaria como elo de identidade social para combater a identidade constituída pela produção e justificada inconscientemente por meio da ideologia. Na superestrutura (*Superestruktur*) da sociedade, os pilares ideológicos são conformados pela ciência, pela arte, pela política e até pela cultura. Para Marx, "o total do que se chama história do mundo não é mais do que a criação do homem pelo trabalho humano e o surgimento da natureza para o homem, que, enfim, tem a prova evidente e irrefutável de sua autocriação, de suas próprias origens".[41] As pessoas e suas relações, no capitalismo, transformam-se em objetos permutáveis e descartáveis.

No marxismo, a *Verdinglichung* ou reificação corresponderia justamente à alienação causada pela transformação do valor dos seres que perdem seu comportamento humano para se converterem em coisas: um exemplo seria o do valor do trabalho transformado em mercadoria. A Escola de Frankfurt, em especial Theodor Adorno, estimulou o aprofundamento deste ponto. Sobre ideologia, Louis Althusser fez uma lista das instituições dedicadas a propagar a ideologia numa sociedade:

> Designamos por aparatos ideológicos de Estado certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições diferentes e especializadas. Propomos uma lista empírica, que exigirá naturalmente que seja examinada em detalhe, posta à prova, retificada e reordenada. Com todas as reservas implicadas por esta exigência podemos no momento considerar como Aparatos Ideológicos de Estado (AIE) as seguintes instituições (a ordem com a qual as enumeramos não tem significação especial): AIE religiosos (o sistema das diferentes igrejas); AIE escolar (o sistema das diferentes escolas, públicas e particulares); AIE familial; AIE jurídico (o "direito" pertence ao mesmo tempo ao aparato — repressivo — do Estado e ao sistema dos AIE); AIE político (o sistema político de que formam parte os diferentes partidos); AIE sindical; AIE de informação (imprensa, rádio, TV, etc.); AIE cultural (literatura, artes, esportes, etc.).[42]

Como se pode ver, a cultura não é inocente.

O psicólogo George H. Mead afirmava que a sociedade era um sistema de indivíduos com atividades diferenciadas, e se referiu ao *self* ou identidade como aquilo que não é preexistente ao social e sim contingente e simultâneo. Uma de suas ideias consistia em assinalar que "o organismo individual adota as atitudes organizadas dos outros, provocadas pela atitude dele, na forma dos seus gestos, e ao reagir a esse comportamento provoca outras atitudes organizadas nos outros da comunidade à qual o indivíduo pertence".[43]

No contexto social, a identidade consiste nos atos que fazem com que as pessoas pertencentes a um grupo humano possam ser semelhantes, mas também é o conjunto de valores ou de representações simbólicas que permite ao indivíduo ou ao grupo se sentir identificado com um projeto coletivo. As recordações compartilhadas costumam ser aglutinantes e são a base das memórias que permitem falar de uma história comum. Alguns acreditam que a identidade seria um sentido inato fornecido pelo fenótipo; ninguém poderia não ter uma identidade, assim como ninguém carece de DNA.

A identidade, portanto, se constrói sobre estratos simultâneos e nunca estáticos de sentido de pertencimento, abstração categorial (espacial -territorial, condutivo, temporal, reconhecimento cognitivo simbólico comum) e dinamismo hierárquico. A integração destes componentes, que não costuma ser rápida nos acontecimentos históricos, constitui a base estável de comportamentos de reação, reflexão ou ação que produzem significados, formatos e pautas de gestão social. Segundo Stuart Hall, "deveríamos pensar a identidade como uma 'produção' que nunca se completa, está em constante processo e se organiza dentro, e não fora, da representação; [...] ela é sempre, como a própria subjetividade, um processo. A identidade está em contínuo processo de formação [...] a identidade significa, ou conota, o processo de identificação".[44]

A identidade social se construiria em oposição ou filiação direta de um grupo entre si ou com outro, e portanto seria uma condição de relação como a que comentou Fredrik Barth, destinada ao intercâmbio e interpretação da distinção cultural.[45] De certa forma, uma identidade seria realmente uma heteroidentidade, pois na prática os valores se assumiriam por compromisso próprio, negativo ou positivo, ou por atribuição de outros. A identidade é também um ato substitutivo, em que a vinculação materna é substituída por categorias protecionistas: clã ou grupo, Estado, Igreja, Nação.

O Estado, entre muitos, reserva-se agora o monopólio de conceder e gerir a identidade; a liberdade individual já não dispõe de elementos de modificação e os documentos que legitimam sua existência são cada vez mais rígidos e controláveis. Em hebraico, a palavra *identidade* é *zehut* e pode ser aplicada à condição da memória de *iheudit* (judeu) ou à informação da carteira de identidade (*Teudat zehut*). Na Espanha, o "documento pessoal" se transformou em DNI (Documento Nacional de Identidade). O sentimento de identidade se conformou com os valores de aceitação: poucos questionam o poder do Estado para dar uma identidade numérica e social a cada indivíduo.

Dado que o real é antes de tudo representação, Pierre Bordieu pensava que o poder conferia aos grupos o monopólio das categorias de identidade:

> A investigação dos critérios "objetivos" da identidade regional ou étnica não deve fazer esquecer que na prática social esses critérios (por exemplo, a língua, o dialeto, o sotaque) são o objeto de representações mentais, isto é, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, em que os agentes investem seus interesses e seus pressupostos, e de representações objetais, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica, que pretendem determinar a representação (mental) que os outros podem fazer destas propriedades e de seus portadores. Dito de outra maneira, os atos apontados pelos etnólogos ou sociólogos objetivistas, a partir do momento em que são percebidos e apreciados na prática, funcionam como signos, emblemas ou estigmas. Por ser assim e porque não há sujeito social que possa ignorá-las praticamente, as propriedades (objetivamente) simbólicas, mesmo se tratando das mais negativas, podem ser utilizadas estrategicamente em função de interesses materiais mas também simbólicos de seu portador.[46]

Uma boa maneira de se saber o que se é vem de saber o que não se é, e a pessoa é o que a memória determina. A identidade portanto é inclusiva, mas também excludente. Alguns antropólogos acreditam que uma marca humana universal consiste em que todos os seres humanos dividem o mundo em "nós" e "eles". O historiador E. Hobsbawm alertava que "não podem ser negados os sentimentos que fazem com que grupos de 'nós' deem a nós mesmos uma identidade étnica-linguística diante dos estrangeiros e ameaçadores 'eles'".[47] Esse "nós" é evidentemente excludente. Para os gregos, todos os não gregos eram bárbaros. Uma tribo da

Venezuela divide o mundo em *yanomamis* (seres humanos), que é como o grupo se denomina, e *nabe* (inimigo ou estrangeiro) para o resto. Os muçulmanos dividem o mundo em *Dar al-Islam*, que significa "morada do Islã", e *Dar al-harb*, que é "morada da guerra".

É interessante observar que a identidade cultural depende da continuidade do entorno, e seu isolamento quebra estes elos de tal maneira que a identidade sofre um choque emocional de ruptura e infortúnio brutal. Quanto maior é o isolamento da identidade de seus nexos, maior é a possibilidade de penetração, e por isso quase sempre se insiste na privação de estímulos mnemônicos que sacudam o anseio de resistência. Um povo sem memória, em certo sentido, é como um homem amnésico: não sabe o que é nem o que faz e é presa eventual de quem o rodeia. Pode ser manipulado.

Outro dado interessante é que a identidade dos grupos é multidimensional: não unidimensional. Quero dizer com isto que alguém nascido em Caracas pode se definir como caraquenho, venezuelano, evangélico, cristão e latino-americano. O primeiro limite é a cidade, e o último é a civilização, que viria a ser o plano de identificação mais amplo. Pois bem, a pergunta pela identidade é menos problemática quando se refere à pergunta pela identificação religiosa e a identificação ideológica, mas é complexa quando se refere à identificação estritamente cultural.

Identidade latino-americana

O que é o verdadeiramente latino-americano? Esta pergunta já confundia Simón Bolívar, e seu indício de dúvida ficou expresso na chamada *Carta da Jamaica*, de 1815:

> Nós somos um pequeno gênero humano; possuímos um mundo à parte, cercado por mares dilatados; novos em quase todas as artes e ciências, embora de certa maneira velhos nos usos da sociedade civil. Considero o estado atual da América semelhante à queda do império romano em que cada desmembramento formou um sistema político, conforme seus interesses e situação, ou seguindo a ambição particular de alguns chefes, famílias ou corporações, com esta notável diferença de que aqueles membros dispersos voltavam a restabelecer suas antigas nações com as alterações exigidas pelas coisas ou os acontecimentos; mas nós apenas conservamos vestígios do que fomos em outros tempos e, por outra parte, não somos índios, nem europeus, mas uma espécie de mistura entre os legítimos proprietários do país e os usurpadores espanhóis; em suma, sendo americanos por nascimento, e sendo nossos direitos os da Europa, temos de disputar com os europeus os direitos do país, e nos manteremos nele contra a invasão dos invasores; assim nos encontramos no caso mais extraordinário e complicado.[48]

A sensação inabalável e reafirmada de fracasso diante do enigma da identidade cultural da América Latina foi considerada a partir de categorias como raça e nação no século XIX, e convém assinalar que desde então não houve método, teoria, hipótese ou conjetura que não se apresentasse como solução para o problema. Não se insistiu suficientemente em que o próprio problema é toda a solução que nos corresponde. A nostalgia exacerbada pela identidade é um fenômeno humano bastante estranho; não é um instinto, mas é um mecanismo que faz da cultura um instrumento problemático de autopreservação. Sem a singularidade inquisitiva que concede a identidade, não há lealdade nem compromisso cultural.

Os povos da América Latina, sem exceção, reafirmaram uma identidade emergente subsidiária, mas para compreender o poder da rememoração como marco de ação coletiva não se considerou realmente que, sem memória, a identidade é uma ilusão. Somos o que somos pelo que recordamos que somos, mas recordamos também pelo que somos. Híbridos, mestiços, heterogêneos: estas propostas dizem respeito primeiro não aos fenômenos imediatos e sim ao registro total da memória.

Pergunto de novo: qual é a identidade da América Latina? E respondo: o que diz sua memória, não o que provam seus esquecimentos.

Há uma memória genética que fundamenta as origens biológicas e seis memórias culturais substantivas que agem para conjugar esta multi-identidade: 1) Uma memória conflitante comum gerada na relação de conquista, espoliação, escravidão e genocídio antigo e contemporâneo. 2) Uma memória indígena geomítica e ecológica. 3) Uma memória africana de transfiguração rítmica. 4) Uma memória hegemônica ocidental: sistema religioso, sistema econômico, sistema filosófico-ético, com tendência ecocida. 5) Uma memória periférica de salvação e resistência, que justifica ciclicamente a rebelião permanente e a revolução. 6) Uma memória negada do esquecimento, em que se reprime a existência de dor por um passado traumático. A multi-identidade latino-americana consistiu, como soube compreender Rodolfo Kusch ao apreciar a cultura quíchua,[49] numa memória de "estar ou não estar" mais do que "ser ou não ser": dialética em que a identidade se adquiriu por memoricídio e implantação.

No caso latino-americano, trata-se de uma identidade fractal: um algoritmo social que se autorrefere, mas com dimensões que repetem a estrutura inicial de violência. Como escreveu Raúl Dorra: "A América ibérica aprendeu a se preocupar com sua identidade e, seguindo a vida dessa preocupação, aprendeu o temor da dependência cultural. Portanto, responder à questão — ou ao desafio — da identidade significou se esquivar e se defender de quem a ensinou a formulá-lo. Situada na periferia da cultura ocidental, isto é, à margem da Europa, a América ibérica descobriu que sua busca de identidade não seria expansiva e sim defensiva, não seguiria itinerário de semelhanças e sim de diferenças. Deveria mostrar o que não tinha de europeu e se formar a partir desta negação, deveria se mover entre a proibição e a rejeição."[50]

A identidade latino-americana é mais simples de reconhecer do que de definir, porque a América Latina nunca se definiu como centro e sim como periferia. Seus princípios constitutivos devem considerar com prudência as identidades primárias totais e excludentes, com o déficit de tolerância que caracterizou a ação pública, formuladas por políticos e intelectuais que manifestam com mais fervor os valores com os quais gostariam de se identificar do que aquilo que é realmente o problema tratado. Trata-se de partir de identidade polifônica, não baseada tanto na nostalgia ou no narcisismo do confronto, mas nas prioridades dos modelos de gestão da memória comum.

Na multi-identidade, as experiências históricas partilhadas constituíram o patrimônio iniludível de relação: etapa aborígine, juntamente com os processos de conquista, escravidão, colonização, emancipação, ditadura, imperialismo, revolução, democratização. Em cada transição, não foi o ensimesmamento e sim a interação ou o predomínio das memórias culturais o que proporcionou a configuração da região. Não é a unidade absoluta e sim a extensão dimensional da diversidade de memórias o que apoia este modelo de identificação latino-americano. A memória mutilada atua na identidade latino-americana como o sintoma que pode se evidenciar nas pessoas que sofrem a amputação de um braço ou uma perna e durante anos chegam a sentir frio ou calor, e até dor, no membro perdido.

A discussão sobre a América Latina não pode ignorar, além disso, que não se trata de um debate estéril, pois em todas as partes do mundo se discute sobre este assunto, especialmente na Europa. Um sintoma da mudança se reflete na anedota de Borges, que visitou Veneza para conversar sobre a identidade cultural europeia e expressou: "Sou o único europeu aqui, porque penso na Europa como uma unidade. Cada um de vocês se sente francês, italiano, alemão; não europeu."

O discurso de Vaclav Havel de 8 de março de 1994 esclareceu que "a tarefa mais importante enfrentada hoje pela União Europeia é chegar a uma reflexão nova e autenticamente clara sobre o que poderia se chamar de identidade europeia". A resposta a este discurso veio em 1995 com a *Carta sobre a Identidade Europeia*, na qual se estabeleceu o princípio de vínculo em repúdio à Europa do fascismo: "Das raízes da Antiguidade e do Cristianismo, a Europa aperfeiçoou os valores tradicionais ao longo da história com o Renascimento, o Humanismo e o Iluminismo, de forma construtiva. Isto conduziu a uma ordem democrática de validez geral dos direitos fundamentais e humanos e do Estado constitucional."

Alguns pensadores europeus, como Peter Sloterdijk, propuseram diferenciar as identidades sedentárias e as identidades nômades: há um esforço apontando para a direção de desterritorializar os processos de identificação para estimular uma identidade constitucional (Jürgen Habermas é um dos seus principais gestores), institucional ou vertebrada em valores universais (justiça, dignidade, liberdade) mais do que em referências étnicas procedentes das eras neolíticas. As novas etnias e tribos, vislumbradas por alguns pensadores no século XXI, são comunidades urbanas complexas. Nesta proposta, formula-se uma filosofia que reivindique "a antiga sabedoria do emigrante: *ubi bene ibi patria*. [...] A pátria como espaço da vida boa é cada vez menos fácil de encontrar onde, por acidente de nascimento, cada um está. Sem importar onde se esteja, a pátria deve ser reinventada permanentemente mediante a arte de saber viver e as alianças inteligentes".[51] De certa maneira, vale a pena confessar que este augúrio finge não ser o que é: um manifesto dionisíaco de remorso por não voltar à Europa do início ou de meados do século XX, mas também uma declaração jurada de temor a explorar a memória coletiva europeia por medo de congelar seu próprio dinamismo presente. O medo de retrocesso da integração comercial enfraqueceu o valor das elucubrações dos intelectuais europeus atuais.

Os vínculos da cultura

A noção de identidade é inseparável da enunciação de cultura. Talvez por essa mesma razão conviria deixar claro que a cultura é o equivalente de uma carteira coletiva de identidade que coage: o social é inconcebível

sem cultura. Na etimologia da palavra *cultura* há uma pista para rastrear o termo: sabemos que procede diretamente de "culto", que seria o verbo *colo* em latim, com a salvaguarda de que a raiz indo-europeia é *kwel-*, que significaria "revolver", "fazer girar", "dar a volta", "estar ou se estabelecer ali". Algumas palavras, e valha o comentário curioso, estariam relacionadas, como "colônia" ou "ciclo". O momento que pode ter contribuído para fortalecer essa associação cultivo-cultura pode ser lido nas *Disputas tusculanas* (II, 13), de Cícero: "Nem todos os campos cultivados são frutíferos, e por isso é falso aquilo de Accio:

> Mesmo que sejam dados bons grãos à terra má
> No entanto eles próprios por natureza brilham.

Assim, nem todos os espíritos cultivados dão frutos. Além disso, para ficar no mesmo exemplo, assim como um campo, por mais fértil que seja, não pode frutificar sem cultivo, assim o espírito sem doutrina (*sine cultura fructuosos esse non potest, sic sine doctrina animus*)".[52] Em 1515, a palavra cultura já estava presente na língua castelhana.

Numa reflexão sutil, Walter Benjamin assinalou que "deve-se estudar como nasceu o conceito de cultura, que sentido teve em diversas épocas, e a que necessidades obedecia quando foi cunhado. Poderia dar a impressão, nesta ocasião, de que este conceito, na medida em que designa o conjunto de bens culturais, é de origem recente, e que, com anterioridade, por exemplo, era desconhecido pelo clero que na Alta Idade Média empreendeu uma guerra de aniquilação contra as produções da Antiguidade".[53]

Para etnólogos como Edward Burnett Tylor, a cultura era a dimensão social do homem.[54] Freud resumia seu conceito de cultura nesta fórmula: "Basta-nos, pois, repetir que a palavra *cultura* designa toda a soma de operações e normas que distanciam nossa vida da de nossos antepassados animais, e que servem a dois fins: a proteção do ser humano diante da natureza e a regulação dos vínculos recíprocos entre os homens."[55] Para antropólogos como Claude Lévi-Strauss, a cultura era o conjunto de sistemas simbólicos.[56] Outros autores só admitem que "cultura é a urdidura de significações segundo as quais os seres humanos interpretam sua experiência e orientam sua ação".[57]

Numa incursão feliz, Alfred Louis Kroeber e Clyde Kluckhohn interpretaram 161 definições de cultura (descritivas, históricas, normativas, psicológicas, estruturais, genéricas), só para concluir que é "um conjunto de atributos e produtos das sociedades humanas e, em consequência, da Humanidade, que são extrassomáticos e transmissíveis por mecanismos diferentes da herança biológica".[58] O geneticista Luigi Luca Cavalli-Sforza dizia que "a cultura é o conjunto do que se aprende dos demais" e comentava que "a via cultural é a única que permite a acumulação da aprendizagem nas gerações".[59]

Alguns acreditaram que o homem é um animal dotado biologicamente para criar cultura. Os cientistas Charles Lumsden e E. O. Wilson cunharam o termo *Culturgen*,[60] da mesma maneira que em 1909 Wilhelm Ludwig Johannsen usou o neologismo "gene", para explorar a vinculação entre a evolução biológica e a evolução cultural. Ambos pensaram que, dado que o gene é a unidade mínima da herança dos seres vivos, o *culturgene* poderia ser a unidade básica da herança cultural transmissível. Seu método de então consistia em analisar a história cultural a partir de sua relação com o genoma, que conseguiria se replicar pelo DNA, e a possibilidade de que os avanços culturais não fossem outra coisa senão o resultado da acumulação de informação e adaptação a novos problemas da sobrevivência humana.

Em *O gene egoísta*, o etólogo neoevolucionista Richard Dawkins preferiu utilizar o vocábulo *memes* (derivado do grego *mimeme*), favorecido por certos círculos especializados, e manifestou que o meme era propriamente um replicador de informação: "Os genes se propagam num acervo genético ao saltar de um corpo a outro mediante os espermatozoides ou os óvulos. [...] Os memes se propagam no acervo de memes ao saltar de um cérebro a outro mediante um processo que, considerado em seu sentido mais amplo, pode se chamar de imitação."[61] A cultura estaria configurada na capacidade de fecundidade, longevidade e fidelidade do conjunto de memes que constituíssem um acervo de formulações dos enigmas supostos pela vida.

Em todo caso, o debate cultural apenas começa. Hoje se estuda a transmissão, emissão e recepção de informação e como essa informação se configura na memória e identidade referencial, assim como imagem ou dado. Antonio R. Damasio insistiu em que "o conhecimento objetivo que se requer para o raciocínio e a tomada de decisões chega à mente em forma de imagens".[62] Longe da descrição antropológica mais conhecida, os neurologistas classificam as imagens em diretas e indiretas, perceptíveis (se são o produto da percepção) ou rememorativas (se são o resultado do processo de memória). A tendência mais geral consiste em reconhecer que o homem é um animal cuja dotação biológica determina

e ao mesmo tempo é determinada pela cultura. A capacidade da linguagem, por exemplo, é inata, mas a língua deve ser aprendida. Se essa capacidade tivesse influência absoluta, seria provável que todos falassem uma mesma língua, mas a interação coletiva teve como derivação a diversidade de línguas, o que é um sinal claro de que a cultura não pode ser explicada sem a biologia, mas não apenas pela biologia.

Entre os traços culturais, surgem duas noções: uma tradição coletiva de representações adquiridas que concedem especificidade, integração e orientação social; ou se concebe um aditamento de coordenadas universais. Isócrates expôs essa vontade de identidade em seu *Panegírico* (50): "O número de gregos não significa mais unidade de sangue (*génos*) e, sim, qualidade intelectual, de maneira que hoje se chamam mais gregos os que participam de nossa paideia do que os procedentes de uma origem comum." A *paideia* era uma palavra (cuja origem era *paidos* ou "criança") que aludia à educação em geral.

Assim como a vida pode se reduzir quimicamente a hidrogênio, oxigênio e carbono, que compõem 98% dos átomos de todo o ser vivo; assim como o código genético é a linguagem dos seres vivos; assim como a natureza humana não é uma *tabula rasa*; assim também a cultura é uma marca como o vestígio dos dedos das mãos, que corresponde a chaves de identidade. É um conjunto de combinações que sofrem mudanças. Se alguém pudesse registrar o genoma dos homens de hoje, deveria saber que em dez gerações obterá muitos componentes semelhantes, mas também grandes transformações. A mesma coisa se deve dizer da identidade cultural: sempre única e sempre diversa, estratificada.

Qual é o indicador cultural da identidade? Tudo aquilo que o homem criou o identifica e lhe dá pleno sentido. Em primeiro lugar, a origem: a migração condicionou em quase todos os povos a necessidade de reconhecimento. Em segundo lugar, o mito e a religião: a crença e a fé valorizam a sobrevivência. Em terceiro lugar, o idioma: sem comunicação a cultura fica diminuída. Em quarto, a história, os valores, costumes e instituições. Em quinto, tecnologias. Por sua vez, a identidade cultural é uma construção simbólica e afetiva que classifica — podem ser tribos, etnias, comunidades religiosas, nações e até civilizações. O núcleo familial costuma organizar ou perturbar a assimilação social.

Em todos esses aspectos, convém chamar a atenção já: a memória compartilhada torna possível a semelhança. Entre os fatores que assimilam ou diferenciam estão: atitudes, alimentos, arte, celebrações, cerimônias, ciência, concepções do mundo, condutas, conhecimento,

convicções, costumes, emoções, epistemologia, estilo, ética, expectativas, filosofia, hábitos, heróis, ferramentas, ideologias, linguagem, leis, literatura, metáforas, mitos, origens, presunções, processos cognitivos, propósitos, regulações, relações, religião, rituais, sentimentos, significados, símbolos, sistemas de comunicação, valores e ruínas.

A identidade cultural é a resposta a uma necessidade humana de autoafirmação e reivindicação constante. É uma tentativa de afirmar a precariedade que supõe a multiplicidade como autoestima. O "eu sou outro" de Rimbaud tem mais contundência na frase "eu sou nós". Não há identidade cultural monopolar e sim multipolar: a identidade implica um projeto pedagógico e não um dogma, um repertório de tradições transmissíveis com elementos cognitivos, valorativos e condutivos que tornam possível a adaptação a um meio. O homem é homem por seu horizonte cultural.

CAPÍTULO III

Transculturação, etnocídio e memoricídio

As sanções contra a memória são estratégias deliberadamente delineadas para ajudar a mudar o retrato do passado, seja para apagá-lo ou redefini-lo, ou ambos.

Harriet I. Flower, *The Art of Forgetting*

DAMNATIO MEMORIAE

Recordando o que já foi escrito aqui, assume-se que qualquer decisão sobre o que se deve recordar é uma forma dominada de saber o que se deve esquecer. Cada sociedade constrói, a partir do trauma ou do entusiasmo, uma imagem parcial de seu passado e bloqueia de modo voluntário ou involuntário suas recordações.

Ao longo da história, no entanto, conhecem-se, além disso, numerosas estratégias para manipular, alegrar ou modificar a memória coletiva e implantar uma nova, como fez a Europa na América Latina: entre as mais utilizadas está a *damnatio memoriae*, ou "condenação da memória".

A *damnatio memoriae*, uma expressão latina que se aproxima bastante à usada pelos romanos, era antes de tudo uma sanção exercida contra a recordação de um indivíduo ou ação social. É uma espécie de esquecimento decretado e uma censura aplicada pelo autoritarismo para proteger uma hegemonia política. De alguma maneira, seu efeito mais imediato consiste em neutralizar a vitalidade de um nome ou aconteci-

mento mediante a exclusão oral ou escrita de toda referência que possa despertar interesse.

As sanções contra a memória são antigas. No Êxodo (17, 15), Javé comenta com Moisés: "Escreva isto num livro para que sirva de recordação, e faça saber a Josué que apagarei por completo a memória de Amaleque sob os céus." Nos Salmos (34, 17), lê-se: "Javé está contra os que fazem mal para apagar da Terra sua memória." E nos Salmos (110, 15) se repete: "Seja diante de Javé recordada a culpa de seus pais, não se apague o pecado de sua mãe; estejam diante de Javé constantemente, e ele suprima da terra sua memória!" Eis o esquecimento como castigo.

No Egito, o reformador Akhnaton, como bom monoteísta, quis criar uma religião dedicada a Atón e para consolidá-la ordenou a destruição de todos os textos que aludissem a outros deuses. O resto é conhecido: como vingança, seus sucessores apagaram até seu rosto das pedras, seu nome, e restituíram a memória do conteúdo de muitos dos papiros antigos.

Em 213 a.C., ano em que um grupo de homens tentou reunir todos os livros em Alexandria, o imperador Shi Huandi mandou então destruir todo o vestígio do passado para que a história começasse com ele, e seus seguidores queimaram todos os livros, menos os que versavam sobre agricultura, medicina ou profecia.[63] Entusiasmado por suas ações contra a casta dos letrados, criou uma biblioteca imperial dedicada a defender os escritos dos legistas, defensores de seu regime e da tese da lei como princípio do Estado, e ordenou o confisco do resto dos textos chineses.[64] De casa em casa, os funcionários se apoderaram dos livros e os fizeram arder numa pira, para surpresa e alegria daqueles que não os leram. Mais de quatrocentos letrados renitentes foram enterrados vivos[65] e suas famílias sofreram incontáveis humilhações.

Existia na Grécia a figura da "anistia", com a qual duas partes aceitavam que se apagasse a memória de um incidente que poderia prejudicar as relações políticas ou econômicas. A expressão *ou mnesikakein* (proibido recordar desgraças passadas) servia para não repetir a menção de um erro; em certas ocasiões se autorizava a eliminação parcial da memória, como aconteceu com o decreto de 403 a.C.,[66] que ordenou que se apagassem as inscrições públicas e estabeleceu sanções para todos os que salvassem o registro ou se atrevessem a recordar com malícia o acontecido.

De Demétrio de Falero, o homem a quem se atribui a fundação da Biblioteca de Alexandria, foram erigidas trezentas estátuas em Atenas.

Seu governo acabou em 307 a.C. e as estátuas foram derrubadas e convertidas em mictórios e seu nome foi apagado de todos os registros. Enquanto Falero passava seus dias de exílio em Alexandria, em sua cidade natal era delito mencionar seu nome e o de todos os antepassados diretos nas inscrições. Em 356 a.C., ano do nascimento de Alexandre Magno, um desconhecido chamado Eróstrato, segundo as crônicas, incendiou o templo de Diana de Éfeso para passar à história, e seu nome foi vetado em todas as crônicas.

Em Roma institucionalizou-se a *damnatio memoriae*[67] ou *abolitio memoriae* ("condenação da memória" e "abolição da memória") de todos aqueles que eram considerados infames, e, entre outras coisas, apagava-se o nome dele em todas as inscrições, livros e monumentos para que fosse esquecido pelas novas gerações. O poeta Cornélio Galo, criador da elegia amorosa romana *Praefectus Aegypti*, caiu em desgraça, e, perseguido, suicidou-se em 26 a.C.. De imediato, sua memória foi proscrita: era tanto o ódio que apenas ficaram alguns versos de sua obra. Entre as poucas mulheres cuja memória foi extinta por decreto estava Valéria Messalina. Os arqueólogos estudaram ex-votos em que seu nome foi raspado, e dezenas de monumentos em sua honra desapareceram.

Suetônio contou, em *Vidas dos Césares*, que quando o imperador Domiciano foi vítima de um atentado, em 96, tentou-se abolir a memória de sua pessoa,[68] e em alguns casos inscrições inteiras desapareceram, para negar sua existência. Houve perseguição da memória de imperadores como Nero (68), declarado "inimigo público" pelo Senado romano, e as placas dos prédios erigidos em sua gestão foram mutiladas. Também se declarou digna de esquecimento a memória de Juliano (193), Máximo (238) e Cômodo.

Houve casos como o do senador Virius Nicomachus Flavianus, que se suicidou em 394: seu nome foi apagado de todas as inscrições, mas em 431 o perdoaram e numa estátua sua foi colocada uma carta do imperador anistiando sua memória do esquecimento público.[69]

O modelo romano foi uma constante. Conhecem-se muitos detalhes históricos sobre o alcance destas medidas: em 897, a Igreja Católica ordenou a anulação dos decretos e a destruição de tudo sobre o papa Formoso; nos séculos XVII e XVIII, houve um consenso nas instituições da América Latina para aniquilar qualquer recordação que pudesse despertar a atenção do mundo sobre os índios e os negros. Em 1782, uma ordem de Carlos III mandava apagar a memória inca. Conta-se que Francisco de Carvajal proibiu que se recordassem seu feitos de violência

"porque entendeu que eram mais dignos da lei do esquecimento do que de memória ou perpetuação".[70]

A Revolução Francesa foi pródiga em eliminar símbolos do regime monárquico; Lenin emitiu um decreto em 14 de agosto de 1918 para pedir que se desmantelassem os monumentos czaristas; Josef Stalin mandou apagar qualquer lembrança de Trotski na União Soviética; todos os impérios e regimes ditatoriais tentaram por hábito anular qualquer vestígio de memória que pudesse incitar a resistência; Pol Pot dirigiu, nos anos 1970, uma campanha para eliminar no Camboja qualquer prova do passado; os talibãs pretenderam, em 2001, negar o budismo arrasando, no Afeganistão, as imagens desse movimento espiritual.

Memoricídio e hegemonia

Apresentei neste livro alguns exemplos de saque e destruição cultural na história da humanidade. Como se pode ver, a primeira coisa que se ataca numa guerra é a memória coletiva. Etimologicamente, a palavra *guerra* procede do germânico *werr-* e sobretudo do alto alemão antigo *werra* ("confusão, discórdia, contenda") e o termo indo-europeu *wers* aludia a um verbo que poderia ser traduzido como "confundir". Com isto se torna óbvio que a guerra não é apenas um assunto de combate mas de uma arte de confundir o inimigo. Sun Tzu e Karl Clausewitz estabeleceram as bases deste objetivo. A guerra tem sido vista como uma relação de violência entre duas coletividades que utilizam instrumentos armados e estratégias psicológicas para conseguir uma derrota moral no prazo mais curto possível.

Qualquer guerra fica incompleta se não causar desconcerto por meio do ataque aos símbolos de identidade, que são fundamentais para a resistência. Quem duvida de seus próprios valores, quem vacila porque sua memória se alterou, é uma presa fácil num conflito. A substituição cultural, vale ressaltar, costuma se combinar com uma ideologia,[71] ou o conjunto de valores e crenças destinados a impedir que se perceba a verdadeira condição de sujeição de um grupo ou nação.[72] É um fascínio histérico pela justificação.

Sempre ficou claro que a hegemonia, entendida como a supremacia de um estado ou grupo sobre outro, requer a aniquilação dos motivos principais da resistência do adversário com propaganda ou com destruição indireta (sugerindo a divisão interna violenta) ou direta (ataque psicológico ou cultural). Para os gregos, *hegemonia* era uma espécie de "direção, chefia, liderança" propiciada pelo *hegemón* ("diretor, caudilho, chefe"). A cidade de Atenas, em 478 a.C., obteve com a Confederação de Delos a "hegemonia" sobre o resto do mundo heleno. Aristóteles, em sua *Política*, foi categórico ao dizer: "O exercício da guerra não deve se empenhar na escravização dos que não merecem, em primeiro lugar, para não ser escravizado pelos outros; em segundo lugar, para procurar a hegemonia pelo bem dos governados, e não pelo desejo de dominar todos; e em terceiro lugar, para se impor aos que merecem a escravidão."[73]

O uso particular da hegemonia se generalizou no Ocidente pela leitura dos textos do sofista Isócrates. Em seu *Discurso sobre a paz* (142), ele condenou o domínio marítimo de Atenas e a expansão do poder, e propôs o termo *hegemonia* para se referir ao regime que submetia voluntariamente seus adversários.

No mundo de hoje, o termo *hegemonia* ficou contagiado pelo sentido que lhe deu o grande pensador de esquerda Antonio Gramsci (1891-1937),[74] que abordou sua definição a partir de uma nova perspectiva ao afirmar, em seus *Cartas do cárcere*,[75] que é um rumo intelectual, político e moral por meio do qual uma classe dominante pode articular seus interesses, com consenso ou coerção, para se converter em guia de uma vontade coletiva. Não se trata de uma hegemonia determinada em forma permanente: exige luta constante.

Há, portanto, uma hegemonia cultural, exercida quando se impõe ou se negocia uma concepção do mundo em que um bloco de forças restringe o acesso aos símbolos culturais do subjugado e amplia o espectro de acesso aos seus próprios símbolos. Sem memoricídio, portanto, violento ou realizado em transição progressiva, a hegemonia é impossível. Gramsci pensou que a cultura dominante retomava os conceitos da cultura subalterna para "reelaborá-los, conectá-los de outra maneira, até fazê-los assumir um significado diferente e mesmo oposto, mas permanecendo em geral no terreno indicado pela cultura hegemônica. Não uma produção autônoma, uma criação de temas novos e de novas formas de cultura, mas uma reelaboração heterogênea, acrítica, inconsciente dos temas e materiais oferecidos pela classe dominante".[76]

Um dos aspectos mais categóricos é que o hegemônico demanda a reconfiguração da identidade do adversário. E um modo eficaz de iniciar esta transformação cultural consiste em acelerar a *damnatio memoriae*, para apagar as recordações compartilhadas e criar uma cultura em que

o estrato anterior permaneça sujeito a um estrato que funcione como marco de pensamento e ação cultural.

Aculturação ou transculturação

O que realmente aconteceu na América Latina? Como puderam nações como Espanha, Portugal, França, Itália, Alemanha, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos cometer semelhante massacre contra os latino-americanos e uma destruição cultural de proporções tão inconcebíveis? Povos inteiros arrasados e submetidos à assimilação de valores alheios, aldeias queimadas ou bombardeadas, 90% dos indígenas mortos por assassinato ou epidemias importadas, seis milhões de africanos mortos depois de serem convertidos em escravos, milhões de quilômetros quadrados apropriados indevidamente, contaminação e ecocídio, milhares de idiomas extintos, dezenas de religiões extirpadas, milhares de tradições musicais desaparecidas, milhões de obras de arte fundidas como metais preciosos ou traficadas para constituir a base de coleções artísticas individuais ou institucionais, apoio a ditaduras cruéis que perseguiram adversários só porque pensavam diferente, bibliotecas inteiras convertidas em cinzas, todo este saldo de aniquilação em nome das vantagens da universalidade do Ocidente? Nos anais mais obscuros da história, e como obstáculo a qualquer promessa de cooperação, estará para sempre o extermínio que Cristóvão Colombo começou em suas viagens de exploração e que não ficou concluído no século XXI, pois as empresas transnacionais mantêm uma verdadeira guerra cultural contra todas as comunidades que se opõem a seus projetos de exploração econômica.

Contra a América Latina se perpetrou um *memoricídio*, sem dúvida, mas houve uma vinculação inegável a outros processos como os de *transculturação*, *genocídio* e *etnocídio*, categorias descritivas designadas com palavras novas cunhadas pelos antropólogos e etnólogos no século XX, porque não se dispunha de maneira mais correta para explicar a prática da interminável destruição da memória coletiva tangível ou intangível. Estes conceitos sobre destruição maciça também foram aplicados a situações similares na África e na Ásia, onde o colonialismo arruinou conhecimentos milenares.

Antes de se estabelecer a palavra *transculturação*, em referência ao que ocorreu entre os povos latino-americanos, diga-se que predominou a intenção de legitimar o vocábulo *aculturação*. Foi criado em 1881 pelo antropólogo americano John Wesley Powell, que pretendia justificar a aniquilação dos aborígines ao dizer: "A grande dádiva às tribos selvagens deste país [...] foi a presença da civilização, que, sob as leis da aculturação, melhoraram consideravelmente suas culturas, que substituíram por novas e civilizadas suas velhas e selvagens artes, seus velhos costumes, em resumo, converteram os selvagens à vida civilizada."[77] Em 1898, W. J. McGee publicou um livro sobre aculturação pirata,[78] em que descreveu o desenvolvimento social marcado pela aculturação amistosa e pirata. Ele acreditava que a aculturação amistosa era mecânica, imitativa e própria de culturas selvagens e bárbaras.

Em 1936, a American Anthropological Association nomeou uma comissão integrada por Robert Redfield, Ralph Linton e Melville Herskovits para redefinir a palavra *aculturação*, e eles concluíram que se tratava "daqueles fenômenos que resultam quando grupos de indivíduos de culturas diferentes entram em contato, contínuo e de primeira mão, com mudanças subsequentes nos padrões culturais originais de um ou de ambos os grupos".[79] Dois anos mais tarde, Melville J. Herskovits publicou *Acculturation. The Study of Cultural Contact*,[80] em que comentou, em primeiro lugar, que a aculturação deveria se diferenciar da noção de mudança cultural, porque era apenas um aspecto desta noção; distinguiu-a da difusão, que era realmente um fator; e, finalmente, preferiu não associá-la à assimilação, porque nem sempre era uma fase completa na aculturação. Em segundo lugar, sugeriu aos antropólogos não gastar tanto tempo com as culturas puras e sim com os contatos entre culturas. A partir dos anos 1940 e 1960, o aculturalismo de feitura norte-americana dominou o campo da antropologia e se estendeu pelo mundo: houve casos como o do Instituto Indigenista da Guatemala que tinha em seu conselho diretor um membro do Instituto Carnegie de Washington que tomava decisões acima de seus colegas.

A aculturação triunfou durante decênios ao postular que era um intercâmbio cultural assimétrico: um grupo com tecnologias primitivas sofria uma influência transformadora por parte de um grupo com tecnologias avançadas e a ultrapassagem cultural poderia acontecer de forma passiva. Não era necessária a violência da cultura dominante para que a cultura dominada gerasse um sistema cultural novo, capaz de se adaptar a mudanças definitivas de natureza social. A assimilação ou integração voluntária — não a título individual e sim coletivo — era vista dentro do marco de uma oposição com dois polos: uma sociedade

primitiva imóvel que assumia uma interação na qual nascia um sincretismo criativo ou destrutivo.

A defesa da palavra *aculturação* levou precocemente Gonzalo Aguirre Beltrán a dizer que "a palavra é formada pela partícula formativa, a preposição latina *ad-*, que por assimilação passa a *ac-* em todos os casos em que entra em composição com palavras que começam com a consoante *c-*, e a forma nominal *culturatio*, de cultura. Se houvesse o vocábulo em latim seria *acculturatio*, como em inglês se diz *acculturation*. A índole da ortografia inglesa aceita a persistência da consoante dupla, mas não no castelhano, que a reduz a uma apenas. *Acolher*, *acomodar*, *concordar*, *acumular* derivam de palavras latinas — *accolligere, accommodare, accordare, accumulare* — que, como *aculturação*, sofreram processos de assimilação e redução.[81]

Conrad Phillip Kottak, em seu livro *Anthropology — The Exploration of Human Diversity*, chegou à conclusão de que a aculturação era "o intercâmbio de atos culturais resultante do fato de os grupos estarem em contínuo contato direto; os padrões culturais originais de cada ou de ambos os grupos podem resultar alterados, mas os grupos se mantêm diferentes".[82]

De qualquer maneira, o modo de falar nunca foi unânime, e o notável escritor cubano Fernando Ortiz acreditou necessário, em 1940, introduzir a palavra *transculturação* em seu livro dedicado a indagar os efeitos causados em Cuba pela exploração do tabaco e do açúcar:

> Por *aculturação* se quer significar o processo de trânsito de uma cultura a outra e suas repercussões sociais de qualquer gênero. Mas *transculturação* é vocábulo mais apropriado. Entendemos que o vocábulo *transculturação* expressa melhor as diferentes fases do processo de transição de uma cultura a outra, porque não consiste em adquirir uma cultura diferente, que é o que, a rigor, indica a palavra inglesa *acculturation*, mas o processo implica também necessariamente a perda ou desenraizamento de uma cultura precedente, o que poderia se chamar de *desculturação*, e, além disso, significa a conseguinte criação de novos fenômenos culturais que poderiam se denominar *neoculturação*.[83]

Bronislaw Malinowski, prefaciador de Ortiz, acolheu o neologismo e favoreceu a difusão da ideia. Na história da aceitação terminológica, o venezuelano Mariano Picón Salas esteve igualmente entre os primeiros em seu magno livro *De la conquista a la independência*, publicado em 1944. No quarto capítulo, estudou "as primeiras formas de transculturação" na transformação das identidades iniciais e no transplante da cultura europeia. Mas não foi o único: Ángel Rama, num artigo de 1974, afirmou que a transculturação narrativa da América Latina passava por etapas de perdas, seleções, redescobrimentos e incorporações dentro do tipo dinâmico.[84] Em 1989, o Departamento de Antropologia da Universidade Autônoma Metropolitana-Iztapalapa, do México, em sua versão para o castelhano do *Guía para la clasificación de los datos culturales*, de 1950, trocou "aculturação" por "transculturação" para classificar "número, caráter e intensidade dos contatos com outras culturas; fatores que afetam a receptividade cultural; exemplos de empréstimos culturais; modificação dos elementos introduzidos para sua adaptação; meios, organismos e agentes de troca cultural, etc."

Desde sua gênese, a transculturação fascinou numerosos pesquisadores que manifestaram interesse de estudar o caso das sociedades assimiladas pela violência de contato, nas quais um conflito de baixa ou alta intensidade reproduzia as condições de desenraizamento com uma identidade anterior. A transculturação, como se definiu, supõe uma relação direta e contínua. O *Herder Lexikon (Ethnologie)*, publicado em 1981, aceitou transculturação no sentido do conjunto de "fases da passagem de uma forma de vida a outra nova no transcurso da cultura".

Etnocídio e memoricídio

No vocabulário da etnologia, desde meado do século XX, utiliza-se *etnocídio* como sinônimo de destruição étnica. Em 1944, o advogado judeu e polonês Raphäel Lemkin, em seu livro *Axis Rule in Occupied Europe: Laws of Occupation, Analysis of Government, Proposals for Redress*, cunhou um neologismo a que chamou de *genocídio*. Dado que vivera a tragédia do assassínio de sua família pelos nazistas, ele compreendeu que deveria oferecer uma definição bastante exata do problema a que queria se referir:

> Novos conceitos requerem novos termos. Por *genocídio* entendemos a destruição de uma nação ou de um grupo étnico. Esta nova palavra, cunhada pelo autor para denotar uma velha prática em seu desenvolvimento moderno, deriva da antiga palavra grega *génos* (raça, tribo) e da palavra latina *cide* (matança), correspondendo assim em sua formação a palavras tais como *tiranicídio*, *homicídio*, *infanticídio*, etc. Falando em termos gerais, o

genocídio não significa necessariamente a destruição imediata de uma nação, exceto quando se efetua pelos assassínios em massa de todos os membros de uma nação. Mais bem se propõe como um plano coordenado de diversas ações que têm como objetivo a destruição das bases essenciais da vida de grupos nacionais, com o objetivo de aniquilar os grupos em si mesmos. Os objetivos de tal plano seriam a desintegração das instituições políticas e sociais, da cultura, da linguagem, dos sentimentos nacionais, da religião, e da existência econômica de grupos nacionais, e da destruição da segurança pessoal, da liberdade, da saúde, da dignidade e até das vidas dos indivíduos que pertencem a tais grupos. O genocídio se dirige contra o grupo nacional como entidade, e as ações implicadas se dirigem contra indivíduos, não em sua capacidade individual, e sim como membros do grupo nacional.[85]

Numa modesta nota de pé de página deste mesmo parágrafo, Lemkin mencionou a palavra *etnocídio* (formada de *ethnos*, que se traduziria como nação, e *cídio*, que seria assassínio) como sinônimo de genocídio. Nos anos 1970, o pesquisador Robert Jaulin consagrou a nova palavra porque sintetizava as consequências do genocídio aplicado ao campo das culturas das etnias.[86] Em sua teoria, afirmava que se desciviliza o agredido sob a premissa de que é bárbaro primitivo que deve ser submetido aos valores de uma civilização considerada superior (como a ocidental).[87]

O etnocídio constatado por Jaulin na tribo bari era um processo violento de erradicação do sistema cultural dos indígenas que, amparado pelo racismo, inoculava vírus para criar epidemias que reduziam a capacidade de resistência do afetado, com o propósito de submetê-lo a um período de docilidade no qual se exploravam seus recursos naturais ou humanos. Quase todos os etnocídios da história foram cometidos contra comunidades a que se pretendia espoliar cruelmente.

O antropólogo Pierre Clastres estimou a importância de contar com um termo capaz de se referir à eliminação de uma cultura:

> [...] o termo *etnocídio* não existia há alguns anos. [...] No espírito de seus criadores a palavra estava destinada, sem dúvida, a traduzir uma realidade não expressa por qualquer outro termo. Se se sentiu a necessidade de criar uma nova palavra era porque se devia pensar em algo novo, ou então algo velho sobre o qual ainda não se refletira. Em outros termos, estimava-se inadequado ou impróprio para cumprir esta nova exigência uma outra palavra — *genocídio* — cujo uso estava muito difundido há muito tempo. Criado em 1946 durante o processo de Nuremberg, o conceito jurídico de genocídio é a tomada de consciência no plano legal de um tipo de criminalidade desconhecida até então. Mais exatamente, remete para a primeira manifestação, devidamente registrada pela lei, desta criminalidade: o extermínio sistemático dos judeus pelos nazistas alemães. O delito juridicamente definido como genocídio mergulha suas raízes portanto no racismo; é seu produto lógico e, em última instância, necessário: um racismo que se desenvolve livremente, como foi o caso da Alemanha nazista, só pode levar ao genocídio. [...] A partir de 1492, pôs-se em marcha uma máquina de destruição dos índios. [...] Portanto, é a partir de sua experiência americana que os etnólogos, e particularmente Robert Jaulin, foram levados a formular o conceito de etnocídio. Em princípio, esta ideia se refere à realidade indígena da América do Sul. Há aqui um terreno favorável — se for permitido usar a expressão — para buscar a diferença entre genocídio e etnocídio, já que as últimas populações indígenas do continente são vítimas simultaneamente destes dois tipos de criminalidade. Se o termo *genocídio* remete à ideia de "raça" e à vontade de exterminar uma minoria racial, o termo *etnocídio* se refere não só à destruição física dos homens (neste caso permaneceríamos dentro da situação genocida) mas também à sua cultura. O etnocídio é, pois, a destruição sistemática dos modos de vida e de pensamento de pessoas diferentes, a quem se leva a cabo a destruição. Em suma, o genocídio assassina os corpos dos povos, o etnocídio os mata em seu espírito. Tanto em um como em outro caso, trata-se sem dúvida da morte, mas de uma morte diferente: a supressão física é imediata, a opressão cultural prorroga por longo tempo seus efeitos segundo a capacidade de resistência da minoria oprimida. [...] O etnocídio partilha com o genocídio uma visão idêntica do Outro: o Outro é o diferente, certamente, mas sobretudo a diferença é perniciosa. Estas duas atitudes divergem na classe de tratamento reservado à diferença. O espírito que se pode dizer genocida quer pura e simplesmente negá-la. Exterminam-se os Outros porque são absolutamente maus. O etnocídio, pelo contrário, admite a relatividade do mal na diferença: os Outros são maus, mas podem ser melhorados e obrigados a se transformar até que, se possível, sejam idênticos ao modelo proposto, imposto. [...] Esta vocação de medir as diferenças com a vara de sua própria cultura se denomina *etnocentrismo*.[88]

Formalmente, o etnocídio se baseia no etnocentrismo, uma tendência histórica mundial que divide o mundo em "nós" e "eles"; desumaniza-se aquele que é submetido porque é a melhor maneira de estabelecer a convicção de sua inferioridade e, simultaneamente, a da superioridade do etnocida. Há fatores como a xenofobia e o racismo que são pautas

de conduta comuns no etnocídio, mas não se trata de sintomas de um erro isolado.

O etnocídio é uma prática não casual em que a ideologia e as crenças demarcam os territórios culturais; na visão religiosa extrema há um instrumento de intimidação e conversão que supõe a existência do mal no dominado. O índio não era, para os conquistadores europeus, apenas um selvagem; definiam-no como um ser malvado e equivocado. O sectarismo e o autoritarismo se produzem em níveis de desmedida incontrolável no etnocídio; assume-se uma verdade sagrada que nega qualquer valor epistemológico aos pensamentos da vítima. Por isso o conflito é tão radical: o etnocida é dogmático e pensa que sua crueldade é didática. Queima símbolos porque pretende apagar toda a memória externa ao seu grupo que ponha em evidência a excelência cultural do adversário. O único modelo que o etnocida tolera é o que justifica seus próprios valores; o preconceito é a norma contra qualquer princípio de autonomia.

O etnocídio como delito de *lesa-humanidade* foi ampliado pela Declaração de San José, patrocinada pela Unesco e assinada em 11 de dezembro de 1981. Entre outras coisas, condenou-se a perda de identidade das populações índias da América Latina, os obstáculos para a transmissão de sua língua e cultura, e se relacionou o etnocídio com o genocídio cultural. Em 29 de junho de 2006, aprovou-se na Comissão de Direitos Humanos das Nações uma Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas, mas os representantes de alguns países não aceitaram o termo *etnocídio* e optaram por "destruição cultural".

Em 27 de setembro de 2006, Momcilo Krajinik foi o primeiro condenado na história dos crimes culturais contra os bósnios. O júri considerou que havia evidência contra ele por assassínio, deportação e extermínio, e também por destruição de pelo menos duzentos bens culturais ou religiosos (mesquitas, bibliotecas, arquivos, igrejas).

Convém não confundir etnocídio com transculturação. O etnocídio é um ato de eliminação que pode ser acompanhado de um genocídio parcial ou total em busca de pureza ideológica; é certamente uma maneira de impedir que se mantenha uma tradição de linguagem, arte e religião; é como a história demonstrou, uma proposta patológica que pode danificar por simples exclusão.

O certo é que o etnocídio precede ou é simultâneo à transculturação, um processo mais criativo e produto de uma intenção de dirimir o conflito entre um grupo dominante e outro dominado por meio da

subordinação ou integração do dominado a novos esquemas de identidade. No contato, as duas sociedades se transformam a partir da primeira fase de conquista, uma segunda fase de reconhecimento, apropriação e interação, uma terceira fase de ajuste com ou sem rebeliões, e uma quarta fase em que se cria a autoestima social. Do etnocídio só restam ruínas e ressentimentos prolongados; da transculturação pode emergir a transferência de tecnologias, costumes, valorizações, concepções, signos e discursos, o que se conhece como convergência, heterogeneidade e hibridismo em todos os âmbitos culturais.

O grave problema com a transculturação é que tem sido geralmente uma via para que a hegemonia ocidental articule uma saída para a crise cultural do contato com a sociedade dominada, estimulando uma estratégia de incorporação em que se sobressai unicamente o discurso favorável à ocidentalização das formas culturais. A diversidade se coordena como um recurso artificial de tolerância com tudo o que contribua para ampliar os limites da cultura ocidental. Daí a importância que costuma ter, tanto na transculturação como no etnocídio, a gestão do memoricídio, em que se ataca a memória coletiva do grupo a que se quer submeter, especialmente os bens culturais que constituem seu patrimônio, porque se tenta ganhar a mente de quem se submete.

Conclusão

Desta maneira, com o final deste capítulo se fecha o círculo aberto e volto aos locais originais deste livro: a memória, a cultura, a identidade. O nexo das três partes do livro se destinou a provar o seguinte:

1. O saque cultural da América Latina foi um etnocídio e memoricídio premeditado para mutilar a memória histórica e atacar a base fundamental da identidade de suas populações. Perderam-se 60% do patrimônio tangível e intangível da região.

2. A transculturação ou substituição da memória dos povos submetidos pela tradição ocidental colonial completou uma operação de alienação bem-sucedida, cujas consequências os latino-americanos ainda sofrem. Como disse Darcy Ribeiro, esta alienação cultural "consiste, em essência, na internalização espontânea ou induzida num povo da consciência e da ideologia de outro, equivalente a uma realidade que lhes é estranha e de interesses opostos aos seus. É a adoção de esquemas

conceituais que escamoteiam a percepção da realidade social em benefício dos que dela se favorecem".[89]

3. Seis línguas europeias substituíram mais de mil idiomas indígenas e o método de extinção aplicado significou o maior genocídio da história do homem. Os informes mais recentes estimam de setenta milhões a cem milhões as vítimas do grande massacre da América Latina.

4. Todas as potências europeias e, em particular, os Estados Unidos participaram da pilhagem e tentaram anular os valores de identidade das culturas locais para induzir a submissão, colaboração e participação subordinada na transferência de recursos naturais.

5. A Igreja Católica empreendeu, desde o século XV até os nossos dias, uma cruzada de evangelização como desculpa para aniquilar milhares de obras de arte religiosas em nome do cristianismo.

6. A naturalização do poder cultural colonial formou as elites políticas latino-americanas, sobre as quais se exerceu uma pressão enorme para garantirem que qualquer ação de resistência popular em seus países não alterasse as condições existentes de controle ideológico.

7. Na América Latina, a alienação induzida segmentou a visão social até levar alguns pensadores a suspeitar que o problema da identidade nesta região não existia, e que se tratava, antes, do anseio intelectual de uma classe que interpretava seus próprios interesses e os aplicava a um contexto mais amplo. No entanto, este mesmo fato faz parte da identidade dos latino-americanos: a negação radical foi por momentos sua maneira de expressar o desconcerto que se produz diante de uma memória histórica amputada durante séculos.

8. Desde o século XX, a depredação cultural aumentou. Quanto maior tem sido o roubo de matérias-primas na América Latina, maior também o saque e a destruição do patrimônio simbólico.

Quando visitei as ruínas de Tenochtitlán ou de Cusco, não imaginei que o percurso do México à Argentina me permitiria conhecer um desastre de tal magnitude, em que se esqueceria inclusive que se esquecera, e os intelectuais foram, em sua maioria, cúmplices das anistias constantes inventadas por grupos privilegiados que converteram em tabu a menção de seus crimes. Este livro, nesse sentido, nasceu como um subsídio contra a legitimação de tanta infâmia.

Para entender o que é a América Latina, creio que não é a resignação que estimula a explicação da mestiçagem, mas o compromisso de justiça para as vítimas dos abusos, torturas e ataques culturais, o que

pode conferir valor a qualquer projeto de definição nos distintos âmbitos sociais. Hoje resulta inconcebível subestimar as consequências de uma tragédia cultural semelhante sobre a identidade de nossos povos, e nos difíceis anos vindouros somente a convicção de resistência criada por esta dolorosa lembrança poderá impedir que fiquem para trás séculos de exclusão, conformismo servil e incerteza.

Notas

INTRODUÇÃO

(1) Op. cit. no texto. Lima: Imprensa e Livraria San Martí y Ca., 1920.

(2) Alguns indígenas chamavam a região de Abya-Ayala. O continente foi denominado América; há quem fale de Ibero-América ou Luso -América, incluindo a Hispano-América. Cf. MARRAS, Sergio. *América Latina, marca registrada*. Barcelona: Editorial Andrés Bello, Grupo Zeta, U. de G., 1992, p. 1: "América Latina" é um conceito francês do século XIX, que nasceu com a ideia de unificar as nações católicas e latinas da América para estabelecer um contrapeso aos nórdicos de origem anglo-saxônica e protestante que punham obstáculos à influência da França no continente americano. O primeiro a utilizar a expressão foi Michel Chevalier (1806-1879), escritor de temas de política econômica, que buscava legitimar o expansionismo de Napoleão III e deter ao mesmo tempo a influência dos Estados Unidos sobre o continente. Por intermédio dele nos chegou, "juntamente com a tentativa imperial de Maximiliano (1862-1865), a primeira ideia de unificar as nações católicas e latinas da América, sob um propósito político: servir de contrapeso aos nórdicos de origem anglo-saxônica que dificultavam a influência da França de Napoleão III neste continente. Desta aventura francesa no México surgiu a invenção da América Latina". O socialista chileno Francisco Bilbao usou o termo numa conferência de 1856 e, no mesmo ano, o escritor colombiano José María Torres Caicedo mencionou o nome em seu poema "Las dos Américas" [As duas Américas]: "La raza de la América Latina,/

Al frente tiene la sajona raza,/ Enemiga mortal que ya amenaza/ Su libertad destruir y su pendón." ["A raça da América Latina, / Toma a dianteira da raça saxônica, / Inimiga mortal que já ameaça / Destruir sua liberdade e sua bandeira."]

(3) A lista dos países estaria compreendida desta maneira: Anguila, Antigua e Barbuda, Antilhas Holandesas, Argentina, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bermudas, Bolívia, Bonaire, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Curaçao, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guadalupe, Guatemala, Guiana Francesa, Guiana, Haiti, Honduras, Ilhas Caimã, Ilhas Malvinas, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens, Ilhas Virgens Britânicas, Jamaica, Martinica, México, Montserrat, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Saint Kitts-Nevis (ou São Cristóvão e Névis), San Vicente e as Granadinas, Santa Lúcia, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

(4) COLOMBO, Cristóvão. *Textos y documentos completos*. Edição de Consuelo Varela; novas cartas, edição de Juan Gil. Alianza Editorial, 1992.

(5) LAS CASAS, Bartolomé de. *Historia de las Indias*. Alianza Editorial, t. II, p. 508.

(6) Cf. HAMILTON, Earl J. *El tesoro americano y la revolución de los precios en España, 1501-1650*. Tradução castelhana de Ángel Abad. Barcelona: Ariel, 1983. Na moeda espanhola de maravedis o resultado seria:

Anos	*Ouro e prata (em maravedis)*
1601-1605	10.981.524.600
1606-1610	14.132.343.150
1611-1615	11.037.654.220
1616-1620	13.550.688.000
1621-1625	12.154.805.325
1626-1630	11.229.536.925
1631-1635	7.699.884.430
1636-1640	7.341.570.900
1641-1645	6.193.711.121
1646-1650	5.296.746.150
Total	99.618.464.825

(7) FONTANA, Josep. "La crisis colonial en la crisis del antiguo régimen español". In: BONILLA, Heraclio (org.). *El sistema colonial en la América española*. Barcelona: Crítica, 1991, p. 309.

(8) NORMANO, J. F. *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliana, 1975, v. 152.

Produção de ouro no Brasil
(1691-1850)

Período	*Número de anos*	*Total Kg*	*Média anual Kg*
1691-1700	10	15.000	1.500
1701-1720	20	55.000	2.750
1721-1740	20	177.000	8.850
1741-1760	20	292.000	14.600
1761-1780	20	207.000	10.350
1781-1800	20	109.000	5.450
1801-1810	10	37.500	3.750
1811-1820	10	17.600	1.760

1821-1830	10	22.000	2.200
1831-1840	10	30.000	3.000
1841-1850	10	24.000	2.400

(9) BEAUD, Michel. *História do capitalismo. – De 1500 aos nossos días*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

(10) Ibid., p. 62.

(11) GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. trad. Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990. "As terras foram devastadas por esta planta egoísta que invadiu o Novo Mundo arrasando os bosques, desbaratando a fertilidade natural e extinguindo o húmus acumulado pelos solos."

(12) SCHATAN, Jacobo. *Deuda externa y neoliberalismo: el saqueo de América Latina*. Santiago do Chile: Fundação CENDA (Centro de Estudios Nacionales de Desarrollo Alternativo), 1999.

(13) Em 1909, o ditador Juan Vicente Gómez favoreceu a companhia de hidrocarbonetos The Venezuela Development Company, mas foram os ingleses os primeiros a entender a importância petrolífera da Venezuela, aproveitada para satisfazer precocemente (em 1944) 60% da demanda energética da Inglaterra. Em 1945, após o golpe de Estado de 18 de outubro, a indústria petrolífera venezuelana estava nas mãos de 33 companhias dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Holanda, que controlavam 10,5 milhões de hectares. Sem dúvida, os altos lucros e as rendas públicas nacionais transformaram a vida venezuelana, ao criar classes dirigentes mais corruptas, grupos empresariais que respondiam aos interesses estrangeiros e um governo ineficaz que não pôde impedir que o povo não recebesse qualquer benefício fiscal e que, nos anos 1990, começassem os processos de rebelião e fissura. Cf. VALERO, Jorge. *La diplomacia internacional y el golpe de 1945*. Caracas: Monte Ávila, 2001.

(14) STAVENHAGEN, Rodolfo. *Informe anual al Consejo de Derechos Humanos de las Naciones Unidas*, 2007. Disponível em: http://www.ohchr.org/spanish/issues/indigenous/rapporteur/.

(15) Há uma guerra de números entre os especialistas: as escolas maximalistas e minimalistas divulgam estatísticas particulares. De acordo com o linguista espanhol Ángel Rosenblat (*La población de América en 1492: Viejos e nuevos cálculos*, 1967), existiram no México 4,5 milhões de habitantes. Este cálculo, abrandado por anos de crítica e investigação, foi rebaixado por falta de fontes nos primeiros períodos estudados. Uma cifra mais aceita, que oscila de 18 milhões a 30 milhões, encontra-se em: COOK, Sherburne F. e BORAH, Woodrow, "The historical demography of aboriginal and colonial America: An attempt at perspective". In: DENEVAN, William M. (ed.). *The Native Population of the Americas in 1492*. Madison: University of Wisconsin Press, 1976, p. 13-34. Woodrow Borah justificou a quantidade de cem milhões de habitantes na América na chegada de Colombo em seu ensaio "America as a model: the demographic impact of european expansion upon the non-european world", incluído em *Actas y memorias, Congreso Internacional de Americanistas*, vol. 3, p. 379-387. México, 1964.

(16) OVIEDO, Fernández de. *Historia general y natural de las Indias*, liv. 13, cap. IX.

(17) Cf. LANDA, Diego de. *Relación de las cosas de Yucatán*, p. 32: "O capitão Alonso López de Ávila tomou uma moça índia e bem-disposta e gentil mulher quando esteve na guerra de Bacalar. Ela prometeu ao marido, temendo que o matassem na guerra, não conhecer outro homem a não ser ele, e, assim, não adiantou persuasão para que ela não se matasse, para não correr o perigo de ser sujada por outro varão, pelo qual a fizeram perseguir."

(18) Cf. FRIEDE, Juan. *Los andaki. Historia de la aculturación de una tribu selvática*. México. Fondo de Cultura Económica, 1974, p. 123.

(19) LAS CASAS, Bartolomé de. *O paraíso destruído. Brevíssima relação da destruição das Índias*. Porto Alegre: LPeM, 1999.

(20) BOLÍVAR, Simón. *Obras completas*, t. 1. México: Editorial Cumbre, p. 156-157.

(21) Cf. *The Holocaust in Historical Context*. Nova York: Oxford University Press, 1994-2003. 2 vols.

(22) *A conquista da Amériaca*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

(23) BENNASSAR, Bartolomé. *Recherches sur les grandes épidémies dans nord de l'Espagne a la fin du XVIe siècle*. Paris, 1969.

(24) DOBYNS, H. F. *Their Number Become Thined: Native American Population Dynamics in Eastern North America*. University of Tennessee Press, 1983.

(25) MANN, Charles. *1491*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

(26) KLEIN, Herbert S. *La esclavitud africana en América Latina y el Caribe*. Madri: Alianza Editorial, 1986.

(27) Colombo teve a ideia de que parte do ouro tirado das Índias serviria para conquistar Jerusalém. Cf. LAS CASAS, Bartolomé. *Historia de las Indias*, I, p. 2.

(28) Durán tinha obsessões estranhas: incomodavam-no, por exemplo, os banhos dos índios, e destruiu alguns. Cf. Op. cit., I, p. 19.

(29) *Capitulaciones. Diario de a bordo y primeras cartas sobre el descubrimiento*. Madri: De Facsímil, 1991.

(30) SHERZER, Joel. "A Richness of voices". In: JOSEPHY JR., Alvin M. (ed.). *America in 1492: The World of the Indian Peoples before the Arrival of Columbus*. Nova York: Knopf, 1991, p. 251-275; p. 445-449.

(31) SAHAGÚN, Bernardino de. *Historia general de las cosas de la Nueva España*, I. México: Porrúa, 1956, p. 29.

(32) GINÉS DE SEPÚLVEDA, Juan. *Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los indios* (ed. bilíngue latim-espanhol). México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 153.

(33) MALDONADO SIMÁN, Beatriz. "La guerra justa de Francisco de Vitoria". In: *Anuario Mexicano de Derecho Internacional*, vol. 6, 2006, p. 679-701.

(34) *Carta Anua* de 1632-1634, disponível na Biblioteca Universitária de Granada, caixa A 40: f. 273.

(35) SELSER, Gregorio. *Diplomacia, garrote y dólares en América Latina*. Buenos Aires: Palestra, 1962.

(36) Cf. VITTINGHOFF, Friedrich: *Der Staatsfeind in der römischen Kaiserzeit. Untersuchungen zur "damnatio memoriae"*. Berlim, 1936; HEDRICK JR., Charles W. *History and Silence: The Purge and Rehabilitation of Memory in Late Antiquity*. Austin: University of Texas Press, 2000.

PRIMEIRA PARTE

O SAQUE CULTURAL DA AMÉRICA LATINA

Capítulo I. O primeiro etnocídio

(1) PAZ, Octavio. *In/mediaciones*. Barcelona: Seix Barral, 1981, p. 51-52.

(2) OLIVA, Fernán Pérez de "historia de la invención de las yndias". In: *Historia de la conquista de la Nueva España*. Edição, introdução e notas de Pedro Ruiz Pérez. Universidade de Córdoba, 1993.

(3) CHAUNU, Pierre. *Conquête et exploitation des Nouveaux mondes*, XVIe siècle. Paris: PUF, 1977.

(4) COLOMBO, Cristóvão. Op. cit.

(5) DEL CASTILLO, Bernal Díaz. *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*. México: Porrúa, 1955, p. 260.

(6) Ibid.

(7) DE ANGLERÍA, Pedro Mártir. *Décadas del Nuevo Mundo*. Estudo e apêndice pelo dr. Edmundo O'Gorman; tradução do latim de Agustín Millares Carlo. México: José Porrúa e Hijos, 1964, 2 vol.

(8) Ibid., 1, p. 121.

(9) PANÉ, Fray Ramón. *Relación acerca de las antigüedades de los indios*. México: Siglo XXI, 1974, p. 41.

(10) Cf. DE GÓMARA, Francisco López. *Historia de las Indias y conquista de México*. Zaragoza: Agustín Millán, 1552, fol. XI.

(11) Idoloclastia se refere à eliminação dos ídolos. É um termo como a *iconoclastia*, com longa tradição histórica.

(12) CORTÉS, Hernán. *Cartas y documentos*. Introdução de Mario Hernández Sánchez-Barba. México: Porrúa, 1963, p. 337.
(13) DEL CASTILLO, Bernal Díaz. I, p. 100.
(14) II, 27.
(15) TAPIA, Andrés de, em J. Díaz, A . de Tapia, B. Vázques, F. de Aguilar. Edição de Germán Vázques Chamorro (2002). *La conquista de Tenochtitlán*. Madri: Dastin S. L., col. 111.
(16) TAPIA, II, p. 586.
(17) OROZCO, Fernando. *La conquista de México — Relaciones indigenas De La Conquista*. Barcelona: Planeta, p. 677.
(18) "(...) Nos caminhos jazem as lanças quebradas,/os cabelos estão espalhados./Destelhadas estão as casas,avermelhados estão os muros./Vermes pululam por ruas e praças,/e os cérebros grudaram nas paredes./As águas fi caram vermelhas, como que tingidas./E quando as bebemos é como se bebêssemos água de salitre./Golpeávamos tanto os muros de adobe,/e era nossa herança uma rede de buracos./Sem os escudos se foi a segurança,/ mas nem com os escudos/se pode sustentar a solidão./Comemos hastes de eritrina,/mastigamos capim salitroso,/pedaços de tijolo, lagartixas, ratos,/terra em pó, vermes (...)" LEÓN-PORTILLA, Miguel. *Visión de los vencidos: Relaciones Indigenas de la Conquista*. México, p. 184-185.
(19) *Códice Florentino*. Nuevo México, 1950-1957, liv. III, p. 65.
(20) *Manuscrito de cantares mexicanos*. México, 1904.
(21) *Historia de las Indias de Nueva España*, t. II, p. 257.
(22) *Los antiguos mexicanos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998, p. 62-63.
(23) Op. cit, t. I, p. 143.
(24) Outros autores pensam que poderia ter nascido em 1469. Cf. GREENLEAF, Richard E. *Zumárraga y la inquisición mexicana*. México: FCE, p. 46.
(25) *Relación de Tezcoco* (1582), em ICAZBALCETA, Joaquín García. *Nueva colección de documentos para la historia de México*, t. III. México, 1891.
(26) DE MIER, Fray Servando Teresa. *Apologia* (1817) ou *Memorias*, 2 volumes, t. I, edição de Antonio Castro Leal. Coleção de Escritores Mexicanos, 37. México: Porrúa, 1942, p. 52.
(27) *Dioses, tumbas y sabios*. Barcelona, 1985, p. 356.
(28) *Monarquía indiana*, 7 volumes. México: UNAM, 1975-1983.
(29) Cf. CARREÑO, Alberto Mma. *La primera biblioteca pública del continente americano*. Divulgação histórica 8, IV, 15 de junho de 1943, México.

(30) ENGLEHARDT, Zephyrin. *The Doctrina Breve in Facsímile*. Nova York: The United States Catholic Historical Society, 1938.
(31) *Ms. Anónimo de Tlatelolco (1528)*. Edição facsimilar de E. Mengin. Copenhague, 1945, fol. 38.
(32) MOTOLINÍA, Fray Toribio. *Historia de los indios de la Nueva España*. Estudo crítico, apêndices, notas e índice de Edmundo O'Gorman. México: Porrúa, 1990.
(33) Cf. THOMPSON, J. Eric S. *Maya history and religion*. Oklahoma: Universty of Oklahoma Press, 1990.
(34) *Relación de las cosas de Yucatán* (1566), cap. XV.
(35) Op. cit., cap. XLI.
(36) Ed. MATEOS, P. Francisco, In: *Obras do P. José de Acosta*, BAE, 73 [Madri: Atlas, 1954], p. 188.
(37) Op. cit., I, prólogo.
(38) *Literatura maya*. Compilação e prólogo de Mercedes de la Garza. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1992, p. 13 e 229.
(39) *Historia de la provincia de San Vicente de Chiapa y Guatemala*. 1929, vol. I, p. 5 e 13.
(40) Op. cit., p. 229.
(41) Ms. F 17r, 1938, p. 37.
(42) CARANDE, Ramón. *Carlos V y sus banqueros*, vol. III. Madri: Sociedade de Estudos e Publicações, 1967, p. 167.
(43) DISSELHOFF, H. D. *El imperio de los incas*. Barcelona: Orbis, 1985, p. 132.
(44) *1491. Una nueva historia de las Américas antes de Colón*. Madri: Taurus, 2006, p. 454.
(45) Cf. URTON, Gary. *Signs of the Inka Khipu; Binary Coding in the Andean Knotted-String Records*. University of Texas Press, 2003.
(46) CASADO ARBONIÉS, Manuel; CASTILLO GÓMEZ, Antonio; NUMHAUSER, Paulina e SOLA, Emilio (ed.). *Escrituras silenciadas en la época de Cervantes*. Alcalá de Henares, 2006.
(47) HUMBOLDT, Alexander von. *Ansichten der Natur*, t. III. Citado em MEYER-ABICH, Adolf et al. *Alejandro de Humboldt* (1769-1969). Bad Godesberg, 1969.
(48) HERENCIA, Cristina. "Políticas históricas expresas de fabricación de identidad social em América Latina". In: *Identidades nacionales en América Latina*. UCV, 2001, p. 179.
(49) Ibid., p. 184.
(50) ANGLERÍA, 1964, vol. I, p. 381.

(51) RODRÍGUEZ FREYLE, Juan. *Conquista y descubrimiento del Nuevo Reino de Granada*. Bogotá, 1935, cap. II.
(52) RAMOS PÉREZ, Demetrio. *El mito de El Dorado*. Caracas, 1987.
(53) *Historia de la conquista y población de la provincia de Venezuela*. Edição de Tomás Eloy Martínez. Caracas: Biblioteca Ayacucho. 2004, p. 23.
(54) Ibid., p. 210.
(55) TEDESCO, Italo. *Literatura indígena de Venezuela*. Cincel Kapelusz, 1993, p. 10.
(56) Ibid., p. 14.
(57) Op. cit., p. 226.
(58) SAHAGÚN, Fray Bernardino de. *Historia general de las cosas de Nueva España*. Op. cit., t. I, p. 29.
(59) TOVAR, A.; DE LA PINTA, M. *Procesos inquisitoriales contra Francisco Sánchez de las Brozas*. Madri, 1941.
(60) TURBERVILLE, Arthur Stanley. *La Inquisición española*. México: FCE, 1960, p. 115-116.
(61) CERVANTES, Miguel de. *Dom Quixote de la Mancha*. Trad. de Almir de Adrade e Milton Amado. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
(62) RICARD, Robert. *La conquista espiritual de México*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
(63) ROBERTSON, Donald. *Mexican Manuscript Painting of the Early Colonial Period: The Metropolitan Schools*. New Haven, 1959.
(64) GREENLEAF, Richard E. Op. cit., p. 66-70.
(65) Cf. *La guerra de las imágenes*. México, Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 59.
(66) *Procesos de indios idólatras y hechiceros*. México, Arquivo Geral da Nação, 1912, p. 181.
(67) GREENLEAF, Richard E. Op. cit., p. 92.
(68) Arquivo Geral das Índias, México, 357: cartas do bispo de Oaxaca, 1679-1692.
(69) Cf. DUVIOLS, Pierre. *Cultura andina y represión. Procesos y visitas de idolatrías y hechicerías. Cajatambo, siglo XVII*. Cusco: Centro de Estudos Rurais Bartolomé de Las Casas, 1986.
(70) Há um artigo sobre este tema escrito por Ermila Troconis de Veracoechea: "Los libros y la Inquisición", na *Revista Nacional de Cultura* 191 (1970), p. 67-73.
(71) ITURRIETA, Elías Pino. *La mentalidad venezolana de la emancipación (1810-1812)*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1971.

(72) ROBERTSON, William Spence. *The Life of Miranda*. Whitefish: Kessinger Publishing, 2008.
(73) CARDOT, Carlos Felice. "El impacto de la inquisición en Venezuela y en la Gran Colombia 1811-1830". In: *Boletín de Historia y Antigüedades*. Bogotá, outubro-novembro de 1966, p. 624-625.
(74) GIMENO GÓMEZ, A. "La aculturación y el problema del idioma en los siglos XVI y XVII". In: *Actas del XXXVI Congreso Internacional de Americanistas*, III 1966, p. 303-317.
(75) ROSENBLAT, Ángel. "La hispanización de América. El castellano y las lenguas indígenas desde 1482". In: *Arbor* 55, 1963, p. 87-123.
(76) Op. cit., liv. I, cap. II.
(77) Arquivo Histórico Nacional (Madri), Jesuitas, leg. 122, núm. 55, em *Documentos sobre política linguística en Hispanoamérica* (1492 -1800), comp. est. prelim. e ed. Francisco de Solano. Madri: CSIC, 1991, núm. 108, p. 241. Também: *Concilios provinciales*. México: Hogal, 1769, p. 7, em *Documentos sobre política linguística en Hispanoamérica* (1492-1800), cit. núm. 129, p. 287.
(78) Arquivo Geral das Índias (Sevilha), Indiferente 540, livro 17, fol. 131, em *Documentos sobre política linguística en Hispanoamérica* (1492 -1800), cit. núm. 111, p. 261.
(79) No total, Portugal expandiu seu idioma aos 230 milhões de pessoas que não só o falam no Brasil mas também em Angola, Antilhas Holandesas, Cabo Verde, Guiana Francesa, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Guiana, Índia, Macau, Moçambique, Namíbia, Portugal, São Tomé e Príncipe, África do Sul, Suriname e Timor Leste.
(80) *Recopilación de Leyes de Indias [Compêndio das leis das Índias]*, livro 2, título 2, lei 13.
(81) BATY, R. M. "Las órdenes mendicantes y la aculturación religiosa principios del México colonial". In: *América Indígena*, 28/1, 1968, p. 23-50.
(82) Op. cit., p. 124.
(83) Ibid.
(84) MIGNOLO, W. D. "Misunderstanding and Colonization: The Reconfiguration of Memory and Space". In: *The South Atlantic Quartely*, 92, 2, 1933, p. 209-260.
(85) MAEDER, Ernesto J. A. *Misiones del Paraguay: conflito y disolución de la sociedad guarani* (1768-1850). Madri: MAPFRE, 1992.
(86) MORENO, Gabriel René. *Catálogo del Archivo de Mojos e Chiquitos*. La Paz: La Juventud, 1973, p. 30.

(87) FORTOUL, J. G. *Historia constitucional de Venezuela*, t. I. Caracas, 1953, p. 90.

(88) OLIVARES, Fray Miguel de. *Noticia / del estado que han tenido, / y tienen estas Missiones / de Capuchinos / de la Provincia de Caracas desde al año de 1658. / en que Su Magestad fue servido embiar / à los Religiosos Capuchinos de la Provincia de Andalucia, en- / comendandoles la reduccion, y conversion de los Indios Genti- / les de ella, como consta de su Real Cedula, despachada este mis- / mo año ao Marquès de Villaumbrosa, Presidente de la Casa de / la Contratacion à las Indias, y los Despachos que traxeron estos / Religiosos: (à que me remito) sacado todo de los Autos auten- / ticos, que en varios tiempos se han formado por los se- / ñores Obispos, y Governadores para efecto de dar / quenta à su Magestad.*

(89) *Viajes a las regiones equinocciales del Nuevo Continente*, t. II. Buenos Aires: MEN, 1956, p. 8-10.

(90) FRIEDE, Juan. Op. cit., p. 240-260.

Capítulo II. A grande catástrofe

(91) SALAS, Julio César. *Etnología e historia de tierra-firme*. Caracas, 1977, p. 214.

(92) TAMARIZ DE CARMONA, Antonio. *Relación y descripción del Templo Real de la ciudad de la Puebla de los Ángeles en la Nueva España y su Catedral*, p. 9.

(93) FARJEAT, Luis Xavier López. *Dos aproximaciones estéticas a la identidad nacional. Una filosofia de la cultural desde el barroco y el surrealismo*. Universidade Autônoma de Nuevo León, 1998, p. 34.

(94) "De la famosa México el asiento / origen y grandeza de edificios / caballos, calles trato, cumplimientos / letras, virtudes, variedad de oficios / regalos ocasiones de contento / primmavera inmortal indios / gabierno ilustre, religión, estado / todo en este discurso está cifrado." BALBUENA, Bernardo de. *Grandeza mexicana*. México: Melchor Ocharte, 1604.

(95) Cf. ESTARELLAS, Juan. "The College of Tlatelolco and the Problem of Higher Education for Indians in 16th Century Mexico". In: *History of Education Quartely*, vol. 2 (dezembro de 1962), p. 234-243.

(96) TORRES, Mario Chacón. *Arte virreinal en Potosí*. Sevilha: Escola de Estudos Hispanoamericanos, 1973, p. 4.

(97) HANKE, Lewis. *The Imperial City of Potosí. An Unwritten Chapter in the History of Spanish America*. Haia, 1956.

(98) BAKEWELL, Peter. *Mineros de la montaña roja*. Madri: Alianza, 1989, p. 149.

(99) Op. cit., p. 51.

(100) OVIEDO, op. cit., liv. V, cap. 1.

(101) LAS CASAS, Bartolomé de. *Apologética historia sumaria*. México: UNAM, Instituto de Investigações Históricas, 1967, p. 333-334.

(102) FABIÉ, Antonio María. *Vida y escritos de don Fray Bartolomé de Las Casas, obispo de Chiapa* (2 volumes). Madri: Imprenta de Miguel Ginesta, 1879.

(103) Cf. BASTIDE, Roger. *Las Américas negras. Las civilizaciones africanas en el Nuevo Mundo*. Madri: Alianza Editorial (El Libro de Bolsillo), 1967; FRANCO, José Luciano. *La diáspora africana en el Nuevo Mundo*. Havana: Editorial Ciencias Sociales, 1975; RAMOS, Arthur. *Las culturas negras en el Nuevo Mundo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.

(104) SALAS, Mariano Picón. *De la conquista a la independencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1965, p. 137.

(105) DE LA VEGA, Inca Garcilaso. *Comentarios reales*, I. Prólogo, edição e cronologia: Aurelio Miró Quesada. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1991.

(106) AGUILAR, Pedro Sánchez de. *Informe contra idolorum cultores del obispado de Yucatán*. México: Ediciones Triay e hijos, 1937.

(107) Op. cit.

(108) HUMBOLDT, Alexander von. "Extrato sacado de las Notas de viaje del general O'Leary". In: ROJAS, Arístides. *Humboldtianas*. Caracas, 1924, p. 212-213.

(109) "Una biblioteca pública en plena guerra a muerte". In: *Biblioteca Nacional*, 8, 1860, p. 3.

(110) O'LEARY, Simón. *Memorias del general O'Leary / publicadas por su hijo Simón O'Leary*. Caracas, 1883, I, V.

(111) *Historia de San Martín y de la emancipación sudamericana*. Buenos Aires: Editorial Tor, vol. I, p. 6-7.

(112) *El libro de los desastres*. México: Era, 2000, p. 67.

(113) Op. cit., p. 87.

(114) *Códice Florentino*, liv. XII, cap. 1.

(115) Confesso meu apoio aos argumentos de Eloi Chalbaud Cardona (*Historia de la Universidad de Los Andes*, t. IX, MCMLXXXII, p. 346), que nega que foram trinta mil os livros. Héctor García Chuecos

(*Estudios de historia colonial venezuelana*, I, p. 171-178) insiste em que Torrijos trouxe trinta mil livros, além de um gabinete de Física do qual constavam uma máquina elétrica, uma pneumática, globos celestes e terrestres.

(116) *Estadística y Descripción geográfica, política, agrícola e industrial de todos los lugares de que se compone la Provincia de Mérida de Venezuela*, 1832.

(117) Outra versão fala de vinte mil livros. Cf. ESPINOSA, María Elisa. "Reconstruir a partir de un libro", em *El Universal*, 12 de junho de 2000, p. 1-4.

(118) Cf. PEREÑA, Luciano. *Genocidio en América*. Madri: MAPFRE, 1992.

(119) *El Progreso*, 27/9/1844; *El Nacional*, 25/11/1876.

(120) GORDON, JR., Raymond J. (ed.). *Ethnologue: Languages of the World*. SIL International, 2005.

(121) MACQUOWN, Norman A. "The indigenous languages of Latin America". In: *American Anthropologist*, LVII (1955), p. 501-570.

(122) Groupe de recherches sur l'Amérique Latine Toulouse-Perpignan. *Indianidad, etnocidio, indigenismo en América Latina*. Instituto Indigenista Interamericano: Centre d'études mexicaines et centraméìricaines, 1988.

(123) ALBERT, Bruce. "Indiens Yanomami et chercheurs d'or au Brésil: le massacre de Haximu". In: *JSAP*, 80, 1994, p. 250-257.

(124) STAVENHAGEN, Rodolfo. Op. cit.

(125) TIERNEY, Patrick. *Trevas no Eldorado:* como cientistas e jornalistas devastaram a Amazônia e violentaram a cultura inomâmi. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

(126) Ibid.

(127) Outras estimativas falam de 11 milhões de escravos. Cf. INIKORI, Joseph E. "La trata negrera y las economías atlánticas de 1451 a 1870", em *La trata negrera del siglo XV al XIX*. Barcelona: Unesco 1978, 1981.

(128) KLEIN, Herbert S. *La esclavitud africana en América Latina y el Caribe*. Versão espanhola de Graciela Sánchez Albornoz. Madri: Alianza Editorial, 1986.

(129) RAMOS, Arthur. *Las culturas negras en el Nuevo Mundo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.

Capítulo III. A repressão cultural no século XX

(130) Vários. *Proyecto Interdiocesano de Recuperación de la Memoria Histórica* (REMHI): Guatemala: Nunca Más. ODHAG, 1998.

(131) RODAS, Haroldo. *El despojo cultural. La otra máscara de la conquista*. 1998, p. 171-172.

(132) *Guatemala: memoria del silencio*, vol. III. Guatemala, 1999.

(133) WALTER, Knut. *El régimen de Anastasio Somoza 1936-1956*. Instituto de História da Nicarágua e América Central, 2004.

(134) MÉNDEZ, Rafael de Nogales. *El saqueo de Nicaragua*. Caracas: Ediciones Centauro, 1981, p. 77.

(135) CHOMSKY, Noam. O Império Americano: Hegemonia ou Sobrevivência. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

(136) FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (org.). *O Brasil republicano:* O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004; CHAUÍ, Marilena de Souza. *Conformismo e resistência — Aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989; FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar:* espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001; GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

(137) *Civilização Brasileira*, números 9/10, set./nov 1996, p. 291-297.

(138) KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda:* Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

(139) Governo do Brasil. *Primeiro informe relativo à implementação da Convenção contra a Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes*. Comitê contra a Tortura, 18 de agosto de 2000. CAT/C/9/Add. 16.

(140) SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado:* o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2000, p. 71-135.

(141) ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes; OLIVEIRA, Valéria Garcia de. *Cultura amordaçada* — Intelectuais e músicos sob a vigilância do Deops. São Paulo: IMESP, 2002.

(142) SCHMIDT, Hans. *United States Occupation of Haiti (1915-1934)*. Rutgers University Press, 1995.

(143) MENDOZA NAVARRO, Aída Luz. *Transparencia vs. Corrupción*. Peru, 2004.

(144) OPORTO, Luis. *La destrucción de la memoria oficial en Bolivia*. Ensaio inédito apresentado ao Concurso Latino-americano de Investigação em Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Museologia Fernando Báez. Buenos Aires, 2006.

(145) O ceticismo habitual sobre este tipo de apoio se dissipou em 18 de setembro de 2000. A CIA desclassificou um conjunto de documentos que provavam seu apoio aos meios de comunicação internacionais para "criar uma imagem positiva da Junta". De 1974 a 1977, Manuel Contreras Sepúlveda, chefe da DINA, recebeu dinheiro e colaboração para combater o marxismo no Chile.

(146) É necessário consultar a extraordinária tese de licenciatura: BALLESTEROS, Karin. *Destrucción del libro en Chile durante la dictadura militar 1973-1990*. Chile, 2007.

(147) Informação disponível em: http://www.magicasruinas.com.ar/revistero/aquello/revaquello071.htm.

(148) BALLESTEROS, op. cit., p. 105.

(149) Cf. "Caso Bareiro Saguier", em *Hispamérica* 4-5 (1973), p. 74.

(150) NIETO, Clara. *Los anos de la guerra*. Barcelona: Debate, 2005, p. 310.

(151) *Nunca más. Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*. Buenos Aires: Eudeba, 1985.

(152) "El cierre de uma editorial". In: *Suplemento Primer Plano*, 21 de abril de 1996, p. 12.

(153) INVERNIZZI, Hernán; GOCIOL, Judith. *Un golpe a los libros*. Buenos Aires: Eudeba, 2003, p. 29.

(154) Ibid, p. 89.

(155) Ibid, p. 258.

(156) INVERNIZZI, Hernán. *Los libros son tuyos*. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

Capítulo IV. O grande saque do século XX e início do XXI

(157) Cf. MANN, Charles. Op. cit., p. 228-232.

(158) Oral testimony before the U.S. Cultural Property Advisory Committee U.S. Departament of State. Disponível em: http://www.saa.org/goverment/property.html.

(159) CONTARDO, Óscar: "Saqueo. Comercio ilegal: El oficio del huaquero". In: *Suplemento Artes y Letras, El Mercurio*, 2 de maio de 2004.

(160) Fundação El Monte [et al.]. *Wari: arte precolombino peruano*. Sevilla: Centro Cultural El Monte; Lima: INC, Museu Nacional de Arqueologia, Antropologia e História do Peru, 2000.

(161) PEASE, Mariana Mould de; RODRÍGUEZ, Jorge Miguel Rodríguez. "La memoria perdida del Perú". In: AAVV, *La tutela del patrimonio culturali in caso di conflito, collana monografica* "Mediterraneum. Tutela e valorizzazione dei beni cultuirali ed ambientali", a cura de Fabio Maniscalco. Nápoles, 2002.

(162) MEYER, Karl E. *El saqueo del pasado. Historia del tráfico internacional ilegal de obras de arte*. México: FCE, 1990.

(163) LUJÁN MUÑOZ, Jorge. *Dos estelas mayas sustraídas de Guatemala. Sua presencia en Nueva York*. Guatemala: Universidad de San Carlos, 1966.

(164) Op. cit., p. 86.

(165) BERRIN, Katheleen; PASZTORY, Esther. *Teotihuacan: Art from the City of Gods*. Londres/Nova York: Thames & Hudson, 1993.

(166) ESTRADA JASO, Andrés. *Imágenes de caña de maíz. Estudio*. Catálogo e Bibliografia, S. L. P. Universidade Autônoma de São Luís de Potosí, 1996.

(167) AGUILARS SOSA, Yanet. "Políticos y narcos en el robo de arte sacro". In: *El Universal*, 28 de julho de 2007, México.

(168) MCEWAN, Colin; BARRETO, Cristina; NEVES, Eduardo (eds.). *Unknown Amazon*. Londres: British Museum Press, 2001.

(169) GARCÍA, Fernando. *Delitos contra el patrimonio cultural en Chile*. Série Documentos. Santiago: Universidade Nacional Andrés Bello, 1995.

(170) Ibid.

(171) CONTARDO, Óscar. Op. cit.

(172) Op. cit.

(173) SCHAVELZON, Daniel. *El expolio del arte en la Argentina; robo y tráfico ilegal de obras de arte*. Buenos Aires: Sudamérica, 1993.

(174) *La conservación del patrimonio cultural en América Latina*. Buenos Aires: Instituto de Arte Americano, 1990.

(175) Cf. *El tesoro americano y la revolución de los precios en España, 1501-1650*. Tradução castelhana de Ángel Abad. Barcelona: Ariel, 1983.

(176) Cf. *Sevilla y América siglos XVI y XVII*. Tradução de Rafael Sánchez. Sevilha: Mantero, 1983.

SEGUNDA PARTE

O SAQUE CULTURAL NA HISTÓRIA; GUERRA, COMÉRCIO E IMPÉRIO

Capítulo I. Guerra

(1) Cf. FERGUSON, R. Brian (ed.). *Warfare, Culture, and Environment*. Nova York, 1984. Ferguson definiu a guerra dessa maneira: "É uma ação: *organized, purposeful group action, directed against another group that may or may not organized for similar action, involving the actual or potential application of lethal force.*"

(2) LARA PEINADO, Federico. *Himnos Sumérios*. Madri: Tecnos, 1988, p. 167.

(3) BADI, Amir Medi. *Les grecs et les barbares*. Paris: Payot, 1963, p. 106.

(4) OREOSIO, Paulo. *Historiarum Adversus Paganos*. Libri Septem, VII.

(5) *Ensayos*, vol. I. Barcelona: Ediciones Orbis, 1984, p. 101.

(6) NICOLLE, David. *The Mongol Warlords: Genghis Khan, Kublai Khan, Hulagu, Tamerlane*, 1990.

(7) Cf. ELSHTAIN, J. B. *The Just War Theory*. Oxford/Cambridge Mass., 1992; WALZER, M. *Just and Unjust Wars: A Moral Argument with Historical Illustrations*. Nova York, 1992.

(8) *Summa Teologica*, MCMLIX, t. VII, Biblioteca de Autores Cristãos, p. 1075.

(9) MERTON, Reginald. *Cardinal Ximenes and the Making of Spain*, 1934. Vale a pena rever FERNÁNDEZ, Luis Suárez. "Francisco

Jiménez de Cisneros", em AAVV, *Diccionario de Historia de España*, Revista do Ocidente, 1952, t. I, p. 655-656.

(10) A expulsão de mouros e judeus obrigou os sefarditas, por exemplo, a abandonar centenas de manuscritos. Em março de 2003, manuscritos escritos em hebraico, entre eles atas notariais, contratos de compra e venda, certidões de casamento ou versões da Torá, apareceram ocultos nas capas de alguns livros em Gerona. O que salvou os textos foi a tática de engordar as capas dos livros enchendo-as com os manuscritos proibidos.

(11) DE VITORIA, Francisco. *Reelecciones del estado, de los indios e del derecho de la guerra*. México: Porrúa, 1985, p. 60-65 e p. 65-66.

(12) *De iure belli ac pacis* (liv. III, cap. VI e XII).

(13) NAHLIK, S. E. "Protection internationale des biens culturels en cas de conflit armé". In: RCADI, vol. 120; 1967-I, p. 75-76.

(14) O autor utilizou a edição em espanhol (N. do E.) QUINCY, Antoine Quatremere de. *Cartas a Miranda*. Caracas: IPC, 1998, p. 119.

(15) *Instructions for the Government of Armies of the United States in the Field*, preparado por Francis Lieber e promulgado como Ordem Geral nº 100 pelo presidente Lincoln em 24 de abril de 1863.

(16) O texto aparece em *Völkischer Beobachter*, 12 de maio de 1933:
Das Zeitalter eines überspitzten jüdischen Intellektualismus ist zu Ende gegangen, und die deutsche Revolution hat dem deutschen Wesen wieder die Gasse freigematch. Diese Revolution kam nicht von oben, sie ist von unten hervorgebrochen. Sie ist deshalb im besten Sinne des Wortes der Vollzug des Volkswillens [...]
In den letzten vierzehn Jahre, in denen ihr, Kommilitonen, in schweigender Schmach die Demütigungen der Novemberrepublik über euch ergehen lassen muBtet, füllten sich die Bibliotheken mit Schund und Schmutz jüdischer Asphaltliteraten.
Während die Wissenschaft sich allmählich vom Leben isolierte, hat das junge Deutschland längst schon einen neuen fertigen Rechts — und Normalzustand wieder hergestellt [...]
Revolutionen, die echt sind, machen nirgends Halte. Es darf kein Gebiet unberührt bleiben [...]
Deshalb tut ihr gut daran, in dieser mitternächtlichen Stunde den Ungeist der Vergangenheit den Flammen anzuvertrauen [...]
Das Alte liegt in den Flammen, das Neue wird aus der Flamme unseres eigenen Herzens wieder emporsteigen.

(17) 570eStA/AdR/04 Bürckel-Materie, fol. 2.445/2, Carta de Alfred Rosenberg ao Gauleiter Bürckel de 6 de março de 1939: "A organização de uma excelente biblioteca para a projetada Hohe Schule é uma das mais decisivas tarefas a que me propus."

(18) FONTAINE, Verwey De la. "De Bibliotheca Rosenthaliana tijdens de besetting". In: *Studia Rosenthaliana* 14 (1980), p. 121-127.

(19) FELICIANO, Héctor. *The Lost Museum: The Nazi Conspiracy to Steal the World's Greatest Works of Art*. Nova York: Basic Books, 1997; VRIES, Willem de. *Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg, Sonderstab Musik: The Confiscation of Music in the Occupied Countries of Western Europe during World War II*. Ann Arbor. The University of Michigan Press, 1997.

(20) JOUKOVSKY, Arkady. "The Symon Petliura Ukrainian Library in Paris". In: *Harvard Ukrainian Studies* 14 (1-2), junho de 1990, p. 218-235.

(21) ADUNKA, Evelyn. *Der Raub der Bücher. Plünderung in der NS-Zeit und Restitution nach 1945*. Viena: Czernin Verlag, 2002.

(22) SEIFERT, Otto. "Bücherverwertungsstelle Wies I, Dorotheergasse 12". In: *Jahrbuch Dokumentatiosarschiv des Österreichischen Widerstandes*, 1998, p. 88-94.

(23) SIMPSON, Elizabeth (ed.). *The Spoils of War: World War II and its Aftermath: The Loss, Reappearance, and Recovery of Cultural Property*. Nova York: Harry Abrams, 1997.

(24) "Volksbibliotheke im Nationalsozialismus". In: *Buch und Bibliothek* 39, 1987, p. 345-348.

(25) Há um inventário estatístico em FRIEDMAN, Philip. "The Fate of the Jewish Book during the Nazi Era". In: *Jewish Book Annual* 13 (1957-58), p. 4.

(26) *The tragedy of Tibet*, 1989.

(27) TING, Lee-hsia Hsu. *Government Control of the Press in Modern China 1900-1949*. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

(28) TING, Lee-hsia Hsu. "Library Services in the People's Republic of China", em *Library Quarterly* 53, 1983, p. 148.

(29) "The hatred of memory". *The New York Times*, 28 de maio de 1994.

(30) Conselho da Europa, 1993, doc. 6.756, p. 47.

(31) Nações Unidas, Comissão de Especialistas da ex-Iugoslávia, 1994, anexo VI, parágrafos 183-193; anexo XI, parágrafos 17, 22 e 33.

(32) FRANCIONI, F.; LENZERINI, F. "The Destruction of the Buddhas of Bemiyan and International Law". In: *European Journal of International Law*, 2003, p. 619-651.

(33) O inventário completo pode ser visto em meu livro *La destrucción cultural de Irak. Un testimonio del posguerra* (Octaedro, 2004; Alfadil, 2005).
(34) *Diario de Irak*. Madri: Aguilar, 2003.

Capítulo II. Comércio

(35) Vivant-Denon, diretor do Louvre, foi acusado de acompanhar as tropas de Napoleão Bonaparte, com a finalidade de escolher pessoalmente as obras do inimigo que lhe pareciam dignas de pertencer ao seu museu.
(36) Em 1999, realizou-se o seminário "Os mármores do Partenon: sua história e seu destino", patrocinado pela Sociedade para a Proteção do Patrimônio Grego e pela galeria de arte Corcoran, e o conservador Ian Jenkins reconheceu que "40% dos mármores foram afetados pela limpeza drástica de seus predecessores no transcurso dos anos 1930".
(37) MEYER, op. cit., p. 30.

Capítulo III. Império

(38) *Empires*. Cornell University, 1968, p. 19.
(39) *Empire. A Very Short Introduction*. Oxford, 2002, p. 30.
(40) DÍAZ-GUERRERO, R. "Sociocultural Premises, Attitudes and Crosscultural Research". In: *International Journal of Psycology* 2, 1967, p. 81.
(41) SCHILLER, Herbert I. *Communications and Cultural Domination*. White Plains, NY: International Arts and Sciences Press, 1976, p. 32: "*The sum of the processes by which a society is brought into the modern world system and how its dominating stratum is attracted, pressured, forced and sometimes bribed into shaping social institutions to correspond to or even promote, the values and structures of the dominating center of the system.*"
(42) "Conduzam o bardo do homem branco / Enviem na frente os melhores dentre vocês / Vamos, mandem seus filhos ao exílio / Para servir ao necessidades dos prisioneiros / Para servir como grupo de combate / As nações tumultuadas e selvagens / Seus recém-conquistados e descontentes povos / Metade demônios e metade crianças." Cf. KIPLING, Rudyard. "The White Man's Burden". In: *McClure's Magazine*, 12 de fevereiro de 1899.
(43) *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

(44) CONRAD, Joseph. *Coração das trevas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
(45) BELL, Daniel. *The Cultural Contradiction of Capitalism*. Londres: Heinemann Educational, 1979, p. 14.
(46) "The globalization of markets". In: *Harvard Business Review*, maio -junho de 1983.
(47) O termo *imperialismo*, hoje associado ao do *marxismo*, foi utilizado para se referir à imposição de um império. Atribui-se a John Atkinson Hobson (1858-1940) ter criado uma tradição com a publicação do livro *Imperialismo, um estudo*, em 1902; sua contribuição tem o mérito de reinterpretar a ideia de império no quadro do excedente de consumo e da existência de grandes capitais para investimento. Rudolf Hilferding, em *Das Finanzkapital* (1910), afirmou que os bancos se transformaram em instituições monopolizadoras do capital em sua época, e no processo de concentração dos capitais se tornou imprescindível que a expansão do capitalismo tivesse apoio militar e político do Estado, para garantir a penetração nos mercados exteriores, sem os quais as potências econômicas fracassariam no seu intento de manter altas taxas de ganhos. Karl Kautsky, em *Der Imperialismus* (1914), advertiu que as nações industrializadas tentavam anexar novos territórios agrários como forma de evitar que a acumulação de capitais se reduzisse e provocasse um colapso. Lenin, por exemplo, em seu livro *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, de 1916, foi herdeiro destas ideias, embora inimigo declarado do kautskismo. Para Lenin, o império era econômico e a natureza do imperialismo consistia na propagação de um capitalismo bem desenvolvido, monopolista, onde os grandes lucros do capital justificavam a repartição territorial do mundo por meio de cartéis internacionais.
(48) MAGDOFF, Harry. *A era do Imperalismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
(49) Op. cit. Caracas: Monte Ávila Editores, 1982, p. 145.
(50) HARDT, Michael; NEGRI, Toni. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
(51) RUBIN, Robert Leiken-Barry. *Central American Crisis Reader*. Nova York: Summit Books, 1987, p. 82.
(52) KRISTOL, Irving. "The Emerging American Imperium". In: *Wall Street Journal*, 18 de agosto de 1997, p. A-14.
(53) Edição de Madri, Junta del Centenario, 1946, II, p. 3 e 7.
(54) BELLO, Andrés. *Gramática de la lengua castellana*. Buenos Aires: Editorial Glem, 1946, p. VII.
(55) *Europa y América en el pensar mantuano*. Caracas: Monte Ávila, 1981, p. 133.

(56) PHILLIPSON, Robert. *Linguistic Imperialism*. Oxford University Press, 1992.
(57) GALTUNG, J. "A Structural Theory of Imperialism". In: *Journal of Peace Research*, VIII, 2, 1971, p. 81-117.
(58) MACAULAY, Thomas Babington. "Minute of 2 February 1935 on Indian Education". In: *Prose and Poetry*. Seleção de G. M. Young. Cambridge: Harvard University Press, 1957, p. 721-724, 729.
(59) RIFKIN, J. *La era del acceso. La revolución de la nueva economía*. Barcelona: Paidós, 2000, p. 17-18.
(60) SCHILLER, Herbert. "Transnational Media and National Development". In: NORDENSTRENG, K. e SCHILLER, H. I. (ed.). *National Sovereignty and International Communication*. Nova Jersey: Ablex, 1979.
(61) MATTELART, Armand. *Diversidade cultural e mundialização*. São Paulo: Parábola, 2005.
(62) HAVEL, Vaclav. "The New Measure of Man". In: *New York Times*, 8 de julho de 1994, p. A-27.
(63) DELORS, Jacques. "Questions Concerning European Security", *Conferência, Instituto Internacional de Estudos Estratégicos*. Bruxelas, 10 de setembro de 1993, p. 2.
(64) HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Obetiva, 1997.
(65) Em 1845, John O'Sullivan, jornalista obsessivo, escreveu: "A nação (norte-americana) recebeu da Providência divina o programa e a missão de dominar e controlar todo o continente americano para alimentar e desenvolver a liberdade e a democracia. E depois levar a luz do progresso ao resto do mundo livre sobre a Terra."
(66) Lind, coronel reformado, é atualmente diretor do Centro de Cultura Conservadora da Fundação Congresso Livre, e se dedica a estimular a defesa de valores ocidentais e judaico-cristãos. É contrário à tese da diversidade cultural ou multiculturalismo.
(67) Internamente há uma guerra cultural nos próprios Estados Unidos. Irving Kristol, porta-voz neoconservador, comentou que a "contracultura", nascida nos anos 1960, constitui um perigo para a sobrevivência da nação, e promove fundações acadêmicas que estimulam o ataque às correntes marxistas ou alternativas de pensamento. Leia-se seu artigo "Countercultures. Past, Present and Future", de 1º de janeiro de 2000, publicado na página http://www.aei.org.
(68) *Neoconservatism: The Autobiography of an Idea*, 1995, p. 52.

TERCEIRA PARTE

TRANSCULTURAÇÃO E ETNOCÍDIO NA AMÉTICA LATINA

Capítulo I. A fatalidade da memória

(1) Op. cit. França: LGF, 1990.
(2) ARISTÓTELES. *Parva naturalia*. Alianza Editorial, 1993, p. 66-80.
(3) YATES, Frances A. *The Art of Memory*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.
(4) Ibid., p. 32.
(5) Ibid., p. 137.
(6) BERGSON, *Henry. Matter and Memory*. Forgotten Books, 2007.
(7) Cf. WEINRICH, Harald. *Leteo*. Barcelona: Siruela, 1999.
(8) Op. cit. Tradução de Jorge Eduardo Rivera. Madri: Trotta, 2003.
(9) *Balb*. 40.1-3.
(10) *Naturalis historiae*, liv. XXXVII.
(11) JORRO, Daniel. *Las enfermedades de la memoria*. Madri: 1927, p. 59.
(12) *Discours et conférences*. Paris: Calmann-Lévy Editeurs, 1922, p. 277-310.
(13) *Kant, el judío, el alemán*. Trad. de Patricio Peñalver. Madri: Trotta, 2004.
(14) *Catástrofe y olvido*. Santiago do Chile: Cuarto Proprio, 1998, p. 241.
(15) FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Rio de Janeiro: L&PM Editores, 2010.

(16) NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da moral*. Petrópolis: Vozes, 2009.

(17) Cf. RUIZ-VARGAS, José María. *Memoria y olvido*. Madri: Trotta, 2002, p. 101-102.

(18) "Remembering and Forgetting Traumatic Experiences: A Matter of Survival". In: CONWAY, M. A. (ed.). *Recovered Memories and False Memories*. Oxford University Press, 1997, p. 230-250.

(19) MAGUIRE, Eleanor et al. "Patients with Hippocampal Amnesias Cannot Imagine New Experiences". In: *PNSA*, 30 de janeiro de 2007, vol. 104, número 5, p. 1.726-1.731.

(20) A fonte é Antípatro de Sidon (*Antologia Grega*, IX, 58): "Pousei meus olhos sobre o muro da doce Babilônia, que é uma estrada para carruagens, e a estátua de Zeus em Olímpia, e os jardins suspensos, o colosso de Rodes, o túmulo de Halicarnasso; mas quando vi a casa de Ártemis, encarapitada nas nuvens, esses outros mármores perderam seu brilho, e disse: além da visão a partir do Olimpo, o Sol jamais apareceu tão grande."

(21) *El orden de la memoria*. Buenos Aires: Paidós, 1991, p. 131.

(22) Esta sinopse mal daria conta do que expõe profundamente José María RUIZ-VARGAS. Op. cit., p. 298-299.

(23) DE QUINCEY, Thomas. *Suspiria de profundis* (1845):

O que é o cérebro humano, se não um palimpsesto natural e poderoso? Meu cérebro é um palimpsesto; teu cérebro, ó leitor!, é um palimpsesto. Sobre teu cérebro foram caindo, com a suavidade da luz, capas de ideias, imagens e sentimentos [...] Sim, leitor, incontáveis são as misteriosas escritas de dor ou alegria que se inscreveram sucessivamente no palimpsesto de teu cérebro e como as folhas do ano nas selvas primitivas, ou as neves eternas do Himalaia, ou a luz que cai sobre a luz, os intermináveis estratos se cobriram uns sobre os outros no esquecimento. Mas ao chegar a hora da morte, na febre ou nas buscas do ópio, todos puderam reviver internamente. Não estão mortos e sim adormecidos. No exemplo que imaginei de um palimpsesto, a tragédia grega parece deslocada, mas não foi deslocada pela lenda monástica, e a lenda monástica parece deslocada, mas não foi deslocada pelo poema cavalheiresco [...] Perece o poema adorado pelo jovem; perde-se a lenda que enganou a criança; mas as profundíssimas tragédias da infância, em que as mãos da criança se desprenderam para sempre do colo da mãe, ou seus lábios perderam para sempre os beijos da irmã, subsistem ainda debaixo de tudo e subsistem até o fim.

(24) *Remembering: A Study in Experimental and Social Psychology*. Cambridge University Press, 1964.

(25) HALBWACHS, Maurice. *La memoria colectiva*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.

(26) LEROI-GOURHAN, André. *El gesto y la palabra*. Caracas: Universidad Central de Caracas, 1971.

(27) ELIADE, Mircea. *Lo sagrado y lo profano*. Barcelona: Labor, 1983, p. 90-91.

(28) BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. "La nouvelle vulgate planétaire". In: *Le Monde Diplomatique*, março de 2000, p. 6.

(29) DEBRAY, Regis. *Cours de médiologie générale*. Paris: Gallimard, 1991.

(30) BORGES, Jorge Luis. *Borges oral*. Madri: Alianza Editorial, 1994.

Capítulo II. A identidade cultural

(31) Cf. MARCOVICH, Miroslav. *Heraclitus*. Mérida, 1968, p. 43: "(Também) de casa coisa (é possível formar uma) unidade e de (esta) unidade todas as coisas (consistem)."

(32) LOCKE, John. *Essay concerming human underntanding*. London: Penguin UK, 1997.

(33) HUME, David. *Tratado da natureza humana*. São Paulo: UNESP, 2009.

(34) Cf. *Crítica da razão pura*. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2009.

(35) Cf. *Sobre la esencia*. Madri: Alianza Editorial, 1962, p. 249-250.

(36) HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2006.

(37) LÉVINAS, Emmanuel. *Totalité et infini*. França: LGF, 1990.

(38) FREUD, op. cit., p. 65 e seguintes.

(39) ERIKSON, Erik. *Identidade, Juventude e Crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

(40) MARX, Karl. "Teses sobre Feuerbach". In: *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2004.

(41) FROMM, Erich. *Marx's Concept of Man*. Nova York: Continuum, 2005.

(42) ALTHUSSER, Louis: *Aparelhos ideológicos de Estado*. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de CAstro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

(43) MEAD, George H. *Mind, Self And Society*. Chicago: Chicago University Press, 1963.

(44) "Cultural Identity and Diaspora". In: RUTHERFORD, Jonathan (ed.). *Identity: Community, Culture, Difference*. Londres: Lawrence & Wishart Limited, 1990, p. 222.

(45) "Les groupes ethniques et leurs fontières". In: POUTIGNAT, Ph. e STREIFF-FENART, J. *Théories de l'ethnicité*. Paris: PUF, 1995, p. 203 -249.

(46) "L'identité et la représentation. Eléments pour une réflexion critique sur l'idée de région". In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 35. Paris, 1980.

(47) *Naciones y nacionalismo desde 1780*. Barcelona: Crítica, 1991, p. 180.

(48) BOLÍVAR, Simón. *Obras completas*, vol. I. México, 1978, p. 170.

(49) KUSCH, Rodolfo. *América profunda*. Editorial Bonum, 1986, p. 89 -98.

(50) DORRA, Raúl. "Identidad y literatura". In: YURKIÉVICH, Saúl (coord.). *Identidad cultural de Iberoamérica en su literatura*. Madri: Alhambra, 1986, p. 50.

(51) SLOTERDIJK, Peter. "Der gesprengte Behälter. Notiz über die Krise des Heimatbegriffs in der globalisierten Welt". In: *Spiegel Spezial*, número 6 (1999), S. 24-29.

(52) CÍCERO. *Disputas tusculanas*. Livros I-II, versão de Julio Pimentel Álvarez. Bibliotheca Scriptorum Graecorum et Romanorum mexicana. México: Universidade Nacional Autônoma do México, 1987, p. 62.

(53) *Paris. Capitale du XIX siècle. Le livre des passages*. Paris: Cerf, 1989, p. 485.

(54) TYLOR, Edward B. *Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art and Custom*, 1871: "Cultura ou civilização, tomado em seu amplo sentido etnográfico, é um todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e qualquer outra habilidade e hábito adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade."

(55) FREUD, Sigmund. Op. cit., p. 88.

(56) Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. "Introdução à obra de Marcel Mauss". In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

(57) GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

(58) KROEBER, A. L.; KLUCKHOHN, C. Op. cit.

(59) Genes, povos e línguas. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

(60) Cf. WILSON, Edward O. *Sociobiology: The New Synthesis*. Harvard University Press, 1977; LUMSDEN, Charles; WILSON, Edward O. *Genes, Mind and Culture: The Coevolutionary Process*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

(61) DAWKINS, Richard. O gene egoísta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

(62) *El error de Descartes*. Barcelona: Crítica, 2001, p. 98.

Capítulo III: Transculturação, etnocídio e memoricídio

(63) PETERSEN, Jens Ostergärd. "Which Books did the First Emperor of Ch'in Burn? On the Meaning of Pu-chia in Early Chinese Sources". In: *Monumenta Serica* 43 (1995), p. 1-52.

(64) ZUFFEREY, Nicolas. "Le Premier Empereur et les lettrés. L'exécution de 212 avant J.-C". In: *Études chinoises*, XVI (1997), p. 59-98.

(65) NEININGER, Ulrich. "Burying the Scholars Alive: On the Origins of a Confucian Martyrs' Legend". In: EBERHARD, Wolfram; GALIKOWSKI, Krzysztof; SEYSCHAB, Carl-Albrecht (ed.). *East Asian Civilizations: New Attempts at Understanding Traditions 2, Nation and Mythology*. Simon and Magiera, 1983, p. 121-136.

(66) Cf. LORAUX, Nicole. *The Divided City: On Memory and Forgetting in Ancient Athens*. Tradução de Corinne Pache e Jeff Fort. Nova York: Zone Books, 2002; LOENING, Th. C. "The Reconciliation Agreement of 403/2". In: *Athens. Its Content and Application*. Stuttgart: Hermes Einzelschriften 53, 1987.

(67) A expressão documentada nas fontes romanas é *memoria damnata*.

(68) Cf. FLOWER, Harriet L. *The Art of Forgetting. Disgrace and Oblivion in Roman Political Culture*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.

(69) HEDRICK JR, C. W. *History and Silence. Purge and the Rehabilitation of Memory in Late Antiquity*. Austin: University of Texas Press, 2000; VARNER, Eric R. *Mutilation and Transformation: Damnatio Memoriae and Roman Imperial Portraiture*, 2004.

(70) MORALES, Ramiro Condarco. *Protohistoria andina*. Propedéutica. Oruro: Universidade Técnica de Oruro, 1967.

(71) Desde 1796, em sua conferência *Mémoire sur la faculté de penser*, o pensador Destutt de Tracy mencionou a palavra *ideologia* no sentido

de ciência das ideias, e anos depois disse: "A Ideologia é uma participante da Zoologia e é sobretudo no homem que esta participação é importante e merece ser aprofundada." (*Éléments d'idéologie*, I. Paris: Courcier, 1817, p. XIII).

(72) Cf. SILVA, Ludovico. *Teoría y práctica de la ideología*. México: 1975, p. 50: "O ideólogo atribui o subdesenvolvimento dos países latino-americanos ao atraso congênito, por motivos raciais, climáticos que fazem de nós um povo em desvantagem, em vez de caracterizar cientificamente o subdesenvolvimento como uma aberração histórica engendrada por leis próprias do sistema capitalista, que gera riqueza no centro e miséria na periferia."

(73) ARISTÓTELES. Op. cit. Madri: Centro de Estudos Constitucionais, t. IV.

(74) GRAMSCI, Antonio. *Cartas do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

(75) A noção de hegemonia foi proposta já em *Questione meridionale*, em que Gramsci, em 1926, ainda sustentava as teses de Lenin sobre o tema.

(76) GRUPPI, Luciano. Op. it., p. 124-125.

(77) DE LAGUNA, Frederica. "[Introduction to Section VII] Method and Theory of Ethnology". In: *Selected Papers from the American Anthropologist*, 1888-1920. Washington, D.C., 1960, p. 787-788.

(78) "Piratical Acculturation". In: *American Anthropologist*, vol. 11, número 8 (agosto de 1898), p. 243-249.

(79) REDFIELD, R.; LINTON, R. L.; HERTSKOVITS, M. J. "Memorandum on the Study of Acculturation". In: *American Anthropologist*, vol. 38, 1936, p. 149-152.

(80) HERSKOVITZ, M. J. *Acculturation. The Study of Cultural Contact*. Nova York: Augustin Publisher, 1938.

(81) BELTRÁN, Gonzalo Aguirre. *El proceso de aculturación en México*. México: Instituto de Ciências Sociais, 1970, p. 9-12.

(82) Op. cit., p. 76.

(83) ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar*. 1940, p. 152.

(84) *Transculturación narrativa en América Latina*. México: Siglo XXI, 1982.

(85) *Axis Rule in Occupied Europe*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 1944, p. 79.

(86) JAULIN, Robert. *La paz blanca. Introducción al etnocidio*. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporáneo, 1973.

(87) JAULIN, Robert. *La descivilización. Política y práctica del etnocidio*. México: Editorial Nueva Imagen, 1979.

(88) CLASTRES, Pierre "Sobre el etnocidio". In: *Investigaciones en antropología política*. Barcelona: Gedisa, 1996, p. 55-58.

(89) RIBEIRO, Darcy. *Os brasileños*. Petrópolis: Vozes, 1983.

FONTES

AADAM, Nicolas. "The treasure they buried again", *The Observer* (Londres), 12 de novembro de 1972.

AAVV. Final Report of the *Meeting on Identification, Protection, and Safeguard of the Archaeological, Historical, and Artistic Heritage*. São Paulo, 23-27 de outubro de 1972.

____. *Códice Florentino*. Novo México, 1950-1957.

____. *Comissão de Especialistas da ex-Iugoslávia*, 1994.

____. *Diccionario de historia de Venezuela*. Caracas: Fundação Polar, 1998.

____. *Documentos para la historia de la cultura en México, una biblioteca del siglo XVII; catálogo de libros expurgados a los jesuitas en el siglo XVIII*. México: Impr. Universitaria, 1947.

____. *Encyclopedia of Library, and Information Science*, 53 volumes, 1968 -1994.

____. *Encyclopedia Britannica*, 2001.

____. *Historia general de América Latina*. Paris-Madri: Trotta, vol. 2: PEASE, F. (dir.). *El primer contacto y la formación de nuevas sociedades*, 2000; vol. 3/1: CALVO, A. Castillero (dir.). *Consolidación del orden colonial*, 2000; vol. 3/2: CALVO, A. Castillero (dir.). *Consolidación del orden colonial*, 2001; vol. 4: TANDETER, E. (dir.). *Procesos americanos hacia la redefinición colonial*, 2000; vol. 5: DAMAS, G. Carrera (dir.). *La crisis estructural de las sociedades implantadas*, 2001.

____. *Historia general de España y América*. Madri: Rialp, vol. VII: *El descubrimiento y fundación de los reinos ultramarinos hasta fines del siglo XVI*, 1998; vol. X-1: *América en el siglo XVII. Los problemas*

generales, 1985; vol. X-2: *América en el siglo XVII. Los reinos de Indias*, 1984; vol. XI-1: *América en el siglo XVIII. Los primeros Borbones*, 1983; vol. XI-2: *América en el siglo XVIII. La Ilustración en América*, 1989; vol. XIII: *Emancipación y nacionalidades americanas*, 1992.

____. *La memoria y el olvido*. Segundo Simposio de Historia de las Mentalidades. México: INAH-SEP Cultura, 1985.

____. *Manuscrito de cantares mexicanos*. México, 1904.

____. *Ms. Anónimo de Tlatelolco (1528)*. Edição fac-similiar de E. Mengin. Copenhague, 1945.

____. *Nunca más*. Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. Buenos Aires: Eudeba, 1985.

____. Primeiro informe relativo à implementação da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes. Comitê contra a Tortura. Brasil, 18 de agosto de 2000.

____. *Programa de formación: acercamiento a la valoración y protección del patrimonio cultural mueble. Memorias de los cursos 2000-2002, Bogotá, Cartagena, Medellín, Cali, Bucamaranga, Manizales, Santa Marta*. Bogotá: Imprenta Nacional, 2003.

____. Vários. *Proyecto interdiocesano de Recuperación de la Memoria Histórica* (Remhi). Guatemala: Nunca más. ODHAG, 1998.

ADAMS, Robert McCormack. "Archaelogy and Cultural Diplomacy", *Foreign Service Journal*, junho de 1968, p. 24, 49-50.

ADORNO, Rolena. *Guaman Poma: Writing and Resistance in Colonial Peru*. Austin: University of Texas Press, 1968.

AGUILAR SOSA, Yanet. "Políticos y narcos en el robo de arte sacro", *El Universal*, 28 de julho de 2007 (sábado), México.

AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. *El processo de aculturación en México*. Instituto de Ciências Sociais. México: Editorial Comunidade, 1970.

____. *La actividad del santo oficio de la Inquisición en Nueva España 1571 -1700*. México: INAH, 1981.

AIGNER, Dietrich. Die Indizierung "Schädlichen und Unerwünschten Schrifttums". In: *Dritten Reich*. Frankfurt: Buchhändler-Vereinigung, 1971.

ALDER, C.; POLK, K. "Stopping this Awful Business: The Illicit Traffic in Antiquities Examined as a Criminal Market", *Art Antiquity and Law* 7, 2002, p. 35-53.

ALLEN, Michael Thad. *The Business of Genocide: The SS, Slave Labor, and the Concentration Camps*. Chapel Hill: U of North Carolina P, 2002.

ALMELA MELIÁ, J. *Higiene y terapéutica del libro*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956.

ALVARADO MORENO, Jimmy. *Historia de la Biblioteca Nacional Rubén Darío de Nicaragua*. Manágua: Palácio Nacional da Cultura, 2001.

AMAT, Frederic. "Whose Culture, Whose Treasure? Getting Stolen Cultural Property Back to its Rightful Owners is not Just a Question of Finding the Goods and Catching the Thieves", em *Unesco Sources*. Paris: Unesco, número 133, abril de 2001, p. 21-22.

AMORES CARREDANO, J. B. (coord.). *Historia de América*. Barcelona: Ariel, 2006.

ANDREOPOULOS, George J. (ed.). *Genocide: Conceptual and Historical Dimensions*. Filadélfia: U of Penn P, 1994.

ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes; OLIVEIRA, Valéria Garcia de. *Cultura ameaçada* — Intelectuais e músicos sob a vigilância do Deops. São Paulo: IMESP, 2002.

ANNINO, A.; LEIVA, L. Castro ; GUERRA, F-X. (dir.). *De los imperios a las naciones: Iberoamérica*. Zaragoza: Ibercaja, 1996.

ANTONIN, Arnold. *La larga y desconocida lucha del pueblo de Haití*. Caracas: Ateneo, 1979.

ANZULOVIC, Branimir. *Heavenly Serbia: From Myth to Genocide*. Nova York: New York UP, 1999.

ARENS, Richard (ed.). *Genocide in Paraguay*. Filadélfia: Temple UP, 1976.

ARGUMEDO, Alcira. *Los silencios y las voces de América Latina*. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional, 1996.

ARISTÓTELES. *Parva naturalia*. Madri: Alianza Editorial, 1993.

____. *Política*. Edição bilíngue e tradução de Julián Marías e María Araujo; introdução e notas por Julián Marías. Instituto de Estudos Políticos (Clássicos políticos). Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1983.

ARNAU, Frank. *Three Thousands Years of Deception in Art and Antiquities*. Oxford: Alden Press, 1961.

ARRIOLA, Miguel S. V. "Depredación arqueológica en Guatemala", *Anales de la Academia de Geografía e Historia de Guatemala* 61, 1988, p. 219-233.

ASSMANN, Aleida; HARTH, Dietrich (ed.). *Mnemosyne. Formen und Funktionen der kulturellen Erinnerung*. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 1991.

ATWOOD, Roger. *Stealing History: Tomb Raiders, Smugglers, and the Looting of the Ancient World*. St. Martin's Press, 2004.

BÁEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros. Das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
____. *La destrucción cultural de Irak. Un testimonio de posguerra*. Com prólogo de Noam Chomsky. Alfadil, 2005. 2ª ed.
BALLESTEROS, Karin. *Destrucción del libro en Chile durante la dictadura militar 1973-1990*. Tese de licenciatura. Chile, 2007.
BARASH, David P. *Understanding Violence*. Boston: Allyn & Bacon, 2001.
BARTLETT, Frederic. *Remembering: A Study in Experimental and Social Psychology*. London: Cambridge University Press, 1964.
BARTOV, Omer ; MACK, Phyllis (ed.). *In God's Name: Genocide and Religion in the 20th Century*. Oxford: Berghahn Books, 2000.
____. *Mirrors of Destruction: War, Genocide, and Modern Identity* Oxford: Oxford UP, 2000.
BASTIDE, Roger. *Las Américas negras. Las civilizaciones africanas en el Nuevo Mundo*. Madri: Alianza Editorial, 1967.
BATY, R. M. "Las órdenes mendicantes y la aculturación religiosa a principios del México colonial", *América indígena*, 28/1, 1968, p. 23-50.
BAUDOT, G. *La vie quotidienne dans L'Amerique espagnde de Philippe II*. Paris: Hachette, 1981.
BAUMANN, G. *El enigma multicultural. Un replanteamento de las identidades nacionales, étnicas y religiosas*. Barcelona: Paidós, 2001.
BAZIN, Germain. *The Museum Age*. Nova York: Universe Books, 1967.
BECEIRO, Juan Luis. *La mentira histórica desvelada: etnocidio en América? Ensayo sobre la acción de España en el Nuevo Mundo*. Madri: Editorial Ejearte, 1944.
BEHRMAN, Daniel. "Saving the Past from the Present", *Realites*, junho de 1972, p. 42-47.
BELL, Daniel. *The End of Ideology*. Nova York: Free Press, 1961.
____. *The Cultural Contradictions of Capitalism*. Nova York: Basic, 1976.
BELLO, Andrés. *Gramática de la lengua castellana*. Buenos Aires: Editorial Glem, 1946. 5ª ed.
BENNASSAR, Bartolomé. *Recherche sur les grandes épidémies dans le nord de l'Espagne à la fin du XVIe siècle*. Paris: SEVPEN, 1969.
BENÍTEZ, Fernando. *El libro de los desastres*. México: Era, 2000.
BENJAMIN, Walter. *Paris. Capitale du XIXe siècle. Le livre des passages*. Paris: Cerf, 1989.
BERGEN, Doris L. *War & Genocide: A Concise History of the Holocaust*. Lanham: Rowman & Litlefield, 2003.

BERGIER, Jacques. *Los libros condenados*. Barcelona: Plaza y Janés, 1973.
BERGOT, S. Quimantú. *Une maison d'édition d'état durant l'unité populaire chiliene (1970-1973)*. França, 2005.
BERGSON, Henri. *Materia y memoria. Ensayo sobre la relación del cuerpo con el espíritu*. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2006.
BERNARD, C; GRUZINSKI, S. *Historia del Nuevo Mundo*. México: Fondo de Cultura Económica, vol. I: *Del descubrimiento a la Conquista: la experiencia europea, 1492-1550*, 1996; vol. II: *Los mestizajes 1550-1640*, 1999.
BERRIN, Katheleen; PASZTORY, Esther. *Teotihuacan: Art from the City of Gods*. Londres Nova York: Thames & Hudson, 1993.
BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina*, vol. 2: *América Latina colonial: Europa y América en los siglos XVI, XVII y XVIII*, 1988; vol. 3: *América Latina colonial: Economía*, 1990; vol. 4: *América Latina colonial: Población, sociedad y cultura*, 1990; vol. 5: *La Independencia*. Barcelona: Crítica, 1991.
BEUCHOT, M. *La querella de la Conquista. Una polémica del siglo XVI*. Madri: Siglo XXI, 1992.
BEVAN, Robert. *The Destruction of Memory: Architecture at War*. Londres: Reaktion Books, 2006.
BINGHAM, Hiran. *La ciudad perdida de los incas*. Chile: Zig Zag, 1953.
BOLÍVAR, Simón. *Obras completas*, vol. I. México, 1978. 3ª ed.
BORAH, Woodrow. "America as a Model: The Demographic Impact of European Expansion upon the Non-European World", em *Actas y Memorias, Congreso Internacional de Americanistas*, vol. 3. México, 1964, p. 379-387.
BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. "La nouvelle vulgate planétaire", *Le Monde Diplomatique*, março de 2000.
____. *Las argucias de la razón imperialista*. Barcelona, Buenos Aires e México: Paidós, 2001.
BORGES, Jorge Luis. *Borges oral*. Madri: Alianza Editorial, 1994.
BOSSIE, Florencia. *Censura a los libros en la ciudad de La Plata durante la última dictadura militar (1976-1983)*. Trabalho ganhador do Concurso de Investigação em Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Museologia. Buenos Aires, 2006.
BRAVO GUERREIRA, María Concepción (ed.). *El mundo precolombino*. Barcelona: Editorial Océano, 2001.
BRENT, Michel. "Pillaging Archeological Sites", *International Criminal Police Review*, número 448/449, maio-junho/julho-agosto de 1994, p. 33.

BRETON, Roland. *Geografía de las lenguas*. Vilassar de Mar (Barcelona): Oikos-Tau, 1979.
BRICEÑO GUERRERO, José Manuel. *América Latina en el mundo*. Mérida: ULA, 2003.
____. *El labirinto de los tres minotauros*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1994.
____. *Europa y América en el pensar mantuano*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1981.
BRIDGEMAN, B. *Biología del comportamiento y la mente*. Madri: Alianza Universidad, 1991.
BRODIE, N.; TUBB, K. W. (ed.). *Illicit Antiquities: The Theft of Culture and the Extinction of Archaeology*. Londres: Routledge, 2002.
BRODIE, N; DOOLE, J.; WATSON, P.. *Stealing History: The Illicit Trade in Cultural Material*. Cambridge: The McDonald Institute for Archaeological Research, 2000.
BRONSON, Bennet. "The Campaign Against the Antiquities Trade", *Field Museum of Natural History Bulletin*, setembro de 1972, p. 2-5.
BRUCE, Albert. "Indiens Yanomami et chercheurs d'or au Brésil: le massacre de Haximu", *JSPA* 80, 1994, p. 250-257.
BRUHNS, Karen O. "The Methods of the Guaquería: Illicit Tomb Looting in Colombia", *Archaeology*, abril de 1972, p. 140-43.
BRUNET, Jean Charles. *Manuel du libraire et de l'amateur de livres*. Firmin -Didot, 1860-1865.
BUJANDA, Jésus Martínez de. *Index de l'Université de Louvain, 1546, 1550, 1558*. Sherbrooke: Editions de l'Université de Sherbrooke, 1986.
____. *Index de Venise, 1549, Venise et Milan, 1554*. Sherbrooke: Editions de l'Université de Sherbrooke, 1987.
____. *Thesaurus de la littérature interdite au XVI siècle: auteurs, ouvrages, éditions*. Sherbrooke: Editions de l'Université de Sherbrooke, 1996.
BURNHAM, Bonnie. *Art Theft, Its Scope, Its Impact, Its Control*. Nova York: International Foundation for Art Research, 1978.
BURY, Richard de. *The Love of Books the Philobiblon*. Lenox: Hard Press, 2006.
BUSHWELL, G. H. *The World's Earliest Libraries*. Londres: Grafton & Co., 1931.
BUSTAMANTE, Carlos María de.; SAHAGÚN, Fray Bernardino de. *Historia general de las cosas de Nueva España*. México: Porrúa,1999.
CABANNE, Pierre. *The Great Collectors*. Nova York: Farrar, Strauss, 1963.

CALELLO, Hugo: *Ideología y neocolonialismo*. Caracas, Universidade Central da Venezuela, Edição da Biblioteca, 1976.
CAMPRA, Rosalba. *América Latina: la identidad y la máscara*. México: Siglo XXI, 1987.
CAÑEDO-ARGÜELLES, Teresa. "Integración de comunidades campesinas en el Perú contemporáneo. ¿Supervivencia o fin?", *Anuario de Estudios Americanos*, CSIC, vol. XLVIII, p. 633-658 (1991).
CAPALDI, Nicholas. *Censura y libertad de expresión*. Buenos Aires: Ediciones Libera, 1976.
CAPARELLI, Sérgio. *Ditaduras e indústrias culturais, no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai (1964-1984)*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1989.
CARANDE, Ramón. *Carlos V y sus banqueros*. Madri: Sociedade de Estudos e Publicações, 1967.
CARDENAL, Ernesto. *Literatura indígena americana*. Antologia (tradução em colaboração com Jorge Montoya Toro). Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 1964.
CÁRDENAS, Héctor. "Paradise Lost; Recovering Mexico's Heritage", *Museum News*, março de 1972, p. 32-33.
CÁRDENAS, Roy B. "Hallazgo de gran trascendencia en la zona arqueológica Kohunlich", *Novedades de Yucatán*, 17 de maio de 1969.
CARDUCCI, Guido. *La restitution internationale des biens culturels et des objets d'art volés ou illicitement exportés: Droit commum, Directive CEE, Conventions de l'Unesco et Unidroit*. Paris: LGDJ, 1997.
CARRERA, Magali M. *Imagining Identity in New Spain: Race, Lineage, and the Colonial Body in Portraiture and Casta Paintings*. Austin: University of Texas Press, 2003.
CARTER, Philip D. "Ruthless Pillage of Priceless Artifacts", *Washington Post*, 6 de dezembro de 1971.
CASADO ARBONIÉRS, Manuel; CASTILLO GÓMEZ, Antonio; NUMHAUSER, Paulina; SOLA, Emilio (ed.). *Escrituras silenciadas en la época de Cervantes*. Alcalá de Henares, 2006.
CASAUS, Marta. *Guatemala: linaje y racismo*. São José: Flacso, 1992.
CASTILLO GÓMEZ, Antonio (ed.). *Historia de la cultura escrita. Del próximo oriente antiguo a la sociedad informatizada*. Gijón: Ediciones Trea, 2002.
CASTRO GÓMEZ, Santiago. "No Longer Broad but Still Alien is the World: The End of Modernity and the Transformation of Culture in the Times of Globalization". In: SÁENZ, Mario (ed.). *Latin American*

Perspectives on Globalization: Ethics, Politics, and Alternative Visions. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 2002.
CEINOS, Pedro. *Abya-Yala. Escenas de uma historia india de América*. Madri, 1992.
CÉSPEDES DEL CASTILLO, G. *América hispánica 1492-1898*. Barcelona: Labor, 1994.
CHACÓN TORRES, Mario. *Arte virreinal en Potosí*. Sevilha: Escola de Estudos Hispano-americanos, 1973.
CHALBAUD CARDONA, Eloi. *Historia de la Universidad de Los Andes*, t. IX, MCMLXXXII.
CHALBAUD ZERPA, Carlos. *Historia de Mérida*. Mérida: Talleres Gráficos, 1983.
CHAMBERLAIN, Russel. *Loot! The Heritage of Plunder*. Nova York: Smithmark Pub, 1985.
CHAUÍ, Marilena de Souza. *Conformismo e resistência:* Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.
CHAUNU, Pierre. *Sevilla y América siglos XVI y XVII*. Tradução de Rafael Sánchez Mantero. Sevilha, 1983.
CHESNEAUX, J. *¿Hacemos tabla rasa del passado? A propósito de la historia y de los historiadores*. Madri: Siglo XXI, 1977.
CHOMSKY, Noam. *Hegemonía o supervivencia. El dominio mundial de EEUU*. Bogotá: Norma, 2004.
____. *El nuevo orden mundial (y el viejo)*. Barcelona: Crítica, 2002.
CHRISJOHN, Roland; YOUNG, Sherri; MARAUN, Michael. *The Circle Game: Shadows and Substance in the Indian Residencial School Experience in Canada*. Penticton: Theytus Books Ltda, 1997.
CHRISTIER, Trevor L. *Antiquities in Peril*. Nova York: J.B, Lippincott Company, 1967.
CHURCHILL, Ward. *A Little Matter of Genocide: Holocaust and Denial in the Americas 1492 to the Present*. Monroe, OR: City Lights Press, 1997.
____. *Indians Are Us?: Culture and Genocide in Native North America*. Monroe, ME: Common Courage Press, 1994.
CLARKE, John. *New Times and Old Enemies: Essays on Cultural Studies and America*. Londres: Harper Collins, 1991.
CLASTRES, Pierre. "Sobre el etnocidio". In: *Investigaciones en antropología política*. Barcelona: Gedisa, 1996, p. 55-58.
____. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
CODET, Henri. *Essai sur le collectionisme*. Paris, 1921.

COE, Michael D. *The Maya Scribe and His World*. Nova York: Grolier Club, 1973.
COGGINS, Clemency. "United States Cultural Property Legislation: Observations of a Combatant", *International Journal of Cultural Property* 7(1), 1998, p. 52-68.
____. "Illicit Traffic of Pre-Columbian Antiquities", *Art Journal*, 1969, p. 94-98.
COLOMBRES, Adolfo (coord.). *1492-1992. A los 500 años del choque de dos mundos. Balance y prospectiva*. Buenos Aires: Ediciones del sol, 1991.
COLÓN, Cristóbal. *Los cuatro viajes del almirante y su testamento*. Madri: Editorial Espasa Calpe, 1977.
____. *Capitulaciones. Diario de a bordo y primeras cartas sobre el Descubrimiento*. Madri: Ed. De Facsimil, 1991.
COLORADO, Arturo. *Imperialismo y colonialismo*. Madri: Anaya, 1991.
CONDARCO MORALES, Ramiro. *Protohistoria andina*. Propedéutica. Oruro: Universidade Técnica de Oruro, 1967.
CONTRERAS, J. (comp.). *La cara india, la cruz del 92. Identidad étnica y movimientos indios*. Madri: Editorial Recolución, 1988.
CONWAY, M. A. (ed.). *Recovered Memories and False Memories*. Oxford University Press, 1997.
COOK, Sherburne F.; BORAH, Woodrow. "The Historical Demography of Aboriginal and Colonial America: An Attempt at Perspective", em DENEVAN, William M. (ed.). *The Native Population of the Americas in 1492*. Madison: University of Wisconsin Press, 1976.
COTTERELL, Arthur (ed.). *Historia de las civilizaciones antiguas. 1. Egipto, Oriente Próximo*. Barcelona: Crítica, 2000.
CUCHE, Denys. *La noción de cultura en las ciencias sociales*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004 [A noção de cultura nas ciencias sociais. São Paulo: EDUSC, 2002.] .
DABÈNE, Olivier. *América Latina en el siglo XX*. Madri: Síntesis, 2000. [América Latina no século XX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.]
DAHL, Sven. *Historia del libro*. Madri: Alianza, 1999.
DAVIS, Hester A. "Is There a Future for the Past?", *Archaeology*, outubro de 1971, p. 300-306.
DE MIER, Fray Servando Teresa. *Apología o memorias*, 2 volumes, t. I. Edição de Antonio Castro Leal. Coleção de Escritores Modernos, 37. México: Editorial Porrúa, 1942.
DEBRAY, Régis. *Cours de médiologie générale*. Paris: Gallimard, 1991.

DELGADO, Rafael. *Los petroglifos venezolanos*. Caracas: Monte Ávila, 1976.
DELORS, Jacques. "Questions Concerning European Security", *Conferencia, Instituto Internacional de Estudios Estratégicos*. Bruxelas, 10 de setembro de 1993.
DENEVAN, William M. "Native American Populations in 1492: Recent Research and a Revised Hemispheric Estimate", em DENEVAN, William M. (ed.). *The Native Population of the Americas en 1942*. Madison: University of Wisconsin Press, 1992.
DÉOTTE, Jean-Louis. *Catástrofe y olvido. Las ruinas, Europa, el museo*. Santiago do Chile: Editorial Cuarto Proprio, 1998.
DÍAZ DEL CASTILLO, Bernal. *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*. 1992. 5ª ed.
DÍAZ POLANCO, Héctor. *Etnia, nación y política*. México: Juan Pablos Editor, 1987.
DORFMAN, Ariel. *Ensayos quemados en Chile, inocencia y colonialismo*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1947.
DROGIN, Marc. *Biblioclasm: The Mythical Origin, Magical Power and Perishability of the Written Word*, 1989.
DUPREEZ, Peter. *Genocide: The Psychology of Mass Murder*. Londres: Marion Boyars, 1994.
DUVIOLS, Pierre. *Cultura andina y repressión. Procesos y visitas de idolatrías y hechicerías. Cajatambo, siglo XVII*. Cusco: Centro de Estudos Rurais Bartolomé de Las Casas, 1986.
EDGAR, Alfredo; BALSELLS, Tojo. *Olvido o memoria: el dilema de la sociedad guatemalteca*. Guatemala: F&G Editores, 2001.
EISENBERG, Daniel. "Cisneros y la quema de los manuscritos granadinos", *Journal of Hispanic Philology* 16 (1992), p. 107-124.
ELIADE, Mircea. *O mito do eterno retorno*. Coimbra: Edições 70, 1999.
____. *Mito e realidade*. Trad. Pala Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2000.
____. *Lo sagrado y lo profano*. Barcelona: Labor, 1983. 5ª ed.
ELLIOT, John. *La España Imperial (1469-1716)*. Madri: Vicens Vives, 1965.
EMELINA, María; ACOSTA, Martín. *El dinero americano y la política del imperio*. Madri: Mapfre, 1992.
ESCOLAR SOBRINO, Hipólito. *Historia universal del libro*. Madri: Fundación Germá Sánchez Ruipérez / Pirámide, 1993.
ESTARELLAS, Juan. "The College of Tlatelolco and the Problem of Higher Education for Indians in 16th Century in Mexico", *History of Education Quarterly*, vol. 2, número 4 (dezembro de 1962), p. 234-243.
ESTRADA JASO, Andrés. *Imágenes de caña de maíz. Estudio*. Catálogo e bibliografia. Universidade Autônoma de São Luís de Potosí. México: S.L.P., 1996. 2ª ed.
ETCHESON, Craig. *After the Killing Fields: Lessons from the Cambodian Genocide*. Westport, CT: Greenwood Press, 2006.
EVANS, Clifford. "Archeology and Diplomacy in Latin America", *Foreign Service Journal*, junho de 1968, p. 35-37, 50.
FABIÉ, Antonio María. *Vida y escritos de don fray Bartolomé de Las Casas, obispo de Chiapa* (2 volumes). Madri: Imprenta de Miguel Ginesta, 1879.
FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1992.
FELICE CARDOT, Carlos. "El impacto de la inquisición en Venezuela y en la Gran Colombia 1811-1830", *Boletín de Historia y Antigüedades*. Bogotá, outubro-novembro de 1966, p. 624-625.
FERNÁNDEZ BUEY, Francisco. *La gran perturbación. Discurso del indio metropolitano*. Barcelona: Destino, 1995.
FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia A. N. (org.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
FERRO, Marc. *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004
FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
FINLAY, Ian. *Priceless Heritage: The Future of Museums*. Londres: Faber and Faber, 1977.
FLEMING, Robert. "The Incredible Temple Thieves", *San Francisco Chronicle*, 3 de abril de 1969.
FLOWER, Hartiet L. *The Art of Forgetting. Disgrace and Oblivion in Roman Political Culture*. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 2006.
FONTANA, Josep. "La crisis colonial en la crisis del antiguo régimen español", em BONILLA, Heraclio (ed.). *El sistema colonial en la América española*. Barcelona: Crítica, 1991.
FORTOUL, José Gil. *Historia constitucional de Venezuela*. Caracas, 3 vols., 1953.
FOSTER, Kevin. *Fighting Fictions: War, Narrative and National Identity*. Sterling, VA: Pluto, 1999.

FRANCO, José Luciano. *La diáspora africana en el Nuevo Mundo*. Havana, Cuba: Editorial Ciencias Sociales, 1975.
FREUD, Sigmund. O mal-estar na cultura. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.
FRIAS LEÓN, Martha. *El libro y las bibliotecas coloniales mexicanas*. México: UNAM, 1977.
FRIEDLANDER, Henry. *The Origins of Nazi Genocide: From Euthanasia to the Final Solution*. Chapel Hill: U. of North Carokina P., 1995.
FROMM, Erich. *Anatomia da destrutividade humana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
FUCHS, Elisa. *Göttinnen, Gräber und Geschäfte von der Plünderung fremder Kulturen*. Zurique: Erklärung von Bern, 1992.
FUNDACIÓN EL MONTE. *Wari: arte precolombino peruano*, Sevilha, Centro Cultural El Monte/Lima, INC. Museu Nacional de Arqueologia, Antropologia e História do Peru, 2000.
GALEANO, Eduardo. *A veias abertas da América Latina*. Trad. Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
____. *Memórias do fogo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
GARCÍA CANCLINI, Néstor. A globalização imaginada. São Paulo: Iluminuras, 2003.
____. "Globalizarnos o defender la identidad. ¿Cómo salir de esta opción?", *Nueva Sociedad*, número 163. Caracas, 1999, p. 56-70.
____. *Arte popular y sociedad en América Latina*. México: Grijalbo, 1977.
____. Consumidores e cidadãos. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
____. *Cultura y comunicación: entre lo global y lo local*. Universidad Nacional de la Plata. Buenos Aires: Ediciones de Periodismo y Comunicación, 1997.
____. Culturas híbridas. São Paulo: Edusp, 2003.
GARCÍA ICAZBALCETA, Joaquín. *Bibliografia mexicana del siglo XVI*. México: FCE, 1954.
____. *Don fray Juan de Zumárraga, primer obispo y arzobispo de México* (1881), 4 vol., Coleção de Escritores Mexicanos, p. 41-44. México: Editorial Porrúa, 1947.
GARCÍA MORENTE, Manuel. *De la metafísica de la vida a una teoría general de la cultura* (edição coordenada por Juan Miguel Palacios e Rogelio Rovira). Madri: Faculdade de Filosofia da Universidade Complutense, 1995.
GARCÍA, Alejandro. *Civilización y salvajismo en la colonización del "Nuevo Mundo". Un ensayo sobre la penetración de la cultura europea*. Murcia, 1986.

GARCIA, Fernando. *Delitos contra el patrimonio cultural en Chile*. Série Documentos. Santiago: Universidade Nacional Andrés Bello, 1995.
GARIBAY K., Angel María. *Historia de la literatura náhuatl*. México: Porrúa, 1977.
GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
GELLATELY, Robert; KIERNAN, Ben (ed.). *The Specter of Genocide: Mass Murder in Historical Perspective*. Nova York: Cambridge University Press, 2003.
GENT, George. "Manuscript Could Change Views on Mayan's Religion", *NYT*, 21 de abril de 1971.
GERSTENBLITH, P. "The Public Interest in the Restitution of Cultural Objects", *Connecticut Journal of International Law* 16(2), 2001, p. 197-246.
GIMENO GÓMEZ, A. "La aculturación y el problema del idioma en los siglos XVI y XVII", *Actas del XXXVI Congreso Internacional de Americanistas*, III, 1966, p. 303-317.
GIMPEL, Jean. *The Cult of Art*. Nova York: Stein and Day, 1969.
GINÉS DE SEPÚLVEDA, Juan. *Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los indios*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
GOCIOL, Judith; INVERNIZZI, Hernán. *Un golpe a los libros*. Buenos Aires, 2001.
GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *América Latina. História de meio século*. Brasília: UnB, 1988.
GORDON, John B. "The Unesco Convention on the Illicit Moviment of Art", *Harvard International Law Journal*, outono de 1971, p. 537-556.
GRAHAM, Ian. "Across the Peten of the Ruins of Machaquila", *Expedition*, verão de 1863, p. 2-10.
GRAMSCI, Antonio. *Cartas do cárcere*, t. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
GRANT, Judith. *A Pillage of Art*. Londres: Robert Hale, 1966.
GRATZ, Roberta B. "Indian Art: Big Money", *New York Post*, 29 de novembro de 1971.
GRAY, James A. "Working to Preserve Mankind's Heritage", *New York Times*, 13 de junho de 1965.
GREENFIELD, Jeanette. *The Return of Cultural Treasures*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
GREENLEAF, Richard E. *La inquisición en Nueva España en el siglo XVI*. México: FCE, 1981.

GREGOTINI CLUSELLAS, Eduardo L. *Genocídio, su prevención y represión*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1961.
GRIMSON, Alejandro; VARELA, Mirta. "Audiencias y culturas populares. Estudios de comunicación y cultura en la Argentina". Exposição apresentada na III Reunião do Grupo de Trabalho "Cultura e Poder" do Conselho latino-americano de ciências sociais (Clacso). Caracas, 29 de novembro a 1° de dezembro de 2001.
GROPPO, Bruno; FLIER, Patricia (ed.). *La impossibilidad del olvido: recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*. La Plata: Edicioines al Margen, 2001.
GROUPE DE RECHERCHES sur l'Ameìrique Latine Toulouse-Perpignan. *Indianidad, etnocidio, indigenismo en Ameìrica Latina*. Instituto Indigenista Interamericano. Centre d'eìtudes mexicaines et centrameìricaines, 1988.
GÜNDÜZ, Rena. *El mundo ceremonial de los huaqueros*. Lima: Ed. Universitaria, 2001.
GUTIÉRREZ, E. "La disputa sobre el pasado", *Nueva Sociedad*. In: 161, 1999, p. 159-173.
GUTIERREZ, Ramón (ed.). *Pintura, escultura y artes útiles en Iberoamérica, 1500-1825*. Madri: Ed. Cátedra, 1995.
HADDAD, Gérard. *Los biblioclastas*. Buenos Aires: Ariel, 1993.
____. *Manger le Paris*. Paris: Bernard Grasset Editeur, 1984.
HALBWACHS, Maurice. *La memoria colectiva*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.
____. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Ed. Albin Michel, 1994.
HALL, Stuart. "Cultural Identity and Diaspora", em RUTHERFORD, Jonathan (ed.). *Identity, Community, Culture, Difference*. Londres: Lawrence & Wishart Limited, 1990.
____. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.
HALPERIN DONGHI, T. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos 1750-1850*. Madri: Alianza, 1985.
HAMBLIN, Dora. *Pots and Robbers*. Nova York: Simon and Schuster, 1970.
HAMILTON, Earl J. *El tesoro americano y la revolución de los precios en España, 1501-1650*. Trad. Ángel Abad. Barcelona: Crítica, 2000.
HANKE, Lewis. *The Imperial City of Potosí. An Unwritten Chapter in the History of Spanish America*. Haia: Nijhoff, 1956.
HARING, Clarence. H. *Comercio y navegación entre España y las Indias en la época de los Habsburgo*. México, 1979.
HARRIS, Michael H. *History of Libraries in the Western World*. Nova Jersey: Scarecrow Press, Inc., 1995.

HAVEL, Vaclav. "The New Measure of Man", *NewYork Times*, 8 de julho de 1994, p. A-27.
HEATH, Dwight B. "Gold, Graves and Greed: Professional Grave-Robbing in Costa Rica", artigo, 1971.
HEDRICK JR., Charles W. *History and Silence: The Purge and Rehabilitation lf. of Memory in Late Antiquity*. Austin: University of Texas Press, 2000.
HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2006.
HEIZER, Robert F. *The Destruction of California Indians: A Collection of Documents from the Period 1847 to 1865 in Which are Described Some of the Things That Happened to Some of the Indians of California*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1993.
HELLER, Agnes. *Instinto, agresividad y carácter*. Barcelona: Ediciones Península, 1980.
HERENCIA, Cristina. "Políticas históricas expresas de fabricación de identidad social en América Latina", em *Identidades nacionales en América Latina*. UCV, 2001.
HERNÁNDEZ SANDOICA, Elena. *El colonialismo (1815-1873). Estructuras y cambios en los imperios coloniales*. Madri: Síntese, 1992.
HINTON, Alexander Laban (ed.). *Annihilating Difference: The Anthropology of Genocide*. Berkeley: University of California Press, 2002.
HOWE, Stephen. *Empire. A Very Short Introduction*. Nova York: Oxford University Press, 2002.
HUMBOLDT, Alexander von. *Viajes a las regiones equinocciales del Nuevo Continente*. Buenos Aires: MEN, 1956.
____. *Ansichten der Natur*. Citado em Adolf MEYER-ABICH e outros, *Alejandro de Humboldt (1769-1969)*, Bad Godesberg, 1969.
HUNTINGTON, Samuel P. *El choque de las civilizaciones y la reconfiguración del orden mundial*. Buenos Aires: Paidós, 2001. 1ª ed., 4ª reimpr.
HUSSERL, Edmund. *Texte zur Phänomenologie des inneren Zeitbewusstseins (1839-1917)*. Herausgegeben und eingeleitet von Rudolf Bernet. Tex nach Husserliana, Band X. Hamburgo: Felix Meiner, 1985.
ICOM. *Illicit Traffic of Cultural Property in Latin America*. Paris: ICOM, 1996.
____. *Lista roja de bienes culturales latinoamericanos en peligro*. Paris, 2003.
____. *Liste rouge. Stop au pillage des objets archéologiques africains: Protégeons notre patrimoine*. Paris, 2000.

____. *Pillage à Angkor*. Paris, 1997.
____. *Pillage en Afrique*. Paris, 1997.
INVERNIZZI, Hernán. *Los libros son tuyos*. Eudeba, 2005.
IZARD, Miquel. *América Latina, siglo XIX: violencia, subdesarrollo y dependencia*. Madri: Síntesis, 1990.
____. *El rechazo a la civilización: sobre quienes no se tragaran que las Indias fueron esa maravilla*. Barcelona: Península, 2000.
JANKELEVITCH, V. *Forgiveness*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
JASPERS, K. *El problema de la culpa*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1998.
JAULIN, Robert. *La descivilización. Política y práctica del etnocidio*. México: Editorial Nueva Imagen, 1979.
____. *La paz blanca. Introducción al etnocidio*. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporáneo, 1973.
JENSEN, Jens. "Collector's Mania", *Acta Psychiatrica Scandinavia*, vol. 39, 1963, p. 4-32.
JOHNSON, E. D. *History of the Libraries in the Western World*. 1970.
JOHNSON, Jerald Jay. "Archeological Sites as Non-Renewable Resources", artigo, *Society for American Archaeology*, reunião anual, maio de 1972.
JOHNSON, Stowers. *Collector's Luck*. Nova York: Walker & Co., 1969.
KASMERI, Zuhair. "The Rape of Culture", *The Sunday Standard*, Nova Deli, 11 de julho de 1971.
KATZ, Steven. *The Holocaust in Historical Context*, 2 vols. Nova York: Oxford University Press, 1994-2003.
KIMENYI, Alexandre; SCOTT, Otis L. *Anatomy of Genocide: State-Sponsored Mass-Killings in the Twentieth Century*. Edwin Mellen, 2001.
KIPLING, Rudyard. "The White Man's Burden", *McClure's Magazine*, 12 de fevereiro de 1899.
KIRKPATRICK, S. D. *Lords of Spain: A True Story of Pre-Inca Tombs, Archaeology, and Crime*. Nova York: Henry Holt and Company, 1992.
KONETZKE, R. *América Latina, época colonial*. Madri: Siglo XXI, 1993.
KONOPSKA, Jean A. (ed.). *La protection des biens culturels en temps de guerre et de paix d'après les conventions internationales (multilatérales)*. Versalhes, 1997.
KRISTOL, Irving. *Neoconservatism: The Autobiography of an Idea*. Ivan R. Dee Publisher, 1999.
KUSCH, Rodolfo. *América profunda*. Buenos Aires: Editorial Bonum, 1986.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
LARA PEINADO, Federico. *Himnos sumerios*. Tecnos, 1988.
LAS CASAS, Bartolomé de. *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*. Introdução e notas de André Saint-Lu. Madri: Cátedra, 1987.
____. *Apologética historia sumaria*. UNAM, Instituto de Investigações Históricas. México, 1967, p. 333-334.
LE GOFF, Jacques. *El orden de la memoria*. Barcelona: Paidós, 1991.
LEÓN-PORTILLA, Miguel. *Los antiguos mexicanos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
LEROI-GOURHAN, André. *El gesto y la palabra*. Venezuela: Universidad Central de Caracas, 1971.
LÉVINAS, Emmanuel. *Totalidad e infinito. Ensayo sobre la exterioridad*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1977.
LIGORRED, Francesc. *Lenguas indígenas de México y Centroamérica*. Madri: Mapfre, 1992.
LIND, William S. et al. "The Changing Face of War: Into the Fourth Generation", *Marine Corps Gazette*, outubro de 1989.
LOENING, Th. C. "The Reconciliation Agreement of 403/2", em *Athens. Its Content and Application*. Stuttgart: Hermes Einzelschriften 53, 1987.
LÓPEZ FARJEAT, Luis Xavier. *Dos aproximaciones estéticas a la identidad nacional. Una filosofía de la cultura desde el barroco y el surrealismo*. Universidade Autônoma de Nuevo León, 1998.
LORAUX, Nicole. *The Divided City: On Memory and Forgetting in Ancient Athens*. Traduzido por Corinne Pacher y Jeff Fort. Nova York: Zone Books, 2002.
LOVEMAN, B.; LIRA, E. *Las suaves cenizas del olvido: la vía chilena de la reconciliación 1814-1932*. Santiago: LOM Editores, 1999.
LUJÁN MUÑOZ, Jorge. "Dos estelas mayas sustraídas de Guatemala: su presencia en Nueva York", *Revista Universidad de San Carlos*, número LXVII, 1965, p. 125-138.
LUJÁN MUÑOZ, Luis. "Nómina provisional de sitios arqueológicos de la República de Guatemala", *Antropología e Historia*, junho de 1968, p. 3-12.
LUKE, C. *La protección del acervo cultural de Guatemala y la venta de antigüedades precolombinas*. XVI Simposio de Investigaciones Arqueológicas en Guatemala, Instituto de Antropología e Historia de Guatemala/Asociación Tikal, 2003.

MACHADO, Eduardo. "Los primeros asaltos del imperialismo contra Venezuela", em DUNO, Pedro. *Los mejores ensayistas venezolanos*, Cuarto Festival del Libro Venezolano. Caracas, sem data.
MACQUOWN, Norman A. "The Indigenous Languages of Latin America", *American Anthropologist LVII* (1955), p. 501-570.
MAEDER, Ernesto J. A. *Misiones del Paraguay: conflicto y disolución de la sociedad guaraní (1768-1850)*. Madri: Mapfre, 1992.
MAGÁN PERALES, José María. *La circulación ilícita de bienes culturales*. Madri: Lex Nova, 2001.
MAGDOFF, Harry. *A era do Imperialismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
____. "¿Cuál es el significado del imperialismo?", em VEGA C. Renán (ed.). *Marx y el siglo XXI. Hacia un marxismo ecológico*. 1998.
MAGUIRE, Eleanor et al. "Patients With Hippocampal Amnesia Cannot Imagine New Experiences", *PNAS*, 30 de janeiro, vol. 104, nº 5, 2007, p. 1.726-1.731.
MANGUEL, Alberto. *Una historia de la lectura*. Madri: Alianza, 1998.
MANN, Charles. *1491*. Madri: Taurus, 2006.
MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global, 1980.
MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Amauta, 1928.
MARRAS, Sergio. *América Latina, Marca Registrada*. Barcelona: Editorial Andrés Bello, Grupo Zeta, 1992.
MARSHALL, D. N. *History of Libraries: Ancient and Medieval*. 1983.
MARTÍ, Samuel. *Canto, danza y música precortesianos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.
MARTÍN BARBERO, Jesús. "Culturas populares e identidades políticas", em BARBERO, Jesús Martín *e outros*: *Entre públicos y ciudadanos*. Lima: Calandría-Asociación de Comunicadores Sociales, 1994.
MARTINELL GIFRÉ, Emma. *Aspectos lingüísticos del Descubrimiento y de la Conquista*. Madri: CSIC, 1988.
____. *La comunicación entre españoles e indios: palabras y gestos*. Madri: Mapfre, 1992.
MARTÍNEZ MARÍN, Carlos. "Los libros pictóricos de Mesoamérica", em *Historia del arte mexicano. Arte prehispánico*, vol. 2, 2ª ed. México: SEP/Salvat, 1986.
MARTÍNEZ, José L. *Nezahualcóyotl, Vida y obra*. México: FCE, 1980.
MATO, Daniel. *Teoría y política de la construcción de las identidades y diferencias en América Latina*. Caracas, 1994.

MATTELART, Armand. *Diversidad cultural y mundialización*. Barcelona: Paidós, 2006.
MATTHAI, Robert A. (dir. publ.). *Protection of Cultural Properties During Energy Emergences*. Nova York: Arts/Energy Studio and American Association of Museums, 1978.
MCEWAN, Colin; BARRETO, Cristina; NEVES, Eduardo (ed.). *Unknown Amazon*. Londres: British Museum Press, 2001.
MCINTOSH, Roderick J.; SCHMIDT, Peter R. (eds.). *Plundering Africa's Past*. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press, 1996.
MEDI BADI, Amir. *Les grecs et les barbares*. Paris: Payot, 1963.
MEDINA, José Toribio. *Historia del tribunal del Santo Oficio de la Inquisición en México*. Fuente Cultural, 1952.
MELIÀ, Bartomeu. *El guaraní conquistado y reducido. Ensayos de etnohistoria*. Assunção: Universidad Católica, 1988.
MELTON, Jim. "Guatemala Sues for Statue's Return", *Houston Post*, 14 de novembro de 1968.
MENDOZA NAVARRO, Aída Luz. *Transparencia vs. Corrupción. Los archivos: políticas*. Peru, 2004.
MERTON, Reginald. *Cardinal Ximenes and the making of Spain*. 1934.
MESSENGER, P. (ed.). *The Ethics of Collecting: Whose Culture? Cultural Property: Whose property*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1989.
MEYER, Karl. *El saqueo del pasado. Historia del tráfico internacional ilegal de obras de arte*. México: FCE, 1990.
MIGNOLO, W.D. "Misunderstanding and Colonization: The Reconfiguration of Memory and Space". *The South Atlantic Quarterly*, 92, 2. 1993, op. 209-260.
MONTAIGNE, Michel de. *Ensayos*, vol. I. Barcelona: Ediciones Orbis, 1984.
MONTEJO, Víctor. *Testimony: Death of a Guatemalan Village*. Willimantic, CT: Curbstone Press, 1987.
MOREL, E. D. *The Black Man's Burden. The White Man in Africa from the Fifteenth Century to World War I*. Manchester: National Labour Press, 1920.
MORENO, Gabriel René. *Catálogo del Archivo de Mojos y Chiquitos*. La Paz: La Juventud, 1973.
MORITZ SCHWARCZ, Lilia. *A longa viagem da Biblioteca dos Reis. Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. Companhia das Letras, 2002.

MOSES, A. Dirk. *Genocide and Settler Society: Frontier Violence and Stolen Indigenous Children in Australian History*. Nova York: Berghahn Books, 2004.

MOTOLINÍA, Fray Toribio. *Historia de los indios de la Nueva España* (estudo crítico, apêndices, notas e índice de Edmundo O'Gorman). Coleção "Sepan cuántos", núm. 129. México: Ed. Porrúa, 1990.

MOYA PONS, Frank. *Después de Colón. Trabajo, sociedad y política en la economía del oro*. Madri, 1987.

MURILLO SELVA, Rafael. "La nacionalidad, las culturas llamadas populares y la identidad", em HEINZ DIETERICH, Steffan. *1942-1992. La interminable conquista*. Editorial El Duende/Abya-yala, 1991.

MULHERN, Francis. *Culture/Metaculture*. Londres: Routledge, 2000.

MUÑOZ, Blanca. *Modelos culturales. Teoría sociopolítica de la cultura*. Barcelona: Anthropos, 2005.

MURPHY, J. David. *Plunder and Preservation: Cultural Property Law and Practice in the People's Republic of China*. Oxford University Press, 1995.

NAVARRO GARCÍA, L. *Hispanoamérica en el siglo XVIII*. Sevilha: Universidade de Sevilha, 1991.

____. (coord.). *Historia de las Américas*, vols. II, III e IV. Madri: Alhambra, Longman, 1991.

NEININGER, Ulrich. "Burning the Scholars Alive: On the Origins of a Confucian Martyrs' Legend", em EBERHARD, Wolfram; GALIKOWSKI, Krzysztof; SEYSCHAB, Carl-Albrecht (ed.). *East Asian Civilization: New Attempts at Understanding Traditions 2 Nation and Mythology*. Simon and Magiera, 1983, p. 121-136.

NICOLLE, David. *The Mongol Warlords: Genghis Khan, Kublai Khan, Hulagu, Tamerlane*. 1990.

NIETO, Clara. *Los amos de la guerra*. Barcelona: Debate, 2005.

NOBLECOURT, A. *Les techniques de protection de biens culturels en cas de conflit armé*. Paris: Unesco, 1958.

NOGALES MÉNDEZ, Rafael de. *El saqueo de Nicaragua*. Caracas: Ediciones Centauro, 1981.

NORMANO, J. F. *Evolução econômica do Brasil*, vol. 152. São Paulo, 1975. 2ª ed.

O'LEARY, Simón. *Memorias del general O'Leary / publicadas por su hijo Simón O'Leary*. Caracas, 1883.

OPORTO ORDÓÑEZ, Luis. *La destrucción de la memoria oficial en Bolivia*. Ensaio inédito apresentado no Concurso Latino-americano de Investigação em Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Museologia Fernando Báez. Buenos Aires, 2006.

____. "Crónica de la destrucción de la memoria de la nación", em *Fuentes del Congreso. Boletín de la Biblioteca y Archivo Histórico del Congreso Nacional* (La Paz) 2 (5), 2002, p. 2-3.

ORTÍZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar*. Havana, 1940.

OSSA, Felipe. *Historia de la escritura y la letra impresa*. Bogotá, 1993.

PALAUY DULCET, Antonio. *Manual del librero hispanoamericano*. Barcelona, 1948-1977. 2ª ed., 28 v.

PANÉ, Fray Ramón. *Relación acerca de las antigüedades de los indios*. México: Siglo XXI, 1974.

PAZ, Octavio. *El laberinto de la soledad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

____. *In/mediaciones*. Barcelona: Seix Barral, 1981.

PENNYCOOK, Alastair. *English and the Discourses of Colonialism*. Routledge, 1998.

PERCHERON, Nicole. "Colonización española y despoblación de las comunidades indígenas (La catástrofe demográfica entre los indios de Michoacán en el siglo XVI, según las Relaciones Geográficas de las Indias, 1579-1582)", em CALVO, Thomas; LÓPEZ, Gustavo (ed.). *Movimientos de población en el occidente de México*. México: CEMCA, 1988.

PEREÑA, Luciano. *Genocidio en América*. Madri: Mapfre, 1992.

PÉREZ SILVA, Vicente. "Los libros en la hoguera", *Revista Credencial Historia* 52, Bogotá, abril de 1994.

PÉREZVILA, Manuel. "Una biblioteca pública en plena guerra a muerte", *Biblioteca Nacional* 8, abril-junho de 1960.

PETERSEN, Jens Ostergard. "Which Books Did the First Emperor of Ch'in Burn? On the Meaning of Pai-chia in Early Chinese Sources", *Monumenta Serica* 43 (1995), p. 1-52.

PHILLIPSON, Robert. *Linguistic imperialism*. Oxford University Press, 1992.

PICÓN SALAS, Mariano. *De la Conquista a la independencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1965. 4ª ed.

PICÓN, Juan de Dios. *Estadística y descripción geográfica, política, agrícola e industrial de todos los lugares de que se compone la provincia de Mérida de Venezuela*. 1832.

PINTO CRESPO, Virgilio. *Inquisición y control ideológico en la España del siglo XVI*. Madri: Taurus, 1983.

PLATÓN. *El banquete. Fedón. Fedro*. Barcelona: Ediciones Orbis, 1983.

PLENDESLEITH, Harold J. "The New Science of Art Conservation", *The Unesco Courrier*, janeiro de 1965, p. 7-10.
PLUMBE, Wilfred J. *The Preservation of Books in Tropical and Subtropical Countries*. Hong Kong, 1964.
POMAR, Juan Bautista. *Relación de Tezcoco*. Edição fac-similar da de 1891 com advertência preliminar e notas de Joaquín García Icazbalceta. México: Bibl. Enciclopédica do Estado de México, 1975.
PROSKOURIAKOFF, Tania. "The Lords of the Maya Realm", *Expedition*, outono de 1961, p. 14-21.
PUECH, Henri-Charles (dir.). *Movimientos religiosos derivados de la aculturación*. Madri: Siglo XXI Editores, 1982.
PULESTON, Dennis E. "Sacred Harps for the Chosen Few: A Report on Destruction of Mesoamerican Antiquities for the Sale of Art", artigo apresentado nas *AAAS Philadelphia Meeting*, dezembro de 1971.
RAMA M., Carlos. *La quema de libros en Chile*. Online. Consultado em 12 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.magicas-ruinas.com.ar/revistero/aquello/revaquello071.htm
RAMA, Ángel. *Transculturación narrativa en América Latina*. México: Siglo XXI, 1982.
RAMOS PÉREZ, Demetrio. *El mito de El Dorado*. Caracas, 1987. 2ª ed.
RAMOS, Arthur. *Las culturas negras en el Nuevo Mundo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.
RANGEL, Carlos. *Do bom selvagem ao bom revolucionário*. Brasilia: Ed. UnB, 1982.
____. *Ideolodgia terceiro-mundista e a realidade ocidental:* como se fabrica um mito político. Rio de Janeiro: Nordica, 1989.
REDFIELD, R.; LINTON, R. L.; HERSKOVITS, M. J. "Memorandum on the Study of Acculturation", *American Anthropologist*, vol. 38, 1936, p. 149-152.
REINHOLDT, Robert. "Looters Impede Scholars Studying Maya Mystery", *NYT*, 26 de março de 1973.
RENFREW, Colin. "The Fallacy of the 'Good Collector' of Looted Antiquities", *Public Archaeology 1 (1)*.
____. *Loot, Legitimacy and Ownership: The Ethical Crisis in Archaeology*. Londres: Duckworth, 2000.
RIBEIRO, Darcy. *Sobre o óbvio*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
____. *Configurações histórico-culturais dos povos Americanos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

____. *O Dilema da América Latina: estrutura de poder e força insurgentes (estudos de antropologia da civilização)*. Petrópolis: Vozes, 1978.
____. *Os Brasileiros*. Petrópolis: Vozes, 1983.
RIBOT, Théodule. *Las enfermedades de la memoria*. Madri: Daniel Jorro, 1927.
RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2010.
____. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994, 3 vols.
RIFKIN, J. *A era do acesso*. São Paulo: Makron, 2001.
RIVERA, M.; VIDAL, M. C. *Arqueología americana*. Madri: Editorial Síntesis, 1992.
ROA BASTOS, Augusto. *Las culturas condenadas*. México: Siglo XXI, 1978.
ROBBINS, Jack. "The Art of Catching Thieves", *New York Post*, 23 de setembro de 1972.
ROBERTSON, Donald. *Mexican Manuscript Painting of the Early Colonial Period: The Metropolitan Schools*. New Haven: Yale University Press, 1959.
ROBERTSON, M. G. "Monument Thievery", artigo apresentado no encontro anual da Society of American Archeology. Norman, Oklahoma, maio de 1971.
ROBINS, Nicholas A. *Genocide and Millennialism in Upper Peru: The Great Rebellion of 1780-1782*. Westport: Praeger, 2002.
ROCKER, Rudolf. *Nacionalismo y cultura*. Madrid: Ediciones La Piqueta, 1977.
RODAS ESTRADA, Juan Haroldo. *El despojo cultural: la otra máscara de la Conquista*. Guatemala: Editorial Caudal, 1998.
RODRÍGUEZ FREYLE, Juan. *Conquista y descubrimiento del Nuevo Reino de Granada*. Bogotá: Editorial Cromos, 1935.
ROSAS GONZALES, Otilia. "La etnohistoria y el problema del cambio cultural: ¿aculturación o transculturación?", *Boletín Museo Arqueológico de Quibor*. Núm. 4, p. 5-30, 2000.
ROSENBLAT, Ángel. "La hispanización de América. El castellano y las lenguas indígenas desde 1492". *Arbor* 55, 1963, p. 87-123.
____. *El mestizaje y las castas coloniales*. t. II. Buenos Aires: Editorial Nova, 1954.
ROSSI, Paolo. *Il passato, la memoria, l'oblio*. Itália: Il Mulino, 1991.
RUIZ GAYTÁN, Beatriz. "Las imposiciones del mundo vencido a España".In: *América: hombre y sociedad / Actas de las primeras jornadas de historiadores americanistas*. Granada: Deputación Provincial de Granada, Sociedad de Historiadores Mexicanistas. p. 205-218, 1987.

RUIZ-VARGAS, José María. *Memoria y olvido*. Madri: Trotta, 2002.
RUZ, Alberto L. "Destruction and Pillage of Mayan Archeological Zones", artigo apresentado na Round table on the protection of the national cultural heritage, Mexican Academy of Culture. Guadalajara, 1968.
SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
SALABERRÍA, Ramón. "Arde la memoria", *Educación y biblioteca*. Logroño, vol. 11, núm. 104, p. 5-20, 1999.
SALAS, Julio César. *Etmología e historia de tierra-firme*. Caracas, 1977.
SÁNCHEZ HERNAMPÉREZ, Arsenio. *Políticas de conservación en bibliotecas*. Madri: Arco libros, 1999.
SANOJA, Mario; VARGAS, Iraida. *Historia, identidad y poder*. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 1992.
SAUER, Carl O. *Descubrimiento y dominación española del Caribe*. México: FCE, 1984.
SAUNDERS, Frances Stonor. *Quem pagou a conta?* Rio de Janeiro: Record, 2008.
SAVILLE, M. H. "Mexican Codices: A List of Recent Reproductions", *American Anthropologist*, New Series Arlington, vol. 3, núm. 3, p. 532-541, julho-setembro de 1901.
SCHAVELZÓN, Daniel. *El expolio del arte en la Argentina; robo y tráfico ilegal de obras de arte*. Buenos Aires: Sudamericana, 1993.
____. *La conservación del patrimonio cultural en América Latina*. Buenos Aires: Instituto de Arte Americana, 1990.
SCHICK, Jürgen. *The Gods are Leaving the Country:* Art Theft from Nepal. Tailândia: Orchid Press, 1998.
SCHILLER, Herbert I.; NORDENSTRENG, Kaarle (org.). *National Sovereignty and International Communication*. Norwood: Ablex Publishing Corporation, 1979.
____. *Communication and Cultural Domination*. Nova York: International Arts and Sciences Press, Inc., 1976.
SCHMIDT, Hans. *United States Occupation of Haiti (1915-1934)*. New Jersey: Rutgers University Press, 1995.
SCHUCHNER, Silvina. "La familia que enterró sus libros y tardó 18 años en recuperarlos". *Clarín*, Buenos Aires, 23 mar. 2001.
SÉJOURNE, Laurette. *Antíguas culturas precolombinas. Historia Universal*. México: Siglo XXI, 1975. 5ª ed.
SELIGMAN, Germain. *Merchants of Art: 1880-1960*. Nova York: Appleton -Century-Crofts, Inc., 1961.

SELSER, Gregorio. *Diplomacia, garrote y dólares en América Latina*. Buenos Aires: Palestra, 1962.
SÉMELIN, Jacques. *Purificar e destruir*. Rio de janeiro: Difal, 2009.
SEVERO, Richard. "The Bulldozers' Assault on the Past in México", *The New York Times*, 7 abr. 1972.
SHERZER, Joel. "A Richness of Voices" In: JOSEPHY JR., Alvin M. (ed.). *America in 1492:* The World of the Indian People Before the Arrival of Columbus. Nova York: Knopf, 1991, p. 251-275 e 445-449.
SIBLEY, John. "Drive Aims to Halt Looting of Mayan Art". *The New York Times*, 15 nov. 1972.
SILVA, Ludovico. *Teoría y práctica de la ideología*. México, 1975.
SIMPSON, Elizabeth (ed.). *The Spoils of War II and Its Aftermath: The Loss, Reappearance, and Recovery of Cultural Property*. Nova York: Harry Abrams, 1997.
SKIDMORE, Thomas E.; SMITH, Peter. *Historia contemporánea de América Latina. América Latina en el siglo XX*. Barcelona: Crítica, 1996.
SLOTERDIJK, Peter. *O desprezo das massas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
____. "Der gesprengte Behälter. Notiz über die Krise des Heimatbegriffs in der globalisierten Welt". In: *Spiegel Spezial*, Hamburgo, núm. 6, p.24-29, 1999.
____. *Crítica de la razón cínica* (Reed.). Madri: Editorial Siruela, 2004.
____. *Extrañamiento del mundo*. Valência: Editorial Pretextos, 2001.
____. *Esferas I. Burbujas*. Madri: Editorial Siruela, 2003.
____. *Esferas II. Globos*. Macroesferología. Madri: Editorial Siruela, 2004.
____. *Esferas III. Espumas*. Madri: Editorial Siruela, 2005.
SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
SMITH, Joseph Lindon. *Tombs, Temples, and Ancient Art*. Norman: University of Oklahoma Press, 1956.
SODI, Demetrio. *La literatura de los mayas*. México: Joaquín Mortiz, 1970.
SOUSTELLE, Jacques. *Vita quotidiana degli aztechi*. Milão: Il Saggiatore, 1965.
____. Jacques. *Les quatre soleils*. Paris: Plon, 1967.
____. *A civilização Asteca*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
____. *Les olmèques*. Paris: Arthaud, 1979.
____. *A vida cotidíana dos Astecas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.
STAIKOS, Konstantinos. *The Great Libraries: From Antiquity to the Renaissance (3000 b.c. to 1600 a.d.). New Castle:* 2000.

STANNARD, David. *American Holocaust. The Conquest of the New World.* Oxford: Oxford University Press, 1933.
STAVRAKI, Emmanuelle. *La convention pour la protection des biens culturels en cas de conflit armé.* Atenas: Ant N. Sakkoulas, 1996.
SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. "Francisco Jiménez de Cisneros". In: AAVV, *Diccionario de Historia de España.* Madri: Revista de Occidente, t. I, 1952.
SUBERCASEAUX, Bernardo. *Historia del libro en Chile.* Santiago: Lom, 2000.
SULLIVAN, Walter. "Jungle Search is Planned to Break Mayan Code", *The New York Times*, 4 out 1969.
TAMARÍZ DE CARMONA, Antonio. *Relación y descripción del Templo Real de la ciudad de la Puebla de los Ángeles en la Nueva España y su catedral*, 1650.
TEDESCO, Italo. *Literatura indígena de Venezuela.* Caracas: Cincel Kapelusz, 1993.
THOMPSON, Edward. *People of the Serpent.* Nova York: Capricorn Books, 1932.
TINOCO, Antonio. *Latinoamérica, filosofia, identidad y cultura.* Maracaibo: Fondo Editorial Única, 1992.
TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América.* São Paulo: Martins Fontes, 2010.
TOMAN, Jiri. *La protection des biens culturels en cas de conflit armé.* Paris: Unesco, 1994.
TOMKINS, Calvin. *Merchants and Masterpieces.* Nova York: Dutton, 1970.
TOMLINSON, John. *Cultural Imperialism.* Baltimore: The John Hopkins University Press, 1991.
TORRE REVELLO, José. *El libro, la imprenta, y el periodismo en América durante la dominación española.* Buenos Aires: Casa Jacob Peuser, 1949.
TREUE, Wilhelm. *Art Plunder.* Londres: Methuen, 1960.
TREVOR-ROPER, Hugh. *The Plunder of the Arts in Seventeenth Century.* Londres: Thames and Hudson, 1970.
TRIMBLE, Mike. "Mayan Relic Is Recovered", *Arkansas Gazette.* Arkansas, 29 jan. 1972.
TROCHE, Michel. "L'art maya en France". *France Nouvelle*, França, 15 fev. 1967.
TROCONIS DE VERACOECHEA, Ermila. "Los libros y la Inquisición", *Revista Nacional de Cultura.* Caracas, núm. 191, p. 67-73, jan. -fev. 1970.

TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. *Livros proibidos, ideias malditas.* Cotia: Ateliê, 2002.
TUBERVILLE, A. S. *La Inquisición española.* México: FCE, 1960.
UNESCO. *Tráfico ilícito de bienes culturales en América Latina y el Caribe.* Havana: ORCALC, 2003.
URTON, Gary. *Signs of the Inka Khipu: Binary Coding in the Andean Knotted-String Records.* Texas: University of Texas Press, 2003.
VALERO, Jorge. *La diplomacia internacional y el golpe de 1945.* Caracas: Monte Ávila, 2001.
VAN COTT, D. L. *The Friendly Liquidation of the Past; The Politics of Diversity in Latin America.* Pittsburgh: The University of Pittsburgh Press, 2000.
VARGAS LLOSA, Mario. *Diario de Irak. Madri: Aguilar, 2003.*
VARNER, Eric R. *Mutilation and Transformation: Damnatio Memoriae and Roman Imperial Portraiture.* Boston: Brill Academic Publishers, 2004.
VÁSQUEZ, F. *La memoria como acción social. Relaciones, significados e imaginario.* Barcelona: Paidós, 2001.
VÁZQUEZ CHAMORRO, Germán. *La caída del águila. Cortés y la conquista del imperio azteca.* Madri: S.M./Sociedad Estatal Quinto Centenario, 1990.
VERBITSKY, H. *Civiles y militares. Memoria secreta de la transición.* Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2003.
VIDAL, Hernán. *Política cultural de la memoria histórica.* Santiago: Mosquito Editores, 1997.
VILA, Samuel. *Historia de la Inquisición.* Barcelona: CLIE, 1977.
VILLACORTA, J. Antonio; VILLACORTA, Carlos A. *Códices mayas.* Guatemala: Sociedad de Geografia e Historia, 1976.
VITTINGHOFF, Friedrich. *Der Staatsfeind in der römischen Kaiserzeit, Untersuchungen zur "damnatio memoriae".* Berlim: Junker& Dünnhaupt, 1936.
WACHTEL, Nathan. *Los vencidos. Los indios del Perú frente a la conquista española (1530-1570).* Madri: Alianza, 1976.
WALLER, James. *Becoming Evil: How Ordinary People Commit Genocide and Mass Killing.* Oxford: Oxford University Press, 2002.
WALTER, Knut. *El régimen de Anastasio Somoza 1936-1956.* Instituto de História da Nicarágua e América Central, 2004.
WEINE, Stevan M. *When History is a Nightmare: Lives and Memories of Ethnic Cleansing in Bosnia-Herzegovina.* New Brunswick: Rutgers University Press, 1999.

WELLES, Benjamin. "U.S. Acts to Bar the Import of Treasures Plundered from Mayan and Others Sites", *NYT*, 30 de maio de 1971.
WILLIAMS, Raymond. *Palabras clave. Un vocabulario de la cultura y la sociedad*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.
WINTER, Jay. "The Generation of Memory. Reflections on the Memory Boom", *Contemporary Historical Studies*, German Historical Institut Bolletin (27), 2000.
WRAY, N. *Pueblos indígenas amazónicos y actividad petrolera en el Ecuador; conflictos, estrategias e impactos*. Quito: IBIS, Oxfam, 2000.
WRIGHT, Ronald. *Continentes robados. América vista por los indios desde 1492*. Madri: Anaya e M. Muchnik, 1994.
YATES, Frances A. *El arte de la memoria*. Madri: Taurus, 1974.
YURKIÉVICH, Saúl (ed.). *Identidad cultural de Iberoamérica en su literatura*. Madri: Alhambra, 1986.
ZAHAR, Renate. *Colonialismo y enajenación*. México: Siglo XXI Editores, 1970.
ZEA, Leopoldo. *Dependencia y liberación en la cultura latinoamericana*. México: Editorial Joaquín García Mortiz, 1974.
____. *Latinoamérica. Emancipación y colonialismo*. Venezuela: Editorial Tiempo Nuevo, 1971.
ŽIŽEK, Slavoj (com Judith Butdler e Ernesto Laclau). *Contingencia, hegemonía, universalidad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.
ZUFFEREY, Nicolas. "Le premier empereur et les lettrés. L'exécution de 212 avant J.-C.", *Études chinoises* XVI: 1 (1997), p. 59-98.

APÊNDICE

Legislações sobre o saque cultural

PACTO ROERICH

Proteção de instituições artísticas e científicas
e de monumentos históricos (1933)

As Altas Partes Contratantes, animadas pelo propósito de dar expressão convencional aos postulados da Resolução aprovada em 16 de dezembro de 1933 pela totalidade dos Estados representados na Sétima Conferência Internacional de Estados Americanos, realizada em Montevidéu, que recomendou "aos Governos da América que não o fizeram a subscrição do Pacto Roerich, iniciado pelo Museu Roerich dos Estados Unidos e que tem por objetivo a adoção universal de uma bandeira, já desenhada e difundida, para preservar, com ela, em qualquer época de perigo, todos os monumentos imóveis de propriedade nacional e particular que formam o tesouro cultural dos povos", em vista disso resolveram efetuar um tratado, com a finalidade de que os tesouros da cultura sejam respeitados e protegidos em tempo de guerra e de paz, e para este efeito concordaram com os seguintes artigos:

ARTIGO I

Os monumentos históricos, os museus e as instituições científicas, artísticas, educacionais e culturais serão considerados neutros e, como tal, respeitados e protegidos pelos beligerantes.

Igual respeito e proteção serão dados ao pessoal das instituições mencionadas.

Serão dados o mesmo respeito e proteção aos monumentos históricos, museus, instituições científicas, artísticas, educativas e culturais, em tempo de paz como de guerra.

ARTIGO II

A neutralidade, proteção e respeito aos monumentos e instituições mencionados no artigo anterior serão reconhecidos em toda a extensão dos territórios sujeitos à soberania de cada um dos Estados signatários e concordantes, sem distinção da nacionalidade a que pertençam ditos monumentos e instituições.

Os respectivos Governos se comprometem a adotar medidas legais internas necessárias para assegurar a proteção e o respeito.

ARTIGO III

Para identificar os monumentos e instituições mencionados no artigo I se poderá usar uma bandeira distintiva (círculo vermelho, com uma tripla esfera vermelha dentro do círculo, sobre um fundo branco) de acordo com o modelo anexo a este tratado.

ARTIGO IV

Os Governos signatários e os concordantes com o presente tratado enviarão à União Panamericana, no ato da assinatura e da concordância, ou em qualquer tempo depois do dito ato, uma relação dos monumentos ou instituições que desejam submeter à proteção aceita por este tratado.

A União Panamericana, ao notificar aos Governos das assinaturas ou das concordâncias, enviará também a relação dos monumentos e instituições mencionadas neste artigo e informará aos demais Governos sobre qualquer mudança na dita relação.

ARTIGO V

Os monumentos e instituições mencionados no artigo I perderão o gozo e os privilégios reconhecidos no presente tratado caso sejam usados para fins militares.

ARTIGO VI

Os Estados que não subscreverem o presente tratado na data apontada para a assinatura poderão assinar ou aderir a ele em qualquer tempo.

ARTIGO VII

Os instrumentos de acesso, e os de ratificação e denúncia do presente tratado serão depositados na União Panamericana, a qual comunicará o fato do depósito aos outros Estados signatários ou concordantes.

ARTIGO VIII

Qualquer dos Estados subscritores do presente convênio ou aderente a ele poderá denunciá-lo em qualquer tempo, e a denúncia terá efeito três meses depois de sua notificação aos outros signatários ou concordantes.

O presente tratado poderá ser denunciado em qualquer tempo por qualquer dos Estados signatários ou concordantes, e a denúncia terá efeito três meses depois de sua notificação aos outros Estados signatários ou concordantes.

NA FÉ DO QUAL, os Infrainscritos Plenipotenciários, depois de assentar seus Plenos Poderes, considerados em boa e devida forma, assinam este tratado em nome de seus respectivos governos e colocam seus selos nas datas indicadas junto às suas assinaturas.

CONVENÇÃO SOBRE DEFESA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E ARTÍSTICO DOS PAÍSES AMERICANOS

(Convenção de São Salvador)
16 de junho de 1976

Os governos dos estados membros da Organização dos Estados Americanos,

Visto:

O constante saque e despojo que sofreram os países do continente, principalmente os latino-americanos, em seus patrimônios culturais autóctones, e

Considerando:

Que tais atos predatórios danificaram e diminuíram as riquezas arqueológicas, históricas e artísticas, por intermédio das quais se expressa o caráter nacional de seus respectivos povos;

Que é obrigação fundamental transmitir às gerações vindouras o legado do acervo cultural;

Que a defesa e a conservação deste patrimônio só podem ser obtidas mediante o apreço e o respeito mútuos de tais bens, no âmbito da mais sólida cooperação interamericana;

Que se evidenciou de maneira reiterada a vontade dos Estados Membros de estabelecer normas para a proteção e vigilância do patrimônio arqueológico, histórico e artístico,

Declaram:

Que é imprescindível adotar, tanto no plano nacional como no internacional, medidas da maior eficácia condizentes com a mais adequada proteção, defesa e recuperação dos bens culturais, e

Concordaram com o seguinte:

Artigo 1

A presente Convenção tem como objetivo a identificação, registro, proteção e vigilância dos bens que integram o patrimônio cultural das nações americanas, para: a) impedir a exportação ou importação ilegal de bens culturais, e b) promover a cooperação entre os Estados americanos para o mútuo conhecimento e apreciação de seus bens culturais.

Artigo 2

Os bens culturais a que se refere o artigo precedente são aqueles que se incluem nas seguintes categorias:

a) monumentos, objetos, fragmentos de prédios desmembrados e material arqueológico, pertencentes às culturas americanas anteriores aos contatos com a cultura europeia, e os restos humanos, da fauna e flora, relacionados com eles;

b) monumentos, prédios, objetos artísticos, utilitários, enológicos, íntegros ou desmembrados, da época colonial, e os correspondentes ao século XIX;

c) bibliotecas e arquivos; incunábulos e manuscritos; livros e outras publicações, iconografias, mapas e documentos editados até o ano de 1850;

d) todos aqueles bens de origem posterior a 1850 que os Estados Participantes tenham registrados como bens culturais, sempre que notifiquem tal registro aos demais Participantes do tratado;

e) todos aqueles bens culturais que quaisquer dos Estados Participantes declarem ou manifestem expressamente incluir dentro dos alcances desta Convenção.

Artigo 3

Os bens culturais compreendidos no artigo anterior serão objeto de máxima proteção no plano internacional e serão consideradas ilegais sua exportação ou importação, a não ser que o Estado a que pertencem autorize sua exportação com a finalidade de promover o conhecimento das culturas nacionais.

Artigo 4

Qualquer desacordo entre os Participantes desta Convenção sobre a aplicação das definições e categorias do artigo 2, de bens específicos, será resolvido de forma definitiva pelo Conselho Interamericano para a Educação, a Ciência e a Cultura (CIECC), com prévio parecer do Comitê Interamericano de Cultura (CIDEC).

Artigo 5

Pertencem ao Patrimônio Cultural de cada Estado os bens mencionados no artigo 2, achados ou criados em seu território, e os procedentes de outros países, legalmente adquiridos.

Artigo 6

O domínio de cada Estado sobre seu Patrimônio Cultural e as ações reivindicatórias relativas aos bens culturais que o constituem são imprescritíveis.

Artigo 7

O regime de propriedade dos bens culturais e sua posse e tombamento dentro do território de cada Estado serão regulamentados por sua legislação interna.

Com o objetivo de impedir o comércio ilegal de tais bens, serão promovidas as seguintes medidas:

a) registro de coleções e da remoção dos bens culturais sujeitos a proteção;
b) registro das transações realizadas nos estabelecimentos dedicados à compra e venda dos ditos bens;
c) proibição de importar bens culturais procedentes de outros Estados sem o certificado e a autorização correspondentes.

Artigo 8

Cada Estado é responsável pela identificação, registro, proteção, conservação e vigilância de seu patrimônio cultural; para cumprir tal função se compromete a promover:

a) preparação das disposições legislativas e regimentais necessárias para proteger com eficácia dito patrimônio contra a destruição por abandono ou por trabalhos de conservação inadequados;
b) criação de organismos técnicos encarregados especificamente da proteção e vigilância dos bens culturais;
c) formação e manutenção de inventário e registro dos bens culturais que permitam identificá-los e localizá-los;
d) criação e desenvolvimento de museus, bibliotecas, arquivos e outros centros dedicados à proteção e conservação dos bens culturais;
e) delimitação e proteção dos locais arqueológicos e de interesse histórico e artístico;
f) exploração, escavação, investigação e conservação de locais e objetos arqueológicos por instituições científicas que as realizem em colaboração com o organismo nacional encarregado do patrimônio arqueológico.

Artigo 9

Cada Estado Participante deverá impedir por todos os meios ao seu alcance as escavações ilegais em seu respectivo território e a subtração dos bens culturais procedentes delas.

Artigo 10

Cada Estado Participante se compromete a tomar as medidas que considerar eficazes para prevenir e reprimir a exportação, importação e alienação ilegais de bens culturais, e também as que forem necessárias para restituí-los ao Estado a que pertencem, em caso de terem sido subtraídos.

Artigo 11

O Governo de um Estado Participante, ao ter conhecimento da exportação ilegal de um de seus bens culturais, poderá se dirigir ao Governo do Estado para onde o bem foi levado, pedindo-lhe providências para sua recuperação e restituição. Ditas gestões se farão pela via diplomática e serão acompanhadas pelas provas da ilegalidade da exportação do bem de que se trata, de conformidade com a lei do Estado requerente, provas que serão consideradas pelo Estado requerido. O Estado requerido empregará todos os meios legais à sua disposição para localizar, recuperar e devolver os bens culturais reclamados e que foram subtraídos depois da entrada em vigor desta Convenção.

Se a legislação do Estado requerido exigir ação judicial para a reivindicação de um bem cultural estrangeiro importado ou alienado de forma ilegal, dita ação judicial será promovida ante os tribunais respectivos pela autoridade competente do Estado requerido.

O Estado requerente tem direito de promover no Estado requerido as ações judiciais pertinentes para a reivindicação dos bens subtraídos e para a aplicação das sanções correspondentes contra os responsáveis.

Artigo 12

Logo que o Estado requerido puder fazê-lo, restituirá o bem cultural subtraído ao Estado requerente. Os gastos derivados da restituição do dito bem serão cobertos provisoriamente pelo Estado requerido, sem

prejuízo das gestões ou ações competentes para ser ressarcido pelos ditos gastos.

Artigo 13

Não se aplicará nenhum imposto nem carga fiscal aos bens culturais restituídos segundo o disposto no artigo 12.

Artigo 14

Estão sujeitos aos tratados sobre extradição, quando sua aplicação for procedente, os responsáveis por delitos cometidos contra a integridade de bens culturais ou os que resultem de sua exportação ou importação ilegais.

Artigo 15

Os Estados Participantes se obrigam a cooperar para o mútuo conhecimento e apreciação de seus valores culturais pelos seguintes meios:

a) facilitando a circulação, intercâmbio e exibição de bens culturais procedentes de outros Estados, com fins educativos, científicos e culturais, assim como dos seus próprios bens culturais em outros países, quando forem autorizados pelos órgãos governamentais correspondentes;
b) promovendo o intercâmbio de informações sobre bens culturais e sobre escavações e descobrimentos arqueológicos.

Artigo 16

Os bens que se encontrem fora do Estado a cujo patrimônio cultural pertencem, em caráter de empréstimo a museus ou exposições ou instituições científicas, não serão objeto de embargo originado de ações judiciais públicas ou privadas.

Artigo 17

Para cumprir os objetivos da presente Convenção, recomenda-se à Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos:

a) zelar pela aplicação e efetividade desta Convenção;
b) promover a adoção de medidas coletivas destinadas à proteção e conservação dos bens culturais dos Estados americanos;
c) estabelecer um Registro Interamericano de bens culturais, móveis e imóveis, de valor especial;
d) promover a harmonia das legislações nacionais sobre esta matéria;
e) outorgar e acertar a cooperação técnica requerida pelos Estados Participantes;
f) difundir informações sobre os bens culturais dos Estados Participantes e sobre os objetivos desta Convenção;
g) promover a circulação, intercâmbio e exibição de bens culturais entre os Estados Participantes.

Artigo 18

Nenhuma das disposições desta Convenção impedirá o acerto pelos Estados Participantes de acordos bilaterais ou multilaterais relativos ao seu Patrimônio Cultural, nem limitará a aplicação dos que se encontram vigentes para a mesma finalidade.

Artigo 19

A presente Convenção fica aberta à assinatura dos Estados Membros da Organização dos Estados Americanos, e à adesão de qualquer outro Estado.

Artigo 20

A presente Convenção será ratificada pelos Estados signatários de acordo com seus respectivos procedimentos constitucionais.

Artigo 21

O instrumento original, cujos textos em espanhol, francês, inglês e português são igualmente autênticos, será depositado na Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, que enviará cópias certificadas aos Estados signatários para a finalidade de sua ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados na Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, que notificará dito depósito aos governos signatários.

Artigo 22

A presente Convenção entrará em vigor entre os Estados que a ratificarem à medida que depositarem os instrumentos de suas respectivas ratificações.

Artigo 23

A presente Convenção estará em vigor indefinidamente, mas qualquer dos Estados Participantes poderá denunciá-la. A denúncia será transmitida à Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos e dita Secretaria a comunicará aos demais Estados Participantes. Decorrido um ano a partir da denúncia, a Convenção cessará em seus efeitos para o Estado denunciante, permanecendo mantida para os demais Estados Participantes.

NA FÉ DO QUAL, os Plenipotenciários infrainscritos, cujos plenos poderes foram considerados em boa e devida forma, assinam esta Convenção na cidade de Washington, D. C., nas datas que aparecem ao lado de suas assinaturas.

[Relação de assinaturas e ratificações]

Convenção centro-americana para a
restituição e o retorno de objetos arqueológicos,
históricos e artísticos. (1995)

Artigo primeiro

Os Estados Participantes se comprometem individualmente e, segundo o caso, conjuntamente, a coordenar suas ações e recursos para combater o tráfico ilegal de bens culturais, e a coordenar ações para reclamar, diante de terceiros países, o retorno e a restituição do Patrimônio Cultural subtraído ou exportado ilegalmente.

Artigo segundo

Concordam os Estados Participantes que, a pedido de qualquer um deles, deverão empregar os meios legais ao seu alcance para restituir e fazer retornar ao país de origem os bens arqueológicos, históricos ou artísticos subtraídos ou exportados ilegalmente. O Estado interessado facilitará a documentação e as provas necessárias para estabelecer a procedência de sua reclamação.

Artigo terceiro

Os Participantes se comprometem a confiscar em seus respectivos territórios os bens culturais subtraídos ou exportados ilegalmente de qualquer país da Região.

Fica entendido que houve subtração ou exportação ilegal dos referidos bens quando o mantenedor não autorizar sua exportação do Estado de origem, sem prejuízo do disposto da lei de cada Estado Participante.

Artigo quarto

Para determinar a origem dos objetos arqueológicos, históricos e artísticos, o país deverá nomear especialistas qualificados, para que, mediante parecer e de conformidade com a lei do país a que se formula a reclamação, seja restituído ou retornado o bem cultural.

Artigo quinto

Para o eficaz cumprimento dos fins da presente Convenção, os Estados Participantes se comprometem a realizar as seguintes ações:

Trocar permanente informação sobre nomes de depredadores, *huaqueros*, traficantes, intermediários, colecionadores, leiloeiros e qualquer outra informação pertinente requerida, e as rotas do tráfico e dos mercados ilegais de bens culturais.

Estabelecer mecanismos de ação por meio de suas alfândegas e organismos de investigação e segurança, para detectar e combater o tráfico ilegal de bens culturais e a depredação de sítios arqueológicos.

Informar os Registros de Bens Culturais dos Estados e Arte sobre os casos de subtração ou exportação ilegal, devendo fazer-se a publicidade devida dentro de seus territórios.

Artigo sexto

Quando se efetuar, fora da Região, um confisco de bens culturais subtraídos ou exportados ilegalmente de alguns dos Estados Participantes, a reclamação de retorno ou restituição será apresentada pelo país afetado ou por outro país signatário designado, o qual terá a obrigação de fazer com que sejam devolvidos ao país de origem.

Artigo sétimo

Os gastos inerentes à restituição de bens culturais serão pagos pelo país requerente, que não será obrigado a pagar indenização alguma a favor da pessoa que exportou esse bem ilegalmente ou o adquiriu a qualquer título.

Artigo oitavo

O Estado Participante requerido aplicará sua legislação vigente àqueles dentro de seu território colaboradores da subtração ou exportação ilegais de bens culturais, os quais ao serem restituídos ficam liberados do pagamento de direitos fiscais.

Artigo nono

A definição de bens culturais se aplicará de conformidade com a legislação vigente de cada país. Se surgir alguma dúvida sobre sua definição, será resolvida atendendo ao Artigo Primeiro da Convenção sobre as medidas que devem ser adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e a transferência de propriedades lícitas de bens culturais, de 14 de novembro de 1970.

Artigo décimo

A presente Convenção entrará em vigor a partir da data em que, pelo menos, três Estados Participantes notifiquem oficialmente aos similares havê-la ratificado.

Artigo décimo primeiro

A presente Convenção poderá ser modificada pelo consenso dos Participantes. As modificações entrarão em vigor a partir da data em que, pelo menos, três Estados Participantes notifiquem oficialmente aos similares tê-las ratificado.

Artigo décimo segundo

A presente Convenção valerá indefinidamente. O Estado Participante que deseje renunciar a ela deverá notificar os Estados membros com um ano de antecipação.

Assinamos na Cidade da Guatemala, Guatemala, em 26 de agosto de 1995.

Declaração de San José sobre o etnocídio (1981)

Há alguns anos se denuncia, de forma crescente, em diferentes foros internacionais, a problemática da perda da identidade cultural das populações índias da América Latina. Este processo complexo, com raízes históricas, sociais, políticas e econômicas, foi qualificado de etnocídio.

O etnocídio significa que a um grupo étnico, coletiva ou individualmente, nega-se o direito de desfrutar, desenvolver e transmitir sua própria cultura e a própria língua. Isto implica uma forma extrema de violação maciça dos direitos humanos, em especial o direito dos grupos étnicos de conservar sua identidade cultural, tal como estabelecem numerosas declarações, pactos e convênios das Nações Unidas e seus organismos especializados, e de diversos organismos regionais intergovernamentais e numerosas organizações não governamentais.

De maneira cada vez mais insistente, as organizações representativas de diversos grupos indígenas na América Latina e os especialistas no tema de que tratamos proclamaram a necessidade de resistir ao etnocídio e pôr em marcha um processo de autêntico etnodesenvolvimento, isto é, o estabelecimento e a aplicação de políticas tendentes a garantir aos grupos étnicos o livre exercício de sua própria cultura.

Atendendo a esta demanda, a Unesco convocou uma reunião internacional sobre etnocídio e etnodesenvolvimento na América Latina que, com a colaboração de Flacso, realizou-se em dezembro de 1981 em San José, Costa Rica.

Os participantes da reunião, índios e outros especialistas, afirmam: Declaramos que o etnocídio, isto é, o genocídio cultural, é um crime de direito internacional da mesma forma que o genocídio condenado pela Convenção das Nações Unidas para a prevenção e sanção do crime de genocídio de 1948.

Afirmamos que o etnodesenvolvimento é um direito inalienável dos grupos índios.

Entendemos por etnodesenvolvimento a ampliação e consolidação dos âmbitos de cultura própria, mediante o fortalecimento da capacidade autônoma de decisão de uma sociedade culturalmente diferenciada para guiar seu próprio desenvolvimento e o exercício da autodeterminação, qualquer que seja o nível que se considere, e implica uma organização equitativa e própria do poder. Isto significa que o grupo étnico é unidade político-administrativa com autoridade sobre seu próprio território e capacidade de decisão nos âmbitos que constituem seu projeto de desenvolvimento dentro de um processo de crescente autonomia e autogestão.

Desde a invasão europeia, os povos índios da América viram negada ou distorcida sua história, apesar das grandes contribuições ao progresso da humanidade, o que chegou a significar a negação de sua existência. Rejeitamos esta inaceitável falsificação.

Como criadores, portadores e reprodutores de uma dimensão civilizatória própria, como rostos únicos e específicos do patrimônio da humanidade, os povos, nações e etnias índias da América são titulares, coletiva e individualmente, de todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, hoje ameaçados. Nós, participantes desta reunião, exigimos o reconhecimento universal de todos estes direitos.

Para os povos índios, a terra não é apenas objeto de posse e produção. Constitui a base de sua existência nos aspectos físico e espiritual, na qualidade de entidade autônoma. O espaço territorial é o fundamento e a razão de sua relação com o universo e o apoio de sua cosmovisão.

Estes povos índios têm o direito natural e inalienável aos territórios que possuem e a reivindicar as terras das quais foram despojados. Isso implica o direito ao patrimônio natural e cultural que o território contém e a determinar livremente seu uso e aproveitamento.

Constituem parte essencial do patrimônio cultural destes povos sua filosofia da vida e suas experiências, conhecimentos e ganhos acumulados historicamente nas esferas culturais, sociais, políticas, jurídicas,

científicas e tecnológicas e, por isso, têm direito ao acesso, à utilização, à difusão e à transmissão de todo este patrimônio.

O respeito às formas de autonomia requeridas por estes povos é a condição imprescindível para garantir e realizar estes direitos.

Além disso, as formas próprias de organização interna destes povos fazem parte de seu acervo cultural e jurídico que contribuiu para sua coesão e a manutenção de sua tradição sociocultural.

O desconhecimento destes princípios constitui uma violação flagrante do direito de todos os indivíduos e povos a serem diferentes, e a considerarem e a serem considerados como tais, direito reconhecido na Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais adotada pela Conferência Geral da Unesco em 1978 e por isso deve ser condenado, sobretudo quando cria um risco de etnocídio.

Além disso, cria desequilíbrio e falta de harmonia no seio da sociedade e pode levar os povos ao supremo recurso da rebelião contra a tirania e a opressão, e a pôr em perigo a paz mundial e, em consequência, é contrário à Carta das Nações Unidas e à Ata Constitutiva da Unesco.

Como resultado de suas reflexões, os participantes fazem um chamado às Nações Unidas, à Unesco, à OIT, à OMS e à FAO, e também à organização dos Estados Americanos e ao Instituto Indigenista Interamericano, para que tomem todas as medidas necessárias para a plena vigência dos princípios precedentes.

Os participantes dirigem este chamamento aos Estados Membros das Nações Unidas e dos Organismos especializados acima mencionados, para que vigiem com especial atenção o cumprimento destes princípios; e também para que colaborem com as organizações internacionais, intergovernamentais, não governamentais, de caráter universal e regional, incluindo em especial as organizações indígenas, para facilitar a efetivação dos direitos fundamentais dos povos índios da América.

Este apelo é extensivo também aos responsáveis pelos poderes legislativo, executivo, administrativo e judiciário, e a todos os funcionários concernentes dos países americanos, para que na vida quotidiana procedam sempre em conformidade com os princípios enunciados.

Os participantes apelam para a consciência da comunidade científica e dos indivíduos que a constituem, para a responsabilidade moral que têm a fim de que suas pesquisas, trabalhos e práticas, e as conclusões a que chegam, não possam servir de pretexto para falsificação e interpretações que prejudiquem as nações, povos e etnias indígenas.

Finalmente, acrescentam a este respeito a necessidade de dar a participação devida aos representantes autênticos das nações, povos e etnias indígenas em tudo o que possa afetar seu destino.

San José, 11 de dezembro de 1981.